

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

**São Luís
2022**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - 2021**

Organização

Carlos Henrique Rodrigues Vieira

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação e Revisão

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista ministerial - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Assessor Técnico - SEPLAG

Guilherme Ferre da Silva

Chefe de Seção – SEPLAG

Normalização

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Fotos

Acervo do MPMA

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO**

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau

CEP: 65076-820. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1600 - (98) 3219-1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

**Centro Cultural e Administrativo do Ministério
Público do Estado do Maranhão**

“Ed. Dra. Aurora Correia Lima”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1980

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2021. – São Luís: Procuradoria
Geral de Justiça, 2022.

318 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - GESTÃO 2021

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Procurador-Geral de Justiça

Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da PGJ

Lize de Maria Brandão de Sá Costa

Procuradora de Justiça

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Regina Maria da Costa Leite

Procuradora de Justiça

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - CPMP

Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Procuradora de Justiça – Secretária

CONSELHO SUPERIOR DO MP - CSMP

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Procurador de Justiça – Secretário

CORREGEDORIA DO MP - CGMP

Themis Maria Pacheco de Carvalho

Procuradora de Justiça

Corregedora-Geral do Ministério Público

Alessandra Darub Alves

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da Corregedoria

Geral do Ministério Público

Promotores(as) de Justiça Corregedores

Cássius Guimarães Chai

Fátima Maria Sousa Arôso Mendes

Francisco de Aquino da Silva

Geraulides Mendonça Castro

Laert Pinho de Ribamar

Maria de Jesus Rodrigues Araújo

Heilmann

Sirlei Castro Aires Rodrigues

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMP

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Promotora de Justiça

Diretora da Escola Superior do Ministério Público

Ana Luíza Almeida Ferro

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

Elyjeane Alves de Carvalho

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Alenilton Santos da Silva Júnior

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência – CAOp – PIPD

Cristiane Gomes Coelho Maia Lago

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOp/DHC

Eduardo Borges Oliveira

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOp/EDUCAÇÃO

Gleudson Malheiros Guimarães

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOp/IJ

Lítia Costa Cavalcanti

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOp/Consumidor

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente,

Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO-
UMA

Marco Aurélio Ramos Fonseca

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional Criminal – CAOP Crim

Maria da Glória Mafra Silva

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Defesa da Saúde – CAOP-
Saúde

Nahyma Ribeiro Abas

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Patrimônio
Público e da Probidade Administrativa –
CAOP-ProAd

Sandra Fagundes Garcia

Promotora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Enfrentamento à
Violência de Gênero - CAOp/Mulher

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional do Tribunal do Júri -
CAOp/Júri

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

ASSESSORIA PGJ

Lúcia Cristiana Silva Chagas

Promotora de Justiça
Assessora-Chefe da Assessora Especial
do Procurador-Geral de Justiça

Danilo José de Castro Ferreira

Promotor de Justiça – Coordenador
Assessoria Especial de Investigação

DIRETORIA GERAL DA PGJ

Júlio César Guimarães

Diretor-Geral

**SECRETARIA ADMINISTRATIVO-
FINANCEIRA - SAF**

José Henrique Frazão Costa

Diretor

**SECRETARIA PARA ASSUNTOS
INSTITUCIONAIS - SECINST**

José Márcio Maia Alves

Promotor de Justiça - Diretor

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
GESTÃO**

Carlos Henrique Rodrigues Vieira

Promotor de Justiça – Diretor

COORDENADORIAS

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadoria de Processos - CP

Antônio Alfredo Pires Oliveira

Coordenadoria de Modernização e
Tecnologia da Informação – CMTI

Gilberto Duailibe Moucherek

Coordenadoria de Obras, Engenharia e
Arquitetura - COEA

José Ribamar Rodrigues Furtado

Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenadoria da Folha de Pagamento –
CFP

Luiz Muniz Rocha Filho

Promotor de Justiça
Coordenador de Assuntos Estratégicos e
Inteligência – CAEI

Seção de Segurança Institucional

Regina Cláudia dos Santos Gomes

Major QOPM

Edmilson Cutrim da Silva Júnior

Capitão QOPM

Maria de Fátima Moraes

Coordenadoria de Gestão de Pessoas –
CGP

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadoria de Documentação e
Biblioteca - CDB

Poliana Marta Ribeiro de Abreu

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadoria de Administração - CAD

Tatiana Alves de Paula

Coordenadoria de Orçamento e Finanças
- COF

ASSESSORIAS

Andréa de Melo Nogueira Duarte

Chefia de Cerimonial – CER

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessoria de Controle Interno e
Auditoria - ACIA

Conceição de Maria Correa Amorim

Comissão Permanente de Licitação – CPL

Ednarg Fernandes Marques

Promotor de Justiça – Assessor Chefe
Assessoria Técnica - ASTEC

Maria do Socorro Quadros de Abreu

Assessoria Jurídica da Administração –
AJAD

Silvana Maria Nascimento de Carvalho

Assessoria Técnica da Administração –
ASTECADM

**GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE
COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS – GAECO/MA**

Promotores de Justiça integrantes

Luiz Muniz Rocha Filho - Coordenador

Ana Carolina Cordeiro de Mendonça

Leite

Fernando Antônio Berniz Aragão

GAECO REGIONAL - IMPERATRIZ

Promotores de Justiça integrantes

Glauce Mara Lima Malheiros

Raquel Chaves Duarte Sales

GAECO REGIONAL - TIMON

Promotores de Justiça integrantes

Francisco Fernando de Moraes Meneses

Filho

Nelson Nedes Ribeiro Guimarães

**DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DE
JUSTIÇA DA CAPITAL**

Esdras Liberalino Soares Júnior

Promotor de Justiça - Diretor

**PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL
SUSTENTÁVEL – INTEGRAR E FLORESCE**

Mariléa Campos dos Santos Costa

Procuradora de Justiça - Presidente da
Comissão de Gestão Ambiental do
MPMA

**PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL
Teodoro Peres Neto**

Procurador de Justiça - Coordenador
Integrantes da Comissão Gestora

Washington Luiz Maciel Cantanhede

Ana Luiza Almeida Ferro

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Promotores de Justiça

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadora de Documentação e

Biblioteca da PGJ

**MEMORIAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO/MA**

Suzane Maria Pinto Viégas

**CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO
DO MPMA**

Administração

Dulce de Maria Alves Serra Moreira

Curadoria

Francisco Colombo Lobo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
O MINISTÉRIO PÚBLICO	12
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	14
Procuradoria Geral de Justiça	14
Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos - SUBJUR.....	16
Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM.....	18
Colégio de Procuradores de Justiça - CPMP	20
Conselho Superior do Ministério Público - CSMP.....	22
Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)	24
Procuradorias de Justiça.....	30
Promotorias de Justiça	33
Promotora Comunitária Itinerante	51
Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC).....	52
ÓRGÃOS AUXILIARES.....	60
Escola Superior do Ministério Público	60
Ouvidoria do Ministério Público	80
DIRETORIAS.....	86
Diretoria Geral (DG).....	86
Secretaria Administrativo Financeira (SAF)	89
Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST).....	90
Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).....	100
Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)	111
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	118
Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça	118
Assessoria Técnica (ASTECA)	120
Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)	126
Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)	137
Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)	138
CENTROS DE APOIO OPERACIONAIS (CAOPs).....	145
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA).....	146
Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)	152

Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp/Crim).....	160
Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DH)	166
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/Educação)	179
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ).....	184
Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp/PIPD)	191
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade Administrativa e da Ordem Tributária e Econômica (CAOp-ProAd).....	194
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde).....	203
Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOp/MULHER)..	210
Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri – CAOp/JÚRI.....	217
COORDENADORIAS	225
Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)	225
Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP).....	230
Coordenadoria de Administração (CAD).....	239
Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)	246
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	253
Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)	267
Coordenadoria de Comunicação (CCOM)	271
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB).....	274
Programa Memória Institucional do MPMA	279
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI).....	282
Comissão Permanente de Licitação (CPL).....	291
Chefia de Cerimonial (CER).....	293
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)	301
ATOS NORMATIVOS – 2021	309
Glossário	319

APRESENTAÇÃO

No ano de 2021, o Brasil e o mundo continuaram sendo assolados pela Pandemia do COVID-19, flagelo que inflingiu muitas dificuldades à população, especialmente as mais vulnerabilizadas social e economicamente.

O Maranhão não ficou imune a mais um ano de crise sanitária, o que exigiu ainda mais dedicação e compromisso por parte do Ministério Público em manter-se firme em todas as suas frentes de atuação, por meio das Procuradorias e Promotorias de Justiça instaladas nas 112 comarcas do estado, a fim de garantir a defesa dos direitos fundamentais assegurados a todos os cidadãos e cidadãs pela Constituição Federal.

Com todos os desafios impostos pela pandemia, nossa Instituição não permitiu retrocessos. Os membros, servidores e colaboradores atuaram de forma incansável, dentro de suas áreas de atuação, o que permitiu que as nossas atividades processuais e extraprocessuais tivessem continuidade, centrando o foco no principal destinatário de nossas ações: a sociedade, especialmente as populações mais vulneráveis.

Para além de todos os outros desafios que se apresentaram nesses tempos de crise, algumas áreas demandaram especial atenção por parte do Ministério Público do Maranhão. Destacamos aqui, a saúde e a educação, pilares de uma sociedade que se pretende desenvolvida. Ambas exigiram dedicação supra na fiscalização da correta destinação de recursos públicos, a fim de garantir a concretização dos direitos humanos.

Em apoio a todas as atividades desempenhadas pelos valorosos integrantes do *Parquet* Timbira, está o planejamento estratégico institucional - bússola para uma atuação focada em resultados -, e que teve seu processo iniciado em 2021, envolvendo democraticamente a sociedade maranhense e contando com colaboração do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assim, é um orgulho poder apresentar este Relatório de Atividades ao público interno, às demais instituições e, principalmente à sociedade maranhense, destinatária de nossos serviços e razão maior de nossa existência como instituição, especialmente nesse momento em que não medimos esforços e tivemos que nos superar para cada vez melhor atendê-la.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para esse trabalho realizado com dedicação, tendo contribuído inestimavelmente para o desenvolvimento de nossa instituição.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

Procurador-Geral de Justiça

O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Execução.



Figura 1 - Intenção Estratégica do MPMA, Planejamento Estratégico 2021-2029

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para cumprir sua missão constitucional, o Ministério Público do Estado do Maranhão atua em três grandes áreas: criminal, especializada e cível.

Na área criminal, o MP é o titular da ação penal pública, por isso é sua função denunciar suspeitos de crimes indiciados pelas polícias. A investigação na área criminal também é prerrogativa do Ministério Público especialmente em operações de combate ao crime organizado.

Na área especializada, o MP atua na proteção de direitos difusos e coletivos, nas mais diversas temáticas como saúde, educação, infância e juventude, direitos humanos, meio ambiente, ordem urbanística, consumidor, criminal e patrimônio público. E, em sua atuação cível, o MP age como órgão interveniente (fiscal da lei) em processos judiciais de interesse público e que envolvem o interesse de incapazes (como crianças, além de idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade).



Quem integra o MPMA?

Fazem parte do Ministério Público, os Procuradores e Promotores de Justiça, além dos servidores, estagiários e terceirizados, que atuam em funções técnicas, administrativas e de assessoramento.

2.423

Pessoas trabalham no MPMA



Membros	324
Servidores Efetivos	603
Exclusivamente Comissionados	539
Requisitados	478
Aposentados /Pensionistas	170
Estagiários não obrigatórios	272
Voluntários	37

31

Procuradores de Justiça

293

Promotores de Justiça

Figura 2 – Quantitativo de Pessoal no MPMA 2021



ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Procuradoria Geral de Justiça

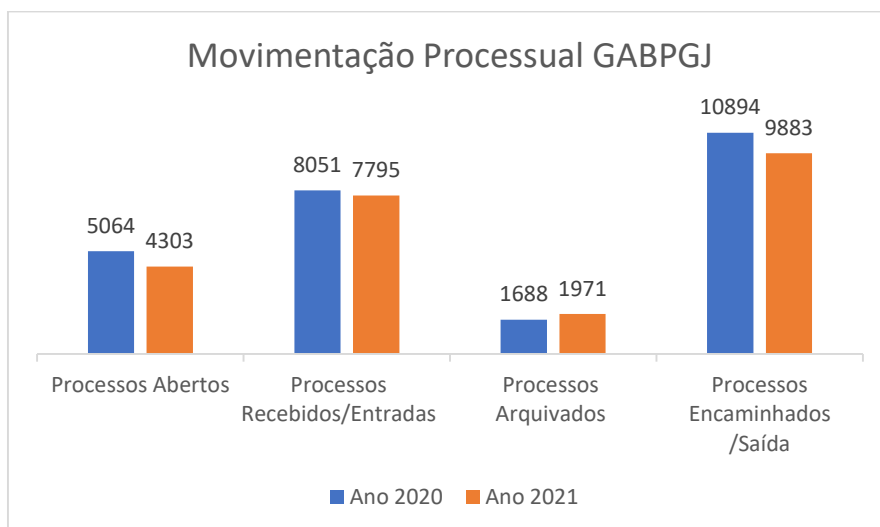
A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, eleito para o mandato/biênio 2020-2022, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

1 Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Em 2020, contou com um quadro de apoio técnico composto de 13 (treze) servidores, coordenados pela Promotora de Justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio ao Procurador-Geral de Justiça no exercício de suas funções.

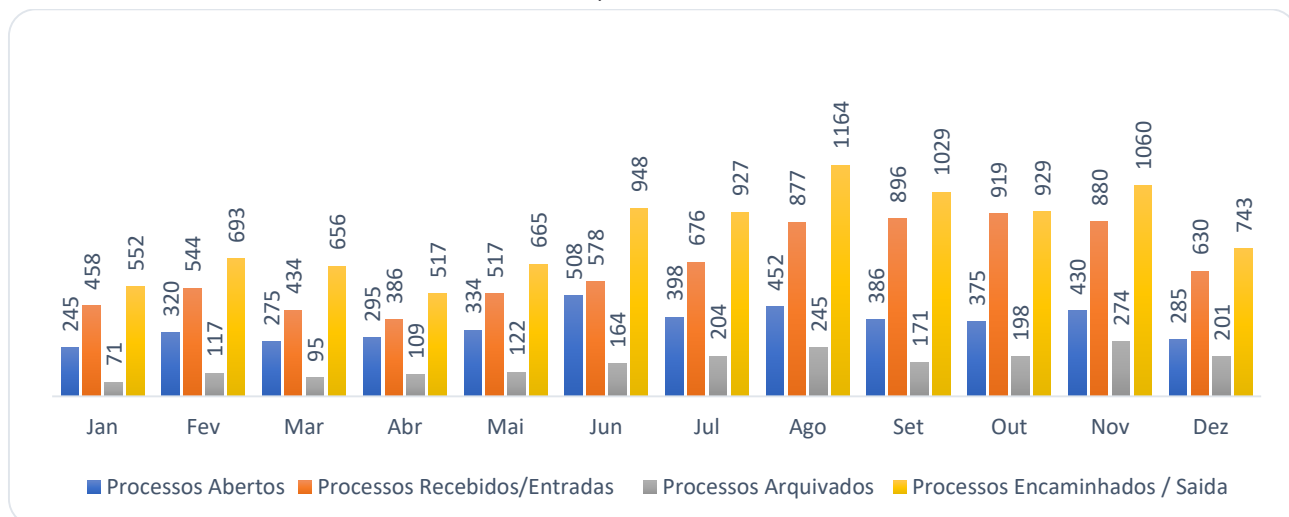
A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Gráfico 1 – Atividades administrativas do GABPGJ



Fonte: GABPGJ/GJ,2021.

Gráfico 2 – Atividades administrativas mensais do GAB/PGJ em 2021



Fonte: GABPGJ/GJ,2021.

Tabela 1 – Relatório Estatístico Anual de Documentos do GABPGJ

Documento	2021	2020
Decisão	2.662	983
Decisão Administrativa	489	2.597
Despachos	68	29
Ofício	881	780
Ofício Circular	82	42
Memorando	140	257
Memorando Circular	82	2
Parecer	6	244
Processos do SIMP/ Entrada	71.829	3.839
Processos SIMP / Saídas	65.208	3.458
Total	141.447	12.231

Fonte: GABPGJ/PGJ, 2021.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos - SUBJUR

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos exerce relevante papel no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, seja manifestando-se em processos judiciais, ajuizando ações cíveis e criminais em segunda instância, de competência da Justiça Estadual, e, ainda, interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

Suas atribuições também alcançam a representação do Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008, que disciplina o Regulamento Interno.

Vale ressaltar que cabe ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representar o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos, o que tem sido feito, eventualmente e sempre que necessário. Atualmente é dirigida pela Procuradora de Justiça, Lize de Maria Brandão de Sá Costa.

No ano de 2021, desacataram-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

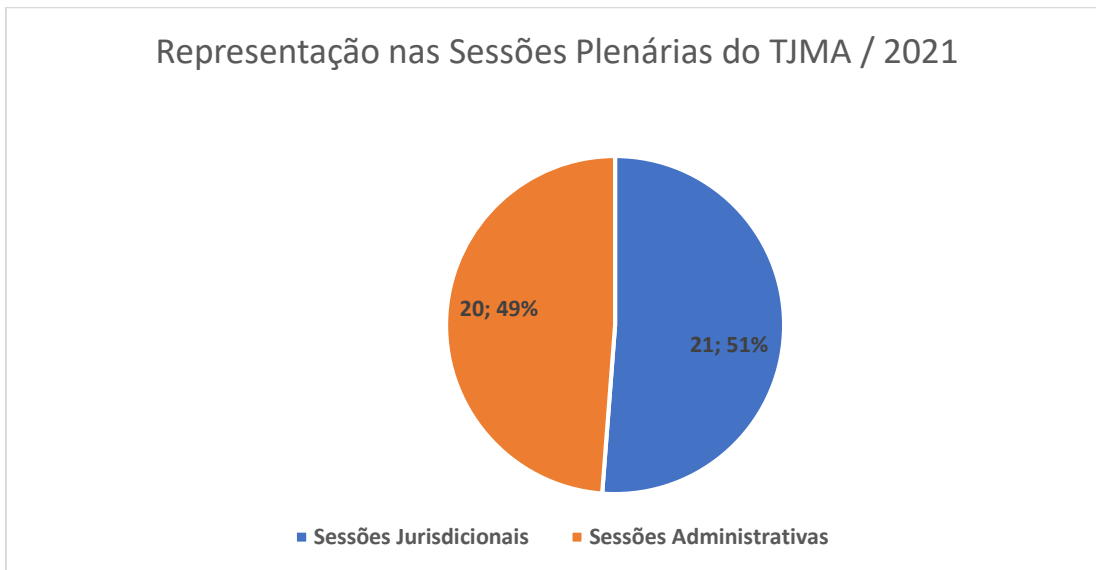
- Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos, visando o melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos Órgãos de destino;
- Representou o Procurador-Geral de Justiça em diversas situações de afastamento/impedimento;
- Coordenou os serviços da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição;
- Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias e demais afastamentos legais.

Tabela 2 – Representação Institucional nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça

<i>Participação</i>	2021
<i>Sessões Jurisdicionais</i>	21
<i>Sessões Administrativas</i>	20
<i>TOTAL</i>	41

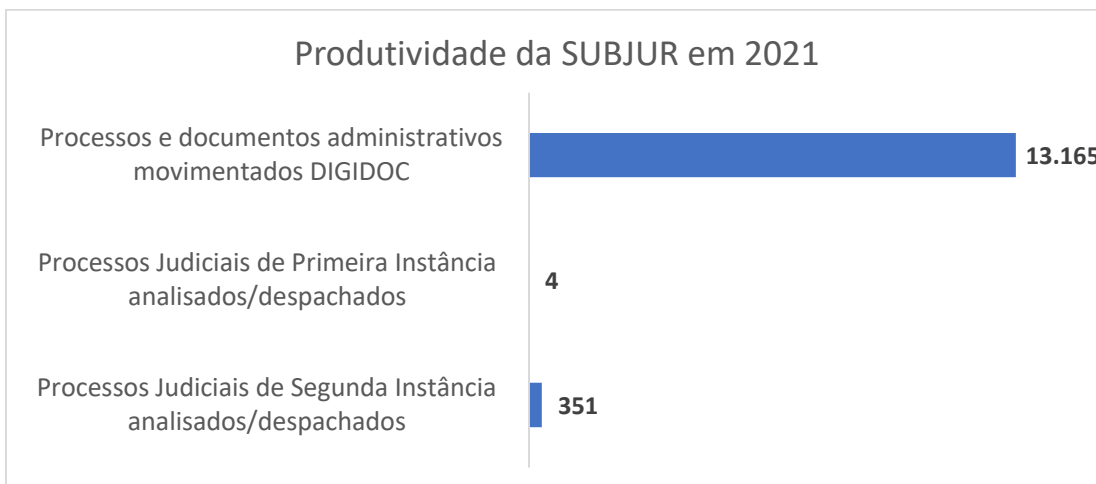
Fonte: SUBJUR/PGJ, 2021.

Gráfico 3 – Representações perante o Pleno do TJMA



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2021.

Gráfico 4 – Produtividade da SUBJUR



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2021.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos é um órgão de deliberação ligado ao Procurador-Geral de Justiça, prestando auxílio no desempenho de suas funções decisórias, administrativas e legislativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no ATOREG –222020 (publicado no DEMP nº 104, de 09/06/2020), que dispõe sobre o Regimento Interno desta Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, atuando na apreciação dos requerimentos administrativos dos servidores e dos membros desta Instituição, bem como na tomada das providências pertinentes em cada caso; sempre mantendo informada a Administração Superior acerca de suas decisões. Além disso, exerce o controle correcional dos atos praticados por servidores que possam ensejar a adoção de medidas disciplinares, com acento sobretudo nos artigos 234 a 373 da Lei 6.107/1994 (que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Cíveis Públicos do Estado) e, de forma subsidiária, nas disposições da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União).

Tem atuação destacada na análise dos mais diversos assuntos administrativos, podendo-se citar: concessões de adiantamentos e aprovação das respectivas prestações de contas; diárias e passagens aéreas; férias (concessões, interrupções, adiamentos, homologação de Escala de Férias anuais); progressões e promoções funcionais na carreira e adicionais de qualificação (AQ); licenças médicas definidas em lei e regulamentos próprios; demais afastamentos - como todas as licenças, incluindo licença prêmio e participação em cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento; designações de substituição de cargos comissionados e funções de confiança; abonos de permanência; adicionais pecuniários; pedidos de nomeações, exonerações, requisições e relotação de servidores; incorporação de tempo de serviço; concessões de gratificações e etc.

1 DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- Em 2021 foram concedidas **285 (duzentos e oitenta e cinco)** solicitações de adiantamentos para suprimento de fundos a membros e servidores, totalizando **R\$ 393.030,93**.
- Dos pleitos administrativos analisados em 2021, foram deferidas 288 (duzentas e oitenta e oito) Progressões/Promoções de servidores efetivos.
- Em relação à Política Local de Gestão de Pessoas, no âmbito do **Programa do Teletrabalho**, foram **deferidas 77 (setenta e sete) solicitações** para servidores efetivos, nas **modalidades mista e integral**.
- Foram autuados **2 (dois)** Processos Administrativos Disciplinares – PAD.
- Em relação à movimentação na carreira de servidores efetivos foram realizados **7 (sete) concursos de remoção**, contemplando **23 (vinte e três) servidores**.
- Em relação ao estágio não-obrigatório, foram convocados **41 (quarenta e um) estagiários de graduação e 221 (duzentos e vinte e um) de pós-graduação**.

- Edição e publicação do Ato Regulamentar Conjunto nº 02/2021 (ATO-REG-CONJ – 22021) com finalidade de disciplinar a ocupação de funções de confiança, conforme se verifica nos autos do processo nº 123852020.
- Edição do ATOREG – 412021, que dispõe sobre a rotina de atendimentos da Seção de Saúde Funcional da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e dá outras providências, dando maior segurança às atividades desenvolvidas pelos técnicos ali lotados.
- Promoção de curso de desenvolvimento profissional para profissionais terceirizados que atuam na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, visando a atualização profissional dos terceirizados e servidores que exercem funções de motorista, limpeza, recepcionista, técnico de informática e de apoio administrativo, buscando o aperfeiçoamento das respectivas prestações de serviço, especialmente quanto ao esclarecimento de questões relativas a postura, atendimento ao público, normas internas de conduta, entre outras, implicando na valorização e reconhecimento da importância de suas atividades.
- Contratação de mais de **40 (quarenta)** pessoas para ocupar cargo de auxiliar de apoio administrativo (terceirizados), objetivando a disponibilização de maior apoio ao serviço das unidades administrativas desta PGJ.
- **54 (cinquenta e quatro)** Servidores municipais/estaduais cedidos por meio de Termos de Convênios firmados.
- Em relação à implantação do e-Social na PGJ, foram encaminhadas as informações relativas a 1ª fase ao banco de dados do Governo Federal.
- Em relação à adequação dos atos da Instituição ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), providenciou-se a elaboração de minuta de Código de Ética dos Servidores deste Órgão do Ministério Público, cujo processo (125282021) encontra-se em fase de elaboração de estudo.

Tabela 3 – Produtividade da SUBADM

Atividades	2021
<i>Processos administrativos movimentados</i>	8.822
<i>Documentos Administrativos produzidos</i>	6.027
<i>Processo de caráter disciplinar instaurados</i>	2
<i>Punições aplicadas</i>	0
<i>Progressões Funcionais</i>	254
<i>Promoções</i>	34
<i>Adicionais de Qualificação</i>	33
<i>Termo de Convênios Assinados</i>	20
<i>Homologação de Estágio Probatório</i>	1

Fonte: SUBADM/PGJ, 2021.

Tabela 4 – Relatório Estatístico Anual da SUBADM – 2020.

ATIVIDADE	TOTAL
<i>Documentos Administrativos produzidos</i>	5.831
<i>Processos movimentados</i>	10.341
<i>Processo de caráter disciplinar instaurados</i>	01 (um)
<i>Punições aplicadas</i>	01 (demissão)
<i>Progressões Funcionais</i>	273
<i>Promoções</i>	57
<i>Adicionais de Qualificação</i>	65
<i>Termo de Convênios Assinados</i>	07
<i>Homologação de Estágio Probatório</i>	49
<i>Adiantamentos concedidos</i>	R\$ 341.975,45

Fonte: SUBADM/PGJ, 2021.

Colégio de Procuradores de Justiça - CPMP

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público composto por todos os 31 Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Suas atribuições estão previstas no artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 13/91, no artigo 10 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 020/2008) e no Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução nº 01/1984-CPMP).

Ao Colégio de Procuradores de Justiça, cabe velar, sobretudo, pela diretrizes institucionais e rever, em grau de recurso, os atos dos demais órgãos da Administração Superior ou órgãos disciplinares do Ministério Público. Suas decisões "serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes".

Atualmente, compõem o Colégio de Procuradores os seguintes membros:

Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes,
 Carlos Jorge Avelar Silva,
 Clodenilza Ribeiro Ferreira,
 Domingas de Jesus Froz Gomes,
 Eduardo Daniel Pereira Filho,
 Eduardo Jorge Hiluy Nicolau,
 Flávia Tereza de Viveiros Vieira,
 Francisco das Chagas Barros de Sousa,
 Iracy Martins Figueiredo Aguiar,
 Joaquim Henrique de Carvalho Lobato,
 José Antônio Oliveira Bents,
 José Henrique Marques Moreira,
 Krishnamurti Lopes Mendes França,
 Lígia Maria da Silva Cavalcanti,

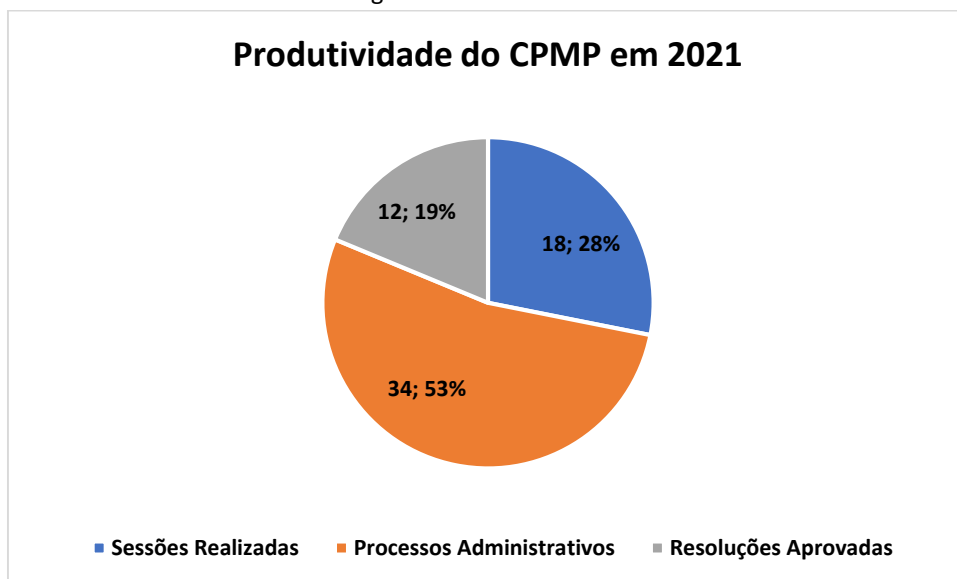
Lize de Maria Brandão de Sá Costa,
 Marco Antônio Anchieta Guerreiro,
 Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro,
 Maria dos Remédios Figueiredo Serra,
 Maria Luíza Ribeiro Martins,
 Mariléa Campos dos Santos Costa,
 Paulo Roberto Saldanha Ribeiro,
 Raimundo Nonato de Carvalho Filho,
 Regina Lúcia de Almeida Rocha,
 Regina Maria da Costa Leite,
 Rita de Cassia Maia Baptista Moreira,
 Sâmara Ascar Sauaia,
 Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf,
 Selene Coelho de Lacerda,
 Teodoro Peres Neto,
 Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim,
 Themis Maria Pacheco de Carvalho.

Tabela 5 – Atividades realizadas pelo CPMP

<i>Atividades</i>	2021
Sessões Realizadas	18
Processos Administrativos	34
Resoluções Aprovadas	12

Fonte: CPMP/PGJ, 2021.

Gráfico 5 – Produtividade do Colégio de Procuradores



Fonte: CPMP/PGJ, 2021.

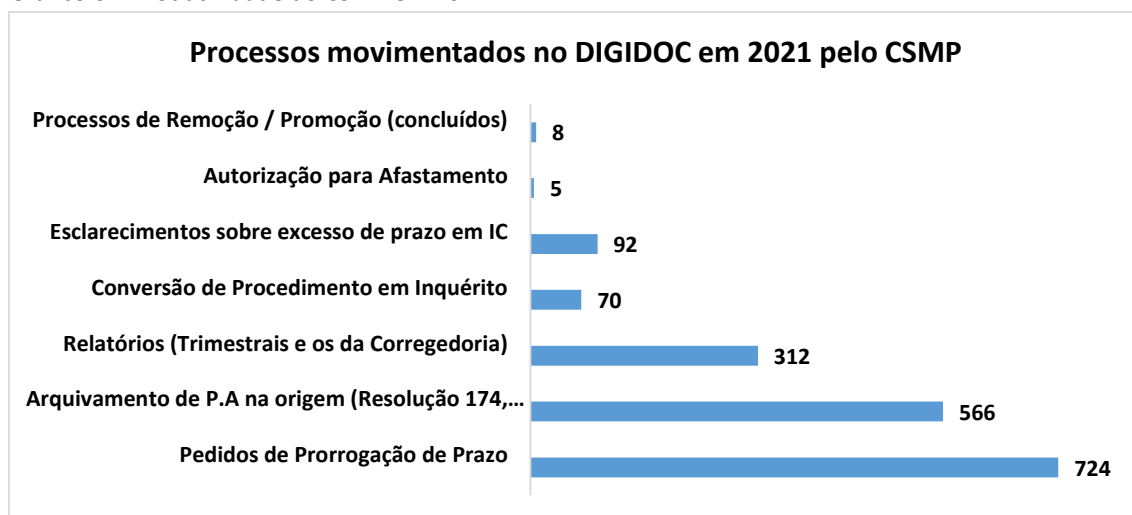
Conselho Superior do Ministério Público - CSMP

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos.

Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991. No biênio 2020-2022 integram o Conselho: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (Procurador-Geral de Justiça e Presidente do CSM); Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça (até 15.06.2020); os(as) Procuradores(as) de Justiça/Conselheiros(as): Francisco das Chagas Barros de Sousa (atual secretário), Themis Maria Pacheco de Carvalho, Mariléa Campos dos Santos Costa, Carlos Jorge Avelar Silva, Domingas de Jesus Froz Gomes, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato.

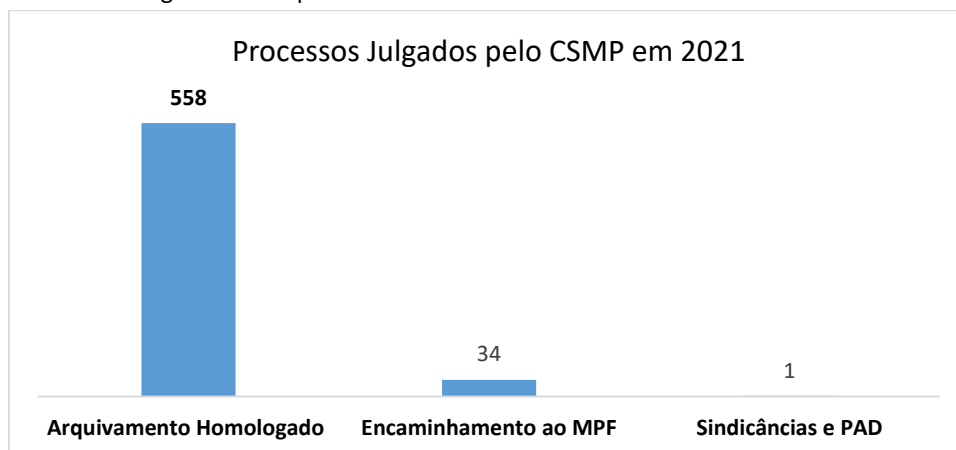
Em 2021, nas **23 sessões** do CSMP, foram apreciados **2.370 processos** (Digidoc + Julgados), em **média 103 por sessão**.

Gráfico 6 – Produtividade do CSMP em 2021



Fonte: CSMP/PGJ, 2021.

Gráfico 7 – Julgamento de processos nas sessões do CSMP em 2021



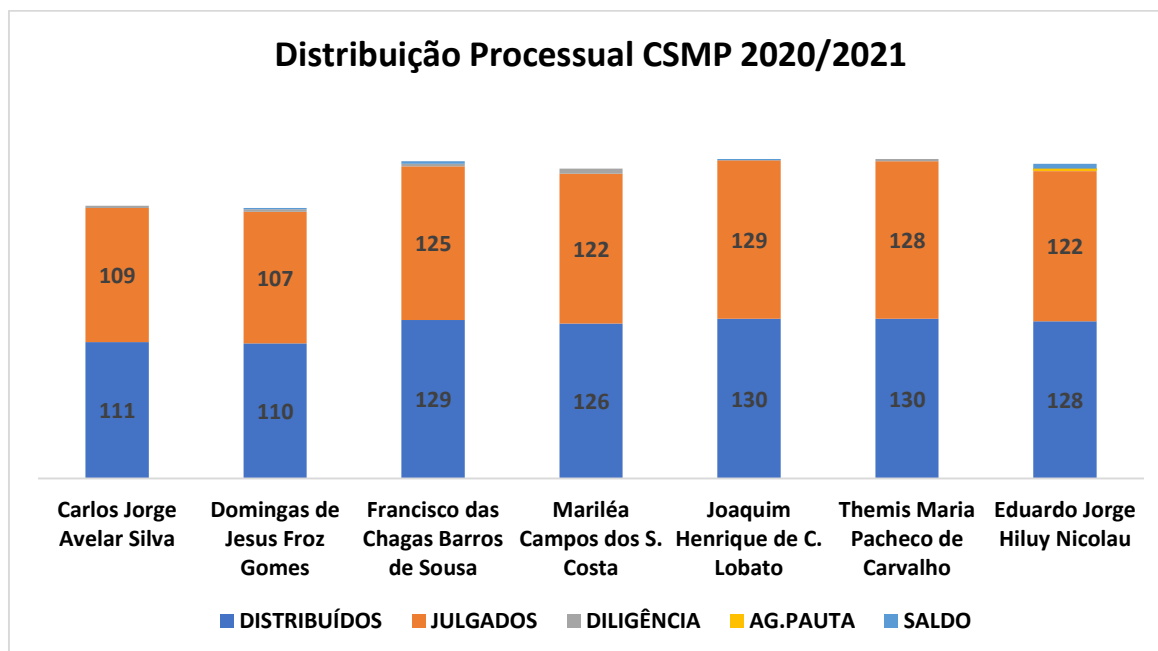
Fonte: CSMP/PGJ, 2021.

Tabela 6 - Distribuição processual

Conselheiro	Ano: 2020/2021				
	Distribuídos	Julgados	Diligência	Ag. Pauta	Saldo
<i>Carlos Jorge Avelar Silva</i>	111	109	2	0	0
<i>Domingas de Jesus Froz Gomes</i>	110	107	2	0	1
<i>Francisco das Chagas Barros de Sousa</i>	129	125	2	0	2
<i>Mariléa Campos dos S. Costa</i>	126	122	4	0	0
<i>Joaquim Henrique de C. Lobato</i>	130	129	0	0	1
<i>Themis Maria Pacheco de Carvalho</i>	130	128	2	0	0
<i>Eduardo Jorge Hiluy Nicolau</i>	128	122	0	2	4
TOTAL	864	842	12	2	8

Fonte: CSMP/PGJ, 2021.

Gráfico 8 – Processos distribuídos aos conselheiros



Fonte: CSMP/PGJ, 2021.

Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)

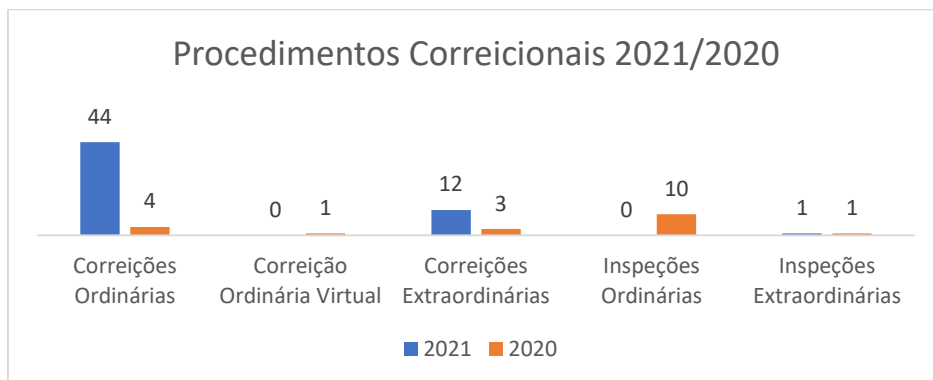
A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Tabela 7 – Atividades administrativas da Corregedoria

ATIVIDADES	2021	2020
<i>Correições Ordinárias</i>	44	4
<i>Correição Ordinária Virtual</i>	0	1
<i>Correições Extraordinárias</i>	12	3
<i>Inspeções Ordinárias</i>	0	10
<i>Inspeções Extraordinárias</i>	1	1
<i>Sindicância instaurada</i>	1	1
<i>Sindicância em tramitação</i>	0	2
<i>Procedimento Preliminar</i>	10	1
<i>PAD em andamento</i>	0	1
<i>Notificações</i>	2	11
<i>Vitalicimentos</i>	0	1
<i>Estágio Probatório</i>	1	0
<i>Exercício de Magistério</i>	29	27
<i>Pareceres</i>	1715	1926
<i>Despachos</i>	195	186
<i>Ofícios</i>	450	294
<i>Ofícios Circulares</i>	25	28
<i>Provimentos</i>	1	3
<i>Recomendações</i>	4	0
<i>Portarias</i>	30	27
<i>Memorandos</i>	198	334
<i>Relatórios</i>	24	0
<i>Editais</i>	3	0
<i>Comunicado</i>	1	1
<i>Decisões</i>	23	0
<i>Designações para Júri</i>	47	38
<i>Designações para Substituições</i>	919	210
<i>Participações em Sessões do Conselho Superior</i>	20	31
<i>Participações em Sessões do Colégio de Procuradores</i>	10	1

Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

Gráfico 9 – Quantidade de Procedimentos Correicionais da CGMP em 2020



Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

Quadro 1 – Reuniões com a participação da Corregedora-Geral

DATA	ATIVIDADE INSTITUCIONAL (REUNIÃO PRESENCIAL DE AUTORIDADES)	FINALIDADE
01.01.2021	Procurador-Geral de Justiça, Corregedora-geral, Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Xavier; Secretário Estadual da Casa Civil, Marcelo Tavares; Procurador-Geral do Estado, Rodrigo Maia; Secretário Municipal de Saúde de São Luís, Joel Nunes Júnior; Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, Marcelo Correa; Subsecretário de Estado de Indústria, Comércio e Energia, Expedito Rodrigues; Secretário de Estado Adjunto de Assistência à Saúde, Carlos Vinícius Ribeiro. Promotores de Justiça Herbeth Figueiredo e Lítia Cavalcanti (São Luís), Reinaldo Campos (Raposa), Márcio José Cruz (São José de Ribamar), Gabriela Tavernard (Paço do Lumiar), José Márcio Maia Alves (Secretaria para Assuntos Institucionais) e Carlos Henrique Vieira (Secretaria de Planejamento e Gestão).	Debater sobre o controle de aglomeração e medidas preventivas ao coronavírus.
27.01.2021	Procurador-Geral de Justiça, Corregedora-geral, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Energia, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Secretário de Saúde Adjunto, Representantes de Bares e Restaurantes e outros.	Debater ações de combate ao coronavírus no período carnavalesco e pré-carnavalesco.
17.08.2021	Procurador-Geral Eduardo Nicolau, Corregedora-Geral do Ministério Público, Themis Carvalho, Subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Regina da Costa Leite; a diretora da Escola Superior do Ministério Público, Karla Adriana Farias Vieira; e o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), José Márcio Maia Alves, o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Carlos Henrique Rodrigues Vieira, acompanhado pelos servidores lotados	Apresentação dos resultados da consulta pública oriundos da primeira etapa do novo Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão para o período de 2021-2029.
01.10.2021	Integrou a comissão para eleição do Conselho Superior do Ministério Público	
19.10.2021	Reunião com os deputados federais Marcelo Ramos Rodrigues (Amazonas) e Guiga Peixoto (São Paulo), na Câmara dos Deputados em Brasília.	Discussão com os parlamentares de pontos relevantes da Proposta de

Emenda Constitucional nº 5 para o Ministério Público e para a sociedade brasileira.

Fonte: CGMP/PJ, 2021.

Quadro 2 – Reuniões de trabalho da Corregedora-Geral com Membros

DATA	ATIVIDADE INSTITUCIONAL	FINALIDADE
18.01.2021	Reunião por videoconferência com o Procurador-Geral de Justiça, Promotores de justiça com atribuição na área da saúde de todo o Maranhão.	Debater estratégias de atuação conjunta contra o coronavírus. Centrar esforços de prevenção no momento em que os casos de Covid-19 voltaram a aumentar no país.
25.01.2021	Reunião por videoconferência com o Ministério Público de Goiás para apresentação do programa de correição virtual e-Monitore.	Cessão do programa ao Ministério Público do Maranhão.
09.02.2021	Reunião por videoconferência com os Promotores de justiça com atribuição criminal da Comarca de Timon.	Debater acerca da divisão de atribuições das Promotorias Criminais.
07.04.2021	Reunião por videoconferência com membros e servidores do Ministério Público do Maranhão.	Orientações sobre o procedimento correicional virtual, seu calendário e diretrizes para o ano de 2021.
16.04.2021	Corregedora-geral do Ministério Público do Maranhão, Themis Carvalho, os promotores de justiça corregedores e a equipe da coordenação de informática, atualmente composta pelos promotores de justiça Felipe Rotondo (1ª Promotoria de Buriticupu), Larissa Sócrates Bastos (1ª Promotoria de Santa Inês) e Tibério Augusto Lima de Melo (5ª Promotoria Criminal de Imperatriz).	Tratativas para desenvolvimento, no ambiente SIMP, das ferramentas e funcionalidades para gestão dos processos de correições e inspeções. Efetiva interoperabilidade dos sistemas SIMP, PJE, DIGIDOC e SEUU.
30.04.2021	Reunião por videoconferência com os Promotores de justiça da área de Execuções Penais da Comarca da Ilha.	Tratar da comunicação de dados entre o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e os sistemas SIMP (processos judiciais) e Digidoc (processos administrativos).
10.05.2021	Reunião com a equipe da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI).	Sugestão de ajustes e novas funções para a emissão de relatórios do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP)
17.05.2021	Reunião virtual com a equipe da corregedoria e os promotores a serem correicionados.	Orientações sobre correições.
02.06.2021	Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na carreira ministerial.	Orientações sobre temas, comunicações e providências relacionadas às competências da Corregedoria.
14.07.2021	Reunião com Promotores de Justiça em Imperatriz	Orientações sobre temas, comunicações e providências relacionadas às competências da Corregedoria.
24.08.2021	Reunião com Promotores de Justiça	Orientações sobre o controle das ações interpostas e o correto cadastramento das atividades

		procedimentais e não procedimentais
09.09.2021	Reunião com Promotores e servidores da PGJ	Discussão sobre o aperfeiçoamento do SIMP e propostas para operacionalizar a interoperabilidade entre os sistemas do Ministério Público e o e-Monitore, que foi cedido pelo MP de Goiás para utilização em correições

Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

Quadro 3 – Reuniões Virtuais da Corregedora-Geral com Membros do MP

DATA	ATIVIDADE INSTITUCIONAL	FINALIDADE
06.08.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça de Imperatriz.	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores.
26.08.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça da entrância final.	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores.
03.09.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça da entrância intermediária.	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores.
15.09.2020	Reunião por videoconferência com o Ministério Público do Rio de Janeiro.	Apresentação do programa “Parquet Digital”, com vistas à implantação no Ministério Público do Maranhão.
24.09.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça da entrância inicial.	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores.

Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

Quadro 4 – Visitas Institucionais

DATA	ATIVIDADE INSTITUCIONAL
15.07.2021	Visita à sede da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM) e à Casa da Mulher Maranhense. Visita à sede das Promotorias de Justiça de Açailândia.
02.09.2021	Visita de cortesia do prefeito do município de Codó José Francisco Lima Neres à Corregedora.

Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

Quadro 5 – Participação em Congressos, Seminários, Solenidades, Sessões

DATA	EVENTO
25.03.2021	Lançamento da obra coletiva: Direitos Humanos e Fraternidade. Estudos em homenagem ao Ministro Reynaldo Soares da Fonseca – canal do TJMA no Youtube.

15.04.2021	Webnário - 5º Simpósio de Economia Internacional, promovido pela Universidade de São Petesburgo, na Rússia. Palestrantes: Profs. Daisuke Kotegawa, Diretor Executivo do FMI para o Japão, Prof. Keith Nurse, Presidente do Sir Arthur Lewis Community College em St. Lucia-Caribe, Prof. Avdokushin, professor de economia internacional da Universidade de São Petesburgo-Rússia e Prof. Dr. Roberto Veloso, Juiz Federal-MA e o Prof. Cláudio Guimarães- Promotor de Justiça MPMA. O evento foi mediado pela Profa. Dra. Mery Thyel, professora visitante do curso de mestrado da UFMA.
28.06.2021	Cerimônia de lançamento do Livro AMPEM 50 Anos
09.07.2021	Solenidade de lançamento da Revista Eletrônica Minerva
14.07.2021	Cerimônia de inauguração das novas instalações do prédio anexo das Promotorias de Justiça de Imperatriz
21.07.2021	Cerimônia de inauguração das novas instalações do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em um espaço anexo ao Centro Cultural do MPMA, na região central da capital.
17.08.2021	Participação da cerimônia de assinatura do Termo de Convênio nº 3/2021, entre o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O convênio prevê a oferta do curso de pós-graduação lato sensu em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.
30.08.2021	Encerramento da campanha Agosto Lilás
23.09.2021	Seminário virtual “Governança, transparência e controles internos municipais”. Promovida em parceria pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelos Ministérios Públicos do Maranhão e de Santa Catarina.
31.08.2021	Encontro Regional do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029, destinado a membros, servidores e estagiários da instituição.
13.10.2021	Participação em ato público contra a Proposta de Emenda à Constituição 5/2021, em frente à sede das Promotorias de Justiça de São Luís.
25.10.2021	Participação em ato público contra a Proposta de Emenda à Constituição 5/2021, em frente à sede do MP do Distrito Federal e Territórios, em Brasília.
25.10.2021	Lançamento do Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (Padhum)
18.11.2021	Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, realizado pelo Fórum Estadual de Educação Ambiental, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Conselho Estadual de Educação e a Escola Ambiental do Maranhão.
22.11.2021	II Encontro de Unidades Correcionais, realizado em Brasília.
31.08.2021	Encontro Regional do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2021-2029, destinado a membros, servidores e estagiários da instituição.
25.11.2021	Participação no 87º Encontro do Colégio Permanentes de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil - ENCOGE, com o tema “Justiça 4.0 – A transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro”
26.11.2021	Participação no Simpósio Sistema de Justiça Militar e Segurança Pública no Estado Democrático de Direito.

Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

Quadro 6 – Participação em reuniões de Corregedores-Gerais

DATA	REUNIÃO
06.08.2021	123ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU), realizada no Rio de Janeiro.
18.10.2021	Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU)
02 e 03.12.2021	124ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU), realizada no Rio de Janeiro.

Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

Quadro 7 – Participação em Sessões do CNMP

DATA	SESSÃO
27.04.2021	6ª Sessão Ordinária de 2021 do CNMP
11.05.2021	7ª Sessão Ordinária de 2021 do CNMP
08.06.2021	9ª Sessão Ordinária de 2021 do CNMP
14.09.2021	13ª Sessão Ordinária do CNMP
18.10.2021	15ª Sessão Ordinária do CNMP.

Fonte: CGMP/PGJ, 2021.

1. PROPOSIÇÕES

- Provimento nº 01/2021, que estabelece o regimento das correições e inspeções, no âmbito da instituição, alterando os provimentos nº 01/2015-CGMP, de 31 de agosto de 2015, e 01/2020-CGMP, de 10 de junho de 2020;
- Ato da CGMP nº 01/2021, que cria e estabelece normas para a publicação na Revista Eletrônica da Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão, Revista Minerva.

2. OUTRAS INICIATIVAS DA CORREGEDORIA GERAL

- Cadastramento uniforme na base de dados do Simp – OFC-CIRC-CGMP-32021.

Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991. Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

1. Dados Estatísticos das Procuradorias de Justiça na Área Criminal:

Tabela 8 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Criminal¹

1ª Turma Criminal	Rec.	Dev.	Atual	HC	Ap Crim	R. S. Est.	R. HC	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Outros
2ª Procuradoria de Justiça Criminal	1655	2076	-421	408	887	117	0	17	0	0	31	0	195
3ª Procuradoria de Justiça Criminal	1670	2090	-420	363	935	105	0	18	2	0	37	2	208
5ª Procuradoria de Justiça Criminal	1536	1828	-292	448	762	74	0	18	1	0	44	0	189
7ª Procuradoria Criminal	1482	1664	-182	378	721	94	0	27	1	0	57	0	204
Total	6343	7658	-1315	1597	3305	390	0	80	4	0	169	2	796
2ª Turma Criminal													
2ª Turma Criminal	Rec.	Dev.	Atual	HC	Ap Crim	R. S. Est.	R. HC	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Outros
1ª Procuradoria de Justiça Criminal	1130	1287	-157	408	503	73	0	8	0	0	5	0	133
4ª Procuradoria de Justiça Criminal	1204	1401	-197	419	553	97	0	7	0	0	19	0	109
6ª Procuradoria de Justiça Criminal	1339	1623	-284	425	660	100	0	4	0	0	11	0	139
8ª Procuradoria Criminal	1261	1566	-305	445	600	67	0	5	0	0	8	0	136
Total	4934	5877	-943	1697	2316	337	0	24	0	0	43	0	517
3ª Turma Criminal													
3ª Turma Criminal	Rec.	Dev.	Atual	HC	Ap Crim	R. S. Est.	R. HC	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Outros
9ª Procuradoria de Justiça Criminal	907	1182	-275	291	404	70	0	7	0	0	7	0	128
10ª Procuradoria de Justiça Criminal	1032	1404	-372	310	498	99	0	8	0	0	16	0	101
11ª Procuradoria de Justiça Criminal	958	1311	-353	298	486	55	0	5	0	0	12	0	102
12ª Procuradoria Criminal	898	1146	-248	318	374	52	0	6	0	0	18	0	130
Total	3795	5043	-1248	1217	1762	276	0	26	0	0	53	0	461

1 Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2021.

Órgão Especial	Rec.	Dev.	Atual	HC	Ap Crim	R. S. Est.	R. HC	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Outros
Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça	33	8	25	1	0	0	0	0	0	0	0	0	32
Total	33	8	25	1	0	0	0	0	0	0	0	0	32

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

2. Dados Estatísticos das Procuradorias de Justiça na Área Cível:

Tabela 9 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Cível

1ª Turma Cível	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
1ª Procuradoria de Justiça Cível	2779	3000	-221	18	566	2008	84	11	1	0	0	0	3	88
9ª Procuradoria de Justiça Cível	2777	3083	-306	18	566	2011	82	12	11	2	1	1	0	73
12ª Procuradoria de Justiça Cível	2798	3016	-218	20	564	2037	81	7	8	0	0	0	0	81
Total	8354	9099	-745	56	1696	6056	247	30	20	2	1	1	3	242

2ª Turma Cível	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
4ª Procuradoria de Justiça Cível	3213	3439	-226	20	630	2347	110	15	4	2	0	0	0	85
8ª Procuradoria de Justiça Cível	3243	3380	-137	21	613	2371	109	11	7	1	0	0	0	110
17ª Procuradoria de Justiça Cível	3273	3440	-167	16	629	2433	100	9	2	0	0	0	0	84
Total	9729	10259	-530	57	1872	7151	319	35	13	3	0	0	0	279

3ª Turma Cível	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
2ª Procuradoria de Justiça Cível	2503	2692	-189	17	469	1864	74	4	6	1	0	0	0	68
3ª Procuradoria de Justiça Cível	2540	2460	80	18	464	1890	81	11	2	0	0	0	0	74
14ª Procuradoria de Justiça Cível	2457	2582	-125	19	445	1852	59	13	1	1	0	0	0	67
15ª Procuradoria de Justiça Cível	2549	2772	-223	23	471	1901	67	13	6	0	0	0	0	68
Total	10049	10506	-457	77	1849	7507	281	41	15	2	0	0	0	277

4ª Turma Cível	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
5ª Procuradoria de Justiça Cível	3360	2950	410	15	908	2315	61	0	6	0	0	0	0	55
7ª Procuradoria de Justiça Cível	2817	3274	-457	12	754	1864	74	22	8	4	0	0	0	79
10ª Procuradoria de Justiça Cível	2499	3012	-513	15	370	1867	101	21	9	6	0	1	0	109
Total	8676	9236	-560	42	2032	6046	236	43	23	10	0	1	0	243

5ª Turma Cível	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
----------------	------	------	-------	------	----------	---------	-----------	--------	-----------	-----------	-------------	--------------	----------	--------

11ª Procuradoria de Justiça Cível	3226	3391	-165	14	568	2427	101	22	5	5	0	0	0	84
13ª Procuradoria de Justiça Cível	3250	3731	-481	13	583	2440	98	16	5	3	0	4	0	88
16ª Procuradoria de Justiça Cível	3209	3775	-566	15	563	2463	78	16	0	0	0	0	0	74
Total	9685	10897	-1212	42	1714	7330	277	54	10	8	0	4	0	246

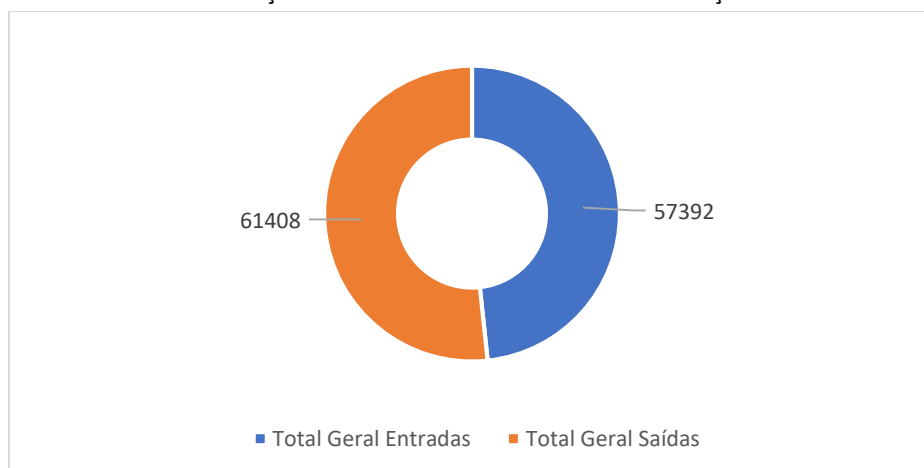
6ª Turma Cível	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
6ª Procuradoria de Justiça Cível	2741	3068	-327	19	543	2038	60	15	2	0	0	0	0	64
18ª Procuradoria de Justiça Cível	2702	2925	-223	0	523	2011	68	15	8	4	0	2	0	71
19ª Procuradoria de Justiça Cível	2717	2967	-250	12	521	2015	64	23	9	3	0	0	0	70
Total:	8160	8960	-800	31	1587	6064	192	53	19	7	0	2	0	205

7ª Turma Cível	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
20ª Procuradoria de Justiça Cível	608	615	-7	5	32	539	14	0	0	0	0	0	0	18
21ª Procuradoria de Justiça Cível	596	598	-2	5	33	536	11	1	0	0	0	0	0	10
22ª Procuradoria de Justiça Cível	592	584	8	2	55	511	18	0	0	0	0	0	0	6
23ª Procuradoria de Justiça Cível	593	595	-2	2	34	528	21	0	0	0	0	0	0	8
Total:	2389	2392	-3	14	154	2114	64	1	0	0	0	0	0	42

Órgão Especial	Rec.	Dev.	Atual	MSeg	Ag. Inst	Ap Civ.	Rem Neces	A Resc	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec.Esp	Ag. Ins. Esp	Rec. Ext	Outros
Assessoria Especial do Procurador-Geral	350	59	291	91	0	3	0	0	1	0	0	0	0	255
Total:	350	59	291	91	0	3	0	0	1	0	0	0	0	255

Fonte: SIMP/CG/PJG, 2021.

Gráfico 10 - Movimentação Processual das Procuradorias de Justiça em 2021



Fonte: SIMP/CG/PJG, 2021.

Promotorias de Justiça

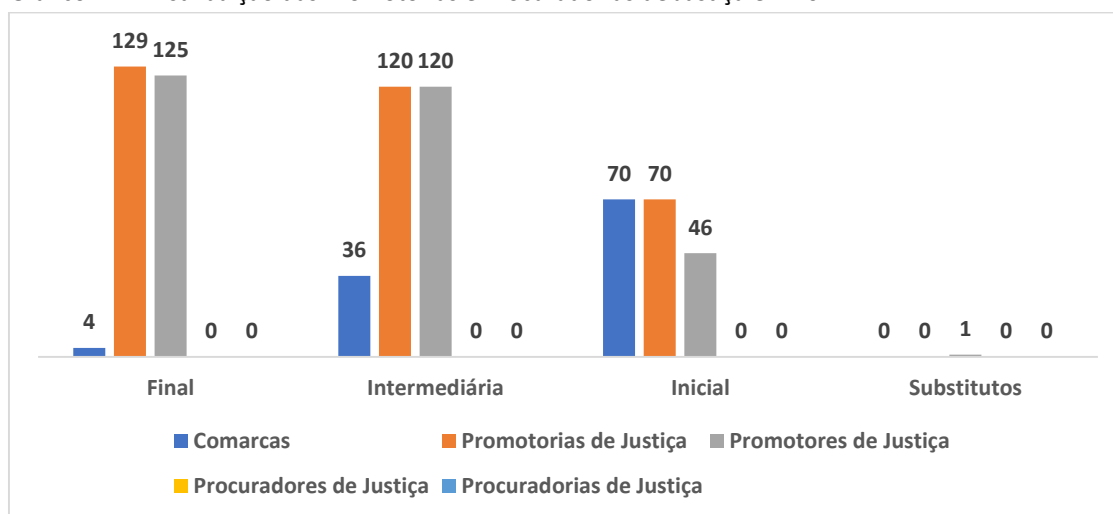
As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

Tabela 10 – Quadro de Distribuição das Unidades Ministeriais x Membros 2021

Entrância	Comarcas	Promotorias de Justiça	Promotores de Justiça	Procuradores de Justiça	Procuradorias de Justiça
Final	4	129	125	-	-
Intermediária	36	120	120	-	-
Inicial	70	70	46	-	-
Substitutos	-	-	1	-	-
TOTAL	110	319	292	31	35

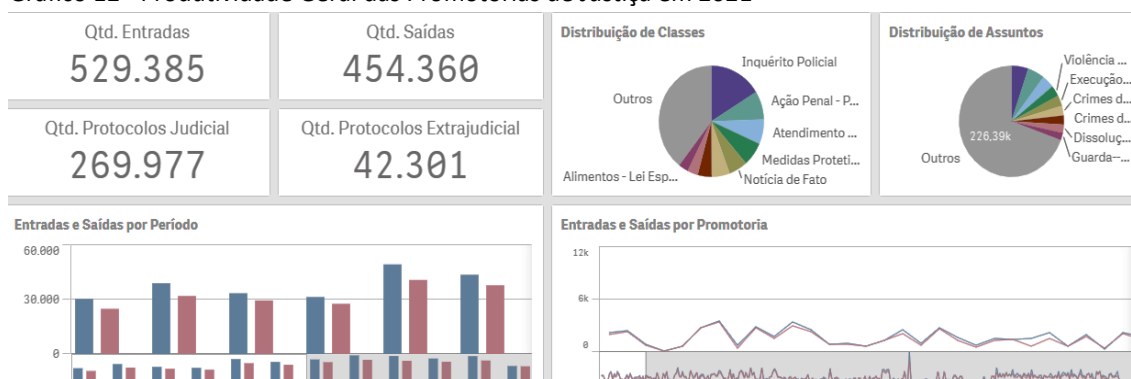
Fonte: CG/PGJ, 2021.

Gráfico 11 – Distribuição das Promotorias e Procuradorias de Justiça em 2021



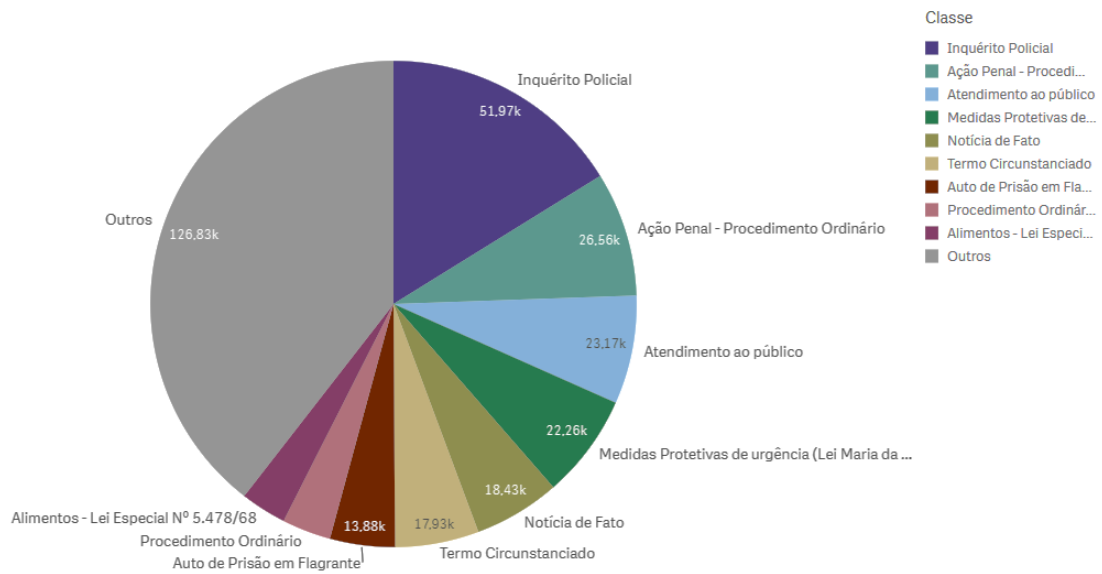
Fonte: CG/PGJ, 2021.

Gráfico 12 - Produtividade Geral das Promotorias de Justiça em 2021



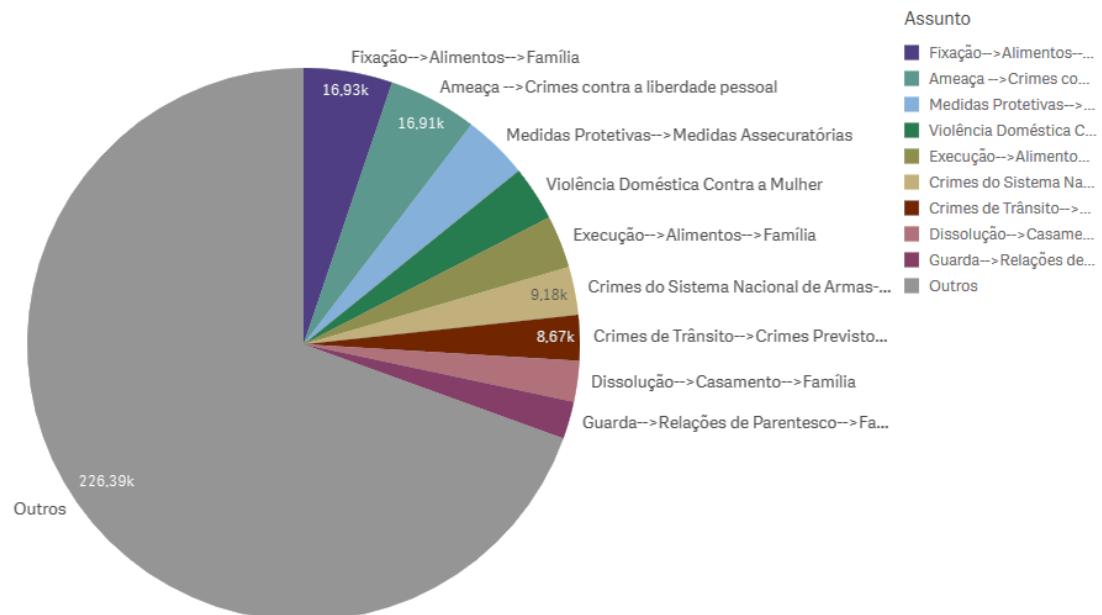
Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Gráfico 13 – Produtividade Geral das Promotorias de Justiça em 2021 por Classe



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Gráfico 14 – Produtividade Geral das Promotorias de Justiça em 2021 por Assunto



Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Estatísticas da Atuação em Primeiro Grau² na Área Cível

Tabela 11 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Inquérito Civil, Procedimento Preparatório).

CLASSE	Código ³ Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS				
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento				Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
				Instaurados (Antes D-3)	Instaurados (D-3)	Instaurados (D-2)	Instaurados (D-1)			Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
Inquérito Civil	(910004)	304	602	334	221	356	284	160	8	435	9	53
Procedimento Preparatório	(910003)	69	88	200	101	114	48	19	2	24	1	3

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS				
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	25	37	25	4	0	21	0	2
Direito do Consumidor	(1156)	5	17	5	3	3	11	1	3
Educação	(10051), (10029)	1	23	1	5	0	10	0	1
Improbidade Administrativa	(10011)	148	330	136	126	1	202	8	21
Meio Ambiente	(10438), (10110)	32	58	31	19	2	29	2	7
Ordem Urbanística	(11802)	19	39	18	9	0	17	2	1
Pessoa Idosa	(11842)	0	3	0	1	0	2	0	0
Pessoas com Deficiência	(11843)	2	7	2	25	0	3	1	0
Saúde	(10064)	7	56	7	16	0	34	4	4

Fonte: SIMP/CG/PJ, 2021.

2 Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2021.

3 Ver Glossário das Tabelas Unificadas no final da publicação.

Tabela 12 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Notícia de Fato)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
		Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Ajuizamento de Ação (920012)
Notícia de Fato	(910002)	630	7978	560	772
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
		Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Ajuizamento de Ação (920012)
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	61	1247	48	134
Direito do Consumidor	(1156)	10	146	10	5
Educação	(10051), (10029)	4	151	4	8
Improbidade Administrativa	(10011)	130	1003	119	112
Meio Ambiente	(10438), (10110)	26	175	26	13
Ordem Urbanística	(11802)	30	61	30	4
Pessoa Idosa	(11842)	19	226	16	14
Pessoas com Deficiência	(11843)	6	73	5	6
Saúde	(10064)	56	547	56	47

Fonte: SIMP/CG/PJ, 2021.

Tabela 13 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça Procedimento Administrativo

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE					MOVIMENTOS			Recomendação (920068)
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento			
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)		
PA de Acompanhamento de Instituições	(910032)	0	0	0	0	0	0	0	0	
PA de Acompanhamento de Políticas Públicas	(910031)	0	0	0	0	0	0	0	0	
PA de Acompanhamento de TAC	(910030)	0	0	0	0	0	0	0	0	
PA de Outras Atividades não sujeitas a IC	(910034)	0	0	0	0	0	0	0	0	
PA de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis	(910033)	0	0	0	0	0	0	0	0	
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE					MOVIMENTOS			Recomendação (920068)
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento			
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)		
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Direito do Consumidor	(1156)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Educação	(10051) (10029)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Improbidade Administrativa	(10011)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Meio Ambiente	(10438) (10110)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ordem Urbanística	(11802)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pessoa Idosa	(11842)	0	0	0	0	0	0	0	0	

Pessoas com Deficiência	(11843)	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	(10064)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 14 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Investigatório do MP - Peças de Informação - PIC)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS		
		Instaurados (920037)	Finalizados	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncia (920016) (920015)	Arquivamento (920087)
				Instaurados (Antes D-3)	Instaurados (D-3)	Instaurados (D-2)	Instaurados (D-1)			
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)	0	174	139	87	64	41	2	26	104
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE				MOVIMENTOS				
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncia (920016), (920015)		Arquivamento (920087)		
Concussão	(3553)	0	0	0	0	0		0		
Corrupção Ativa	(3568)	0	2	0	0	0		2		
Corrupção Passiva	(3555)	0	2	0	0	0		2		
Crime de Organização Criminosa	(930420)	0	0	0	0	5		0		
Crimes contra a Ordem Tributária	(3614)	0	16	0	0	3		16		
Crimes da Lei de Licitações	(3642)	0	16	0	0	5		10		
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(3628)	0	0	0	0	0		0		

Crimes de Abuso de Autoridade	(3606)	0	6	0	0	0	3
Crimes de Tortura	(3631)	0	2	0	0	0	0
Peculato	(3548)	0	4	0	0	0	2
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	(3608)	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 15 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Preparatório Eleitoral)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS			
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Notícia de Fato	(910002)	630	7978	560	670	76	7489	189
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)	0	174	0	13	26	104	0
Procedimento Preparatório Eleitoral	(910018)	2	53	2	9	0	53	0
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS			
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Abuso de Poder Econômico	(11718)	0	11	0	0	0	10	0
Abuso de Poder Político/Autoridade	(11719)	0	3	0	0	0	3	0
Abuso/Uso Indevido de Meio de Comunicação Social	(11720)	0	1	0	0	0	1	0
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)	0	10	0	0	0	8	0
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)	0	0	0	0	0	0	0
Conduta Vedada	(12063)	0	0	0	0	0	0	0
Convenção Partidária	(11753)	0	2	0	0	0	2	0

Direito de Resposta	(11593)	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Políticos	(11725)	0	0	0	0	0	0	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)	0	0	0	0	0	0	0
Filiação Partidária	(11755)	0	0	0	0	0	0	0
Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)	0	1	0	0	0	1	0
Meios Processuais	(12064)	0	0	0	0	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Candidato	(12046)	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Comitê Financeiro	(12047)	0	0	0	0	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral – Extemporânea / Antecipada	(11667)	0	18	0	1	0	18	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	(11652)	0	36	0	1	0	36	0
Propaganda Política – Propaganda Partidária	(11773)	0	1	0	0	0	1	0
Registro de Candidatura – DRAP Partido/Coligação	(12044)	0	0	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura – RRC – Candidato	(11618)	0	1	0	0	0	1	0

Fonte: SIMP/CG/PJ, 2021.

Tabela 16 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Processo Civil e do Trabalho, excetuados: Incidentes trabalhistas; Procedimentos trabalhistas; Processo de execução trabalhista e Recursos trabalhistas; Recursos)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Processo Civil e do Trabalho	(2) [EXCETO (1071), (1070), (1068) e (1067)]	1269	83331	736	3001	6

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 17 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Seção Cível)

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)	
Direito da Criança e do Adolescente -> Seção Cível	(9964)	126	74	0	0	

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 18 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Eleitoral (Processo Eleitoral)

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Abuso de Poder Econômico	(11718)	1	16	2	0	0
Abuso de Poder Político/Autoridade	(11719)	0	16	2	0	0
Abuso Uso Indevido de Meio de Comunicação Social	(11720)	0	3	0	0	0
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)	0	7	0	0	0

Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)	0	0	0	0	0
Conduta Vedada	(12063)	0	0	0	0	0
Convenção Partidária	(11753)	0	0	0	0	0
Direito de Resposta	(11593)	0	12	0	0	0
Direitos Políticos	(11725)	0	4	0	0	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)	0	16	0	0	0
Filiação Partidária	(11755)	1	9	0	0	0
Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)	0	12	0	0	0
Meios Processuais	(12064)	0	0	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Candidato	(12046)	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Comitê Financeiro	(12047)	0	0	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	(11652)	0	136	28	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral – Extemporânea/Antecipada	(11667)	0	26	16	0	0
Propaganda Política – Propaganda Partidária	(11773)	0	2	0	0	0
Registro de Candidatura – DRAP Partido/Coligação	(12044)	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura - RRC - Candidato	(11618)	1	10	3	0	0

Fonte: SIMP/CG/PJ, 2021.

Estatísticas da Atuação em Primeiro Grau na Área Criminal

Tabela 19 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Inquéritos Policiais e Auto de Prisão)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
		Recebidos (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Arquivamento (920092), (920087)				Denúncias Oferecidas (920016), (920015)			
			Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)		Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)	Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)
Autos de Prisão	(12121), (280)	480	476	377	441	433	190	437	596	224	127	4401	2644	1776	2831
Inquérito Policial	(279)	698	695	671	905	720	1068	5674	958	1428	1416	35561	13941	10052	10608
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
		Recebidos (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)				Denúncias Oferecidas (920016), (920015)			
			Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)		Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)	Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)
Atos de Terrorismo	(12218)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	(5873), (5872), (3547)	43	43	30	29	16	33	38	7	13	7	393	210	169	195
Crimes contra a	(3463)	45	45	43	81	53	3	181	62	128	53	1025	511	392	483

Dignidade Sexual															
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	(3400)	69	67	56	79	60	7	648	42	42	96	2726	926	763	1210
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	(3618)	5	5	10	5	6	77	36	9	6	11	72	49	7	31
Crimes contra o Patrimônio	(3415)	259	257	237	254	299	281	1544	282	367	311	10420	4034	2684	3111
Crimes contra portadores de deficiência	(11410)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(10984), (10983), (10982), (3628)	0	0	0	1	0	0	4	0	0	0	10	3	1	1
Crimes de Tortura	(3631)	0	0	0	0	0	0	7	4	17	4	19	15	13	5
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	(5897), (3608)	123	123	94	93	136	24	81	11	13	32	4419	1492	1163	1349
Crimes de Trânsito	(3632)	38	38	32	38	23	319	348	43	39	51	2290	1071	556	537
Crimes do Sistema Nacional de Armas	(3633)	150	150	121	76	93	293	126	23	42	48	3594	1402	971	960
Crimes Eleitorais	(11429), (3654)	6	6	1	4	0	1	22	3	1	4	44	19	9	22
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(3613)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	1	2	8

Feminicídio	(900142), (12091)	2	2	0	2	1	0	0	0	0	1	11	13	6	12
Homicídio Simples e Qualificado	(3372), (3370)	70	70	64	109	72	2	458	58	100	198	1442	596	466	513
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	(12221)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organização Terrorista	(12219)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	(12220)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	(930421)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(10949)	35	34	22	48	17	0	60	24	34	112	1301	938	1077	1318

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 20 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Termos Circunstanciados)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação penal]	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)
Termo Circunstanciado	(278)	319	614	108	853
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação penal]	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)

Direito Penal	(287)	298	570	90	763
----------------------	--------------	------------	------------	-----------	------------

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 21 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Processos Criminais)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Processo Criminal (EXCETO Execução Criminal e Procedimentos Investigatórios)	(268) [EXCETO (385) e (277)]	2375	4255	2424	16
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Atos de Terrorismo	(12218)	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	(5873), (5872), (3547)	113	44	23	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	(3463)	79	174	97	0
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	(3400)	278	75	23	1
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	(3618)	7	20	2	0
Crimes contra o Patrimônio	(3415)	393	1220	401	2
Crimes contra portadores de deficiência	(11410)	0	0	0	0
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(10984), (10983), (10982), (3628)	0	5	0	0
Crimes de Tortura	(3631)	1	8	2	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	(5897), (3608)	201	571	228	1
Crimes de Trânsito	(3632)	112	59	17	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	(3633)	197	240	85	1

Crimes Eleitorais	(11429), (3654)	8	1	0	0
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(3613)	0	1	0	0
Feminicídio	(900142), (12091)	3	9	0	0
Homicídio Simples e Qualificado	(3372), (3370)	112	478	209	1
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	(12221)	0	0	0	0
Organização Terrorista	(12219)	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	(12220)	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	(930421)	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(10949)	81	48	12	1

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 22 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Execução Penal)

CLASSES	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Anistia	(409)	0	0	0	0	0
Comutação de Pena	(411)	0	0	0	0	0
Conversão de Pena	(407)	0	0	0	0	0
Excesso ou Desvio	(408)	0	0	0	0	0
Execução da Pena	(386)	4	13051	240	0	2
Execução de Medida de Segurança	(11399)	0	12	0	0	0
Execução Provisória	(1714)	0	123	1	0	0
Indulto	(410)	0	0	0	0	0
Superveniência de doença mental	(1283)	0	1	0	0	0
Transferência entre estabelecimentos penais	(1288)	0	26	0	0	0

Unificação de penas	(1284)	0	1	0	0	0
----------------------------	--------	---	---	---	---	---

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 23 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Procedimentos Investigatórios; Processo de Apuração de Ato Infracional; Execução de Medidas Socioeducativas)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE
		Recebidos (920246)
Execução de Medidas Socioeducativas	(1465)	10
Processo de Apuração de Ato Infracional	(1464)	32
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE
		Recebidos (920246)
Contra a Dignidade Sexual	(9740)	3
Contra a Liberdade Pessoal	(9659)	0
Contra o Patrimônio	(9674)	26
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)	0
De Trânsito	(9892)	0
Do Sistema Nacional de Armas	(9893)	1
Feminicídio	(900146), (12358)	0
Homicídio Simples e Qualificado	(9638), (9636)	1
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(9873)	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Tabela 24 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Ato Infracional - Procedimentos Investigatórios)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Procedimentos Investigatórios	(1460)	77	438	1048	38
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Contra a Dignidade Sexual	(9740)	1	3	21	5
Contra a Liberdade Pessoal	(9659)	2	30	45	4
Contra o Patrimônio	(9674)	33	112	550	11
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)	7	104	187	6
De Trânsito	(9892)	15	41	26	0
Do Sistema Nacional de Armas	(9893)	12	35	58	1
Feminicídio	(900146), (12358)	0	0	0	0
Homicídio Simples e Qualificado	(9638), (9636)	4	0	26	8
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(9873)	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)	0	2	7	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021.

Atividades Não Procedimentais

Tabela 25 – Atuação das Promotorias de Justiça Atendimento ao Público

MOVIMENTO e ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	Código Tabelas Unificadas	TOTAL*
Atendimento e Atendimento ao Público	(970107), (920002)	19.051

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2021. * Número total dos atendimentos efetuados, excetuados os dados da Ouvidoria

Promotoria Comunitária Itinerante

Por meio da Promotoria Comunitária Itinerante (12ª Promotoria de Justiça Especializada), o Ministério Público Estadual vai até os bairros de São Luís para prestar orientação jurídica, ouvir diretamente a população sobre a falta de políticas públicas essenciais e trabalhar em parceria com as lideranças comunitárias na busca de resposta rápida e solução para os problemas, fazendo a interlocução com os responsáveis pelos serviços solicitados.

Em razão dessa característica, o atendimento comunitário itinerante tornou-se um canal efetivo de aproximação da instituição ministerial com os moradores dos bairros da região metropolitana da capital do Estado.

Contudo, devido à pandemia do covid19 que assola o mundo desde 2020, a Promotoria Comunitária Itinerante ficou impossibilitada de desenvolver suas atividades rotineiras de atendimento presencial, dentro de uma comunidade previamente definida.

Assim, buscou novas alternativas que permitisse continuar trabalhando em prol da efetivação de políticas públicas para as populações mais carentes desses serviços em São Luís, por meio do levantamento de algumas demandas que, mesmo estando na esfera da discricionariedade do poder público, poderiam ter uma solução adequada através do diálogo e do entendimento, dentre elas citamos:

- a) Realização de reunião com o Prefeito Eduardo Braide, dia 04/02/2021, quando foi firmado o entendimento pela manutenção da parceria, sendo indicado o Secretário de Governo, Enéas Garcia Fernandes Neto, como o interlocutor da Prefeitura junto a esta Promotoria.
- b) Realização em fevereiro de 2021 de uma visita à comunidade Cidade Nova, antiga Argola e Tambor, na área Itaqui-Bacanga, para verificar se tinha havido melhorias das precárias condições em que viviam os moradores. Após a visita, um relatório foi enviado ao Procurador-Geral de Justiça do MPMA (OFC-12ªPJESLZ-52021), no qual foi sugerida que aquela situação, discutida em reunião com o Prefeito dia 04/02/2021, fosse levada também ao Governador, para uma eventual atuação do Estado, face a necessidade de pavimentação primária, drenagem profunda e asfaltamento de vias, inclusive para possibilitar ações preventivas e de enfrentamento à criminalidade por parte das polícias civil e militar.
- c) O Promotor Titular da 12ª PJE, Dr. Vicente de Paulo, reuniu-se com o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Nicolau, e o Subsecretário de Segurança Pública, no dia 10/05/2021, quando discutiram ações de combate ao controle da área da Cidade Nova por facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas.
- d) Na mesma data, esteve reunido com o Secretário Municipal de Governo e um dos itens da pauta foi a melhoria da infraestrutura da Cidade Nova, ficando acordado que a Prefeitura faria um estudo para implantação de serviços de pavimentação e drenagem, mas que de imediato seria realizada a melhoria da iluminação pública e o serviço de capina e roçagem.
- e) O titular da Promotoria Comunitária Itinerante também se reuniu com o então Secretário Municipal de Trânsito e Transporte, no dia 07/06/2021, na SMTT, para tratar das questões de melhoria no trânsito na região.

- f) Com a melhoria das condições sanitárias, a equipe da PJ Comunitária realizou uma visita no dia 26 de outubro, às comunidades das regiões do Pão de Açúcar (Polo Anil) e da Vila Mauro Fecury (Polo Itaqui-Bacanga), com o objetivo de definir as próximas instalações da promotoria. Após a Seção de Segurança Institucional avaliar os locais sugeridos pela equipe definiu-se retomar os trabalhos de atendimento direto à população pela comunidade do Pão de Açúcar.
- g) No dia 13 de dezembro foi realizada a audiência pública de instalação naquela região, mesma área que deveria ter sido atendida quando começou a pandemia pelo novo coronavírus, ficando definido que a instalação seguinte ocorrerá na comunidade da Vila Mauro Fecury.

Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC)

O Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC) foi criado na estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça por meio da Resolução Nº 28/2015, do Egrégio Colégio de Procuradores, como órgão auxiliar à gestão do Programa de Incentivo e Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério Público Estadual (PNMC/MPMA), instituído pelo mesmo ato normativo.

O PNMC, por sua vez, é gerido por uma comissão executiva composta por cinco membros, dos quais dois foram designados para exercer as funções de coordenador e coordenador adjunto. Nos termos da Portaria nº 6795/2018 – GPGJ, coordena este programa o Promotor de Justiça Vicente de Paulo Silva Martins, titular da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, com a coordenação adjunta da Promotora de Justiça Nadja Veloso Cerqueira, titular da 3ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar.

O GABMC foi instalado em março de 2017, recebendo como desafio prioritário promover a revitalização do Núcleo de Mediação Comunitária do Sol e Mar (NMC Sol e Mar). Este, foi reaberto ao público em 23 de abril de 2018, ocasião em que foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº 07/2018. Contudo, o referido núcleo encontra-se desativado desde setembro de 2019.

1. Principais atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Mediação Comunitária em 202

Quadro 8 - Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas ou simplesmente MP na Comunidade

PROGRAMA MP NA COMUNIDADE

EIXOS: MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA; EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS; ANIMAÇÃO DE REDES; JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO.

1 - MACROAÇÃO: Sensibilização Institucional para adesão ao Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas (MP na Comunidade).

AÇÕES	RESULTADOS
-------	------------

<p>Evento Virtual de Apresentação do Programa MP na Comunidade e resultados alcançados no primeiro semestre de 2021 (17/08/2021).</p>	<p>1(um) evento realizado, com participação do procurador-geral de justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; da diretora da ESMP/MA, Karla Adriana Farias Vieira; do coordenador do Programa MP na Comunidade, Vicente de Paulo Silva Martins; do diretor da SECINST, José Márcio Maia Alves; do diretor da SEPLAG, Carlos Henrique Vieira; de membros, servidores e parceiros institucionais. Evento transmitido pelo Canal MPMA Oficial no YouTube, com mais de 500 visualizações até dezembro de 2021.</p>
<p>2 - MACROAÇÃO: Proposta de Instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia</p>	
<p>AÇÕES</p>	<p>RESULTADOS</p>
<p>Elaboração da Proposta de Instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia, com base em levantamento diagnóstico do território e na identificação de parceiros para a atuação em rede.</p>	<p>1(uma) proposta de implementação de Núcleo construída, anexada ao processo nº 11510/2020 e encaminhada à Secinst.</p>
<p>Apresentação da Proposta de Instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia.</p>	<p>1(uma) reunião realizada em 23/02/2021, às 9h, para apresentação da proposta de instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia ao padre Raimundo Gomes Meireles, responsável pela Paróquia São Francisco e Santa Clara. Participaram da reunião o Dr. Júlio Guimarães, Diretor-Geral; o Dr. Vicente Martins, coordenador do PNMCM; o servidor Alberto Filho, arquiteto; a servidora Aládia Oliveira, chefe de secretaria do GABMC e os representantes pastorais Raimundo Bandeira e Núbia Feu.</p>
<p>3 - MACROAÇÃO: Instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia.</p>	
<p>AÇÕES</p>	<p>RESULTADOS</p>
<p>Celebração de Termo de Cooperação Técnica entre Procuradoria-Geral de Justiça e Paróquia São Francisco e Santa Clara.</p>	<p>1(um) Termo de Cooperação Técnica celebrado (TERMCOOP-GPGJ-42021), com cessão de salas da Igreja São Paulo da Divinéia, administrada pela Paróquia São Francisco e Santa Clara, à Procuradora Geral de Justiça do Estado do Maranhão para instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas.</p>
<p>Reforma do espaço físico para instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas.</p>	<p>1(um) processo licitatório iniciado para a construção do Núcleo Comunitário, conforme o que consta no processo 17347/2021. O assunto também é tratado nos processos 4588/2021; 4533/2020 e 11510/2020.</p>
<p>Levantamento de equipamentos eletrônicos indispensáveis à realização das atividades no Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas da Divinéia.</p>	<p>levantamento de equipamentos eletrônicos encaminhado à Diretoria-Geral, processo nº 4916/2021.</p> <p>1(um) processo de dispensa de licitação iniciado (17348/2021) para aquisição dos equipamentos solicitados.</p>
<p>Sensibilização e mobilização comunitárias.</p>	<p>12 integrantes do Conselho da Igreja São Paulo da Divinéia informados, sensibilizados e mobilizados para a instalação do Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas. Círculo de Apresentação realizado em 06/10/2021, das 19h às 21h, no pátio da Igreja São Paulo da Divinéia.</p>
<p>Divulgação institucional interna e externa</p>	<p>Divulgação em 3(três) eventos institucionais: Apresentação do Programa MP na Comunidade (17/08/2021); Culminância do Projeto Escutar para Transformar (29/11/2021); Seminário da Rede dos Territórios Educativos (02/12/2021). Todos os eventos</p>

	foram cobertos pela CCOM/MPMA e publicados no site do MPMA.
--	---

4 - MACROAÇÃO: Formação e Capacitação de Recursos Humanos.

AÇÕES	RESULTADOS
18/05/2021 (15h, via Google Meet): Encontro virtual abordando as formas de violências sexuais contra crianças e adolescentes e os canais de denúncia. Palestrante: Joaquim Gonzaga de Araújo Neto, defensor público titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da DPE/MA.	64 (sessenta e quatro) participantes, integrantes da Rede de Educação Integral – REI/Turu informados e orientados sobre a temática.
30/08 a 28/10/2021 (on-line): Programa de Formação em Círculos de Construção de Paz para ambientes escolares – Curso Noções Básicas e Curso Noções Práticas. Iniciativa de <i>Terre des Hommes/Brasil</i>.	9(nove) órgãos institucionais sensibilizados e mobilizados para a divulgação e captação de cursistas: Escola Superior do Ministério Público (ESMP/MA); 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Educação; Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CaopIJ/MPMA); Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED); Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/URE São Luís); Secretaria Municipal de Educação de São José de Ribamar; Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar; Sindicato dos Professores do Município de Codó. 407 (quatrocentos e sete) inscritos por meio da parceria formalizada entre Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, com apoio do Programa MP na Comunidade, e Instituto <i>Terre des Hommes/Brasil</i> .
27/05/2021 (15h, via Google Meet): Palestra sobre o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescentes de São Luís: fluxo e rede de acompanhamento. Palestrante: Raquel Pereira (Assessora Técnica do CMDCA São Luís, MA).	20 (vinte) participantes, integrantes da Rede de Educação Integral – REI/Turu informadas e orientadas sobre a temática.

5 - MACROAÇÃO: Articulação de Redes / Formação de parcerias.

AÇÕES	RESULTADOS
Participação nos Encontros Territoriais da Rede dos Territórios Educativos de São Luís (RTE/SL). Agenda: Território do Turu: 09/03 e 14/09/2021. Território da Zona Rural: 19/08/2021. Território da Cidade Operária: 27/08/2021. Território do Centro: 15/09/2021.	147 participantes informados sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa MP na Comunidade, sensibilizados e mobilizados para a atuação em rede nos territórios de São Luís.
01/10/2021: Visita Institucional ao Centro de Convivência da Quadra de Juventude do Residencial Terra Livre e ao Clube de Mães Santa Rita, situados em São José de Ribamar, MA.	1(um) espaço físico identificado com potencial para a execução de ações do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas.
05/10/2021: Visita Institucional ao Centro Integrado de Serviço Social da Faculdade EDUFOR, sito no Turu, São Luís, MA.	4(quatro) componentes do Centro Integrado de Serviço Social da Faculdade EDUFOR sensibilizados e mobilizados para a atuação em rede no âmbito do Programa MP na Comunidade.

6 - MACROAÇÃO: Desenvolvimento de ações com instituições parceiras..

AÇÕES	RESULTADOS
Rodas de Conversa e Círculos de Diálogo virtuais em parceria com o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Vila Luizão.	04 Rodas de Conversa e 01 Círculos de Diálogo realizados, com a participação de 23 mulheres.
1º/10/2021: Círculo de Diálogo sobre a Valorização da Vida com pessoas idosas da Associação São	18 participantes sensibilizados para a importância da valorização da vida como estratégia de construção da resiliência e transformação social.

Vicente de Paula, sito no bairro Divinéia, São Luís, MA.	
20/10/2021: Circuito de Competências no Instituto Santa Clara, sito no bairro Santa Clara, São Luís, MA. Guia UNICEF de Competências para a Vida: Ficha 19 - Tomar decisões sobre sua saúde sexual e sua saúde reprodutiva com autonomia, informação, apoio e cuidado. Tema 1 - Projeto de Vida.	13 jovens sensibilizados e mobilizados para a construção dos seus projetos de vida com autonomia e autocuidado.
24/11/2021: Roda de Conversa sobre a Valorização da Vida com lideranças comunitárias do bairro Sacavém, a convite da Fundação Justiça e Paz se Abraçarão.	18 participantes sensibilizados para a importância da valorização da vida como estratégia de construção da resiliência e transformação social.

Fonte: GABMC/PGJ, 2021.

Quadro 9 – Projeto Escutar para Transformar

EIXO: PROJETOS TRANSVERSAIS.

PROJETO ESCUTAR PARA TRANSFORMAR

MACROAÇÃO: Sensibilização e mobilização da REI/Turu e gestores escolares.

AÇÕES	RESULTADOS
02/02/2021: Reunião direcionada: Rede / Programa MP na Comunidade / Projeto Escutar para Transformar.	8 (oito) integrantes da Rede informados sobre a implementação das atividades do Programa MP na Comunidade no território.
06/05/2021: Reunião virtual com gestores de escolas estaduais e municipais integrantes da REI/Turu para apresentação do Projeto Escutar para Transformar, em implementação no território.	27 (vinte e sete) pessoas informadas sobre o Projeto Escutar para Transformar, sensibilizadas para a consolidação de parcerias.
14/05/2021: Reunião direcionada: Rede / MP na Comunidade / Projeto Escutar para Transformar.	13 (treze) participantes sensibilizados e mobilizados para a realização de atividades alusivas ao 18 de Maio: Dia Nacional de Enfrentamento à Violência e ao Abuso Sexual contra crianças e adolescentes.
07/10/2021: Reunião com gestores e professores no Centro de Ensino Paulo Freire, com o objetivo de discutir a proposta de programação para os meses de outubro a novembro.	01 proposta de programação apresentada e aprovada pelos gestores e professores do CE Paulo Freire.

MACROAÇÃO: Atividades de Formação e Capacitação de Recursos Humanos promovidas pela equipe do Projeto de Extensão Plantão Psicológico Centrado na Pessoa, da Universidade Federal do Maranhão.

AÇÕES	RESULTADOS
Curso <i>Educação Centrada no Estudante</i> . Público participante: professoras da Creche Comunitária Caiane Mateus. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	15 professoras da Creche Escola Caiane Mateus capacitadas para o desenvolvimento de atividades educativas com foco no estudante.
Rodas de Conversa <i>Prazer e Sofrimento no Trabalho</i> . Público participante: educadores do Centro de Ensino	05 educadores participantes no decurso de 02 rodas de conversa realizadas.

Paulo Freire. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	
Oficinas <i>Escuta Empática e Autêntica</i> . Público participante: equipes técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/Turu), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/Turu) e da Creche Comunitária Caiane Mateus. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	18 técnicos e professores capacitados para o exercício da escuta de forma empática e autêntica no decurso de 02 oficinas realizadas.
Roda de Conversa <i>Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes</i> . Público participante: educandos do Centro de Ensino Paulo Freire. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	13 adolescentes informados sobre prevenção, contenção e estratégias de superação ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.
Rodas de Conversa sobre <i>Saúde Mental</i> . Público participante: comunidade escolar do Centro de Ensino João Paulo II. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	6 educadores, 8 educandos e 6 familiares informados sobre cuidados com a saúde mental, de forma participativa, no decurso de 03 rodas de conversa realizadas.
Curso <i>Adaptação Infantil ao Processo Escolar</i> . Público participante: professoras da Creche Comunitária Caiane Mateus. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	19 professoras e técnicas da Creche Escola Caiane Mateus informadas sobre boas práticas para a adaptação de crianças ao universo escolar.
Curso <i>Facilitando o Processo Grupal</i> . Público participante: equipes técnicas do CRAS/Turu, CREAS/Turu e Programa MP na Comunidade. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	13 participantes capacitados para a facilitação de processos grupais.
Rodas de <i>Conversa Saúde Mental Pós-Pandemia</i> . Público participante: comunidade escolar do Centro de Ensino Coelho Neto. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	101 participantes informados sobre estratégias para a superação dos impactos negativos da pandemia na saúde mental no decurso de 05 rodas de conversa realizadas.
Curso <i>Adultos Escutando</i> . Público participante: equipe técnica da Creche Escola Caiane Mateus. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	15 participantes capacitados para o exercício da escuta ativa.
Roda de Conversa <i>Projeto de Vida</i> . Público participante: crianças e adolescentes (11 a 15 anos de idade) do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Vila Luizão. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	14 crianças e adolescentes sensibilizados e mobilizados para a construção dos seus projetos de vida com saúde e responsabilidade.
Roda de Conversa sobre <i>Bullying</i> . Público participante: crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	18 crianças e adolescentes informados sobre as consequências do assédio moral entre pares em sala de aula (<i>bullying</i>), bem como estratégias de prevenção, contenção e superação.
Oficina <i>Conexão Criativa</i> . Público participante: familiares de crianças da Creche Escola Caiane Mateus. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	10 pais e mães de crianças matriculadas na Creche Escola Caiane Mateus capacitados para o desenvolvimento de atividades com seus filhos de forma criativa e positivamente vinculativa.
Roda de Conversa sobre <i>Violências</i> . Público participante: mulheres do Solar dos Lusitanos. Modalidade: virtual (Plataforma Google Meet).	8 mulheres participantes do diálogo sobre as formas de violência, bem como estratégias de contenção e superação.

MACROAÇÃO: Criação de espaços coletivos de escuta e fala para a partilha de experiências com foco na construção da resiliência e na formação de vínculos. Responsável: equipe técnica do Programa MP na Comunidade.

AÇÕES	RESULTADOS
Realização de Círculos de Diálogo e Construção de Paz no formato on-line.	14 Círculos de Diálogo realizados, com a participação de 86 jovens matriculados nos anos finais dos ensinos fundamental e médio.

MACROAÇÃO: Promoção da cidadania por meio do acesso às artes e à cultura. Responsáveis: equipes técnicas do Programa MP na Comunidade; da Escola Superior do Ministério Público; do Centro Cultural do Ministério Público; do Clube de Mães Mateus; comunidades escolares e parceiros institucionais.

AÇÕES	RESULTADOS
18/10/2021: visitas guiadas ao Centro Cultural e ao Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão.	50 educandos e 04 educadores do CE Paulo Freire participaram das visitas guiadas ao Centro Cultural e ao Memorial do MPMA.
18/10/2021, na ESMP/MA: Rodas de Conversas sobre a Valorização da Vida com o objetivo de inspirar os participantes para a produção artística.	50 educandos e 04 educadores do CE Paulo Freire participaram de 02 Rodas de Conversa realizadas simultaneamente nas salas da ESMP/MA.
18, 22, 27/10 e 03/11/2021 (8h às 12h): Oficina de Cordel (16h/a), com Will Batista e Elzanira Ferreira, na biblioteca do Centro de Ensino Paulo Freire.	48 educandos do CE Paulo Freire participaram da Oficina de Cordel.
19 a 22/10/2021 (8h às 12h): Oficina de Arte Livre (16h/a), com Fábio Vidotti, no Centro Cultural do Ministério Público.	10 educandos do CE Paulo Freire participaram da Oficina de Arte Livre.
19 a 22/10; 08 e 17/11/2021 (8h às 12h): Oficina de Cerâmica (16h/a), com Vítor Rodrigues, no Centro Cultural do Ministério Público.	11 educandos e 01 educadora do CE Paulo Freire participaram da Oficina de Cerâmica.
21/10/2021 – Encontro de Vidas: diálogo entre promotores de justiça e adolescentes. Participantes: Dr. José Márcio Maia Alves, promotor de justiça diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais; Dra. Elyjeane Carvalho, promotora de justiça adjunta da ESMP/MA; Dr. Vicente Martins, promotor de justiça coordenador do Programa MP na Comunidade. Mediadora: Fernanda Albino, representante legal do Clube de Mães Mateus. Convidado de honra: Luiz Alberto Heluy Rodrigues, assessor do procurador-geral de justiça e padrinho do Clube de Mães Mateus.	21 educandos, 01 gestora e 01 educadora do CE Paulo Freire; 02 artistas; membros e servidores do MPMA participaram do Encontro de Vidas, momento marcado pela intensa troca de experiências e incentivos à crença nos sonhos.
08/11/2021 – Visita guiada ao Estaleiro Escola, uma Unidade Vocacional do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, e queima das peças de cerâmica produzidas.	11 educandos e 01 educadora do CE Paulo Freire participaram da visita guiada ao Estaleiro Escola.
19/11/2021 – Visita à Exposição Consciências, alusiva ao Dia da Consciência Negra, no Centro Cultural do Ministério Público.	30 educandos e 01 educadora do CE Paulo Freire participaram do lançamento da Exposição Consciências no CCMP/MA.

MACROAÇÃO: Culminância do Projeto Escutar para Transformar.

AÇÕES	RESULTADOS
29/11/2021: evento de culminância do Projeto Escutar para Transformar no auditório do Centro Cultural.	57 educandos, 03 familiares e 04 educadores do CE Paulo Freire participaram do evento de culminância do

	Projeto Escutar para Transformar no auditório do CCMP/MA.
29/11 a 02/12/2021: <i>Exposição Valorize a Vida</i> na Galeria de Arte Ilzé Cordeiro, no Centro Cultural do Ministério Público.	12 pinturas em telas; 30 peças de cerâmica e 8 cordéis produzidos pelos educandos do CE Paulo Freire postos em exposição. Houve tiragem de 240 cópias dos cordéis para distribuição.

MACROAÇÃO: Acompanhamento da execução do projeto pelo Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS).

AÇÕES	RESULTADOS
Reuniões virtuais com CIEDS, instituições integrantes do Projeto Escutar para Transformar ou instituições proponentes de projetos financiados pela Fundação Itaú Social.	Execução do Projeto Escutar para Transformar acompanhada pelo CIEDS por meio de 04 reuniões realizadas (18/05, 24/06, 28/10 e 18/11) na modalidade virtual.

MACROAÇÃO: Avaliação e elaboração de relatório final.

AÇÕES	RESULTADOS
Elaboração e veiculação de questionário de avaliação junto ao Clube de Mães Mateus, realizado pela Fernanda Albino, representante legal.	01 questionário elaborado e veiculado (via aplicativo <i>Google Forms</i>) entre os participantes do projeto.
Programa MP na Comunidade: equipe técnica do Gabinete de Mediação Comunitária.	
Projeto de Extensão Plantão Psicológico Centrado na Pessoa: Cláudia Aline Monteiro, professora coordenadora.	

MACROAÇÃO: Prestação de contas com o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS) e com a Fundação Itaú Social, Fundo de Fomento Territórios Educativos.

AÇÕES	RESULTADOS
Elaboração do Relatório Financeiro (Despesas Consolidadas e Despesas Detalhadas).	01 relatório elaborado comprovando a execução de despesas no valor total de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), enviado ao CIEDS e Fundação Itaú Social.

Fonte: GABMC/PGJ, 2021.

Quadro 10 – Projeto Escola para a Vida

EIXO: PROJETOS TRANSVERSAIS.

PROJETO ESCOLA PARA A VIDA

MACROAÇÕES	PROJETO ESCOLA PARA A VIDA	
	AÇÕES	RESULTADOS
Revisão do Plano de Ação do Projeto Escola para a Vida.	Concepção do projeto para implementação no decurso de 01 ano e submissão a instituição patrocinadora.	01 projeto construído e submetido ao Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de São Luís (CMDCA) nos termos do Edital nº 02/2021 – CMDCA/SL.

	01 projeto aprovado com recursos captados no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), provenientes do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de São Luís, nos termos do Edital nº 02/2021 – CMDCA/SL.
--	---

Fonte: GABMC/PGJ, 2021.

Tabela 26 - Participações em cursos e eventos em 2021.

Descrição	Quantidade
<i>Promovidos pela ESMP/MA</i>	18
<i>Promovidos por outras instituições</i>	10
<i>Investimentos particulares</i>	2

Fonte: GABMC/PGJ, 2021.

ÓRGÃOS AUXILIARES

Escola Superior do Ministério Público

1. APRESENTAÇÃO DA ESMP

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, criada por meio da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991, entidade sem fins lucrativos, é um dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Maranhão, destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fóruns de estudos, conferências, palestras, dentre outras atividades, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da instituição.

A par dessa perspectiva, a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, utilizando como vetor axiológico a proposta de uma educação progressista e libertadora, pela qual, inclusive, ansiava Paulo Freire, procura semear ideias, levantando problemas e buscando as projeções para solucioná-los, por compreender que não há processo formativo desprovido de participação democrática e plural e de crença no poder transformador da educação.

Nesse contexto, observamos que os avanços alcançados, no ano de 2021, são extremamente substanciais, em todos os cenários.

Desta feita, serão apresentadas no presente relatório as atividades desenvolvidas pela ESMP/MA em seu tripé de atuação: ensino, pesquisa e extensão.

2. CURSOS, PALESTRAS E OUTRAS ATIVIDADES FORMATIVAS

2.1. Equidade de gênero

A equidade de gênero é pauta constante e diária da Escola Superior.

Em fevereiro deste de 2021, a ESMP/MA lançou a campanha institucional “Mulheres na política: Mais Conquistas, Mais Direitos”, que tem caráter educacional e preventivo e objetiva promover a difusão de conhecimento e inclusão de crianças, principalmente de meninas, na vida política.

Na ocasião de lançamento, tivemos o Webinário “Violência contra as mulheres no ambiente político”.

No mês de março, exatamente no Dia Internacional da Mulher, iniciamos a primeira etapa do curso “As Filósofas e o Direito”, com o objetivo de discutir o pensamento de autoras cujas ideias possam trazer luzes interpretativas sobre o Direito e a atuação jurídica, a partir de distintos olhares, campos, perspectivas e temas, bem como de realizar uma análise interdisciplinar, questionando, como pano de fundo, a face obscura dos padrões universais de liberdade e igualdade, que nunca se aplicaram da mesma forma a homens e mulheres.

Quadro 11 – Distribuição dos temas por palestrantes da 1ª etapa do Curso “As Filósofas e o Direito”

AS FILÓSOFAS E O DIREITO I	
TEMAS	PALESTRANTES

1. Wendy Brown “Neoliberalismo, democracia e cidadania sacrificial”	Profa. Loiane Prado Verbicaro
2. Judith Butler “Vidas vivíveis e vidas matáveis: o luto no contexto da pandemia”	Profa. Rafise dos Santos
3. Nancy Fraser “Nancy Fraser e sua teoria da justiça”	Profa. Ingrid Cyfer
4. Hannah Arendt “Hannah Arendt e o direito a ter direitos”	Profa. Nádia Junqueira Ribeiro
5. Silvia Frederici “A Construção Social Patriarcal a partir do pensamento de Silvia Frederici: implicações no direito”	Profa. Juliana Machado
6. Lélia Gonzalez “Lélia Gonzalez: racismo por denegação e a sub-representação de pessoas negras no judiciário”	Profa. Sandra Guimaraes

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

Já em abril, na esteira da campanha “Mulheres na Política: Mais Conquistas, Mais Direitos”, realizamos a Roda de Diálogos, da qual participaram a equipe da ESMP/MA, a equipe da SEPLAG-MPMA, as integrantes do projeto “Menina Cidadã”, os representantes da Plan International e da Fundação Justiça e Paz se Abraçarão. A Roda de Diálogos objetivou a aproximação com o público feminino infanto-juvenil, para a construção conjunta de ações da campanha institucional, sobretudo quanto à efetiva inserção das meninas no ambiente político.

Em maio, tivemos, como parte do Projeto “Menina Cidadã”, que alcança, em média, 200 (duzentas) meninas adolescentes da macrorregião da Cidade Operária, a Oficina “Educação em Direitos”, dividida em três encontros, que versaram, respectivamente, sobre os temas igualdade, educação, saúde e segurança. Na oficina, dialogamos com as meninas sobre temáticas transversais, como deslocamento na região urbana, orientação sexual, composição familiar, moradia, comunidade, trabalho, renda, meios de comunicação, questões psicossociais, participação cidadã e violências.

A respeito da metodologia aplicada, os encontros constavam de módulos teóricos e práticos com a execução de atividades reflexivas pelos participantes.

Como resultado das reflexões oriundas das oficinas de Educação em Direito, e como resultado final do projeto “Menina Cidadã”, foi elaborada, pelas meninas integrantes do Projeto, uma Carta-Demanda contendo os seus principais pleitos quanto à garantia de direitos em suas comunidades, com o fito de apresentá-la aos gestores.

No mês de junho, promovemos oficinas sobre técnicas de oratória para apresentação da Carta-Demanda produzida pelas participantes do projeto “Menina Cidadã”, coordenada pela jornalista Fabíola Mesquita.

Já em agosto, mês em que a Lei Maria da Penha completou quinze anos de vigência, tivemos o lançamento da campanha Agosto Lilás, em parceria com o CAOp Mulher, com o escopo principal de promover o enfrentamento da violência contra a mulher. Na abertura da campanha, a Promotora de Justiça Érica Canuto, do MP do Rio Grande do Norte, proferiu a palestra “Desafios Atuais da Lei Maria da Penha e a Política Nacional para Homens”.

Houve, ainda, a participação do Psicólogo José Magno da Silva Rego, desenvolvendo o tema “Sobre Masculinidades”, e a contribuição de outros homens, durante toda a programação do Agosto Lilás. Este foi mais um importante passo do MPMA, conclamando os homens a

também preencherem as trincheiras da luta pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra a mulher, observados os seus respectivos “lugares de fala”.

Outrossim, compôs a Campanha Agosto Lilás a produção de plano de mídia sobre a temática de enfrentamento à violência contra mulher, com colaboração da Professora Alice Bianchini, composto por *cards* informativos e vídeos de Promotores de Justiça do MPMA, desconstruindo mitos e preconceitos sobre as mulheres.

Ainda no mês de agosto e prolongando-se até o mês de setembro, realizamos a segunda etapa do curso “As Filósofas e o Direito”, com a temática “Justiça, Diversidade e Igualdade”. A aula inaugural ficou a cargo da Procuradora da República e professora da Universidade de Brasília (UNB), Dra. Ela Wiecko, que abordou o tema “A Teoria da Justiça sob a Perspectiva Feminista”.

Quadro 12 – Distribuição dos temas por palestrantes da 2ª etapa do Curso “As Filósofas e o Direito”

AS FILÓSOFAS E O DIREITO - ETAPA II	
1. A Teoria da Justiça sob a Perspectiva Feminista	Profa. Dra. Ela Wiecko
2. Neoliberalismo e Pautas Identitárias”	Profa. Dra. Loiane Prado Verbicano
3. Feminismo Negro, Colonialismo e Racismo	Profa. Dra. Halina Leal
4. Racismo e Interseccionalidade	Profa. Dra. Izilda Johanson
5. O Pessoal é Político: a relação de gênero no direito a partir da ótica do feminismo decolonial	Profa. Dra. Suzana Castro
6. Transfobia, LGBTfobia, Crime de Ódio e Promoção da Diversidade.	Profa. Msc. Yasmin Calende

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

Igualmente no mês de agosto, houve o encerramento do Agosto Lilás, com a apresentação do Projeto Menina Cidadã, a leitura de trechos da Carta-Demanda pelas meninas que integram o referido projeto, a transmissão de um vídeo sobre saúde menstrual produzido pela Plan International, participações especiais da Deputada Estadual Ana do Gás, com o tema “Combate à pobreza menstrual”, bem como do Senador Weverton Rocha, sobre a temática “Combate à violência contra a mulher”. A culminância de projetos e eventos com a mesma essência possuiu o condão não só de sensibilizar o corpo institucional como também proporcionar mais elos entre a sociedade e o Ministério Público na defesa de direitos.

Esses são apenas alguns trabalhos e ações que demonstram a posicionamento comprometido e assertivo do MPMA, por meio de sua Escola Superior, na luta pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra a mulher, sempre com o propósito de fortalecer posturas individuais e diálogos institucionais, para a efetiva promoção dos direitos fundamentais sociais.

2.2. Direito das Vítimas

O Webinar Direito das Vítimas destacou a importância de assegurar a proteção e o protagonismo às vítimas da violência no país. Uma vez já ressaltada na Declaração dos Princípios Básicos de Justiça, da Organização das Nações Unidas (ONU), tal garantia deve resguardá-las de eventuais abusos de poder e atos de criminalidade. A iniciativa pretendeu despertar a reflexão

de que o tratamento com compaixão e respeito pela sua dignidade, o acesso aos mecanismos da Justiça, de forma pouco dispendiosa, e uma pronta reparação dos danos sofridos, de maneira célere e eficaz, são algumas das garantias que devem ser conferidas às vítimas.

Ao abordar três prismas de análise como “A Violência Doméstica no Brasil: mitos e realidade”, “Direito das Vítimas Criminais: como estamos e para onde vamos” e “A Vítima no Processo Penal”, constitui-se um substrato de reflexão sobre o contexto no qual tais vítimas estão inseridas, assim como o sistema de Justiça como um todo pode auxiliar formal e materialmente na busca pela garantia de direitos fundamentais.

Quadro 13 – Lista de Webnários realizados sobre o Direito das Vítimas pela ESMP em 2021

WEBINÁRIO DIREITO DAS VÍTIMAS	PALESTRANTES
1. Violência Doméstica no Brasil	Alice Bianchini, Doutora em Direito Penal (PUC)
2. Direitos das Vítimas Criminais: como estamos e para onde vamos?	Promotor de Justiça Lélío Braga Callhau (MPMG)
3. A Vítima no Processo Penal	Promotor de Justiça Mauro Fonseca de Andra de (MPRS)
4. Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Ministério Público e Direito das Vítimas	Procurador Regional da República Brasileira, Vladimir Aras
5. A Proteção da Vítima de Crimes Violentos e a Reparação do Dano no Sistema Criminal Brasileiro na Perspectiva dos Direitos Humanos	Promotora de Justiça Patrícia Pimentel Chambers Ramos (MPRJ)
6. Ingerência Penal e Proteção Integral à Vítima	Promotora de Justiça Fabíola Moran (MPSP)
7. Ministério Público, Política Criminal e Direito de Vítimas	Promotor de Justiça Alexandre Rocha Almeida de Moraes (MPSP)
8. Direito Penal Negocial, MP e as Vítimas Criminais	Promotor de Justiça Antonio Henrique Graciano Suxberger (MPDFT)
9. Justiça Restaurativa: como resgatar a importância das vítimas criminais	Desembargadora Hilda Maria Pôrto de Paula Teixeira da Costa (TJMG)
10. Acordo de Não-Persecução Penal e as Vítimas	Promotor de Justiça Demerval Farias Gomes Filho (MPDFT)
11. Conferência de encerramento	Promotor de Justiça Pedro Ivo Sousa (MPES)

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

2.3. Tribunal do Júri

A ESMP/MA realizou uma série de webinários e grupos de trabalho sobre assuntos relacionados à atuação dos Promotores e Promotoras de Justiça do Tribunal do Júri, recebendo a contribuição de professores como os Promotores de Justiça Walfredo Cunha Campos e Rogério Sanches Cunha, do MPSP, Eugênio Paes Amorim, do MPRS e Danni Sales, do MPMG. O aprimoramento das ferramentas de atuação no Júri possibilita aos Promotores de Justiça alcançar o *locus* de defensores da sociedade e cumprir com efetividade o papel de fiscais da lei, fortalecendo a participação popular e o regime democrático.

Quadro 14 – Lista de Cursos do Tribunal do Júri ofertados pela ESMP/CAOp-Júri

TRIBUNAL DO JÚRI CURSOS	PALESTRANTE
1. Curso “Direito e Gênero no contexto de atuação em Júris de Feminicídio”	Promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzo (MPPR)
2. Webinário no MPMA sobre “Quesitação e Execução Provisória da Pena no Tribunal do Júri”	Promotor de Justiça Walfredo Cunha Campos (MPSP)
3. Curso “Segredos e Estratégias do Tribunal do Júri”	Promotor de Justiça Eugênio Paes Amorim (MPRS)
4. Webinário “Legítima defesa da honra após a decisão do STF e a atuação prática do MP em plenário”	Promotor de Justiça Rogério Sanches Cunha (MPSC)
5. Reunião de Trabalho sobre o caso Mariana	Promotores de Justiça ligados ao caso
6. Reunião de Trabalho sobre júri de integrantes de organizações criminosas	Promotores de Justiça ligados ao caso
7. Palestra “A arte da persuasão”	Promotor de Justiça Danni Sales (MPGO)
8. Oficina “O Tribuno”	Promotor de Justiça Danni Sales (MPGO)

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

2.4. Educação Ambiental

É fato que as mudanças no meio ambiente são uma realidade e vêm ocorrendo pela interferência da atividade humana. O desafio para o enfrentamento das causas e consequências das mudanças climáticas e a relação com os biomas, fauna e outras temáticas, são fomentos para uma Educação Ambiental sensível e próxima da sociedade. Ao longo do ano de 2021, esta Escola Superior realizou cursos buscando despertar tal consciência e auxiliar direta e indiretamente na formulação e implementação de políticas públicas de Educação Ambiental.

Quadro 15 – Lista dos Cursos e Eventos sobre Educação Ambiental ofertado em 2021 pela ESMP

CURSOS	PALESTRANTES
1. III Seminário de Educação Ambiental	FLÁVIO DINO, Governador do Maranhão; Diego Rolim, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Maranhão; Eliziane Gama, Senadora da República, Soraia Raquel Alves da Silva, Presidente do CEE/MA; Agentes Jovens Ambientais, dentre outras autoridades e estudiosos do tema.
2. Oficina Plano Diretor e Saneamento Pluvial	Nadja Veloso Cerqueira, Promotora de Justiça de Paço do Lumiar - MA
3. Programa de Reeducação Ambiental com Formação em Educação Ambiental	MPMA, ESMP/MA, Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís/ MA, Fórum Estadual de Educação Ambiental, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Universidade Estadual do Maranhão

4. I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais	Carlos Brandão, Vice-Governador do Maranhão; Alberto Bastos, Defensor-Geral; Gabriel Santana Furtado, Subdefensor-Geral; Paulo Velten, Corregedor Geral de Justiça; Luís Fernando Cabral Barreto Júnior, Promotor de Justiça de Meio Ambiente
5. Ecologia em saída: uma perspectiva filosófica sobre a crise climática e Assinatura do termo de compromisso “Estacionamento Verde” (Programa Café Sustentável)	Leonardo Ruivo, Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
6. Apresentação do Programa Café Sustentável	Mariléa Campos dos Santos Costa, Procuradora de Justiça MPMA; Andréa Araújo do Carmo, Doutora em Ciências Biológicas, Ariadne Enes Rocha, Doutora em Agronomia.
7. Programa de Autocomposição - O Ministério Público com Designer de Sistema de Disputas Ambientais	Diego Faleck, Doutor em Direito (USP), e Promotora de Justiça Andressa de Oliveira Lanchotti (MPMG)
8. Compostagem como Estratégia de Conscientização Ambiental. (Programa Café Sustentável)	Sálvio Dino, Coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental; Carolina Moraes Estrela, embaixadora do Instituto lixo zero; Ariadne Enes Rocha, Coordenadora do Programa Café Sustentável.
9. Horta em Casa (Programa Café Sustentável)	Ariadne Enes Rocha

Fonte: ESMP/PJ, 2021

Cabe ressaltar, a iniciativa da ESMP/MA na expedição de Recomendação do Procurador Geral de Justiça aos Promotores de Justiça com atuação na defesa do meio ambiente para que incentivem os gestores municipais a criarem leis para plantação e manutenção de árvores em áreas públicas e particulares. O documento ministerial toma como referência a Lei nº 12.651/2012, que prevê a exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação da infraestrutura.

Outrossim, a ESMP/MA participou também da assinatura e produção do Termo de Adesão ao Programa Estacionamento Verde, proposto pelo Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão e pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

O objetivo do programa é incentivar as instituições públicas e privadas a arborizar os estacionamentos não cobertos, em observância à Lei Municipal nº 6.247/2017, que dispõe sobre o programa de arborização dos estacionamentos horizontais da cidade.

2.1. Outros cursos

Além dos mencionados, foram oferecidos cursos versando sobre as temáticas de infância e juventude, combate à corrupção, uso de tecnologias no combate a crimes no ambiente virtual, análise da nova lei de Licitações, dentre outros, conforme tabela ao final apresentada.

Durante todo o ano letivo de 2021, o Conselho Estadual de Educação do Maranhão, por meio de sua Presidente, Professora Soraia Raquel Alves da Silva, de seu Vice-Presidente, Professor Roberto Mauro Gurgel Rocha, e de seus Conselheiros, foi presente e parceiro na execução de diversos cursos com temáticas correlatas ao fortalecimento da Educação no Estado

do Maranhão. A ESMP/MA, por sua vez, mediante sua Diretora, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, participou de grupos de trabalho do CEE/MA, à exemplo do “Comitê 100 anos Paulo Freire”.

2. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

2.1. Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção

O Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão é credenciado pelo Conselho Estadual de Educação e disciplinado por normativa própria, *ex vi* da Portaria-ESMP - 112019, atualizada pela Portaria-ESMP - 302019.

Assim, no ano de 2021, por meio de convênio firmado entre o Ministério Público do Maranhão, por esta Escola Superior, e a Universidade Federal do Maranhão, passamos a contar com mais um curso de pós-graduação *lato sensu*, ou seja, a Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção.

Até o final do ano de 2021, tivemos este quadro de docentes e suas respectivas temáticas abordadas, sendo a aula inaugural proferida pelo professor Nicolás Rodríguez García – Diretor de Pós-Graduação em Estado de Direito e Governança Global, da Universidade de Salamanca.

Quadro 16 – Módulos do Curso de Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção

DOCENTE	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Módulo I Reynaldo Soares da Fonseca, Nefi Cordeiro, Ana Lara Camargo de Castro, Bruno Fernandes Carvalho, Humberto Barrionuevo Fabretti e Gianpaolo Poggio Smanio	Justiça Penal Negociada	30 h
Módulo II Lucyléa Gonçalves França	Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior	30 h
Módulo III Carlos Henrique Rodrigues Vieira e Maria Esther Martínez Quintero	Direitos Humanos	15 h
Módulo IV Ana Luiza Almeida Ferro	Crime Organizado e Organizações Criminosas	15 h
Módulo V Vladimir Barros Aras	Lavagem de Capitais e Repatriação de Ativos	30 h
Módulo VI Sami Abder Rahim Jbara El Jundi	Criminalística e Medicina Legal	30 h
Módulo VIII José Cláudio Almada Lima Cabral Marques	Diagnóstico Criminal	15 h

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

O curso é voltado a membros e servidores do MPMA, contando com 50 (cinquenta) alunos devidamente matriculados, sendo **24** (vinte e quatro) **membros** e **26** (vinte e seis) **servidores**.

2.2. Mestrado Interinstitucional em Direito - MINTER UNDB/PUCRS

Em 2021, iniciaram-se as aulas do Mestrado Interinstitucional em Direito promovido pelo Centro Universitário UNDB e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. O referido curso faz parte do convênio celebrado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão (publicado no Diário Oficial – Edição nº 190/2020), dando ênfase à capacitação e aperfeiçoamento acadêmico de seus membros.

Como alunos regularmente matriculados, figuram os Promotores de Justiça Gabriel Sodré Gonçalves, Igor Adriano Trinta Marques, Joaquim Ribeiro de Souza e Marco Túlio Rodrigues Lopes. As disciplinas cursadas e suas respectivas cargas horárias podem ser descritas consoante o seguinte quadro:

Quadro 17 – Disciplinas do Mestrado Interinstitucional em Direito

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Constituição e Relações do Trabalho	2 créditos (30 h/a)
Bioética, Biotecnologia e Direitos Humanos e Fundamentais na Sociedade Tecnológica	2 créditos (30 h/a)
Direito Fundamental ao Processo Justo	2 créditos (30 h/a)
Empresa e Ordem Econômica	2 créditos (30 h/a)
Processo Civil e Constituição I	2 créditos (30 h/a)
Direitos Socioambientais	1 crédito (15 h/a)
Princípios Fundamentais do Direito Tributário	2 créditos (30 h/a)
Constituição e Direitos Fundamentais I (continuação)	2 créditos (30 h/a)
Metodologia da Pesquisa (continuação)	2 créditos (30 h/a)
Direito Civil e Sociedade	2 créditos (30 h/a)
Fundamentos do Processo Coletivo	2 créditos (30 h/a)

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

3. CURSO DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DESTINADO AO INGRESSO E VITALICIAMENTO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Uma das primordiais missões da ESMP/MA reside no processo de formação dos novos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, que devem passar por um longo curso de ingresso e formação, assim como para o seu Vitaliciamento, nos termos do art. 25, I, b e e, do Ato Regulamentar nº 03/2019 - GPGJ.

Nesse contexto, com a posse do Promotor de Justiça Substituto Francisco de Assis Maciel Carvalho Junior, ocorrida no dia 26 de maio de 2021, a ESMP/MA realizou a etapa de ingresso do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Maranhão, por meio do acesso a conhecimentos teórico-práticos e a experiências capazes de servir de norte para condutas éticas e comprometidas com os projetos e estratégias institucionais.

As atividades desenvolvidas pela ESMP/MA na etapa de ingresso, somando a carga horária de 96 (noventa e seis) horas, contaram com a participação de 31 (trinta e um) membros do MPMA, que apresentaram ao recém-empossado toda a estrutura da instituição, notadamente os órgãos da Administração Superior, os órgãos auxiliares e os órgãos de execução.

Houve ainda atividades relacionadas à etapa de vitaliciamento, as quais se encontram detalhadamente descritas em tabela a seguir:

Quadro 18 - Atividades relacionadas à etapa de vitaliciamento

ETAPA DE INGRESSO		
DISCIPLINAS	PERÍODO	CARGA HORÁRIA OFERECIDA
MÓDULO I		
Procuradoria Geral de Justiça — PGJ	27/05/2021	1h
Secretaria de Planejamento e Gestão — SEPLAG	27/05/2021	1h
Procuradoria Geral de Justiça — PGJ (Parte II)	27/05/2021	2h
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos do Ministério Público do Maranhão	27/05/2021	2h
Secretaria de Planejamento e Gestão — SEPLAG (Parte II)	28/05/2021	1h
Conhecendo o Programa Memória	28/05/2021	1h
Escola Superior do Ministério Público — ESMP	28/05/2021	2h
Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos e Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça	31/05/2021	2h
Assessoria Técnica — ASTEC	31/05/2021	1h
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça	31/05/2021	2h
Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas — GAECO/CAEI	01/06/2021	3h
Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão	01/06/2021	2h
Corregedoria Geral do Ministério Público	02/06/2021	3h
Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Maranhão	02/06/2021	1h
Secretaria para Assuntos Institucionais — SECINST	07/06/2021	2h
Sistemas SIMP e DIGIDOC	07/06/2021	2h
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	08/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos	08/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde	08/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência.	08/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional Criminal	08/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri	08/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito À Educação.	08/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	08/06/2021	1h
Comissão de Tecnologia da Informação — CTI	09/06/2021	3h

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural	09/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional do Consumidor	10/06/2021	1h
Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero	10/06/2021	1h
Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão	10/06/2021	1h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO I (hora/aula)		43h
MÓDULO II		
Temas diversos	11/06/2021	1h
Temas diversos — Saúde Mental	11/06/2021	1h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO II (hora/aula)*		2h
MÓDULO III		
Curso de Português Jurídico	14/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo de registros públicos	14/06/2021	1h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo dos conflitos agrários	14/06/2021	1h
Webinário Controle Externo da Atividade Policial	15/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo do direito de família	15/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da infância e juventude	21/06/2021	3h
Promotorias de Justiça com atribuições perante o Tribunal do Júri	22/06/2021	3h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	22/06/2021	3h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo de interdição, sucessões, tutela e ausência	22/06/2021	1h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da defesa da saúde	23/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da defesa da educação	23/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições perante o Juizado Especial Criminal e Turma Recursal Criminal	24/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições na defesa da mulher	24/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo das fundações e entidades de interesse social	24/06/2021	1h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da defesa do idoso	25/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da defesa do consumidor	28/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo criminal em geral	28/06/2021	2h

Promotorias de Justiça com atribuições no campo das execuções penais	28/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições perante o Tribunal do Júri	30/06/2021	6h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da Lei Antidrogas	30/06/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da investigação criminal	01/07/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da defesa do meio ambiente	02/07/2021	2h
Promotorias de Justiça com atribuições no campo da defesa da pessoa com deficiência	02/07/2021	2h
Webinário Captação Ilícita de Sufrágio e Abuso de Poder Econômico, Político e Religioso	01/07/2021	2h
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO III (hora/aula)		51h
CARGA HORÁRIA TOTAL DOS MÓDULOS DA ETAPA DE INGRESSO		96h
ETAPA DE VITALICIAMENTO		
DISCIPLINAS	PERÍODO	CARGA HORÁRIA OFERECIDA
Segredos e estratégias do Tribunal do Júri	16 a 18/06/2021	18h
Workshop: Relatório de Inteligência Financeira: leitura e interpretação	23/06/2021	3h
Legítima defesa da honra após a decisão do STF e a atuação prática do MP em plenário	19/01/2021	2h
Webinário: Governança, Transparência e Controles Internos Municipais	23 e 24/09/2021	9h
Ferramentas de apoio às investigações criminais: Facebook, Instagram e WhatsApp	29/09/2021	2h
Capacitação para desenvolvimento de Grupos Reflexivos – Grupo Novo Olhar	05/10/2021	2h
III Congresso da Infância e Juventude “Articulação em rede e políticas públicas efetivando direitos de crianças e adolescentes”	14 e 15/10/2021	6h
Nova Lei de Licitações e Contratos: inovações e potencialidades	18 a 27/10/2021	24h
Webinário Construção de Consenso e Gestão de Políticas Públicas	27/10/2021	2h
Gestão de Processos	27/10/2021	20h
Prática do MP na nova Lei de Improbidade Administrativa: perspectivas e desafios	16/11/2021	3h
Live Tira-dúvidas: contrato de namoro e declaração de união estável	16/11/2021	2h
III Seminário de Educação Ambiental- Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas	18 e 19/11/2021	10h
Oficina “O Tribuno”	22/11/2021	3h
A arte da persuasão	22/11/2021	3h
Simpósio –Sistema de Justiça Militar e Segurança Pública no Estado Democrático de Direito	22/11/2021	10h

11º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão “O Ministério Público na promoção das Liberdades Democráticas”	9 e 10/12/2021	9h
CARGA HORÁRIA TOTAL		128h

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

4. PROGRAMAS DE ESTÁGIO

4.1. Pós-Graduação

Em continuidade ao Seletivo para Estágio Não-Obrigatório de Pós-Graduação 2021, conduzido pela Escola Superior do Ministério Público e iniciado por meio do Edital nº 35/2020-GPJ, foram designados integrantes para a formação de Comissão responsável para a organização do referido seletivo, cujas atividades desenvolvidas foram a confecção do edital, o atendimento de chamadas através do sistema virtual hospedado no sítio do MPMA e o esclarecimento de dúvidas por meio de contato telefônico, dentre outras.

Com o encerramento do período de inscrição, que registrou 2.422 (dois mil, quatrocentos e vinte e dois) postulantes às vagas ofertadas, a aludida equipe, diante de número tão significativo, iniciou, imediatamente, minuciosa análise da documentação dos candidatos, ao que se seguiu a atribuição das respectivas notas. No período de recursos, foi prestada dedicação total nas minutas de decisões e na consulta jurisprudencial com o devido suporte técnico de Sistemas.

O resultado definitivo foi homologado em 01/02/2021 pelo Procurador-Geral de Justiça.

No dia 22/06/2021, foi realizada uma recepção de forma virtual aos novos estagiários de Pós-Graduação do MPMA, contando com a participação do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, a Subprocuradora-Geral para Assuntos Administrativos, Regina Maria da Costa Leite, a Diretora da Escola Superior do Ministério Público, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, a Promotora de Justiça auxiliar da ESMP, Ana Luiza Almeida Ferro, o Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA, Carlos Henrique Rodrigues Vieira, o Diretor de Assuntos Institucionais, José Márcio Maia Alves, além dos servidores João Batista Pereira Borges, Dennys Charllles Silva Mendonça, Gessica Poliana Mota Silva e Lúcia Helena Saraiva de Oliveira.

A apresentação do MPMA, da ESMP/MA, do Programa Memória, do Planejamento Estratégico, da estrutura administrativa e instrumentos de administração, aula sobre Português Jurídico, e a demonstração dos sistemas SIMP e DIGIDOC, enquanto sistemas operacionais utilizados na instituição, fizeram parte da programação da recepção.

4.2. Graduação

A ESMP/MA realizou o Processo Seletivo para Estágio Não-Obrigatório de Graduação, consoante determinação contida no art. 19 do Ato Regulamentar nº 03/2013 – GPJ (Processo DIGIDOC nº 15514/2020).

No ano de 2021, foram publicados os Editais nºs 01 a 14, de convocação de candidatos aprovados em 2019, para Estágio Não-Obrigatório de Graduação e Ensino Profissional.

5. COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

5.1. Mestrado Interinstitucional do Programa de Direito Político e Econômico da Universidade de Presbiteriana Mackenzie

O Ministério Público do Estado do Maranhão, a Faculdade Santa Terezinha – CEST e a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão assinaram o Termo de Cooperação Técnica que prevê a concessão de desconto no Mestrado Interinstitucional do Programa de Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie para membros, servidores e estagiários de Pós-Graduação do Ministério Público do Estado do Maranhão, em 04.02.2021.

5.2. Resguardo da Memória Institucional

O Ministério Público do Estado do Maranhão, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e a Escola Superior do Ministério Público assinaram o Convênio de Cooperação Técnica visando à realização de pesquisas e ações conjuntas para o resguardo da memória institucional, em 04.02.2021.

5.3. Disponibilidade de cursos para instituições parceiras

Foi assinado, em 24.03.2021, o termo de responsabilidade para utilização de cursos disponibilizados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

6. GESTÃO PATRIMONIAL

Para melhorar a estrutura da ESMP/MA e otimizar as atividades realizadas em vista da necessidade de cursos e eventos em formato híbrido, com alunos de forma presencial e remota, foram solicitadas as seguintes providências:

Quadro 19 – Providências para efetividade das atividades docentes da ESMP

PA nº 138722021	Adequação da sala de aula II da ESMP/MA, para transformar em sala de videoconferência e estúdio de gravação com os seguintes itens: divisórias, tomadas em pontos estratégicos para computadores, parede verde para filmagem e a iluminação nos trilhos de correr.
PA nº 166692021	Levando em consideração a realização de eventos híbridos, foi solicitado estudo de viabilidade da aquisição de equipamentos de transmissão no formato híbrido.
PA nº 138712021	Foi solicitado o revestimento acústico no sentido da rua e a troca da canaleta da Internet de uma parede para outra, ambos no gabinete da Diretora da ESMP/MA e a troca de lâmpadas da sala da secretaria.

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

Com o fito de dar mais eficiência à rede de computadores, adquirimos 1 (um) Ultrabook e 20 (vinte) nobreaks com autonomia de 40 (quarenta) minutos.

Como parte da divulgação dos cursos ofertados e incentivo à interatividade, foi feita a aquisição de um Totem para esta Escola.

Foi instalado ainda o setor de arquivo físico em sala própria da sede da ESMP/MA.

7. APERFEIÇOAMENTO DA PLATAFORMA DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDI ZAGEM (AVA) DA ESMP/MA

Visando a uma integração e a um espaço de diálogo ainda maior entre a Escola Institucional, seus destinatários internos e a comunidade, a ESMP vem concentrando esforços na utilização de novas tecnologias educacionais, valendo-se de ferramentas pedagógicas digitais e da plataforma *Moodle/AVA*, com o escopo de ratificar sua meta principal, disponibilizando conhecimentos que possibilitem uma formação mais eficiente e aprimorada.

A fim de corroborar o exposto, trazemos à colação as seguintes medidas até então adotadas:

- Configuração do método de inscrição nos cursos, de modo que seja visualizado apenas um botão de inscrição, independentemente do cargo do usuário;
- Criação de banner em destaque na parte superior de cada curso, de cor amarela, com o texto “Você não está participando deste curso” e com o botão “Realizar inscrição”. Ao realizar inscrição, o banner se torna azul, com o texto “Você já está participando deste curso”; e aparece o botão “Cancelar inscrição”, em vermelho, evitando uma nova tentativa de inscrição, como acontecia anteriormente;
- Criação de link para participar de grupo de WhatsApp nos cursos que utilizarão esta ferramenta;
- Disponibilização dos links do YouTube na página dos cursos;
- Simplificação da tela de boas-vindas dos cursos, melhorando a usabilidade;
- Organização das informações adicionais, como “Programação” ou “Material pedagógico” em páginas separadas, e não na tela de boas-vindas, impedindo que seja necessária uma rolagem extensa da barra lateral até chegar ao fim da página;
- Elaboração de novo layout de certificado, melhorando a sua aparência e identidade visual;
- Disponibilização do link de auto registro de presença no chat da transmissão do YouTube, facilitando o acesso às pessoas que acompanham pelo smartphone;
- Padronização dos *cards* utilizados na divulgação dos cursos;
- Utilização de banner em *slideshow* na tela inicial da plataforma, dando destaque a cursos específicos.

8. PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO AMBIENTAL COM FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Instituído pela Portaria – ESMP – 22021, o presente programa compreende o fruto de trabalho de atuação do Ministério Público, por meio das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís/MA e da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, no combate aos crimes ambientais praticados no Estado do Maranhão, notadamente aqueles considerados de menor e médio potencial ofensivo, puníveis com penas restritivas de direitos ou suspensão condicional do processo.

A prática no trato de questões ambientais demonstra que o aparato sancionador previsto na Lei de Crimes Ambientais não tem se prestado ao fim almejado, isto é, prevenir, reprovar e ressocializar, demandando por ações de caráter prático-educativo e de intervenção instrumentalizadas pela Educação Ambiental.

Nesse contexto, o Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental surge como alternativa ao cumprimento de pena de prestação de serviços à comunidade e será inserido como condição no caso de suspensão do processo. Consiste na oferta de cursos com matriz teórica e prática de educação ambiental, com o estudo e aplicação de conceitos básicos sobre meio ambiente, legislação, cidadania, comprometimento e responsabilidade socioambiental, com uma ação prática de sustentabilidade no espaço público, espaço do bem comum, na qual o infrator presta esse serviço em prol da cidadania ativa, conceito que está contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (MEC, 1997).

Até o momento, já foram realizadas as seguintes atividades contempladas no respectivo plano de curso: reuniões de alinhamento da execução do Programa com os parceiros das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís/MA, do Fórum Estadual de Educação Ambiental, da Secretaria de Estado da Educação e da Universidade Estadual do Maranhão; duas sessões de Escuta-Ativa com representantes de coletivos de grafite; uma sessão de Escuta-Ativa com o Sindicato de Pescadores de São Luís e representantes da Comunidade do Cajueiro (zona rural de São Luís).

Ao final das escutas, pretendemos reunir todo o material compartilhado com os grupos envolvidos, com o objetivo de preparar a base para a matriz teórica do programa a ser executado.

9. PLANO EDITORIAL

Nesta gestão, promovemos o aprimoramento do Plano Editorial da ESMP/MA, com o objetivo de proporcionar uma maior visibilidade e publicidade às suas rotinas de eventos, à sua produção acadêmica e técnica e à produção selecionada e vinculada aos seus objetivos.

O Plano Editorial foi instituído pelo Ato nº 0295/2018-GPGJ e disciplinado pela Portaria ESMP nº 02/2019. Dele, constam definidas as publicações periódicas da Escola, a exemplo da *Lumiar* – Revista do Programa de Pós-Graduação e dos Boletins Informativos Eletrônicos.

Nesse contexto, destaca-se o lançamento/publicação da **3ª edição da Revista Lumiar**, lançada, no dia 10 de dezembro de 2021, durante o 11º Congresso Estadual do MPMA, como fruto vistoso do Programa de Pós-Graduação desta Escola Superior, construído a partir de artigos científicos de autoria de membros e servidores do Ministério Público e de professores e pesquisadores convidados.

Também merece relevância a publicação do **Boletim Informativo Eletrônico nº 04**, do cordel **“A acolhida do MPMA aos seus visitantes”**, de autoria da cordelista Raimunda Pinheiro de Souza Frazão, e, ainda, do livro ***Questões práticas sobre o acordo de não persecução penal***, de autoria do Promotor de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, bem como a elaboração e divulgação do Catálogo de Cursos da ESMP com os links de acesso direto aos cursos e transmissões, e a confecção do **Boletim Informativo nº 05**.

Realizaram-se os lançamentos das obras do Promotor de Justiça Francisco Fernandes, intitulada ***A legitimidade processual do cidadão em demandas de natureza difusa: a legitimidade subsidiária à luz de um sistema jurídico aberto***, e de Carla Costa Pinto, sob o título

Ressignificando trajetórias: a Justiça Restaurativa como prática no âmbito do ato infracional pelo Ministério Público do Maranhão.

Foram distribuídos a diversas instituições pelo Brasil e aos membros do MPMA exemplares impressos da 2ª edição da Revista *Lumiar*.

10. ATUALIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Nos termos da Portaria ESMP-32021, foi atualizado o quadro de membros e servidores do MPMA integrantes do Corpo Docente da ESMP, em obediência ao art. 42 do Ato Regulamentar nº 03/2019 - GPGJ.

11. ELEIÇÕES PARA REPRESENTANTES DOS CORPOS DOCENTE E DISCENTE NO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP

De acordo com as regras dispostas no art. 2º, IV e §1º, da Portaria ESMP nº 11/2019, foi publicada a Portaria-ESMP - 42021, disciplinando a eleição para representante do Corpo Docente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESMP. A representante eleita foi a Promotora de Justiça **Lena Cláudia Ripardo Pauxis**.

Do mesmo modo, em atenção ao art. 2º, V, e §1º, da Portaria ESMP nº 11/2019, foi publicada a Portaria-ESMP - 52021, disciplinando a eleição para representante do Corpo Discente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESMP. O representante eleito foi o Promotor de Justiça **Sandro Carvalho Lobato de Carvalho**.

A intensa articulação com o Centro Cultural e Administrativo do MPMA e com a sociedade civil fez com que a ESMP/MA se mantivesse ainda mais presente no cenário artístico, cultural, educacional e social maranhense.

Registramos, ainda, a interação da ESMP/MA com instituições nacionais, realizando eventos em parceria com outros Ministérios Públicos brasileiros e participando de reuniões do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP).

12. ATIVIDADES DO NÚCLEO DE AUTOCOMPOSIÇÃO

12.1. Cursos de autocomposição

Outra pauta recorrente no ano letivo desta Escola Superior foi o papel do Ministério Público como efetivo gestor de conflitos, com ênfase nos métodos adequados de resolução destes, tais como a mediação, a conciliação e a negociação. Em observância à Resolução 118/2014 do CNMP, que estabelece a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, e objetivando a instrumentalização de um Ministério Público Resolutivo, o Programa de Autocomposição da ESMP/MA promoveu uma série de encontros sobre a temática, listados a seguir:

Quadro 20 – Encontros realizados no âmbito do Programa de Autocomposição da ESMP

AUTOCOMPOSIÇÃO CURSO	PALESTRANTE
----------------------	-------------

Núcleo de Autocomposição - Lançamento da Campanha Institucional “O Ministério Público Interagente”	Promotor de Justiça Marcus Aurélio de Freitas (MPRN) e Marcelo Pedroso Goulart, Promotor de Justiça (MPSP)
Programa de Autocomposição - O Ministério Público com Designer de Sistema de Disputas Ambientais	Diego Faleck, Doutor em Direito (USP), e Andressa de Oliveira Lanchotti, Promotora de Justiça (MPMG)
Solenidade de Lançamento do Programa Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas (MP na Comunidade)	Promotores de Justiça José Márcio Maia Alves, Vicente de Paula Silva Martins, Eduardo Oliveira Borges, dentre outras autoridades responsáveis pelo projeto
Webinário Construção de Consenso e gestão de Políticas Públicas	Alessander Wilckson Cabral Sales, Tânia Almeida e Rafael Alves de Almeida

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

12.2. Visitas técnicas realizadas ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e ao Ministério Público do Estado do Ceará

No período de 13 a 17 de setembro do ano de 2021, com o objetivo de conhecer as experiências institucionais de trabalho com mediação e práticas restaurativas, assim como de criação dos Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição, nos termos da Resolução nº 118/2014 – CNMP, foram realizadas visitas técnicas às sedes dos Ministérios Públicos dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Em formação de equipe mista, composta pelas Promotoras de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira (Diretora) e Elyjeane Alves Carvalho, em nome desta Escola Superior, e com o Promotor de Justiça Vicente de Paulo Silva Martins e a assistente social Aládia Chaves Maia de Oliveira, ambos representando o Gabinete de Mediação Comunitária, houve a intenção de conhecer as iniciativas e projetos que objetivassem a capacitação, treinamento e atualização permanente de membros e servidores nos mecanismos autocompositivos de tratamento adequado dos conflitos, controvérsias e problemas.

Dentre as recomendações, sugerimos a necessidade de rever o planejamento do Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas do MPMA (Programa MP na Comunidade), com foco na efetividade das ações e no fortalecimento do trabalho em rede; a construção de uma proposta de realização de evento em São Luís com a participação dos membros e técnicos envolvidos nas experiências apresentadas no Rio Grande do Norte e no Ceará; a inclusão da temática “Autocomposição” no Programa de Reeducação Ambiental com Formação em Educação Ambiental; e a construção de uma proposta de criação e implementação de um Núcleo de Autocomposição na sede das Promotorias de Justiça da Capital para atendimento de demandas de famílias.

13. 11º CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Nos dias 09 e 10 de dezembro de 2021, foi realizado o 11º CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO: “O Ministério Público na promoção das liberdades democráticas”, na sede da Procuradoria-Geral do Ministério Público do Maranhão e com transmissão pelo canal desta Escola Superior no Youtube.

A ESMP/MA, por meio de suas atividades, sempre buscou a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados aos cidadãos e aos grupos que integram a nossa sociedade, conforme determinado na Constituição Federal.

A realização do 11º Congresso Estadual do MPMA corroborou o papel da instituição como guardiã das liberdades individuais e coletivas, respeitando-se todos os limites que a própria legislação determina.

Levando em consideração o segundo ano de pandemia da Covid-19, no qual foram recorrentes as notícias sobre ameaças a certas liberdades em nosso país, o referido Congresso teve como foco abordar as liberdades democráticas em face da concretização material de direitos fundamentais, como os ligados à liberdade de expressão, ao combate à corrupção, à atuação criminal e a direitos eleitorais.

Na mesma ocasião, ocorreu o lançamento da 3ª edição da Revista *Lumiar*. A publicação reuniu a produção acadêmica do programa de Pós-Graduação desta Escola e está disponível para download no site mpma.mp.br.

A *Lumiar* tem periodicidade anual e enfoque jurídico-científico, priorizando as discussões sobre o Direito. A edição homenageou o escritor, jornalista e parlamentar João Dunshee de Abranches Moura (1867-1941), com artigos assinados pelo Presidente da Academia Maranhense de Letras, o acadêmico Carlos Gaspar, e do historiador e servidor do Ministério Público do Maranhão, Claunísio Amorim Carvalho. No ano de 2021, foram lembrados os 80 anos da morte de Dunshee de Abranches. Nascido em São Luís, o escritor e jornalista escreveu obras que ainda hoje são referências para o estudo da história do Maranhão, a exemplo de *A esfinge de Grajaú*, *O cativo* e *A Setembrada*, romance histórico alusivo à Revolução Liberal de 1831 no Maranhão.

A revista trouxe, ainda, 17 artigos científicos produzidos pelos Promotores de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, Sandra Fagundes Garcia e Sandro Carvalho Lobato de Carvalho e por alunos do Curso de Especialização em Gestão e Governança em Ministério Público. Os artigos abordaram temas diversos para a reflexão do papel do MPMA. Ademais, a publicação trouxe discursos de abertura e encerramento do 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e da Diretora da ESMP, Karla Adriana Holanda Farias Vieira; os discursos de abertura e encerramento do Webinário Direito das Vítimas da Diretora da ESMP e entrevistas com os Promotores de Justiça Lélío Braga Calhau, do MP de Minas Gerais, e Eugênio Paes Amorim, do MP do Rio Grande do Sul.

14. RECONHECIMENTO

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão recebeu homenagem, no dia 15 de dezembro de 2021, da Escola Ambiental do Maranhão, pelo empenho em difundir a educação ambiental.

A homenagem foi recebida pela Diretora da ESMP, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, em cerimônia realizada no Convento das Mercês, em São Luís.

Dentre os treinamentos e cursos ministrados pela Escola Superior do MPMA, estão o Seminário Estadual de Educação Ambiental, quatro edições do Café Sustentável e os Webinários “Laudato Si”, a “Questão da Amazônia - Árvore da vida” e “Ecologia em saída: uma perspectiva filosófica sobre a crise climática”.

A homenagem também marcou o aniversário de um ano da Escola Ambiental. A lei que instituiu a Escola Ambiental foi anunciada pelo Governador Flávio Dino, no dia 20 de outubro de 2020, em um evento da ESMP.

15. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Tabela 27 – Relatório Estatístico de Processos da ESMP 2021

Escola Superior do Ministério Público	2021
<i>Processos Recebidos/ Entrada</i>	372
<i>Processos Encaminhados/Saídas</i>	336
<i>Processos Arquivados</i>	87
<i>Ofícios Expedidos</i>	304

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

Destaca-se o processo n. 2536/2021, pautado na Reunião do CSMP na data de 05/11/2021, e acolhido pelo Procurador de Justiça Dr. Francisco das Chagas de Sousa Barros, que segue em tramitação no DIGIDOC, com proposta de alteração dos artigos 3º e 5º da Resolução n. 001/2006 do CSMP, para dispor sobre o critério objetivo da frequência e do aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento para fins de promoção e remoção por merecimento.

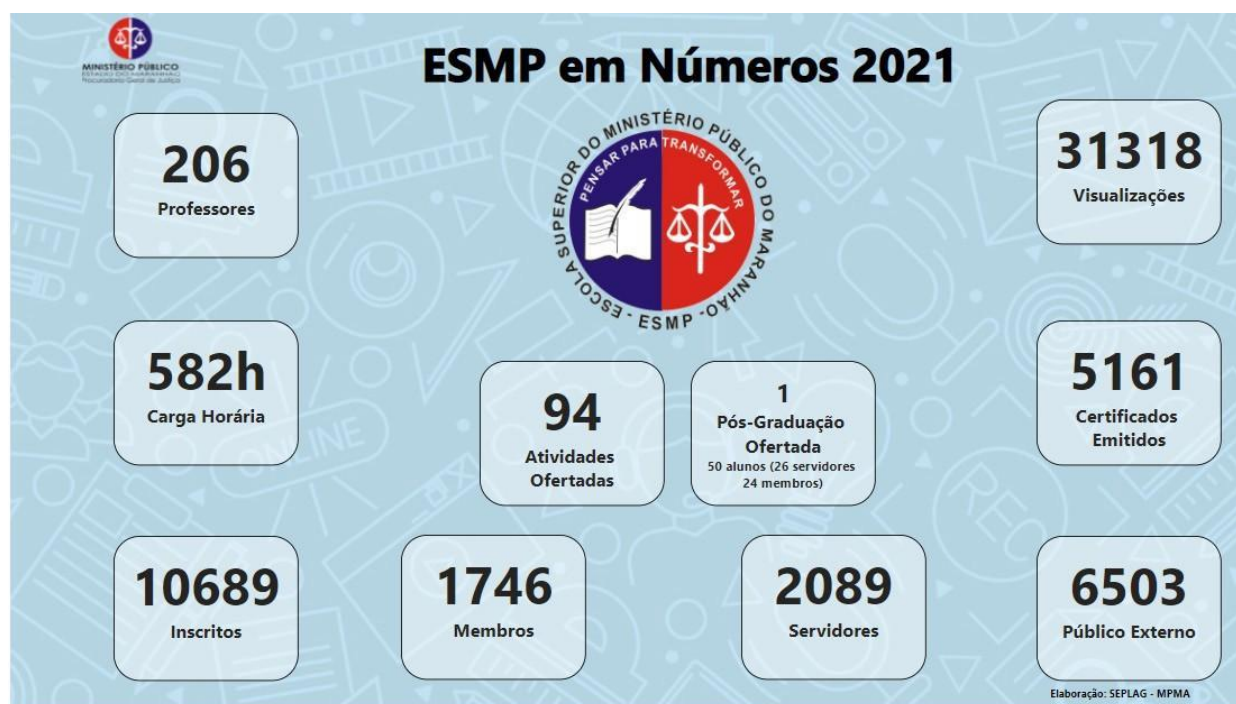


Figura 3: Atividades desenvolvidas pela ESMP no segundo semestre de 2021

Tabela 28 – Cursos e Eventos regulares da ESMP 2021

Descrição	Quantitativo
Cursos Ofertados	88 Cursos
Total de professores	193

Total de alunos inscritos	10.639
Certificados Expedidos	4.948
Certificados Expedidos em parceria	213
Carga Horária Ministrada	417 horas
Visualizações na Plataforma da ESMP	31.318
Divisão de alunos	1747 (membros)
	2089 (servidores)
	6.503 (público externo)

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

Tabela 29 – Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção - Dados até o Módulo VII (dezembro/2021)

Descrição	Quantitativo
Total de módulos:	7 módulos com a Aula Inaugural
Total de professores	13
Carga Horária Ministrada	165 horas
Divisão de alunos	24 membros
	26 servidores

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

Tabela 30 – Total de Cursos Ofertados pela ESMP/MA com a Pós-Graduação *Lato-Sensu* em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção

Descrição	Quantitativo
Total de Cursos	95 cursos
Total de professores	206
Carga Horária Ministrada	582 h/a
Total de alunos	10.689
Certificações	5.161
Visualizações na Plataforma da ESMP	31.318

Fonte: ESMP/PGJ, 2021

Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, criada pela Lei Complementar nº 83, de 3 de junho de 2005, em consonância com as disposições do parágrafo 5º do artigo 130-A da Constituição Federal, é órgão auxiliar do Ministério Público e integra a estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo por objeto contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, prestação e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição (art. 1º, Regimento Interno da Ato Regulamentar Nº 001/2011-GPGJ).



É um órgão constitucionalmente competente “para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público” (Art. 130-A, §5º, CRFB). As Ouvidorias ministeriais vêm se fortalecendo nesses últimos anos, evoluindo juntamente com as instituições que integram, fortalecendo, sobremaneira, o papel social do Ministério Público brasileiro.

A Ouvidoria revelou-se, durante a maior crise sanitária e econômica dos últimos tempos, como um órgão de grande visibilidade e relevância social entre as instituições públicas, ocupando importante espaço na estrutura do *Parquet*. Prova disso foram os números crescentes de demandas que aportaram na Ouvidoria durante a gestão da Ouvidora, Maria Luiza Ribeiro Martins.

Apresenta-se, nas próximas páginas, o comportamento das manifestações no período compreendido entre dezembro de 2019 a novembro de 2021, totalizando um montante 24.869 (vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e nove) registros.

1. OUVIDORIA EM NÚMEROS

O ano de 2020 foi marcado como o ápice do quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão, perfazendo um total de **11.967** (onze mil, novecentos e sessenta e sete) registros.

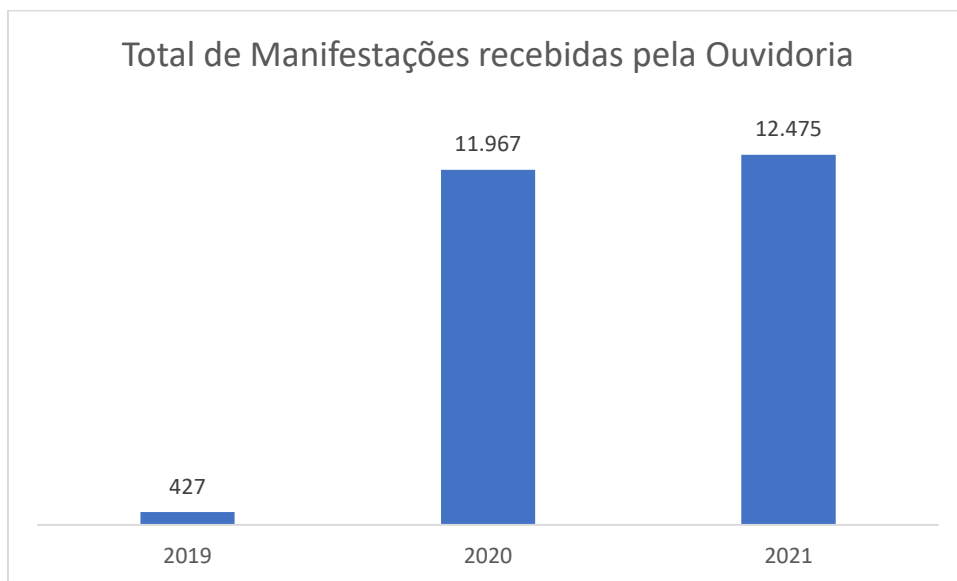
Tabela 31 – Manifestações recebidas no triênio 2019-2021

Meses	2019	2020	2021	TOTAL
Janeiro		763	1.628	2.391
Fevereiro		696	1.048	1.744
Março		953	975	1.928
Abril		879	1.356	2.235
Maior		964	918	1.882
Junho		1.033	1.074	2.107

Julho		1.165	1.020	2.185
Agosto		1.200	1.063	2.263
Setembro		829	1.175	2.004
Outubro		1.211	1.079	2.290
Novembro		1.450	1.139	2.589
Dezembro	427	824		1.251
TOTAL	427	11.967	12.475	24.869

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Gráfico 15 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria no triênio 2019-2021



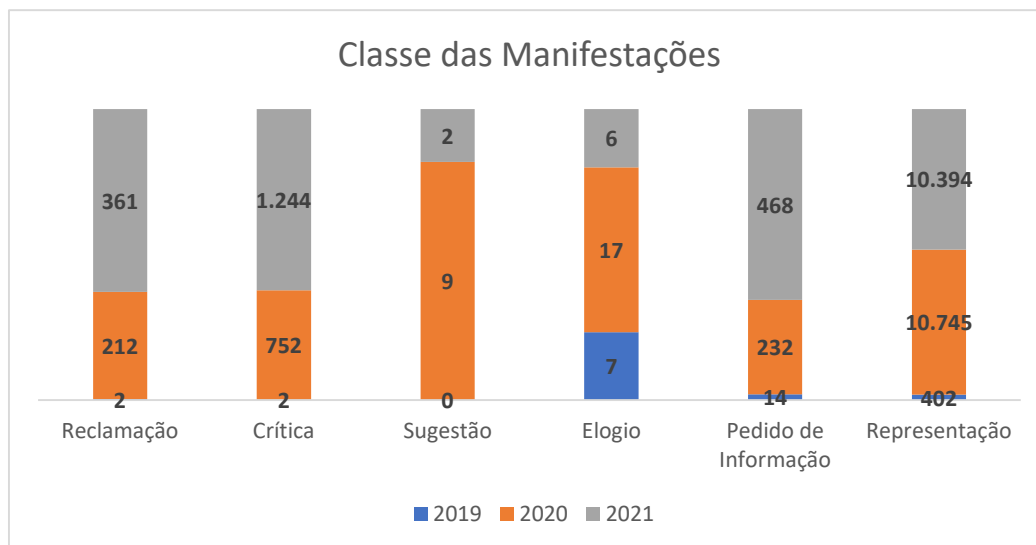
Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Tabela 32 - Classificação por tipo de demandas recebidas

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	2019	2020	2021	TOTAL
Reclamação	2	212	361	575
Crítica	2	752	1.244	1.998
Sugestão	0	9	2	11
Elogio	7	17	6	30
Pedido de Informação	14	232	468	714
Representação	402	10.745	10.394	21.541
TOTAL	427	11.967	12.475	24.869

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Gráfico 16 – Demandas recebidas por classe entre 2019-2021



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Tabela 33 – Demandas recebidas por assunto no triênio 2019-2021

ASSUNTO	2019	2020	2021	TOTAL
Acessibilidade	0	6	4	10
Administração e funcionamento do Ministério Público	9	202	362	573
Atuação de membros e servidores	2	776	1.249	2.027
Concurso Público	6	466	462	934
Consultas e dúvidas jurídicas	208	3.568	423	4.199
Consumidor	0	175	128	303
Controle Externo da Atividade Policial	0	94	136	230
Crimes	14	363	330	707
Demandas alheias à atribuição do Ministério Público	8	1.322	2.401	3.731
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	1	5	6	12
Educação	2	103	165	270
Eleitoral	0	1.126	21	1.147
Execução Penal	1	19	26	46
Idoso	24	530	703	1.257
Improbidade Administrativa	86	1.164	2.601	3.851
Infância e Juventude	17	344	341	702
Lei de Acesso à Informação	14	260	468	742
Meio Ambiente	3	427	568	998
Outros	25	271	913	1.209
Residência na Comarca e Lotação de Membros	0	0	0	0
Saúde	2	526	956	1.484
Serviços Públicos	4	33	70	107
Sindical e Questões Análogas	0	1	0	1
Violência Doméstica	1	186	142	329
TOTAL	427	11.967	12.475	24.869

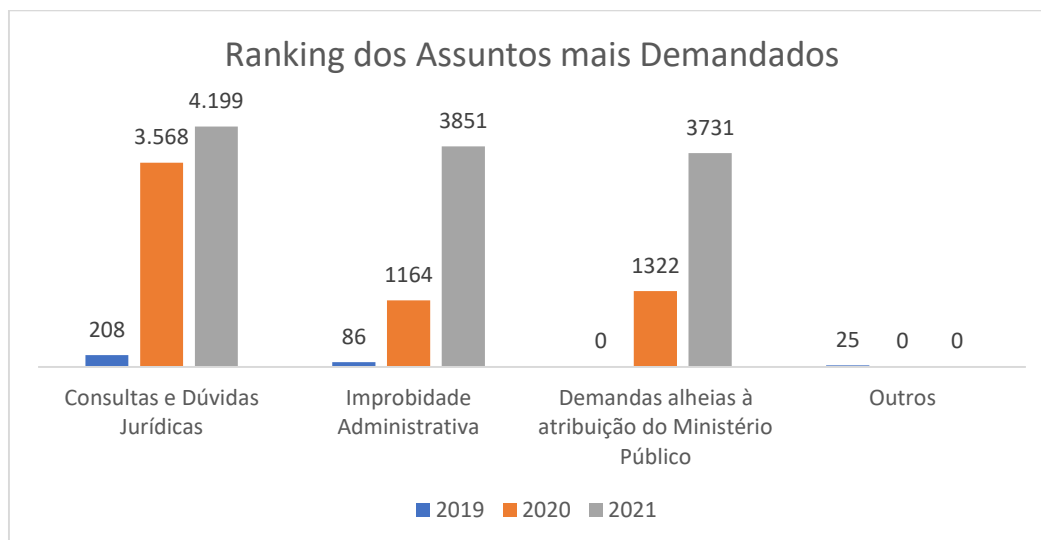
Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Tabela 34 - Ranking dos Assuntos mais demandados

Assunto	2019	2020	2021
Consultas e Dúvidas Jurídicas	208	3.568	4.199
Improbidade Administrativa	86	1164	3851
Demandas alheias à atribuição do Ministério Público	0	1322	3731
Outros	25	0	0

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Gráfico 17 – Assuntos mais demandados



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Tabela 35 - Quanto ao sigilo das informações

Quanto ao sigilo	2019	2020	2021	TOTAL
Sigilosas	252	3.002	3.689	6.943
Não Sigilosas	169	8.875	8.670	17.714
Anônimas	6	90	116	212
TOTAL	427	11.967	12.475	24.869

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Gráfico 18 – Natureza das manifestações



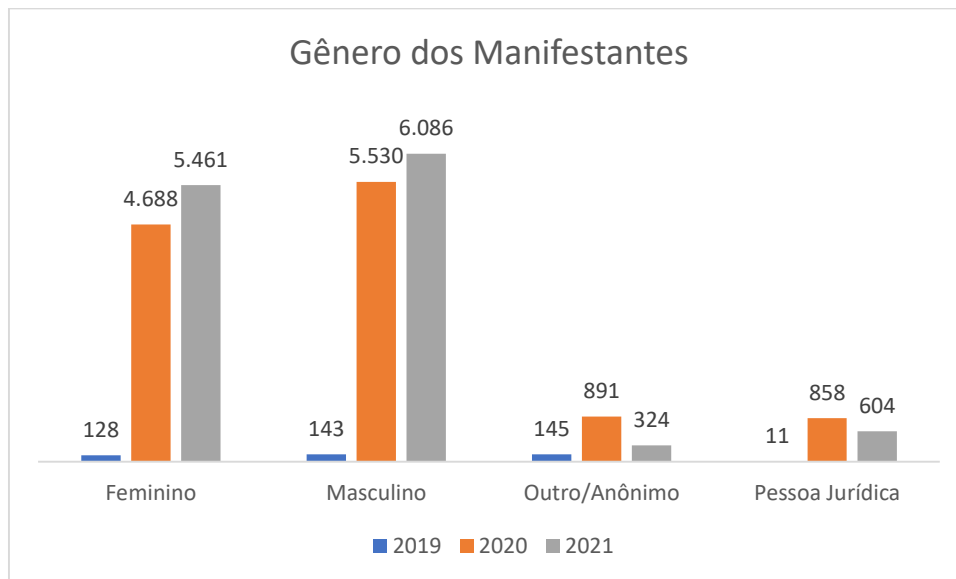
Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Tabela 36 – Gênero dos Manifestantes

Quanto ao gênero	2019	2020	2021	TOTAL
Feminino	128	4.688	5.461	10.277
Masculino	143	5.530	6.086	11.759
Outro/Anônimo	145	891	324	1.360
Pessoa Jurídica	11	858	604	1.473
TOTAL	427	11.967	12.475	24.869

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Gráfico 19 – Gênero dos Manifestantes



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

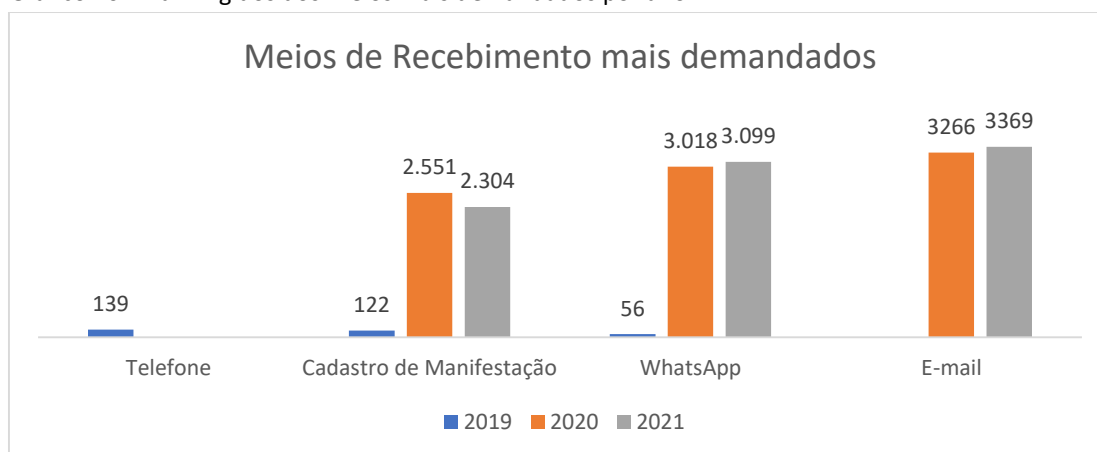
Tabela 37 – Meios de recebimento das demandas

MEIO DE RECEBIMENTO	2019	2020	2021	TOTAL
Pessoalmente	6	41	33	80
Cadastro de Manifestação	122	2.551	2.304	4.977
Disque Ministério Público	139	1.515	1.686	3.340
Correspondência	1	3	17	21
E-mail	39	3.266	3.369	6.674
WhatsApp	56	3.018	3.099	6.173
Facebook	6	139	62	207
Instagram	0	215	135	350
Twitter	0	9	2	11
Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – FALA BR	2	353	257	612
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH	49	531	333	913
Disque Denúncia Maranhão - DDMA	0	7	0	7
Ouvidoria dos Direitos Humanos, Igualdade Racial e Juventude – Governo do Estado do Maranhão	0	0	2	2

Aplicativo do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público Brasileiro - CNOMP	0	0	2	2
Ouvidoria das Mulheres - CNMP	0	3	7	10
Aplicativo MPMA Cidadão	0	170	817	987
Serviço de Informação do Cidadão - SIC	7	146	350	503
TOTAL	427	11.967	12.475	24.869

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Gráfico 20 – Ranking dos Meios mais demandados por ano



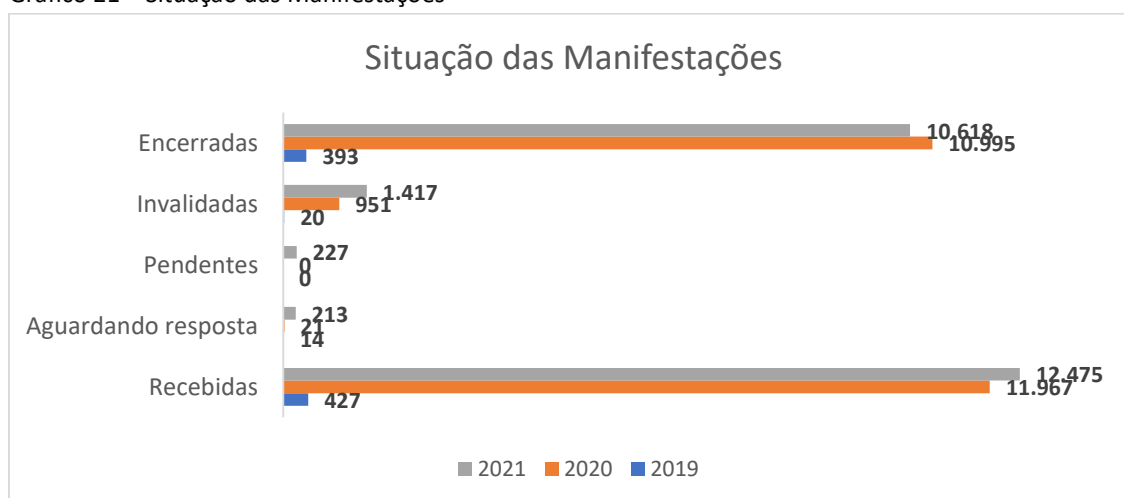
Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Tabela 38 – Situação das Manifestações por ano

ANO	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Invalidadas	Encerradas
2019	427	14	0	20	393
2020	11.967	21	0	951	10.995
2021	12.475	213	227	1.417	10.618
TOTAL	24.869	248	227	2.388	22.006

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

Gráfico 21 – Situação das Manifestações



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2021.

DIRETORIAS

Diretoria Geral (DG)

Nos termos do art. 61 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno), compete à Diretoria Geral, órgão de apoio Administrativo diretamente subordinado ao Procurador-Geral de Justiça:

- I. Assessorar o Procurador-Geral de Justiça no planejamento e fixação de diretrizes para administração do Ministério Público;
- II. Planejar, coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- III. Estabelecer mecanismos que promovam o inter-relacionamento das unidades administrativas do Ministério Público;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções normativas, internas e externas, pertinentes à administração do Ministério Público;
- V. Praticar atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira do Ministério Público, quando lhe forem delegados pelo Procurador-Geral de Justiça;
- VI. Acompanhar a programação e a execução orçamentária e financeira, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça;
- VII. Propor ao Procurador-Geral de Justiça a edição de atos normativos, de caráter administrativo, nos assuntos de sua competência ou de competência delegada;
- VIII. Propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala anual de férias dos servidores do Ministério Público que lhes sejam subordinados;
- IX. Elaborar proposta orçamentária do Ministério Público, devidamente instruída quanto à sua execução, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça, que a encaminhará ao Colégio de Procuradores de Justiça para aprovação;
- X. Submeter à aprovação do Procurador-Geral de Justiça os planos e programas de trabalho da Diretoria Geral e das unidades a ela vinculadas;
- XI. Assistir ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições administrativas;
- XII. Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que estão sob a direção da Diretoria Geral as seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Administrativo-Financeira;
- Assessoria Jurídica da Administração;
- Assessoria Técnica da Administração;
- Coordenadoria da Folha de Pagamento;
- Coordenadoria de Administração;
- Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação;
- Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura;

- Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- Coordenadoria de Serviços Gerais;
- Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

Destacamos a seguir, as principais realizações da Diretoria Geral em 2021:

1. Foram realizadas melhorias na estrutura predial de algumas unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, proporcionando aos servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população, resultando na modernização da estrutura da instituição ministerial;
2. Em 2021 foram concluídas as obras e inauguradas as novas sedes das Promotorias de Justiça de Lago da Pedra, Araiases, Santo Antônio dos Lopes, Carolina, além da conclusão da obra de Coroatá e reforma da antiga sede de Imperatriz. Tratam-se de sedes modernas e com total acessibilidade, que atendem às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade;
3. Seguem em andamento a construção das novas sedes das Promotorias de Justiça de Estreito, Loreto, São Domingos do Maranhão, Mirador e Santa Luzia do Paruá;
4. Para o ano de 2022 ainda estão previstos a conclusão da construção do refeitório das Promotorias de Justiça da Capital, reforma do prédio Solar do Ribeirão que abrigará as Promotorias de Justiça do Consumidor e a Promotoria Distrital/Centro, bem como a continuidade da construção da nova sede das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar;
5. Em 2021 foram realizadas 21 (vinte e uma) manutenções preventivas e 43 (quarenta e três) corretivas nas Promotorias de Justiça;
6. No ano de 2021 as licitações realizadas pelo MPMA contemplaram a modalidade de Pregão na forma eletrônica, RDC, Tomada de Preços e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa, inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade no total de procedimentos licitatórios realizados em 2021;

Tabela 39 – Licitações realizadas pela CPL/PGJ-MA

Modalidade	Ano 2021	Valor Contratado
Pregão Eletrônico *	47	47.555.799,74
RDC	3	821.989,54
Tomada de Preços	2	222.985,37
Concorrência	1	3.254.126,79
Dispensa de Licitação	16	142.217,28
Inexigibilidade de Licitação	36	1.497.151,11
Adesão a Ata de Registro de Preços	5	3.655.031,58
Total	110	57.149.301,41

*Contempla aquisição de materiais na forma de ARP

Fonte: DG/PGJ, 2021.

7. As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 65 (sessenta e cinco) Contratos Administrativos e 65 (sessenta e cinco) Atas de Registros de Preços;
8. Com os procedimentos licitatórios, a economia orçamentária para o MPMA foi da ordem de R\$ 22.363.820,12 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte reais e doze centavos), o que equivale 30,13% (trinta inteiros e treze centésimos por cento) do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2021;
9. No tocante a frota de veículos oficiais do MPMA, foram adquiridos 02 (dois) veículos do tipo Toyota, modelo Corolla Híbrido, objetivando atender as demandas da Procuradoria-Geral de Justiça;
10. Na área de Tecnologia da Informação cabe registrar que em 04 de janeiro de 2021, por meio do ATOREG – 12021, foi instituída no âmbito do Ministério Público do Maranhão a Comissão de Tecnologia da Informação (CTI), com caráter permanente e contínuo, responsável por implantar políticas institucionais em tecnologias da informação, a partir de estudos técnicos, sendo conduzida pela Secretaria para Assuntos Institucionais e composta pelo Diretor-Geral, Diretor da Secretaria de Planejamento, Coordenador da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação e três membros do Ministério Público designados pelo Procurador-Geral de Justiça por meio da PORTARIA-GAB/PGJ – 42021;
11. Em 2021 a Diretoria Geral expediu 52 (cinquenta e duas) notificações, em sua maioria destinadas às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano, 05 (cinco) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade;
12. A Diretoria Geral, em conjunto com a Secretaria Administrativo-Financeira, realizou estudos visando a atualização, bem como a edição de novos normativos internos referentes à área de gestão e governança no Ministério Público do Estado do Maranhão, a exemplo do Ato Regulamentar nº 44/2021 – GPGJ, que trata da obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar/ETP como peça precedente ao Anteprojeto, ao Termo de Referência e ao Projeto Básico para aquisição de bens e contratação de serviços e obras. Cabe ressaltar também a edição do Ato Regulamentar nº 47/2021 – GPGJ, que disciplina a utilização da Dispensa Eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

Secretaria Administrativo Financeira (SAF)

Nos termos do art. 62 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça), compete à Secretaria Administrativo Financeira, órgão diretamente subordinado a Diretoria-Geral:

- I. Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas ligadas a Diretoria Geral, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- II. Substituir o Diretor-Geral nos eventuais afastamentos e impedimentos;
- III. Exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

Em 2021, apesar da pandemia da Covid19, a Secretaria Administrativo Financeira buscou implementar ações cujo objetivo central foi suporte às unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça para que pudessem desenvolver suas atividades de forma integrada, com maior qualidade e eficiência sempre com foco na entrega de um serviço público adequado às elevadas e complexas demandas da sociedade, destacando-se as seguintes atividades:

1. Emissão de **5.206 (cinco mil, duzentos e seis)** despachos nos processos administrativos de licitações, contratações, repactuações, apostilamentos e aditivos, empenhos, liquidações, pagamentos, formalização de Acordos e Convênios, cálculos e contabilização do regime de depreciação dos itens do patrimônio (bens móveis e imóveis), dentre outros, com as devidas análises e manifestações de modo a subsidiar as decisões e deliberações do Diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça.
2. Elaboração das minutas dos Atos Regulamentares acerca da implantação do estudo Técnico Preliminar em licitações e da Dispensa Eletrônica no âmbito Procuradoria Geral de Justiça.
3. Participação, em conjunto com a Diretoria Geral, da elaboração dos Atos Regulamentares de atualização do Plano de Assistência Médico Social dos membros e servidores.
4. Participação em reuniões do Comitê do FEMP para planejamento de ações e prestação de contas;
5. Participação em reuniões com a Diretoria Geral e Coordenadoria de Orçamento e Finanças para fins de elaboração da proposta orçamentária da instituição;
6. Atuação em conjunto com as Coordenadorias de Serviços Gerais, Modernização e Tecnologia da Informação e Administração nas inaugurações das sedes das Promotorias de Justiça, buscando promover a integração entre as citadas Unidades;
7. Atuação junto à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação visado à correta e tempestiva instalação dos links para funcionamento das sedes das Promotorias de Justiça inauguradas;

8. Atuação conjunta com a Diretoria Geral e Chefia de Cerimonial nas inaugurações das sedes das Promotorias de Justiça;
9. Acompanhamento, controle e análise do desempenho das unidades detentoras de carga patrimonial em relação ao Relatórios de Pré-Inventários;
10. Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação às otimizações no Sistema GESP – Patrimônio e Consumo;
11. Realização de reuniões de acompanhamento, orientação e alinhamento operacional com coordenadores/chefes das unidades requisitantes e demais unidades administrativas.

Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

A Secretaria para Assuntos Institucionais – Secinst é um órgão de apoio administrativo diretamente subordinado ao procurador-geral de Justiça. Compete ao seu diretor selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público, além de distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados pela instituição. Para tanto, a Secinst conta com duas coordenadorias estratégicas, a Coordenadoria de Comunicação e a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.

É também o órgão encarregado de implementar as diretrizes de gestão pensadas pelo procurador-geral, em alinhamento com o planejamento estratégico vigente. A Secinst, além de dialogar com a Administração Superior interna, tem a missão de articular parcerias com órgãos externos que desenvolvam atividades da mesma natureza visando o intercâmbio de informações e a implementação de programas e ações relevantes à instituição e à sociedade.

A Secinst é, ainda, o setor responsável pela coordenação e elaboração do calendário anual de atividades da Procuradoria-Geral de Justiça.

2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No ano de 2021, apesar de toda adversidade devido à pandemia do novo coronavírus (**SARSCoV-2**), a Secretaria para Assuntos Institucionais manteve-se produtiva, com a movimentação de processos e a elaboração de documentos, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 40 – Análises de Processos Administrativos

Tipo de Processos	Quantidade
Processos abertos	1.215
Processos recebidos/entradas	1.113
Processos arquivados	318
Processos encaminhados/saídas	1.789

Fonte: SECINST/PGJ, 2021

Gráfico 22 – Movimentação Processual da SECINST em 2021



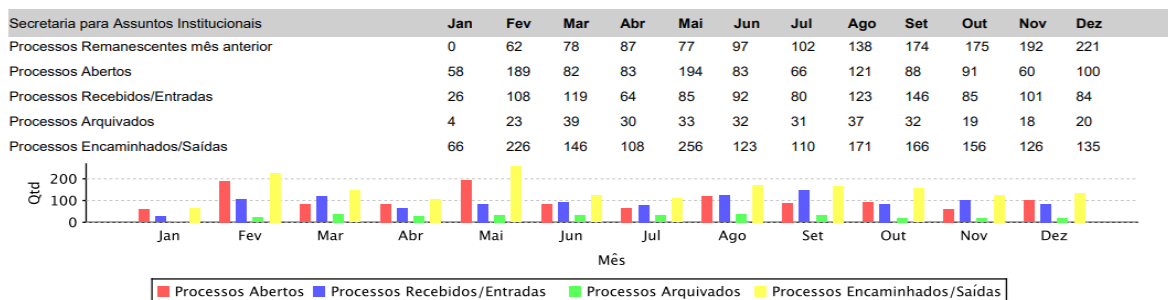
Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
 CNPJ: 05.483.912/0001-85
 Telefone: (098) 3219-1600

Relatório Estatístico de Processos
 Setor:Secretaria para Assuntos Institucionais

Critérios da Consulta

Setor: Secretaria para Assuntos Institucionais; Ano: 2021;



Fonte: SECINST/PGJ, 2021

Tabela 41 – Expedição de documentos em 2021

Atividades Administrativas	Quantidade
Atas	10
Atos	7
Atos Regulamentares	20
Atos-GAB/PGJ	3
Autorizações	82
Certidão	79
Convite	1
Declarações	83
Despachos	159
Editais	4
E-mails enviados	1.550
E-mails recebidos	1.632
Exposição de Motivos	7
Memorandos	73
Memorandos Circular	9
Mensagem / Projeto de Lei	1
Ofícios	111
Ofícios Circulares	30
Ofício Conjunto	2
Ordem de Serviço	4
Pareceres	104
Relatório	1
Testes Digidoc	71

Fonte: SECINST/PGJ, 2021

Gráfico 23 – Movimentação de Expedientes em 2021



Ministério Público do Estado do Maranhão

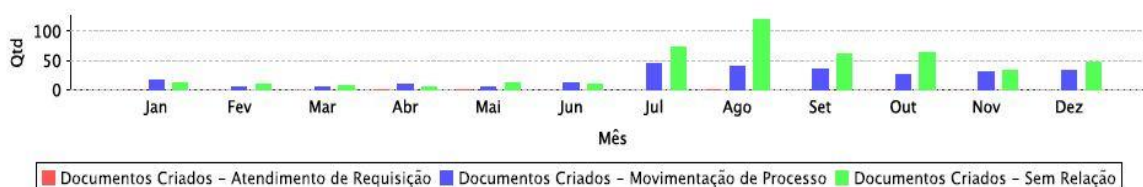
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luis (MA)
 CNPJ: 05.483.912/0001-85
 Telefone: (098) 3219-1600

Relatório Estatístico de Documentos
 Setor: Secretaria para Assuntos Institucionais

Crítérios da Consulta

Setor: Secretaria para Assuntos Institucionais; Ano: 2020;

Secretaria para Assuntos Institucionais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Documentos Criados - Atendimento de Requisição	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0
Documentos Criados - Movimentação de Processo	16	4	6	9	4	12	45	41	35	27	30	33
Documentos Criados - Sem Relação	13	10	7	6	12	10	73	121	62	64	32	48
Total	29	14	13	16	17	22	118	163	97	91	62	81



Fonte: SECINST/PGJ, 2021

3. CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Dentre as atribuições da Secretaria Institucional está a de fortalecer as parcerias do Ministério Público do Estado com outros órgãos públicos e privados, que se desenvolvem através da celebração de Termo de Convênio, Cooperação Técnica, entre outros.

Em 2020, foram efetivados **11 Termos de Convênio, 15 Termos de Cooperação Técnica, 01 Termo de Participação e 01 Termo de Sigilo e Confidencialidade**. O objetivo foi otimizar e fortalecer as atividades desempenhadas por membros e servidores do Ministério Público do Estado.

4. GERENCIAMENTO DE SISTEMAS

São de responsabilidade da Secretaria Institucional o gerenciamento dos sistemas Simp, PJe, Digidoc, além do intermédio de cadastros em diversos sistemas utilizados no âmbito do MPMA.

- a. **SIMP** - No ano de 2021, foram atendidas 1.316 solicitações de serviços/chamados, além de atendimentos presenciais e/ou via ligações telefônicas. Em 28 de outubro e 10 de novembro do corrente ano, foram realizados treinamentos nas modalidades presencial e virtual.
- b. **PJE e PJE Eleitoral** – No ano de 2021, as demandas referentes ao PJe e PJe Eleitoral contabilizaram através da plataforma Citsmart, um total de 715 solicitações de serviços/chamados atendidos.
- c. **Digidoc** - Foram atendidas 241 (duzentos e quarenta e uma) solicitações via plataforma *Citsmart*, 26 (vinte e seis) solicitações via e-mail e atendimentos

realizados por outros meios de suporte como *WhatsApp*, telefone e e-mail, cujo quantitativo não foi possível determinar.

Além disso, foram realizadas as seguintes apresentações sobre o sistema Digidoc, via Google Meet:

- Treinamento com servidor da 26ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís em 27 de fevereiro;
 - Treinamento no Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira com o Promotor de Justiça Substituto Francisco de Assis Carvalho Júnior em 07 de junho;
 - Treinamento no Curso de Recepção aos estagiários em 22 de junho;
 - Treinamento para os servidores da Coordenadoria de Folha de Pagamento em 02 de setembro;
 - Treinamento para a equipe do Caop-Mulher em 28 de outubro;
 - Treinamento para a equipe de analistas da empresa de Software BASIS em 17 de dezembro.
- d) **SEEU** - Foram atendidas 123 (cento e vinte e três) solicitações via plataforma *Citsmart*. Além disso, foram atendidas 20 (vinte) solicitações via e-mail e atendimentos realizados por outros meios de suporte como *WhatsApp* e telefone, cujo quantitativo não foi possível determinar.
- e) **JURISCONSULT/SENTINELA** - 11 cadastros;
- f) **MALOTE DIGITAL** - 25 cadastros.

5. GESTÃO DE CERTIFICADO DIGITAL/TOKEN

A Secretaria para Assuntos Institucionais administra a concessão de certificados digitais à membros e servidores da instituição. Como forma de dar celeridade à tramitação eletrônica de documentos e procedimentos administrativos. Em 2021, foram emitidos 768 (setecentos e sessenta e oito) certificados digitais dos tipos Cert-JUS Poder Público - A3 e e-CPF - A3 em Nuvem, este último, recentemente adquirido no âmbito do MPMA.

6. GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPMA

Com base no Relatório de Verificação de Conformidades elaborado pela Auditoria Interna, a Secinst realiza o acompanhamento dos itens apontados no referido relatório a fim de atualização do Portal da Transparência pelos respectivos setores, para que sejam cumpridos os requisitos especificados no Manual do Portal da Transparência do Ministério Público/4ª edição/2016.



Em 2021, foi realizada análise técnica pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) ao Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA), referente ao primeiro semestre de 2021, o MPMA foi comunicado através de OFÍCIO-CIRCULAR nº 8/2021/CCAF, que atendeu a todos os critérios estabelecidos no Manual do Portal da Transparência, o que demonstra o elevado grau de comprometimento da Instituição com a transparência dos atos da gestão administrativa e financeira, atingindo excelência na avaliação.

Fonte: <https://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/transparentometro>

	A	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF
Atendido							AT																		
Parcialmente atendido							PA																		
Não atendido ou desatualizado a mais de um ano							NA																		
Desatualizado							DA																		

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		COMISSÃO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO																									
Pesquisa realizada durante o mês de agosto de 2021		AM	AP	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO		
Soma AT (x2)		636	638	638	638	638	638	638	594	634	618	638	638	638	638	638	638	630	638	638	624	638	636	638	638		
Parcial - PA		1	0	0	0	0	0	0	8	1	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	2	0	0	0	0		
Desatualizado - DA		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Não atendido		0	0	0	0	0	0	14	1	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	1	0	0			
Total de itens		319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319	319		
Nota total		637	638	638	638	638	638	638	602	635	618	638	638	638	638	638	638	634	638	638	626	638	636	638	638		
Percentual de cumprimento das resoluções 86 e 89 (nota em %):		99,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	94,4	99,5	96,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4	100,0	100,0	98,1	100,0	99,7	100,0	100,0		

Fonte: <https://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/transparentometro>

7. DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES NO SITE SETORIAL

De acordo com as atribuições elencadas no Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, Art. 72, inciso IV, a Secretaria Institucional é responsável pela seleção e distribuição de matérias jornalísticas, reunidas pela Coordenadoria de Comunicação. Desta forma, foram publicadas 517 matérias no site eletrônico do MPMA, todas revisadas pelo diretor da Secinst.

8. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

A Secinst exerce supervisão das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, desde o pedido de materiais gráficos (livros, revistas entre outros) até a confecção e sua publicação. Além disso, a Secinst realiza o planejamento para modernização das ferramentas adquiridas pela referida coordenadoria.

9. REALIZAÇÃO DE REUNIÕES INSTITUCIONAIS E DE TRABALHO

O Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais desenvolve atividade de auxílio direto ao Procurador-Geral de Justiça, participando de diversas reuniões e colaborando em decisões de caráter institucional. Destacamos algumas atividades realizadas pelo diretor.



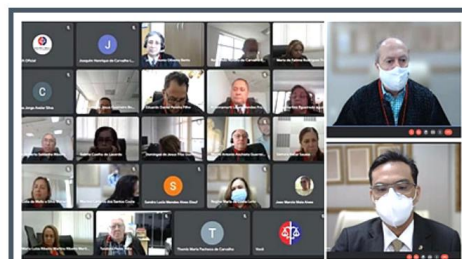
O diretor da Secinst, José Márcio Maia Alves em reunião com os promotores Marco Aurélio Fonseca, Cristiane Lago e Samira dos Santos (coordenadora do NUDIV – Núcleo de Promoção da Diversidade)



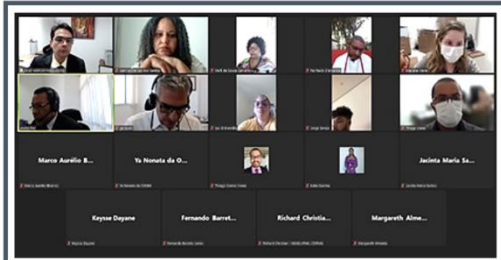
Com o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, durante a aprovação da proposta formulada pela Secinst, instituindo o banco de perícias técnicas não-jurídicas, o BanPeTec.



A Secinst coordenou reunião, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau e contou com a presença do Procurador-Geral do Estado, Rodrigo Maia e da Secretária de Planejamento do Estado, Cynthia Mota Lima, além de representantes do Banco do Brasil. Na pauta, a adesão do Ministério Público e do Estado do Maranhão à plataforma BB Gestão Ágil.



Em reunião com o Colégio de Procuradores para aprovação da proposta do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, de criação de sete promotorias distritais no termo judiciário de São Luís.



GT do Padhum Racismo, coordenado pelo diretor da Secinst, José Márcio Maia Alves, ouve movimento negro para subsidiar estratégias institucionais, na pauta, a possibilidade de anpp em crimes de racismo.



Diretor da Secinst acompanha vacinação na Liberdade, a demanda foi formulada em escuta social à Comissão de Interação com a Sociedade Civil.



PADHUM é apresentado em reunião do CNPG em Minas Gerais pelo diretor da Secinst, José Márcio Maia Alves



O diretor da Secinst, José Márcio Maia Alves, ministrou palestra no Projeto Escutar para Transformar, realizado por meio de parceria entre o Programa MP na Comunidade, o Clube de Mães Mateus e a UFMA.



O diretor da Secinst participou da abertura da capacitação "Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a população em situação de rua."

10. GESTÃO DO NAPROM

O NAProm - Núcleo de Apoio Remoto às promotorias de justiça, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, foi criado através do ATO-GAB/PGJ-2832019, no intuito de otimizar a gestão administrativa e dar mais eficiência e celeridade na tramitação dos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais no âmbito das promotorias de justiça da capital e do interior. A finalidade do núcleo é prestar auxílio na modalidade à distância mediante assessoramento jurídico composto por um membro do Ministério Público, designado pelo procurador geral de justiça, e por servidores capacitados técnica e juridicamente.

Diante do exposto e em obediência ao constante no art. 9º, § 2º do respectivo Ato, apresentamos o respectivo Relatório de Produção de Atividades do NAProm, exercício de 2020.

A seguir, a relação por órgão solicitante, tipos processuais e procedimentos recebidos, analisados e resolvidos pelo NAProm, referentes ao exercício de 2021.

Tabela 42 – Processos da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bacuri.

Tipo Processual	Quant.
<i>Notícia de Fato</i>	31
<i>Inquérito Civil</i>	7
<i>Procedimento Administrativo</i>	14
<i>Procedimento Investigatório Criminal</i>	1
Total	53

Fonte: SECINST/PGJ, 2021.

Tabela 43 – Processos da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pinheiro.

Tipo Processual	Quant.
<i>Procedimento Criminal</i>	57

Fonte: SECINST/PGJ, 2021.

Tabela 44 – Processos da 1ª Promotoria de Justiça Cível e da Defesa da Mulher.

Tipo Processual	Quant.
<i>Inquérito Civil</i>	49

Fonte: SECINST/PGJ, 2021.

Isto posto, informamos que os processos judiciais e procedimentos extrajudiciais que foram encaminhados ao NAProm totalizaram o montante de **209 (duzentos e nove)** e que, após análise e apreciação das matérias pertinentes a cada espécie, foram elaborados todos os procedimentos necessários para prosseguimento dos feitos, conforme disposto a seguir:

Tabela 45 – Procedimentos autuados pelo NAProm em 2020

Feitos	Total
<i>Alegações Finais</i>	1
<i>Arquivamento</i>	13
<i>Ciência de Sentença</i>	24
<i>Denúncias</i>	24
<i>Diligências</i>	60
<i>Revogação</i>	5
<i>Manifestação Ministerial</i>	54
<i>Prorrogação</i>	21
<i>Conversão</i>	30

Fonte: SECINST/PGJ, 2021.

11. NÚCLEO CIENTÍFICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

O Núcleo, em funcionamento desde junho de 2020, sob a coordenação do Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais - Secinst, foi criado formalmente através do ATO-GPGJ – 112021, de 19 de outubro de 2021, com o objetivo de subsidiar a Administração Superior com pesquisas e estudos sociais, jurídicos e não jurídicos transdisciplinares, para desenvolver diretrizes de atuação aos órgãos de execução da instituição, buscando o alcance de resultados socialmente úteis e relevantes, dentro da perspectiva de um Ministério Público resolutivo.

A atuação do núcleo foi focada no ano de 2021 na formulação dos planos de atuação em defesa de direitos humanos que compõem o Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM), em conformidade com o ATO-GPGJ-122021, de 19 de outubro de 2021, que institui o PADHUM e dá outras providências. Consoante o disposto no referido ato, o PADHUM será inicialmente dividido em seis planos de atuação, que serão formulados ordenadamente pela Secinst, voltados aos seguintes eixos prioritários:

- I. Enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher;

- II. Direitos das pessoas em situação de rua;
- III. Enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa;
- IV. Direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- V. Direitos das comunidades quilombolas;
- VI. Enfrentamento da insegurança alimentar.

De acordo ainda com o ato supracitado, cada plano de atuação contará com um estudo científico, no bojo do qual será feito um diagnóstico da problemática objeto do plano e levantadas as estratégias prioritárias de atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão. Estas estratégias, conforme disposição do ato, serão instrumentalizadas a partir de uma Recomendação do Procurador-Geral de Justiça aos membros, a qual contará também com subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, através de discussões realizadas em Grupos de Trabalho. Cada plano de atuação contará ainda com um Projeto Executivo, no qual constarão as metas e os indicadores para o cumprimento do plano e que servirão de parâmetro para o monitoramento.

No ano de 2021 os dois primeiros planos de atuação previstos, voltados ao enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher e à garantia dos direitos das pessoas em situação de rua, tiveram todas estas etapas concluídas (estudo científico, reuniões em Grupos de Trabalho, redação de minuta de Recomendação, construção do Projeto Executivo), e foram instrumentalizados através, respectivamente, das seguintes recomendações: REC-GPGJ 162021 e REC-GPGJ 172021, ambas de 19 de outubro de 2021.

11. APOIO EM PROGRAMAS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

- a) **Padhum – Planos de atuação em Direitos Humanos:** tratam-se de orientação teórica e prática a ser oferecida a promotores de justiça que contém demandas associadas a direitos humanos específicos em suas unidades de trabalho, promovendo-se uma atuação ministerial norteadada pela efetividade na resolução dos danos emergentes e na indução de políticas públicas.

O lançamento do Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) ocorreu no dia 25 de outubro de 2021, às 10h, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, tendo a solenidade contado com a participação de autoridades do poder público e representantes da sociedade civil e com transmissão pelo canal do Youtube do MPMA.

Após o lançamento do PADHUM, o Núcleo Científico e seu coordenador, o Diretor da SECINST, José Márcio Maia Alves, promoveram reuniões com os Centros de Apoio Operacional responsáveis pela coordenação de execução dos planos, quais sejam CAOP Mulher e CAOP DH, a fim de esclarecer como se dará o apoio às promotorias e o monitoramento das metas dos planos pelos centros operacionais. Foi encaminhado todo o material do PADHUM, com destaque para a planilha de metas e indicadores, para as minutas de peças produzidas pelo NAProm e para o tutorial de monitoramento via SIMP dos PASS instaurados pelas PJs que aderirem aos planos produzidos pela equipe dos Sistemas da Secinst.

Foram ainda promovidas reuniões juntos aos membros titulares ou substitutos das promotorias de justiça alvo de cada plano de atuação, diante da existência da problemática objeto dos planos nas localidades, a fim de prestar esclarecimentos sobre os planos, sua adesão e cumprimento de etapas. Após, foi encaminhado todo o material do PADHUM às

Promotorias de Justiça, assim como Ofício Circular provocando a adesão (OF-CIRC-GPGJ 772021 e OF-CIRC-GPGJ 762021), minuta de Portaria em adesão aos planos e tutorial do SIMP.

Outros dois planos estão com sua construção em fase avançada. O plano de atuação voltado ao enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa está passando por revisão final para sua instrumentalização, visto que o estudo científico, as reuniões no Grupo de Trabalho, a minuta de Recomendação e a construção do Projeto Executivo já foram concluídos. Por sua vez, o plano de atuação voltado à garantia dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS conta com estudo científico, minuta de recomendação e Projeto Executivo concluídos, estando pendente apenas a formação do Grupo de Trabalho de membros para realização das discussões sobre as estratégias de atuação e a revisão final de todo o material para instrumentalização.

Os dois últimos planos de atuação previstos, voltados à garantia dos direitos das comunidades quilombolas e ao enfrentamento da insegurança alimentar ainda estão em fase inicial de construção.

Ao total no ano de 2021 foram produzidos pelo Núcleo Científico:

Estudos Científicos: 4

Minutas de Recomendação: 4

Projetos Executivos: 4

Reuniões dos GTs:

- 11 reuniões do PADHUM para o enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher;
- 06 reuniões do PADHUM para a garantia dos direitos das pessoas em situação de rua;
- 10 reuniões do PADHUM para o enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e da intolerância religiosa;
- **Reuniões com membros após instrumentalização do PADHUM sobre adesão:**
- 01 reunião sobre adesão ao PADHUM para o enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher;
- 01 reunião sobre adesão ao PADHUM para a garantia dos direitos das pessoas em situação de rua.

Reuniões com entidades da sociedade civil:

- 01 escuta pública com representantes do movimento negro para debater sobre a aplicação do ANPP aos crimes da Lei 7716/89 e de injúria racial;
- 01 escuta pública com representantes do movimento de pessoas vivendo com HIV para levantamento das principais demandas sociais.

b) **Nudiv – Núcleo da Promoção da Diversidade** tem a atribuição de propor objetivos estratégicos, ações, metas e de critérios de melhoria e igualdade, voltados para o público interno e externo do MPMA. O Nudiv também deve colaborar com organizações da sociedade civil e órgãos estatais para a consecução de objetivos semelhantes.

c) **Integrar e Florescer** - Este Programa de Sustentabilidade Institucional visa promover a conscientização para a preservação do meio ambiente, uma das incumbências do Poder Público, como previsto no art. 225, § 1º, VI, da Constituição Federal. Ainda segundo a Constituição (art. 129, III), o Ministério Público é um defensor do meio ambiente

ecologicamente equilibrado e, nesse sentido, deve estimular mudanças de conduta, relacionadas à preservação ambiental, entre seus membros e servidores.

- d) **Café Sustentável** – Firmado entre o MPMA e a UEMA, Termo de Cooperação Técnica para a consolidação do Projeto Café Sustentável. O projeto é uma iniciativa da UEMA, sendo desenvolvido pelo MPMA, consistindo no reaproveitamento da borra de café que seria descartada no meio ambiente, passando a ser aproveitada na produção de itens como sabonetes, esfoliantes e a fertilização do solo.

Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados. No ano de 2020, em continuidade ao desenvolvimento do Plano Estratégico 2016/2021, a Secretaria de Planejamento e Gestão atuou especialmente no apoio à execução dos planos de gestão, avaliação dos resultados e identificação de oportunidades de melhoria, bem como no acompanhamento do Plano Geral de Atuação - PGA 2019/2020.

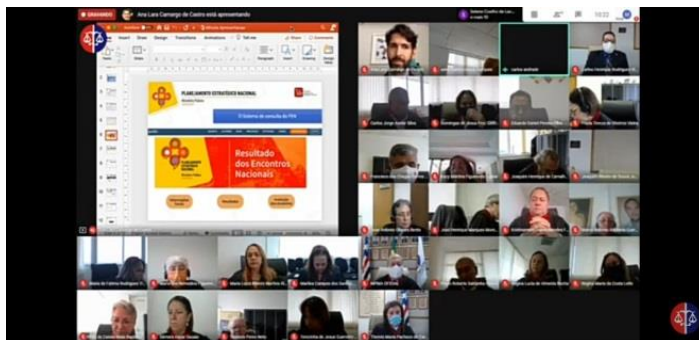
A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados. Na sequência destacamos as principais realizações no biênio 2020/2021:

1. Organização, em conjunto com o Setor de Saúde Funcional, da Campanha de Prevenção e Esclarecimento sobre a crise sanitária em razão da covid19, bem como da participação no processo de normatização do ato regulamentar (ATOREG – 252020) que instituiu as medidas de biossegurança para retorno gradual das atividades presenciais no MPMA em 2020 e 2021;



Figura 4 – Cartaz da Campanha de Prevenção e Esclarecimento sobre a crise sanitária

2. Assinatura do termo de Adesão ao Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico Nacional do CNMP (PEN/CNMP 2020-2021) durante sessão virtual do Colégio de Procuradores, ensejando o alinhamento institucional, prestação de consultoria na elaboração do



Solenidade virtual de adesão ao PEN-CNMP 2020-2021

Plano Estratégico do MPMA pela equipe técnica da Comissão de Planejamento do Conselho e a execução das atividades sem ônus à Procuradoria-Geral de Justiça;

3. O novo mapa estratégico desdobrou os objetivos estratégicos em **6 (seis) programas estratégicos finalísticos** e **5 (cinco) programas estratégicos estruturantes** por tema (eixo) ao final da etapa de oficinas/encontros regionais. Ressalta-se que os programas estratégicos são entendidos como conjunto de ações a serem administradas de forma integrada para superar os desafios identificados no diagnóstico sociocultural e atender aos objetivos estratégicos transversais.



Figura 5 – Mapa Estratégico do MPMA 2021-2029

Quadro 21 - Programas priorizados na área finalística

Eixo	Programas priorizados
Consumidor	Fiscalização da qualidade dos serviços essenciais ofertados (água, transporte urbano, energia elétrica e etc.)
	Combater a cartelização e controle de preços.
	Procons passarem a ser órgão do Ministério Público.
Corrupção / Eleitoral / Improbidade Administrativa / Patrimônio Público	Atuação regional com corpo técnico qualificado na defesa do patrimônio público e probidade administrativa.
	Criar promotorias regionais especializadas com pessoal técnico para atuar na probidade.
	Capacitação permanente em investigação para proteção ao patrimônio público.
Criminal / Execução Penal / Júri / Segurança Pública	Mapa da violência: inteligência e informação na estruturação de políticas de combate à criminalidade.
	Criação da promotoria de segurança pública para controle externo e fomento de políticas públicas nessa área.
	Aperfeiçoamento de banco de dados com identificação genética e Íris de criminosos.
Direitos Humanos / Idoso / Pessoa com Deficiência	Fomentar redes de proteção e amparo ao idoso.
	Escola permanente de formação em direitos humanos que possa criar núcleos em faculdades, escolas, associações e etc... em forma de grupos multiplicadores.
	Desenvolvimento de Planos de atuação de acessibilidade das cidades.
Educação	Programa de combate à evasão escolar.
	Promover avanços tecnológicos na educação estadual e municipal
	Programa pelo fim das escolas de taipa e valorização do magistério.
Infância e juventude	Proteção integral à criança contra o abuso sexual.
	Fomentar a implementação de políticas públicas de incentivo à prática esportiva.
	Intensificar a proteção à criança e do adolescente diante dos abusos de natureza sexual.
Meio ambiente / Habitação e Urbanismo / Patrimônio Histórico e Cultura	Universalizar o saneamento básico.
	Saneamento básico em todos os municípios, além do fim dos lixões.
	Atuação conjunta com as comunidades locais e tradicionais, capacitando no auxílio ao combate de queimadas e desmatamentos.
Mulher	Fomentar ações para garantir a expansão da Lei Maria da Penha.
	Programas voltados a garantir de forma mais eficaz o afastamento efetivo do autor de violência doméstica.
	Implementação de grupos reflexivos em todas as comarcas do Estado.
Saúde	Proteção preventiva à saúde das famílias.
	Fortalecer a atenção básica elegendo a saúde preventiva como prioridade.
	Programa MPE e Sociedade Civil para acompanhar a aplicação dos serviços de saúde na atenção básica. Fiscalização por parte do usuário.

Ferramentas tecnológicas para o cidadão acompanhar, parceria do MPE para implementar canais de fiscalização.

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2021

Quadro 22 - Programas priorizados na área estruturante

Eixo	Programas priorizados
Comunicação Social	Fortalecimento da comunicação com a sociedade.
	Divulgar em todos os meios de comunicação disponíveis e para todos os públicos a missão e a visão de futuro da instituição, estimulando a troca de informações (envio e recebimento) com o público alvo.
	Desenvolver sistema integrado de informação e comunicados via aplicativo
	Aproximar as unidades administrativas por meio de campanhas institucionais
	Fomento a ampliação da participação popular na definição de estratégias de atuação do MP nas comunidades carentes
Controle Interno	Implementar o desenho de processos.
	Integrar e automatizar os controles internos de cada unidade administrativa.
	Implementar os processos de trabalho em cada unidade administrativa
	Possibilitar que o controle interno seja realizado mediante a extração dos dados dos sistemas informatizados internos, sem a necessidade de instar individualmente cada um
	Integração automatizada dos Sistemas Corporativos para fins de auditoria
Gestão Administrativa	Aprimorar a instrução e o fluxo dos processos administrativos
	Aprimoramento das tecnologias de aparelhamento digital das unidades responsáveis pelo controle de contratos
	Aperfeiçoamento e automatização dos processos internos
	Definir fluxos de processos de cada setor.
	Gestão administrativa de rotinas e simplificação dos procedimentos (desburocratização).
Gestão Orçamentária	Implementar política de captação de recursos/ Melhorias no controle de custos administrativos.
	Incentivo a medidas de terceirização de frotas e de serviços de menor complexidade
	Envolver todos os setores da instituição na gestão orçamentária, tornando-os cientes dos seus gastos em suas atividades, para que possam tomar decisões financeiras mais eficientes
	Contabilizar custos antes de realizar opções, evitando o desperdício com coisas inúteis
	Integração dos sistemas de execução orçamentária e financeira com os demais sistemas operacionais corporativos.
Gestão de Pessoas	Elaborar e desenvolver estratégias de conscientização e práticas para contribuir com o MP no cumprimento de suas ações funcionais
	Automatizar e integrar todos os programas/sistemas na área de gestão de pessoas
	Criação e fortalecimento de canais voltados para a integração do público interno.
	Mapear e desenvolver as capacidades humanas, distribuindo a mão de obra conforme as competências e baseando as decisões com base em dados.

Tecnologia da Informação	Fomento ao controle eletrônico de desempenho, mediante o oferecimento dos meios necessários
	Fomentar a política de capacitação dos servidores por meio de cursos In Company
	Avaliações periódicas por meio do controle informatizado de produtividade, mas com foco na qualidade
	Conscientizar as pessoas da importância de se trabalhar em grupo, mediante cooperação mútua em prol de um resultado/objetivo comum
	Criação de programa de desenvolvimento interno de sistemas e aplicativos para atender as unidades
	Fortalecer os mecanismos de segurança da informação
	Promover a integração de dados com outras instituições
	Integração com os vários sistemas do Poder Judiciário e outros órgãos (ex: CNMP, CNJ etc.) e concentração em um único sistema, com utilização de inteligência artificial e automação de rotinas
	Integração de sistemas/ Disponibilização dos dados inseridos nos sistemas.
	Introduzir e capacitar membros e servidores nas atuais e futuras tecnologias de informação fomentando a inovação.
Utilização de inteligência artificial para atendimentos rotineiros	
Fomento à informatização e unificação de programas voltados para realização de investigações	

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2021

- Realização da Reunião de Análise da Estratégica (RAE) em dezembro de 2021, onde foi declarado encerrado o ciclo 2016-2021 do Planejamento Estratégico Institucional e iniciado o novo para o período 2021-2029;



Durante a RAE foi feita a entrega simbólica do novo Plano Estratégico do MPMA 2021-2029 ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Nicolau

5. Finalização de **16 Projetos Institucionais** referentes ao ciclo **2016-2021** do Planejamento Estratégico Institucional.

Quadro 23 – Lista dos Projetos Institucionais finalizados durante o ciclo 2016-2021

Sector Responsável	Projeto/Programa
ASSESSORIA ESPECIAL PGJ	De Olho na Constituição – a autocomposição no controle da constitucionalidade
CAOp/Consumidor	Nota Fiscal Integral
CAOp/Consumidor	Telecomunicações: Conexão para a Cidadania
CAOp/Consumidor	Educação Financeira: Instrumento de Cidadania
CAOp/Criminal	Georreferenciamento de Crimes
CAOp/Criminal	Ordenamento Urbano
CAOp/Criminal	Projeto “Observatório dos Direitos Humanos e Monitoramento da Violência no Estado do Maranhão”.
CAOp/Criminal	MASP
CAOp/Criminal	Banco de Dados Criminais
CAOp/DHC	Viva Quilombolas
CAOp/DHC	Conhecendo a História
CAOp/DHC	Viva a Vida, Não Julgue
CAOp/Educação	Educação Infantil, onde começa o direito
CAOp/Educação	Programa Interinstitucional Educação de Qualidade: Direito de todos os maranhenses
CAOp/PIPD	Adequação de Currículos
CAOp/PIPD	Previdência Legal: Cuidando do Futuro dos Municípios e dos Cidadãos

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2021

6. Apoio na realização de **06 (seis) Campanhas Institucionais; 21 (vinte e um) Projetos e 03 (três) Iniciativas Estratégicas**, relativas ao novo ciclo de planejamento estratégico institucional;

Quadro 24 – Projetos, Iniciativas e Campanhas Estratégicas do Planejamento Estratégico 2021-2029

Coordenador	Projeto	Iniciativa	Campanhas
CAOp/Consumidor	Projeto Iluminar: Incentivo ao desconto da sua Conta de Luz pela Tarifa Social de Baixa Renda		Criação do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor no âmbito do Ministério Público (Procon/MPMA)
	Marco Zero do Abate		Campanha “Você Como Produto das Redes Sociais e Cibersegurança”
		“Roteiros de Atuação e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Essenciais Ofertados”	

CAOp/Criminal	Aperfeiçoamento de Banco de Dados com Identificação Genética e Íris de Criminosos		
CAOp/DHC			Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos
			Rede do Bem
			Quem Escolhe Seu Caminho? Você ou as Drogas?
CAOp/Educação	O Ministério Público na Efetivação e Construção dos Planos Municipais de Educação		
	Financiar para Educar		
CAOp/IJ	Projeto “Proteção Integral e Articulação em Rede”:		
	Projeto “Combate Permanente à Violência Sexual”		
CAOp/Júri	Núcleo de Atendimento às Vítimas – NAV	MPMA na defesa da vida	
	Priorização das Investigações dos Homicídios		
	Conhecendo os jurados		
CAOp/PIPD	Conselho Atuante	Elaboração de Cartilha de enfrentamento à violência à mulher com deficiência.	Campanha de inclusão e acessibilidade
CAOp/ProAd	Programa Transformar - Diários Eletrônicos nos Municípios		
	Programa Transformar - Estruturação dos Sistemas de Controle Interno		
	Programa Transformar - Institucionalização das Procuradorias Municipais		
	Programa Transformar - Implementação do Pregão Eletrônico		
	Programa Transformar - Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção		

CAOp/Saúde	Projeto Previne Brasil e o Fortalecimento da Atenção Básica.		
	O MP no Fortalecimento da Rede Cegonha		
	O MP no Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial.		
CAOUMA	Aguas Claras – Vida Saudável		
CAOp/Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOp/Mulher)	CAOp Mulher Itinerante – Fortalecimento da Rede de Apoio de Defesa da Mulher		

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2021

7. Elaboração de Campanha de Mobilização para participação da construção do novo Planejamento Estratégico em conjunto com a Coordenadoria de Comunicação – CCOM, com a produção de kits de divulgação dos eventos, incluindo release, banner, cartaz, card e canvas para realização das dinâmicas presenciais.



Figuras 6 e 7 – Modelos de Cards de mobilização da sociedade

8. Desenvolvimento de uma nova suíte do Aplicativo "MP Cidadão", com vista a uma consulta pública para elaboração de diagnóstico sociocultural, uma etapa do processo de construção do ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2029 do MPMA. A suíte foi desenvolvida pela equipe da CMTI com apoio dos integrantes da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG;



Figura 8 – Imagem da interface da suíte do App MP Cidadão

9. Realização da **I Oficina Regional de elaboração do Planejamento Estratégico** na cidade de São Luís, no dia 31/08/2021, no Hotel Luzeiros, com adesão de 60 participantes, sendo 40 membros e 20 servidores participando das dinâmicas;



Membros e servidores do MPMA participaram da oficina de elaboração do Planejamento Estratégico em São Luís, no Hotel Luzeiros, que utilizou a metodologia elaborada pelo CNMP

10. Realização da **II Oficina Regional de elaboração do Planejamento Estratégico** da cidade de Imperatriz, no Residence Hotel, no dia 02/09/2021, com a presença de 40 promotores, como parte do processo de construção do ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2029 do MPMA;



Os promotores de justiça da região tocantina participaram da 2ª oficina de elaboração do novo Planejamento Estratégico do MPMA no Residence Hotel.

11. Realização da **III Oficina Regional de elaboração do Planejamento Estratégico** de Timon, dia 06/10/2021, no Gran Hotel Arrey na cidade de Teresina, com a participação de 40 membros.



A 3ª oficina do PEI-MPMA 2021/2029, da região de Timon contou com as participações do PGI de MPPI, da equipe da SEPLAG do MPSE e da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP.

12. Desenvolvimento de Painéis de Business Intelligence, como ferramenta de suporte à tomada de decisões por membros e servidores, demandados pelas seguintes unidades:

- CAOp/Mulher – Painel SIMP: Defesa da Mulher
- CAOp/ProAd – Projeto Município Legal "Mais Receita Mais Direitos"
- Portal da Transparência Municipal - CAOp Proad
- CAOUMA – Mapas Ambientais - CAOp UMA
- Escola Superior do Ministério Público – ESMP em Números
- Centro Cultural do MPMA - 1 Ano de Atividades Centro Cultural do Ministério Público
- Programa Memória - Histórico de Visitantes Memorial - Programa Memória

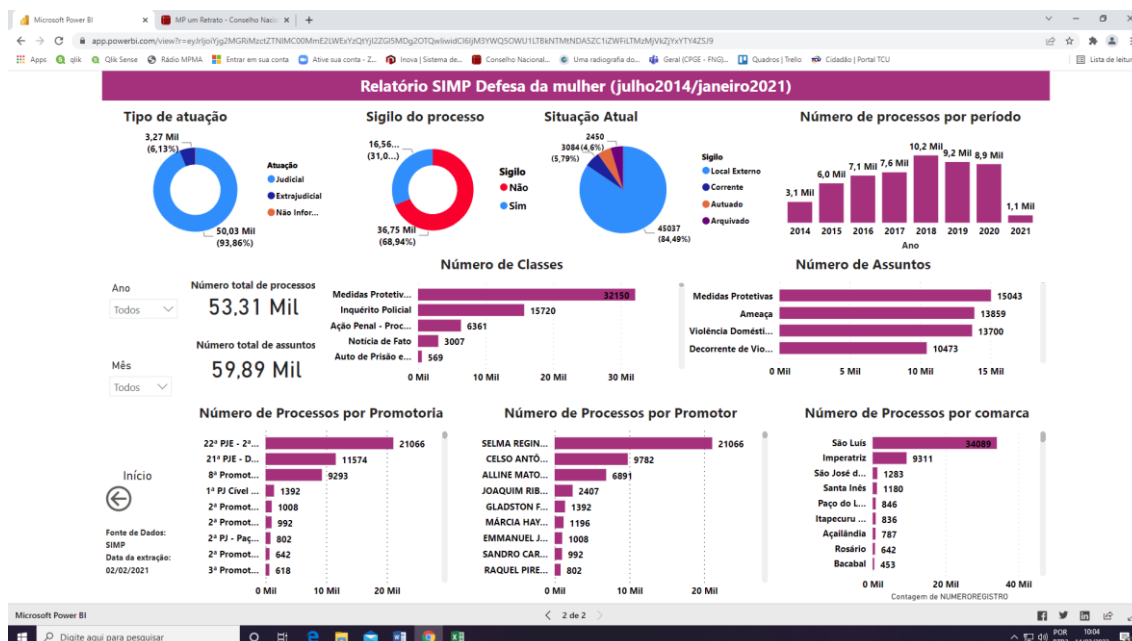


Figura 9 – Painel de BI elaborado pela equipe da SEPLAG para o CAOp/Mulher

13. Participação em conjunto com o CAOp/Mulher na viabilização da aquisição de viaturas para o fortalecimento e expansão das Patrulhas Maria da Penha no interior do Maranhão;
14. Participação no processo de instalação do novo espaço destinado a abrigar o escritório do Unicef no prédio do Centro Cultural e Administrativo do MPMA, no centro de São Luís;



O Diretor da SEPLAG, Carlos Henrique R. Vieira, prestigiou a inauguração da nova sala do UNICEF, junto com o PGJ, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, a coord. do escritório, Ofélia Silva, e demais membros.

15. Atuação em conjunto com o CAOUMA e Promotores ambientais de Aldeias Altas, Balsas, Caxias e Grajaú, de combate ao desmatamento da região do cerrado maranhense;
16. Presidência da Comissão de Implantação do Teletrabalho no Ministério Público;
17. Presidência da Comissão do Conselho Nacional do Ministério Público de Tecnologia da Informação - CETI;
18. Instituição das seguintes Comissões, com participação da SEPLAG:
 1. Gestão Ambiental;
 2. Comitê Gestor de Tabelas Unificadas;
 3. Conselho Gestor do Fundo Estadual de Direitos Difusos e Coletivos;
 4. Comissão de Estudos para Implantação da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados;
 5. Comissão para implementação do Manual de Normas e Procedimentos Administrativas do MPMA
 6. Comissão de Atribuições das Promotorias de Justiça da Ilha

Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)



Abertura da exposição "O Universo da Pescaria", de Uendell Rocha, no Espaço de Artes Ilzê Cordeiro, no CCMP

Inaugurado em dezembro de 2018 e subordinada à Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, o Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão – CCMP foi instalado na antiga sede da PGJ, na Rua Oswaldo Cruz, 1396, região do centro histórico de São Luís.

O CCMP tem como objetivo oferecer à comunidade um espaço cultural de múltiplas linguagens, promover interlocução diferenciada com o Ministério Público pela via da atividade extraprocessual e pela transformação social, bem como dar visibilidade ao trabalho da instituição e oferecer à comunidade um espaço de estímulo às artes, projetos sociais e educacionais.

No desempenho de suas atividades artístico-culturais nos últimos dois anos, o Centro Cultural enfrentou inúmeros desafios provocados pela pandemia do Corona vírus. Apesar da vacinação contra a Covid-19, a pandemia persistiu levando parcela considerável da população a grande sofrimento e incertezas. Nesse contexto, as atividades do CCMP foram seriamente afetadas, sobretudo com restrição de público, obedecendo às regras do protocolo sanitário em vigor.

1. Novos formatos de exposições

Foi preciso investir em formas alternativas de trabalho. Apesar de não se abrir mão das exposições montadas nos Espaços de Artes Ilzé Cordeiro e Márcia Sandes, praticamente todas estiveram disponíveis online, no endereço eletrônico: <https://centrocultural.mpma.mp.br/>.

A montagem virtual das exposições coube à própria equipe do CCMP. A título de observação, é importante frisar que a ferramenta utilizada se mostrou bastante limitada em termos de recursos, o que levou a exposições virtuais montadas nem sempre como idealizadas.

2. Cobertura da imprensa

Apesar de o número de exposições ter sido reduzido em relação a 2020, sobretudo levando-se em conta que houve interrupção total da possibilidade de montá-las por alguns meses, o CCMP contou com forte presença midiática. Todas as exposições foram muito bem recebidas no meio jornalístico e pelo público.



A parceria com a Imprensa contribuiu para ampla divulgação das exposições

Em geral foram exposições que demandaram atividades complexas de comunicação e logística. Principalmente por envolverem número elevado de obras. Outro fato relevante foi que boa parte das exposições ocupou, simultaneamente, os dois Espaços de Artes (Ilzé Cordeiro e Márcia Sandes).

3. Revelando novos talentos

As exposições coletivas também envolveram uma quantidade significativa de atores. Em termos qualitativos, podemos afirmar que as exposições foram capazes de revelar novos talentos e a pluralidade da cultura e da arte maranhense.



O CCMP tem sido um espaço de revelação de novos talentos no cenário artístico-cultural do MA

4. Exposições realizadas

A seguir estão relacionadas todas as exposições realizadas no biênio 2021, divididas em duas tabelas, uma para o Espaço de Artes Ilzé Cordeiro (CCMP) e outra para o Espaço de Artes Márcia Sandes (PGJ).

Quadro 25 – Exposições no Espaço de Artes Ilzé Cordeiro (CCMP) em 2021

Nº	PERÍODO	ARTISTA	TÉCNICA	TÍTULO
1	11/02 a 12/03	Uendell Rocha	Carvão e materiais recicláveis sobre tecido	O Universo da Pescaria (18 telas) ⁴
2	19/07 a 31/08	João de Deus	Acrílica sobre tela, cerogravura, nanquim sobre papel, mista, giz de cera sobre papel, pastel oleoso sobre papel canson e aquarela	Delírios da Quarentena (22 telas) ⁵

⁴ A exposição contou com abertura oficial, obedecendo às restrições de ordem sanitária em função da pandemia de Covid-19, e transmissão ao vivo pela internet.

⁵ A exposição contou com abertura oficial, obedecendo às restrições de ordem sanitária em função da pandemia de Covid-19, e transmissão ao vivo pela internet. Além disso, ficou inteiramente disponível online, por meio do endereço eletrônico: <https://centrocultural.mpma.mp.br/2021/07/16/exposicao-delirios-da-quarentena/>

3	01/09 a 01/10	José Miranda Júnior (Fozzie)	Fotografia	São Luís, de Gente e de Luz (10 fotografias) ⁶
4	08/10 a 17/11	Coletiva	Aquarela, acrílica sobre tela, lambe-lambe	Ser Menina (35 telas) ⁷
5	19/11 a 20/01/22	Coletiva	Escultura, Colagem, Acrílica sobre tela, Desenho	Consciências (50 obras) ⁸

Fonte: CCMP/PGJ, 2021

Destaque-se que a exposição Ser Menina envolveu quase 400 pessoas: 350 jovens estudantes do Centro de Ensino Maria José Aragão, localizado no bairro da Cidade Operária, por meio do projeto “Pare. Pense. E leia!” e 15 jovens com idade entre 11 e 25 anos atendidas pela Fundação Justiça e Paz se Abraçarão, localizada no bairro da Cidade Olímpica, por meio de uma oficina de aquarela ministrada pela artista plástica e arquiteta Cláudia Sopas, além de professores e demais colaboradores.



A exposição Ser Menina foi fruto de uma oficina ministrada pela arquiteta e artista plástica Cláudia Sopas e demais professores e colaboradores da Fundação Justiça e Paz se Abraçarão.

⁶ Inteiramente disponível online desde 1º de setembro (<https://centrocultural.mpma.mp.br/2021/09/01/sao-luis-de-gente-e-luz/>). Foi também aberta à visitação presencial desde 9 de setembro.

⁷ Inteiramente disponível online desde 1º de setembro (<https://centrocultural.mpma.mp.br/2021/09/01/sao-luis-de-gente-e-luz/>). Foi também aberta à visitação presencial desde 9 de setembro.

⁸ A exposição contou com abertura oficial, obedecendo às restrições de ordem sanitária em função da pandemia de Covid-19, e transmissão ao vivo pela internet. Além disso, ficou inteiramente disponível online, por meio do endereço eletrônico: <https://centrocultural.mpma.mp.br/2021/10/08/ser-menina/>.



Mostra coletiva em homenagem ao Dia da Consciência Negra, realizada no CCMP



Dila

MOSTRA HOMENAGEM

ESPAÇO DE ARTES MÁRCIA SANDES (PGJ)
10 A 16/12/2021



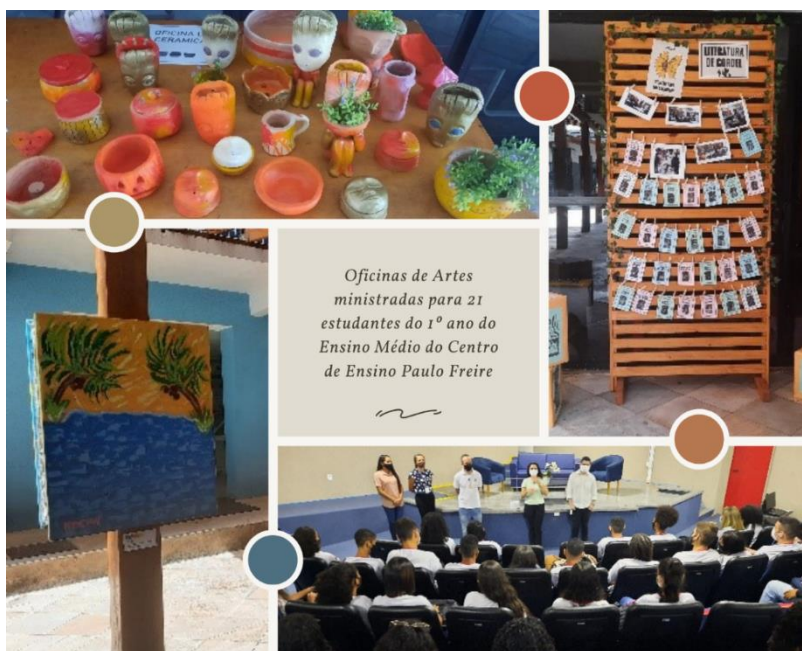
Homenagem à artista Dila, realizada pelo CCMP e ESMP, no Espaço Márcia Sands, na sede da PGJ

Quadro 26 – Exposições realizadas no Espaço de Artes Márcia Sandes (PGJ) em 2021

Nº	PERÍODO	ARTISTA	TÉCNICA	TÍTULO
1	11/02 a 12/03	Uendell Rocha	Carvão e materiais recicláveis sobre tecido	Cotidiano Simples (16 telas)
2	19/07 a 31/08	João de Deus	Acrílica sobre tela, cerogravura, nanquim sobre papel, mista, giz de cera sobre papel, pastel oleoso sobre papel canson e aquarela	Delírios da Quarentena (45 telas)
3	01/09 a 01/10	José Miranda Júnior (Fozzie)	Fotografia	São Luís, de Gente e de Luz (30 fotografias)
4	08/10 a 06/12 (versão compacta: 10 a 16/12)	Coletiva	Aquarela, fotografia, acrílica sobre tela, lambe-lambe	Ser Menina (68 obras)
5	10 a 16/12	Dila	Óleo sobre tela, litografia	Mostra Homenagem: Dila (20 obras)

Fonte: CCMP/PGJ, 2021

5. Parceria com o Núcleo de Mediação Comunitária



Oficinas de Artes ministradas para 21 estudantes do 1º ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Paulo Freire

A oficina foi uma parceria do CCMP com o Núcleo de Mediação Comunitária

Fruto de uma parceria com o Núcleo de Mediação Comunitária, o CCMP realizou duas Oficinas de Artes, entre os dias 18 e 22 de outubro, para 21 estudantes do 1º ano do Ensino Médio do Centro de Ensino Paulo Freire, localizado no bairro do Habitacional Turu.

A oficina de pintura foi ministrada pelo artista plástico Fábio Vidotti e a de cerâmica, ministrada pelo Mestre Ceramista Vítor

Rodrigues. Como ápice dos trabalhos, foram expostos, no mês de dezembro, as obras originadas nas duas oficinas e ainda cordéis, produzidos em oficina ministrada na própria Escola, num contexto de valorização da vida.

6. Apoio na produção de atividades da ESMP: Diálogos Plurais e ESMP Literária

O CCMP auxiliou a Escola Superior do Ministério Público – ESMP na realização dos Diálogos Plurais (criado em 2020, em substituição à série de debates Diálogos Republicanos) e do ESMP Literária (criado em 2019), participando da discussão em torno de temas e convidados, bem como na produção e divulgação dos eventos.

Em 2021, tanto o ESMP Literária como o Diálogos Plurais foram realizados na forma de transmissões online, pelo canal da Escola Superior do Ministério Público no YouTube.



O CCMP apoiou a ESMP na realização dos Diálogos Plurais

- 17 de novembro: Diálogos Plurais 2ª Edição - "A LEI 10.639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA"
- 19 de novembro: 12ª Edição ESMP LITERÁRIA – “Úrsula, de Maria Firmina dos Reis”.
- de setembro: Diálogos Plurais 1ª Edição – “Lei Maria da Penha e a Mulher Indígena”.
- 19 de agosto: 12ª Edição ESMP LITERÁRIA – “Cais da Sagração, de Josué Montello”.

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição.

Destacamos a seguir, os principais dados da atividade processual da Assessoria Especial:

Tabela 46 – Interposições Judiciais em 2021

<i>Interposições</i>	Quant.
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	46
<i>Representação MPF</i>	1
<i>Informações CNMP</i>	6
<i>Pedido de Suspensão de Liminar</i>	1
<i>Embargos de Declaração</i>	1
TOTAL	55

Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Tabela 47 – Manifestações em Processos Judiciais em 2021

Tipo de Manifestação	Quant.
<i>Precatórios</i>	4
<i>Mandado de Segurança</i>	91
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	106
<i>Embargos de Declaração</i>	5
<i>Procedimento Investigatório do MP (peças de Informação)</i>	2
<i>Recurso Extraordinário com Agravo</i>	1
<i>Recurso Extraordinário</i>	1
<i>Recurso Especial</i>	1
<i>Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança</i>	1
<i>Reclamação</i>	62
<i>Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela</i>	2
<i>Suspensão de Liminar e de Sentença</i>	36
<i>Contrarrazões em Agravo Interno</i>	1
<i>Contrarrazões em Recurso Especial</i>	1
<i>Exceção de Suspeição</i>	5
<i>Cumprimento de Sentença</i>	3
<i>Representação</i>	1
<i>Suspensão de Liminar - STJ</i>	1
<i>Resposta ao Recurso Especial - STJ</i>	1
<i>Resposta aos Embargos de Declaração - STF</i>	1
<i>Resposta aos Embargos de Declaração - STJ</i>	1
<i>Contrarrazões ao Recurso Ordinário</i>	1

<i>Conflito Negativo de Competência</i>	19
<i>Informações - MS</i>	1
<i>Incidente de Suspeição</i>	2
<i>Contrarrazões ao Agravo em Recurso Extraordinário</i>	1
<i>Incidentes de Declaração</i>	1
<i>Conflitos Agrários</i>	83
<i>Ação Popular</i>	1
TOTAL	332

Fonte: ASSESP/PGJ, 2021.

Tabela 48 – Manifestações Processuais em 2021

Descrição	Quant.
<i>Manifestações em Processos Administrativos e Notícias de Fato (SIMP e DIGIDOC)</i>	1841
<i>Decisões em Conflito Negativo de Atribuições</i>	161
<i>Decisões art. 28</i>	37

Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Tabela 49 – Movimentação Processual em 2021 - Saldos

Saldo de Processos Administrativos	
<i>Regulares</i>	50
<i>Sobrestados</i>	5
TOTAL	55
Saldo de Processos Judiciais	
	11

Fonte: ASSESP/PGJ, 2021.

Gráfico 24 – Quantidade de expedientes emitidos



Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Assessoria Técnica (ASTECH)

1. Atribuições Regimentais

Nos termos do disposto no art. 54 do Ato Regulamentar nº. 22/2020 -GPGJ (Regimento Interno), compete à Assessoria Técnica: elaborar laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos, observados a formação e qualificação dos assessores lotados na Assessoria; funcionar por meio de seus assessores como assistente técnico do Ministério Público nas ações judiciais em que este atuar como órgão agente ou fiscal da lei; orientar os diversos segmentos do Ministério Público quanto à correta aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal; assessorar os órgãos de execução no desenvolvimento de atividades enfatizando o combate à improbidade administrativa, assim como proceder às orientações técnicas relativas aos programas instituídos no âmbito do Ministério Público; assessorar os membros do Ministério Público em outras matérias que se fizerem necessárias dentro das respectivas áreas de atuação, observada a formação e qualificação dos Assessores lotados na unidade; elaborar o relatório anual das atividades da Assessoria e remetê-lo ao Procurador-Geral de Justiça; e exercer outras atribuições compatíveis com a natureza da Assessoria.

Em geral, as análises promovidas pela Assessoria Técnica, de interesse das diversas Promotorias de Justiça, Centros de Apoio e Especializadas, além de outros setores internos do Ministério Público, referem-se aos documentos de atividades finalísticas que integram os autos em si, sem estabelecer conjecturas sobre quaisquer outros parâmetros do objeto que não estejam anexados, ou inferências relacionadas à sua realização ou efetividade, limitando-se às informações apresentadas.

Para verificação da conformidade dos documentos colacionados nos autos com os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à natureza do objeto submetido à análise, inicialmente são identificados os eventos relevantes; em seguida, analisadas as evidências à luz da legislação vigente na época dos registros e empregadas técnicas necessárias e adequadas de auditoria; e, por fim, emitida conclusão técnica sobre as circunstâncias apresentadas em relação ao objeto de responsabilidade do órgão gestor, fundamentando e resguardando o *parquet* para a tomada de decisões.

No ano de 2021, as atribuições da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça foram minudenciadas e consolidadas no Ato Regulamentar nº. 52/2021, revogando os Atos Regulamentares nº. 08/2017-GPGJ e nº. 04/2018-GPGJ, mantendo as competências especificadas no Ato Regulamentar nº. 22/2020-GPGJ (art. 54) e as incumbências estabelecidas na Lei Complementar nº. 013/1991 (art. 43).

2. Estrutura Administrativa da Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica, identificada pela sigla ASSTEC, tem a seguinte estrutura organizacional: Chefia, exercida pelo Assessor-Chefe; Núcleos da Assessoria Técnica - NASSTECs; e Chefia de Seção, nos Núcleos da Assessoria Técnica.

Os Núcleos da Assessoria Técnica são compostos pelo Núcleo Estadual da Assessoria Técnica e pelos Núcleos de Assessoria Técnica Regionalizada com a seguinte divisão administrativa:

- a) Núcleo Estadual da Assessoria Técnica será sediado em São Luís e identificado pela sigla NASSTEC para atender as Promotorias dos polos enquanto não houver equipe regional específica, as Procuradorias de Justiça, os Grupos de Atuação Especializada,

os Centros de Apoio Operacional e os casos encaminhados por outros Núcleos, por necessidade de serviço, mediante autorização do Procurador-Geral de Justiça ou do Assessor-Chefe da Assessoria Técnica.

- b) Núcleo Regional do polo de Pinheiro, antigo NATAR/POLOMETRÓPOLE do polo de São Luís, sediado no Município de Pinheiro e identificado sob a sigla NASSTEC/PIN;
- ç) Núcleo Regional do polo de Santa Inês, antigo NATAR/POLOCAP do polo da Capital, sediado no Município de Santa Inês e identificado sob a sigla NASSTEC/SNI;
- d) Núcleo Regional dos polos de Açailândia, Balsas e Imperatriz sediado no Município de Imperatriz e identificado sob a sigla NASSTEC/ITZ;
- e) Núcleo Regional dos polos de Timon, Caxias e Bacabal sediado no Município de Timon e identificado sob a sigla NASSTEC/TIM; e
- f) Núcleo Itinerante, antigo NATAR/ITINERANTE, sediado mediante determinação do Procurador-Geral de Justiça ou do Assessor-Chefe da Assessoria Técnica, conforme a necessidade do atendimento das demandas, identificado sob a sigla NASSTEC/ITI.

O NASSTEC deveria ser composto por Analistas Ministeriais das áreas de medicina, contabilidade, economia, engenharia, arquitetura, pedagogia, psicologia e assistência social, com lotação estabelecida por portaria expedida pelo Procurador-Geral de Justiça. Porém, no exercício de 2021, o quadro de pessoal da Assessoria Técnica ficou distribuído na forma da Tabela 01, adiante demonstrada:

Tabela 50 - Quadro de Pessoal da ASSTEC

Relação de Cargos	Quantitativo	Habilitação
<i>Assessor-Chefe da ASSTEC</i>	1	Promotor de Justiça
<i>Analista Ministerial</i>	4	Economista
<i>Analista Ministerial</i>	6	Contador
<i>Analista Ministerial</i>	2	Assistente Social
<i>Analista Ministerial</i>	1	Médica Perita
<i>Analista Ministerial</i>	1	Engenheiro
<i>Técnico-Administrativo</i>	1	
<i>Terceirizados</i>	1	Auxiliar de Apoio Administrativo
<i>Estagiária</i>	1	Graduação
<i>Estagiária</i>	1	Pós-Graduação
Total de Pessoal	19	

Fonte: ASSTEC/PJ, 2021.

3. Descrição das Atividades

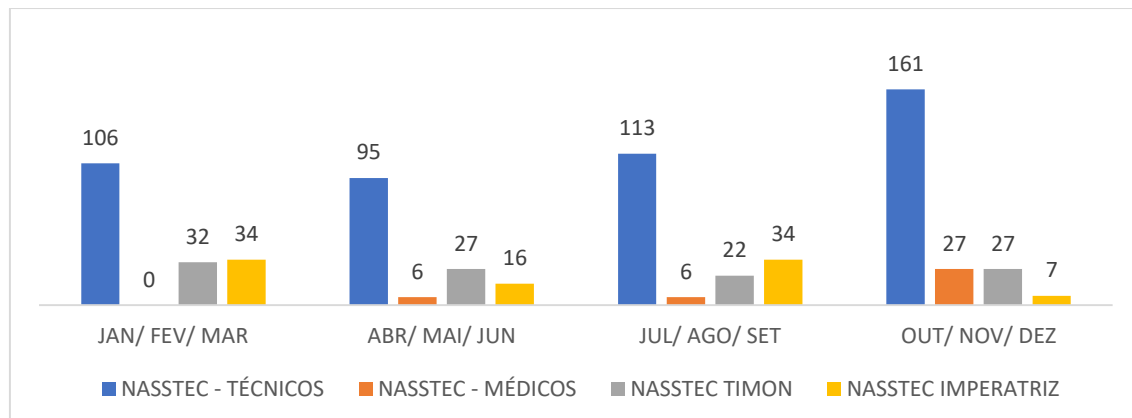
Uma das principais atividades da ASSTEC é a emissão de Pareceres Técnicos que, no exercício de 2021, totalizaram 713 (setecentos e treze), avaliados trimestralmente e distribuídos entre o Núcleo de Assessoria Técnica Estadual – Técnicos (475) e Médicos (39), Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (108) e o Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Imperatriz (91), conforme demonstrado na Tabela 51 – Pareceres Técnicos Emitidos e correspondente Gráfico 25:

Tabela 51 - Pareceres Técnicos Emitidos

Pareceres Setoriais	Jan/Mar	Abr/Jun	Jul/Set	Out/Dez	Total
<i>NASSTEC – Técnicos</i>	106	95	113	161	475
<i>NASSTEC – Médicos</i>	0	6	6	27	39
<i>NASSTEC Timon</i>	32	27	22	27	108
<i>NASSTEC Imperatriz</i>	34	16	34	7	91
Total de Pareceres	172	144	175	222	713

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

Gráfico 25 – Pareceres Técnicos emitidos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

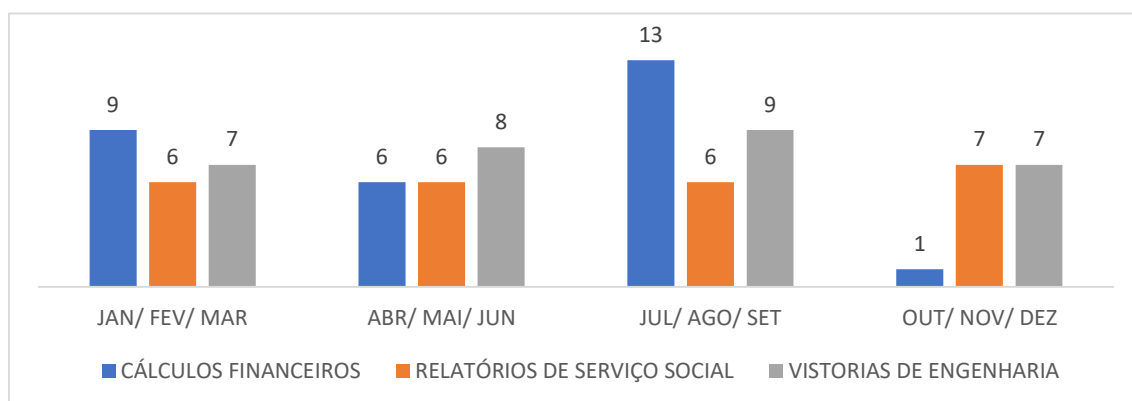
No exercício de 2021, foram emitidos 29 (vinte e nove) cálculos de atualização financeira, 25 (vinte e cinco) relatórios de serviço social e realizadas 31 (trinta e uma) vistorias e respectivos relatórios de engenharia, avaliados trimestralmente, conforme demonstrado na Tabela 52 – Cálculos, Relatórios e Vistorias e correspondente Gráfico 26:

Tabela 52 - Cálculos, Relatórios e Vistorias

Atividades / Trimestre	Jan/Mar	Abr/Jun	Jul./Set	Out/Dez	Total
Cálculos Financeiros	9	6	13	1	29
Relatórios de Serviço Social	6	6	6	7	25
Vistorias de Engenharia	7	8	9	7	31

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

Gráfico 26 - Cálculos, Relatórios e Vistorias



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

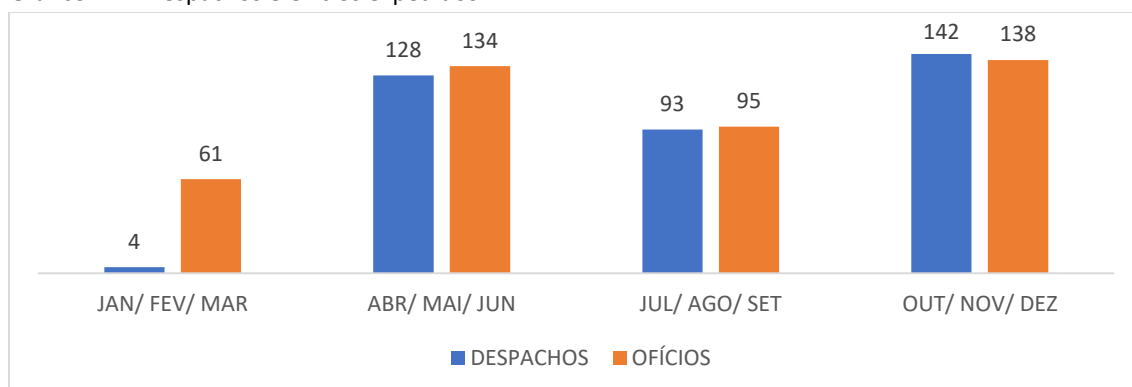
Administrativamente, foram emitidos 367 (trezentos e sessenta e sete) Despachos e 428 (quatrocentos e vinte e oito) Ofícios, avaliados trimestralmente, conforme demonstrado na Tabela 53 – Despachos e Ofícios Emitidos e correspondente Gráfico 27:

Tabela 53 - Despachos e Ofícios Emitidos

<i>Atividades / Trimestre</i>	Jan/Mar	Abr/Jun	Jul/Set	Out/Dez	Total
Despachos	4	128	93	142	367
Ofícios	61	134	95	138	428

Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

Gráfico 27 – Despachos e Ofícios expedidos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

Ainda em 2021, foram realizados estudos técnicos visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos do Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, bem como a elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASSTEC para o planejamento estratégico 2016/2021. Foram registradas as participações de servidores da ASSTEC na comissão de gestão ambiental e em cursos que visaram aperfeiçoamento de suas atividades, como a Participação no Curso “Nova Lei de Licitações”.

Foram produzidas 03 (três) Notas Técnicas que serviram de auxílio para ingresso de ações deste *parquet* e elaborado o Termo de Referência para o Credenciamento Eletrônico no Banco de Peritos Técnicos do Ministério Público do Estado do Maranhão - BanPeTec/MPMA, mediante chamamento público, para chamamento de pessoas físicas e/ou jurídicas na atuação como perito ou órgão técnico ou científico, de acordo com a sua área de conhecimento, campo de estudo e natureza dos serviços técnicos especializados, visando o assessoramento técnico-científico e respectiva emissão de laudos técnicos ao Ministério Público do Estado do Maranhão, em suas diversas áreas de sua atuação, seja em processos judiciais ou para atender demandas da Administração na área meio.

4. Desempenho das atividades em relação ao exercício anterior

Em 2021, a Assessoria Técnica do Procurador-Geral de Justiça teve uma redução do seu quadro de pessoal e passou por algumas reformas administrativas e estruturais, com alterações e adequações de fluxos procedimentais, de acordo com uma nova visão da Administração Superior que designou, pela primeira vez na instituição, um Promotor de Justiça para o cargo de Assessor-Chefe da ASSTEC, tendo alcançado uma diminuição substancial no estoque de

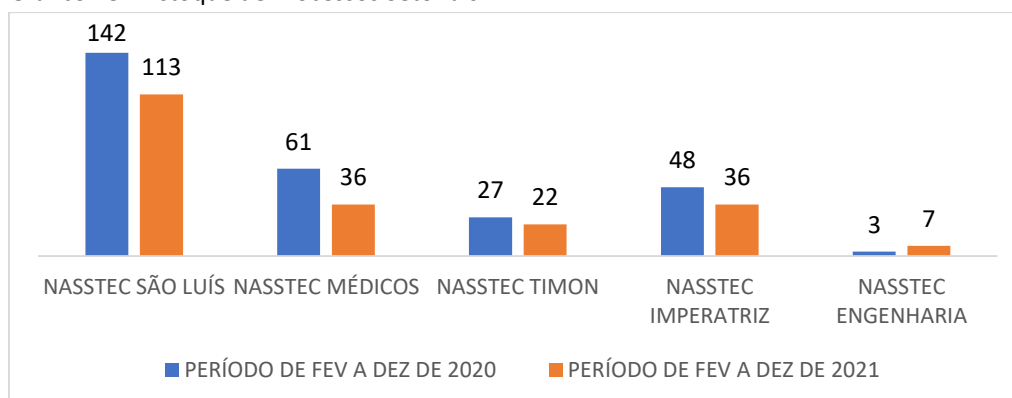
processos no setor, aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento), apesar do fluxo de entrada de processos ter permanecido constante durante todo o ano de 2021, com a contratação de uma Médica Perita, mediante cessão de servidora do Estado, com o aumento de produtividade dos Analistas em geral, considerando o trabalho presencial, o regime de teletrabalho e o trabalho remoto, mesmo com um engenheiro de licença sem vencimentos, conforme demonstrado na Tabela 54 – Estoque de Processos e correspondentes Gráficos 28 – Estoque de Processos Setoriais e 29 – Estoque Geral de Processos:

Tabela 54 – Estoque de Processos

<i>Estoque de Processos Setoriais</i>	2020	2021	Varição Quantitativa	Varição Percentual
<i>NASSTEC São Luís</i>	142	113	-29	-20,42%
<i>NASSTEC Médicos</i>	61	36	-25	-40,98%
<i>NASSTEC Timon</i>	27	22	-5	-18,52%
<i>NASSTEC Imperatriz</i>	48	36	-12	-25,00%
<i>NASSTEC Engenharia</i>	3	7	4	133,33%
Total de Estoque de Processos	281	214	-67	-23,84%

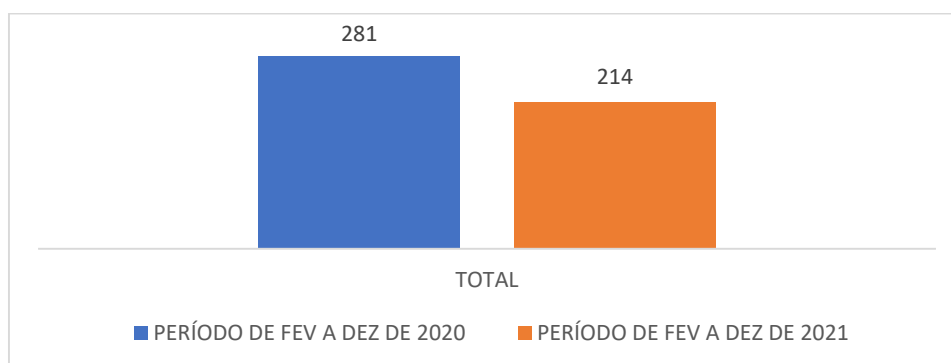
Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

Gráfico 28 – Estoque de Processos Setoriais



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

Gráfico 29 – Estoque Geral de Processos



Fonte: ASSTEC/PGJ, 2021.

5. Metas e Ações em andamento

A missão de diminuir o estoque de processos é contínua e novas ações devem ser desenvolvidas para que todos os processos encaminhados a esta unidade sejam solucionados da forma mais eficiente e célere possível.

Foram estabelecidos parâmetros de recebimentos das demandas, centralizando o canal de comunicação e delimitando objetivamente as questões a serem esclarecidas para melhor compreensão e respostas dos Assessores. Nesse sentido, foi publicado o Ato Regulamentar nº 52/2021-GPGJ que disciplina a matéria.

Trimestralmente são estabelecidas metas para que os Assessores possam parametrizar suas atividades, os processos que outrora tinham por parâmetro a quantidade de pareceres emitidos passaram a ser quantificados por número de processos devolvidos permitindo, assim, superar em 2021 todas as produtividades relativas ao ano anterior.

Foi reativado o Portal Setorial da Assessoria Técnica na intranet com conteúdo técnico de orientação e esclarecimento. Foi iniciada a divulgação de Informativos para os membros deste *parquet*, mediante funcionamento de uma Lista de Transmissão com intuito de enviar semanalmente notícias, informativos e avisos fossem disparados para auxiliar nos procedimentos instaurados pelas Promotorias de Justiça e demais setores do Ministério Público.

Para 2022, serão adotadas ações necessárias para manter as atividades do referido setor com o contínuo aperfeiçoamento das ações já executadas. Assim como a efetiva implantação do Núcleo Regional do Polo de Pinheiro e Santa Inês, facilitando ainda mais o acesso dos demandantes do setor.

Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)

No que tange às atribuições regimentais, esta Assessoria atualmente vincula-se aos preceitos insculpidos no Ato Regulamentar no. 22/2020, o qual dispõe sobre o Regimento Interno desta Procuradoria Geral de Justiça, publicado em 09/06/2020 no Diário Eletrônico deste MPMA.

Esta Assessoria pautou as atividades desenvolvidas de controle interno e auditoria no *Plano Anual de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2021*, datado de 04/01/2021, submetido à apreciação da Administração Superior pelo MEMO-AUD-1/2021 (Código de validação: 0D574043B4 – DIGIDOC).

Assim, na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e, por corolário, pelo fortalecimento institucional, realizamos atividades tanto de *auditoria* como de *acompanhamento da implementação de recomendações*, nas seguintes áreas:

- a) *Administrativa, Foco: Portal da Transparência;*
- b) *Gestão Patrimonial:*
 - b.1) *Foco: Inspeções in loco nos Almoxarifados (Material de Consumo);*
 - b.2) *Foco: Inspeções in loco nos Almoxarifados (Material Permanente); e*
 - b.3) *Foco: Bens Imóveis.*
- c) *Licitações e Contratos Administrativos:*
 - c.1) *Foco: Contratação Direta; e*
 - c.2) *Foco: Bens e Serviços Comuns.*
- d) *Folha de Pagamento:*
 - d.1) *Foco: Servidores do MPMA; e*
 - d.2) *Foco: Membros do MPMA.*
- e) *Gestão de Pessoas, Foco: Abono de Permanência.*

Tais atividades resultaram na elaboração de **17 (dezessete) Relatórios de Auditoria Interna**, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações *julgadas cabíveis* para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

Informamos que, além dos trabalhos de auditoria e acompanhamentos em questão – envolvendo procedimentos de análises documentais, reuniões técnicas, exames dos registros, avaliações, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gest.

Abaixo, segue demonstrativo consolidado das atividades planejadas por esta Assessoria para serem realizadas em 2021, conforme **Plano Anual de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2021**, datado de 04/01/2021, submetido à apreciação da Administração Superior pelo MEMO-AUD-1/2021 (Código de validação: 0D574043B4 – DIGIDOC), em cotejo com as ações efetivamente implementadas.

Quadro 27 - Demonstrativo consolidado das atividades planejadas da ACIA em 2021

Nº.	Descrição Sumária da Atividade	Objetivo	Realizada?
1.	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2020.	Relatar sucintamente as principais atividades realizadas pela Assessoria de Controle Interno e Auditoria ao longo do exercício de 2020.	Sim
2.	Elaboração do Plano Anual de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2021.	Relatar as ações planejadas por esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria para serem realizadas ao longo do exercício de 2021.	Sim
3.	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste MPMA, referente ao 3º. quadrimestre de 2020, bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/ formatações/ envios ao Diário Eletrônico do MPMA. Tal atividade também implica, além da análise dos dados e dos respectivos cálculos, a necessidade de formatar e cadastrar todos os valores obtidos das despesas computadas e não computadas dos 12 (doze) meses a que se refere o RGF no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no prazo legalmente estabelecido.	Elaborar e dar publicidade ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal instituídos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites ali estabelecidos, sobretudo das Despesas com Pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL) de cada ente federativo.	Sim
4.	Realização de Auditoria Interna na Área de Gestão Patrimonial (Foco: Bens de Consumo).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da gestão patrimonial dos bens de consumo, por meio, sobretudo, da realização de inspeções <i>in loco</i> nos 02 (dois) almoxarifados deste Ministério Público. Avaliar a existência e a adequação dos mecanismos de controle interno pertinentes à área auditada. Período a ser auditado: janeiro a dezembro/2020.	Sim
5.	Realização de Auditoria Interna na Área de Gestão Patrimonial (Foco: Bens Permanentes).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da gestão patrimonial dos bens permanentes, por meio, sobretudo, da realização de inspeções <i>in loco</i> no almoxarifado deste Ministério Público (galpões situados no Bairro do Monte Castelo). Avaliar a existência e a adequação dos mecanismos de controle interno pertinentes à área auditada. Período a ser auditado: janeiro a dezembro/2020.	Sim
6.	Realização de Auditoria Interna na Área de Gestão Patrimonial (Foco: Bens Imóveis).	Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das	Sim

		<p>orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da gestão patrimonial dos bens imóveis.</p> <p>Avaliar a existência e a adequação dos mecanismos de controle interno pertinentes à área auditada. Período a ser auditado: janeiro a dezembro/2020.</p>	
7.	Elaboração do Relatório do Controle Interno referente à Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2020.	Formalizar a análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2020.	Sim
8.	Elaboração do Relatório do Controle Interno referente à Prestação de Contas do Fundo Especial do Ministério Público (FEMPE) – Exercício Financeiro de 2020.	Formalizar a análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e do programa de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Fundo Especial do Ministério Público Estadual – FEMPE, no exercício financeiro de 2020.	Sim
9.	Realização de Auditoria Interna na Área de Gestão de Pessoas (Foco: Concessão de Abono de Permanência).	<p>Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto das concessões de abono de permanência ocorridas no período de janeiro a dezembro/2020, relativamente aos membros e servidores deste Ministério Público.</p> <p>Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.</p>	Sim
10.	Realização de Auditoria Interna na Área de Contratos Administrativos (Foco: Bens e Serviços Comuns).	<p>Verificar a observância dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, bem como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo, nos atos administrativos praticados no contexto da execução, fiscalização e gestão de contratos administrativos celebrados em 2020 no âmbito deste Ministério Público, cujos objetos sejam bens ou serviços comuns.</p> <p>Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.</p>	Sim
11.	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste MPMA, referente ao 1º. quadrimestre de 2021, bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/formatações/envios ao Diário Eletrônico do MPMA.	Elaborar e dar publicidade ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal instituídos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites ali estabelecidos,	Sim

	Tal atividade também implica, além da análise dos dados e dos respectivos cálculos, a necessidade de formatar e cadastrar todos os valores obtidos das despesas computadas e não computadas dos 12 (doze) meses a que se refere o RGF no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no prazo legalmente estabelecido.	sobretudo das Despesas com Pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL) de cada ente federativo.	
12.	Realização de Auditoria Interna na Área de Folha de Pagamento (Foco: Membros do MPMA).	Verificar a observância, nos atos administrativos praticados no contexto das implantações das verbas (subsídios, gratificações, indenizações, adicionais, auxílios etc.) ocorridas no período de janeiro a dezembro/2020, relativamente aos membros deste Ministério Público, tanto dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Sim
13.	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deste MPMA, referente ao 2º. quadrimestre de 2021, bem como adoção das providências necessárias às devidas publicações/formatações/envios ao Diário Eletrônico do MPMA. Tal atividade também implica, além da análise dos dados e dos respectivos cálculos, a necessidade de formatar e cadastrar todos os valores obtidos das despesas computadas e não computadas dos 12 (doze) meses a que se refere o RGF no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no prazo legalmente estabelecido.	Elaborar e dar publicidade ao Relatório de Gestão Fiscal - RGF, um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal instituídos pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites ali estabelecidos, sobretudo das Despesas com Pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL) de cada ente federativo.	Sim
14.	Realização de Auditoria Interna na Área de Folha de Pagamento (Foco: Servidores do MPMA).	Verificar a observância, nos atos administrativos praticados no contexto das implantações das verbas (vencimentos, gratificações, indenizações, adicionais, auxílios etc.) ocorridas no período de janeiro a dezembro/2020, relativamente aos servidores deste Ministério Público, tanto dos princípios constitucionais, da legislação e da regulamentação aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle externo. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Sim
15.	Realização de Auditoria Interna na Área de Licitações e Contratos Administrativos (Foco: Contratação Direta).	Aferir a conformidade dos procedimentos adotados no exercício de 2020 para contratação de fornecimento de bens ou execução de obras e serviços pela via da contratação direta, ou seja, nos casos de	Sim

		licitação dispensada, dispensável ou inexigível, no âmbito deste Ministério Público. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	
16.	Elaboração de 12 (doze) Relatórios de Verificação de Conformidade (Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência). <u>Nota Explicativa:</u> a partir do último trimestre de 2021, conforme acordado com a SECINST, tais relatórios passaram a ser bimestrais.	Avaliar, mensalmente, o cumprimento da normatização atinente ao Portal da Transparência, instrumento destinado a aperfeiçoar a transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, aprimorando o controle social pelos administrados.	Sim
17.	Realização de Auditoria Interna na Área de Orçamento e Finanças (Focos: PPA, LDO e LOA).	Realizar, com a colaboração da Administração Superior e da Coordenadoria de Orçamento e Finanças, <i>Auditoria na Área Orçamentário-Financeira (focos: PPA, LDO e LOA)</i> . Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Não
18.	Realização de Reuniões Técnicas com as unidades administrativas cujas atribuições guardem relação de pertinência com as áreas auditadas.	Conduzir reuniões técnicas objetivando ampla discussão e compreensão dos apontamentos feitos nos Relatórios de Auditoria Interna, bem como avaliação da exequibilidade das medidas corretivas ali recomendadas, ante as dificuldades enfrentadas pelas unidades, para que então sejam acordadas ações resolutivas visando ao fortalecimento dos respectivos mecanismos internos de controle e saneamento das inadequações.	Sim
19.	Realizar o acompanhamento da implementação das recomendações emitidas por esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria nos respectivos Relatórios de Auditoria Interna, desde que sejam corroboradas pela Administração Superior.	Acompanhar a implementação das recomendações consignadas nos Relatórios de Auditoria Interna, no intuito de prestar esclarecimentos adicionais considerados necessários pelas unidades administrativas afins, bem como de conferir maior celeridade à consecução das ações resolutivas previamente acordadas em reuniões técnicas.	Sim
20.	Realizar o acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico.	Acompanhar, com a colaboração da Administração Superior e das unidades administrativas, a execução do Planejamento Estratégico, no intuito de verificar o atingimento dos objetivos e metas. Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	Não
21.	Realizar o acompanhamento da evolução da folha de pagamento de membros e servidores.	Acompanhar, com a colaboração da Administração Superior e das devidas unidades administrativas, a evolução da folha de pagamento de membros e servidores (conferência dos relatórios emitidos pelos sistemas SIGEF e RH), no intuito de verificar o quantitativo dos membros e servidores e observar o teto constitucional.	Não

		Avaliar a existência e adequação dos mecanismos de controle interno das unidades afins à matéria auditada.	
22	Participação em comissões formalmente designadas pela Administração Superior, de matéria administrativa, sobretudo no contexto do aperfeiçoamento ou do estabelecimento de normativos aplicáveis no âmbito deste Ministério Público.	Contribuir para o fortalecimento institucional, dadas as atribuições regimentais e os caracteres técnicos inerentes e cabíveis à Assessoria de Controle Interno e Auditoria.	Sim
23.	Realização de Auditorias Internas julgadas necessárias pela Administração Superior.	Realizar as auditorias internas solicitadas por meio de procedimentos de análises documentais, exames dos registros, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para aferição da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão afins, com base na NBC TI 01 - Da Auditoria Interna, aprovada pela Resolução CFC nº. 986/2003.	Sim

Fonte: ACIA/PGJ, 2021

Do demonstrativo acima, colhe-se que esta Assessoria de Controle Interno e Auditoria realizou 20 (vinte) das 23 (vinte e três) atividades planejadas para o exercício de 2021, o que representa aproximadamente 87% (oitenta e sete por cento) de sucesso.

Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)

A presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, passa-se a se chamar Assessoria Técnica da Administração, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões, em conformidade com o Art. 64 do Ato Regulamentar nº 22/2020, de 10 de maio de 2020 e publicado em 9 de junho de 2020.

1 - Análise e Manifestação em Processos Administrativos

No exercício de 2021, foram emitidas, por esta Assessoria Técnica da Administração, manifestações sobre os mais variados objetos: Prestação de Contas dos recursos recebidos a título de Suprimento de Fundos (adiantamento); Abono de Permanência; Adesão a Ata de Registro de Preço; Aditivo Contratual; Ajuda de Custo; Auxílio Saúde; Aposentadoria; Celebração de Contrato; Dispensa de Licitação; Fase Interna de Licitação; Incorporação, Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária; Inexigibilidade; Locação de Imóvel; Pagamento de Obras, Materiais e Serviços; Prestação de Contas do FEMPE; Reajuste Contratual; Reajuste de Contrato de Locação; Repactuação Contratual; Regularização de prestação de Contas do Adiantamento; Solicitação de Empenhos; Verbas Indenizatórias; Restituição ao Erário e Outros.

No aspecto quantitativo, emitimos **1629 (mil seiscentos e vinte e nove) Pareceres Técnicos** durante o exercício de 2021, conforme podemos observar a seguir:

Tabela 55: Número de manifestações/pareceres discriminados por assunto /2021

ASSUNTO	QUANTIDADE
<i>Abono Permanência</i>	10
<i>Adesão SRG</i>	15
<i>Aditivo Contratual</i>	77
<i>Ajuda de Custo</i>	1
<i>Aposentadoria</i>	2
<i>Auxílio Saúde</i>	27
<i>Dispensa de Licitação</i>	15
<i>Fase Interna de Licitação</i>	102
<i>Incorporação e Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Cont.</i>	11
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	38
<i>Locação de Imóvel</i>	7
<i>Pagamentos de Obras, Materiais e Serviços</i>	800
<i>Pecúnia</i>	46
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	300
<i>Prestação de Contas do FEMPE</i>	3
<i>Reajuste Contratual</i>	30

Reajuste de Contrato de Locação	5
Regularização de Prestação de Contas Adiantamento	22
Reequilíbrio Contratual	3
Solicitação de Empenhos	128
Verbas Indenizatórias	60
Outros	27
TOTAL	1629

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

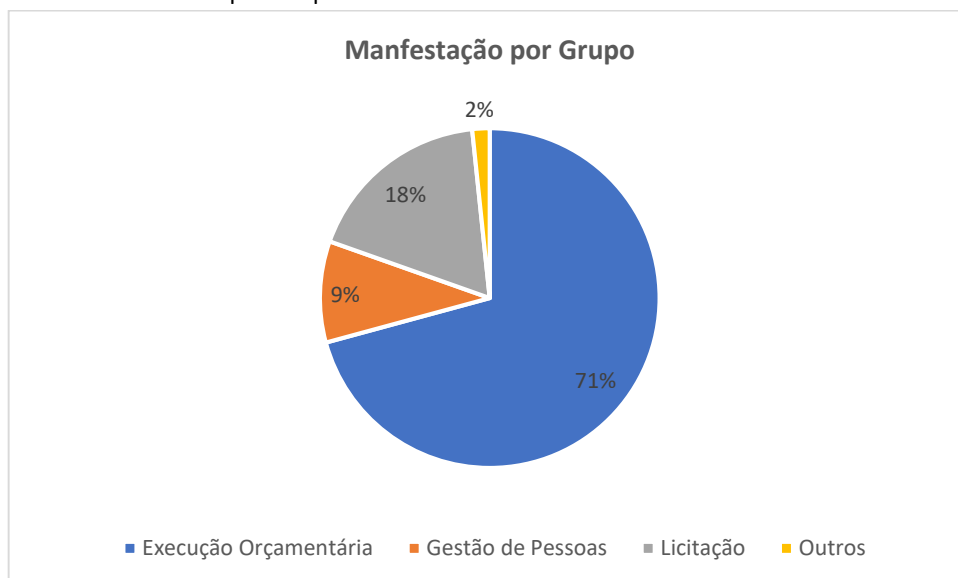
A tabela a seguir fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2021 as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Outros:

Tabela 56: Número de manifestações/pareceres discriminados por grupo/2021.

GRUPO	TOTAL
Execução Orçamentária	1153
Gestão de Pessoas	157
Licitação	292
Outros	27
TOTAL	1629

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

Gráfico 30 – Análise por Grupos



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

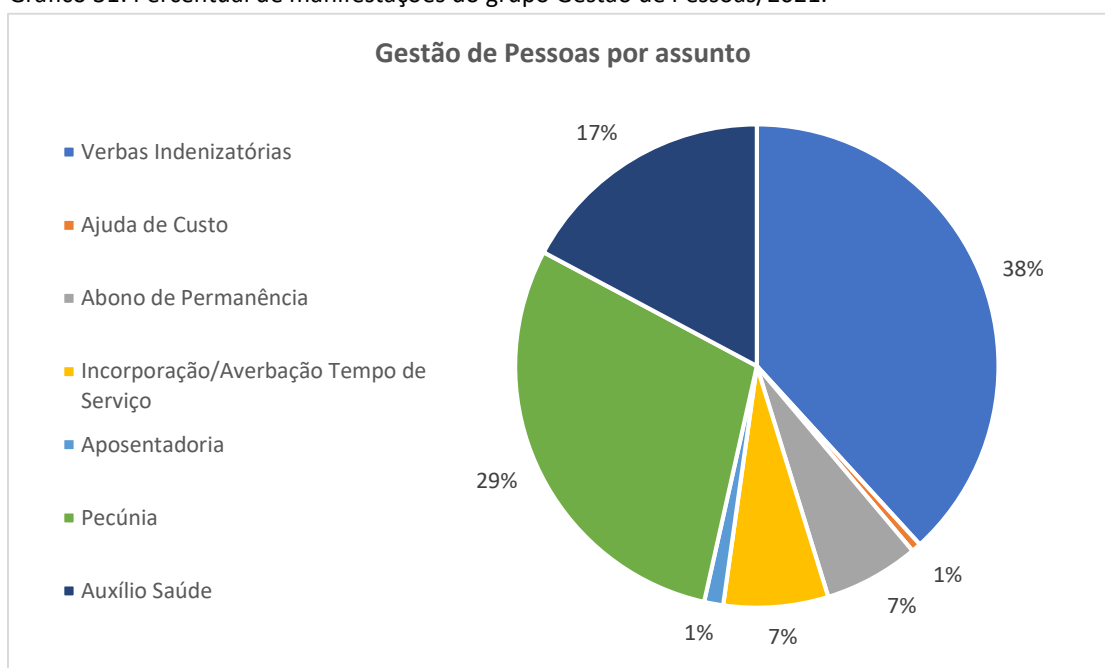
Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas, tivemos:

Tabela 57: Número de pareceres relativos à Gestão de Pessoas divididos por assunto/2021.

ASSUNTO	TOTAL
Verbas Indenizatórias	60
Ajuda de Custo	1
Abono de Permanência	10
Incorporação/Averbação Tempo de Serviço	11
Aposentadoria	2
Pecúnia	46
Auxílio Saúde	27
TOTAL	157

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

Gráfico 31: Percentual de manifestações do grupo Gestão de Pessoas/2021.



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

Quanto a estes, podemos destacar o seguinte:

- Os processos administrativos (PA) referentes ao pagamento de verbas indenizatórias (por motivo de exoneração ou aposentadoria) prevaleceram sobre os demais tipos.
- Na análise dos PA de verbas indenizatórias nos deparamos com algumas dificuldades: ausência de uniformidade quanto à contagem de férias e 13º salário proporcional; ii) processo de pagamento de tais verbas em virtude de aposentadoria que implica na análise de toda a vida funcional do membro/servidor, formada por considerável volume de informações, muitas delas sem lastro documental, que se não suficientemente tratadas, podem levar esta Instituição a ser demandada administrativa ou até mesmo judicialmente, mesmo que seja somente para prestar esclarecimentos.

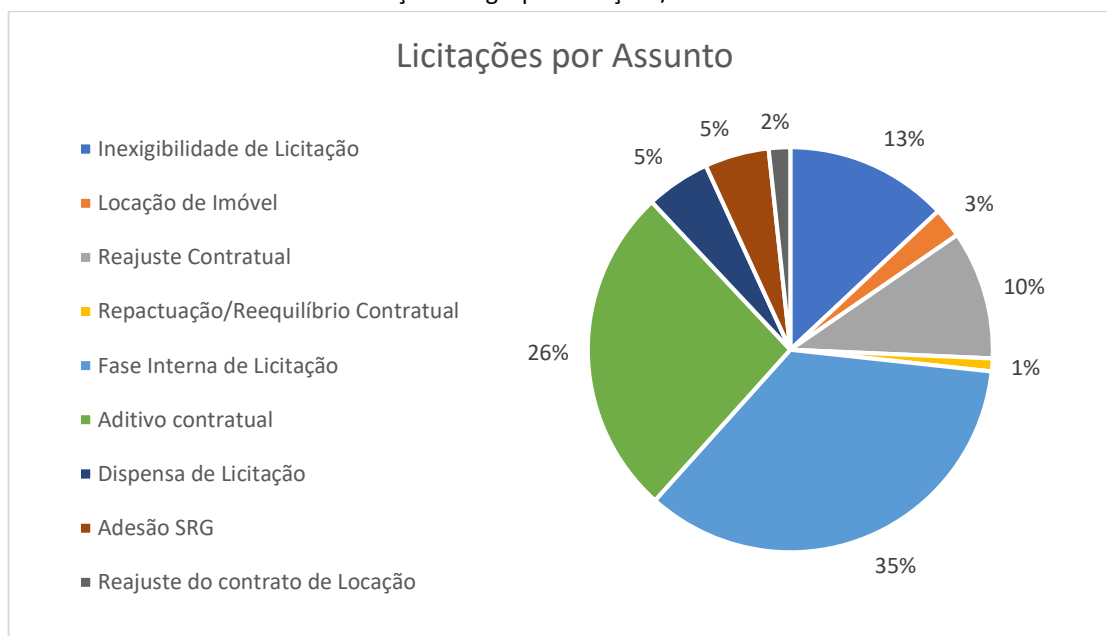
A respeito dos processos administrativos relativos à Licitação, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 58: Número de pareceres relativos à Licitação divididos por assunto/2021.

ASSUNTO	TOTAL
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	38
<i>Locação de Imóvel</i>	7
<i>Reajuste Contratual</i>	30
<i>Repactuação/Reequilíbrio Contratual</i>	3
<i>Fase Interna de Licitação</i>	102
<i>Aditivo contratual</i>	77
<i>Dispensa de Licitação</i>	15
<i>Adesão SRG</i>	15
<i>Reajuste do contrato de Locação</i>	5
TOTAL	292

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

Gráfico 32: Percentual de manifestações do grupo Licitações/2021.



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

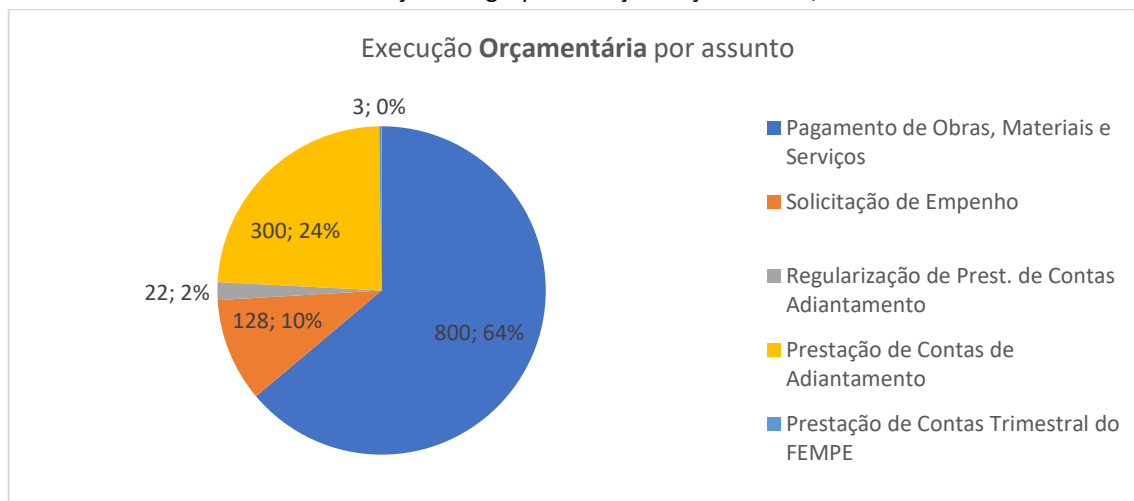
As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à Execução Orçamentária, assim se apresentaram:

Tabela 59: Número de pareceres relativos à Execução Orçamentária/2021.

ASSUNTO	TOTAL
<i>Pagamento de Obras, Materiais e Serviços</i>	800
<i>Solicitação de Empenho</i>	128
<i>Regularização de Prest. de Contas Adiantamento</i>	22
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	300
<i>Prestação de Contas Trimestral do FEMPE</i>	3
TOTAL	1253

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

Gráfico 33: Percentual de manifestações do grupo Execução Orçamentária/2021.



Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2021.

No tocante às solicitações de pagamentos, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Quanto aos processos relativos à concessão e prestação de contas de adiantamento, destacamos:

- considerando a necessidade de padronização de rotinas neste Ministério Público, a fim de dar celeridade aos atos administrativos, foi adotado formulário padrão para solicitação de adiantamento pela Administração Superior, com a edição do novo Ato Regulamentar nº 20/2020, assinado em 22/04/2020 e publicado em 24/04/2020, que regulamenta a forma de concessão, de aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- aplicação de recursos diversa da finalidade solicitada (pronto pagamento; reparo, manutenção conservação e adaptação de bens móveis e imóveis e material permanente);
- aplicação de recursos em elementos de gasto diverso do solicitado (material de consumo, material permanente, serviços prestados por pessoa física e serviços prestados por pessoa jurídica);
- aplicação de recursos fora do período estabelecido na concessão.

2. Outras Atividades

Além das **1629 (mil seiscientos e vinte e nove)** manifestações, coube a esta Assessoria, no exercício 2021, participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

A Assessoria Jurídica da Administração (AJAD) atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração referente ao exercício de 2021, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 60 – Movimentação Processual da AJAD/2020.

<i>Descrição</i>	Total
<i>Processos recebidos</i>	581
<i>Processos devolvidos</i>	566
<i>Processos remanescentes</i>	15

Fonte: AJAD/PGJ, 2020.

Os processos supracitados, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, o que exige desta Assessoria uma análise minuciosa dos autos, em especial do Edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

Além das apreciações dos referidos processos, esta Assessoria respondeu inúmeras consultas formais e informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, principalmente acerca dos procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, execução contratual, sanções bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Da mesma forma, se fez presente sempre que solicitado, no gabinete da Diretoria Geral e da Secretaria Administrativo-Financeira para contribuir com soluções jurídico-formal quando das reuniões com Coordenadores e Contratados.

Por fim, no ano de 2021, destaca-se ainda a participação da AJAD em Comissões de Estudos para elaboração de diversos atos normativos internos da PGJ, decorrente das alterações legislativas federais sobre licitações e contratos.

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

Desde de 15 junho de 2020, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), é coordenado por Luiz Muniz Rocha Filho, Promotor de Justiça titular da 22ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís – 4º Promotor de Justiça de Entorpecentes.

O setor de operações e investigações foi composto de 15 de junho de 2020 a 07 de janeiro de 2021 pelos membros: Fernando Antônio Berniz Aragão, Promotor de Justiça titular da 02ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Timon; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite, Promotora de Justiça titular da 06ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena do Termo de São Luís; Albert Lages Mendes⁹, Promotor de Justiça Titular da 01ª Promotoria de Justiça Civil da Comarca de Imperatriz.

A partir do dia 15 de fevereiro de 2021 o setor de operações e investigações do GAECO passou a ter em sua composição o Promotor de Justiça Joaquim Ribeiro de Souza Junior¹⁰, Promotor de Justiça Titular da 04ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz.

O GAECO conta ainda com as Regionais de Imperatriz e Timon, tendo como membros integrantes da Regional de Imperatriz, as Promotoras de Justiça Raquel Chaves Duarte Sales e Glauce Mara Lima Malheiros, e de Timon os Promotores de Justiça, Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Timon, Gustavo Pereira Silva, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti Bravo e Hélder Ferreira Bezerra, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Pastos Bons.

1. INVESTIGAÇÕES

1.1.1. Procedimentos Administrativos Lato Sensu instaurados pelo GAECO

No período de 01/01/2021 a 31/12/2021, foram instaurados 248 (*duzentos e quarenta e oito*) procedimentos pelo GAECO/São Luís.

Também aconteceu a participação dos membros e servidores do GAECO/São Luís em 10 (dez) Operações de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, que foram realizadas na cidade de São Luís e em cidades no interior do Estado (Operação Laços de Família, Operação Citrus, Operação Dinheiro Sujo, Operação Mormaço, Operação Maranhão Nostrum, Operação Alferes, Operação Hespérides, Operação Km Zero, Operação Dique e Operação Grinch).

Além disso, há outros 41 (*quarenta e um*) procedimentos investigatórios pregressos em andamento, totalizando 289 (*duzentos e oitenta e nove*) feitos cujas ações investigativas estão e/ou estiveram sob a condução deste Grupo.

⁹ Albert Lages Mendes, exonerado a pedido a partir de 07 de janeiro de 2021

¹⁰ Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, exonerado de ordem a partir de 07 de junho de 2021

Tabela 61 – Relação dos Procedimentos Investigatórios Progressos em andamento

Número SIMP	Data Instauração	Classe	Valores Investigados (R\$)*
017761-750/2015	18/11/2015	PIC	185.200.000,00
026477-500/2016	18/10/2016	PIC	20.500.000,00
012544-750/2017	13/06/2017	PIC	42.000.000,00
027377-500/2016	27/06/2017	PIC	147.100.000,00
018830-750/2017	04/12/2017	PIC	8.800.000,00
018844-750/2017	08/01/2018	PIC	2.100.000,00
018846-750/2017	30/08/2017	PIC	710.000,00
018861-750/2017	12/12/2017	PIC	4.500.000,00
018865-750/2017	12/12/2017	PIC	4.400.000,00
018876-750/2017	30/08/2017	PIC	750.000,00
018910-750/2017	09/01/2018	PIC	1.800.000,00
019039-750/2017	30/08/2017	PIC	5.700.000,00
019055-750/2017	30/08/2017	PIC	1.400.000,00
019078-750/2017	23/01/2018	PIC	3.100.000,00
019167-750/2017	23/01/2017	PIC	280.000,00
019187-750/2017	23/01/2018	PIC	220.000,00
019190-750/2017	09/01/2018	PIC	1.200.000,00
019192-750/2017	23/01/2018	PIC	1.800.000,00
019194-750/2017	23/01/2018	PIC	360.000,00
016836-500/2017	08/11/2017	PIC	830.000,00
016027-750/2017	29/11/2017	PIC	3.000.000,00
027901-750/2017	30/11/2017	PIC	1.000.000,00
027730-750/2017	29/11/2017	PIC	80.000,00
027731-750/2017	29/11/2017	PIC	7.300.000,00
027886-750/2017	30/11/2017	PIC	2.000.000,00
027887-750/2017	30/11/2017	PIC	6.000.000,00
027905-750/2017	30/11/2017	PIC	1.700.000,00
027909-750/2017	30/11/2017	PIC	2.100.000,00
000414-750/2018	11/01/2018	PIC	3.500.000,00
022637-500/2018	17/09/2018	PIC	2.200.000,00
011660-750/2018	19/10/2018	PIC	17.000.000,00
031740-500/2018	28/05/2019	PIC	80.000,00
027532-750/2018	28/03/2019	PIC	-
035679-500/2018	23/05/2019	PIC	3.900.000,00
005832-750/2019	11/03/2019	PIC	20.400.000,00
023749-750/2019	14/08/2019	PIC	19.000.000,00
019691-500/2019	23/10/2019	PIC	-
007306-500/2019	30/07/2019	PIC	-
020974-500/2018	29/01/2019	PIC	-
005656-500/2018	10/08/2018	PIC	-
006124-750/2020	21/02/2020	Notícia de Fato	-

TOTAL	41	484.210.000,00
-------	----	----------------

Fonte: GAECO/PGJ, 2021 (* Valores Aproximados).

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram instaurados 02 (dois) procedimentos pelo GAECO/Timon, além de 01 (um) procedimento investigatório pregresso em andamento, totalizando 03 (três) feitos cujas ações investigativas estão sob a condução daquele Grupo.

Tabela 62 – Relação dos Procedimentos Investigatórios Lato Sensu instaurados pelo GAECO/Timon em 2021.

GAECO/TIMON			
Nº	Número SIMP	Data instauração	Classe
1.	1091-252/2021	25/03/2021	Procedimento Investigatório Criminal
2.	5656-500/2018	27/02/2018	Procedimento Investigatório do MP
3.	6152-252/2021	25/11/2021	Procedimento Investigatório Criminal

Fonte: GAECO/PGJ, 2021

Participação dos Membros e servidores do GAECO/Timon em 04 (quatro) Operações de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, que foram realizadas em cidades no interior do estado, quais sejam: *Operação Mormaço, Operação Maranhão Nostrum, Operação Km Zero e Operação Grinch.*

Quanto ao GAECO/Imperatriz, no ano de 2021, foram instaurados 05 (cinco) procedimentos, além de 03 (três) procedimentos investigatórios pregressos em andamento, totalizando 08 (oito) feitos cujas ações investigativas estão sob a condução daquele Grupo.

Também contou com a participação dos membros e servidores do GAECO/Imperatriz em 02 (duas) Operações de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, que foram realizadas em cidades no interior do estado, quais sejam: *Operação Hespérides e Operação Dique.*

1.1.2. Portarias de designação/delegação para atuação do Gaeco em investigações

Em atendimento às solicitações de auxílio do GAECO, seja pelos demais órgãos que compõem o Ministério Público do Maranhão ou por outros entes de investigação do Poder Público, até o presente momento, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, foram expedidas 24 (vinte e quatro) portarias de designação/delegação de poderes a este Grupo para atuação em investigações, seja por ação conjunta com os requerentes ou pelo acompanhamento dos trabalhos investigatórios, conforme tabela abaixo:

2. ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL

Tabela 63 - Relação das atividades não procedimentais realizadas em 2021

GAECO/SÃO LUÍS	
ATIVIDADE	TOTAL
Atendimento ao Público	31
Cursos	1

Reunião	5
Audiências extrajudiciais	41
E-mails enviados	1.545
TOTAL GERAL	1.623

GAECO/TIMON

ATIVIDADE	TOTAL
Audiências extrajudiciais	9

GAECO/IMPERATRIZ

ATIVIDADE	TOTAL
Audiências extrajudiciais	12

Fonte: GAECO/PGJ, 2021

Este GAECO em parceria com a Escola Superior do Ministério Público ofereceu para membros e servidores Workshop, sobre Relatório de Inteligência Financeira: Leitura e Interpretação.

3. ATIVIDADE – SETOR ADMINISTRATIVO

O setor administrativo do GAECO/São Luís é composto por dez servidores, sendo três Técnicos Administrativos, dois Técnicos Execução de Mandados, um analista ministerial – área judiciária, um Auxiliar Administrativo, dois assessores de promotor de justiça e um assessor técnico. Os GAECOS de Timon e Imperatriz são compostos cada um por três servidores.

Abaixo, algumas das atividades executadas pelo setor administrativo:

- Expedição de documentos pelo sistema DIGIDOC;
- Auxílio em procedimentos investigatórios;
- Produção de relatórios e minutas judiciárias e administrativas;
- Controle de movimentações de processos nos sistemas DIGIDOC e SIMP;
- Cumprimento de diligências externas (entrega de ofícios, mandados, notificações, vistorias e inspeções);
- Apoio na organização e realização das operações para cumprimento de mandados de busca e apreensão;
- Recebimento e controle de materiais apreendidos;
- Levantamento de informações;
- Realização de inventário de equipamentos e mobiliário;
- Auxílio em audiências e oitivas;
- Atendimento ao público;
- Recebimento, registro e distribuição de documentação interna e externa,
- Controle, envio e recebimento de e-mails através do e-mail institucional.

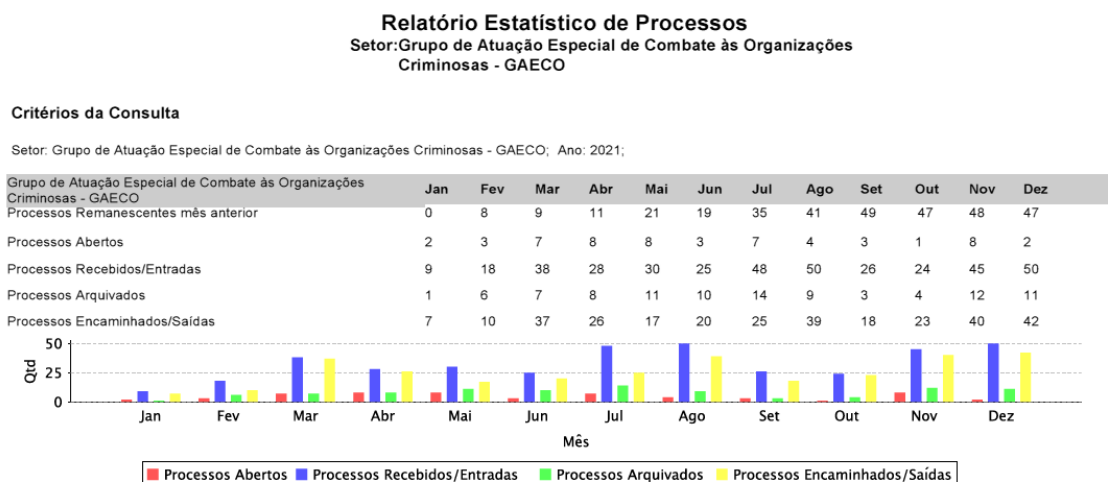
Tabela 64 – Demonstrativo de documentos expedidos pelo GAECO até 31/12/2021

TIPOS DE DOCUMENTOS	TOTAL
<i>Ofícios</i>	683
<i>Memorandos</i>	331
<i>Pareceres Jurídicos</i>	16

<i>Manifestações Ministeriais</i>	12
<i>Atas</i>	5
<i>Despachos</i>	228
<i>Certidões</i>	500
<i>Notificações</i>	105
<i>Termo de Juntada</i>	127
<i>Portarias</i>	31
<i>Cartas Precatórias Ministeriais</i>	14
TOTAL GERAL	2.052

Fonte: GAECO/PGJ, 2021

Gráfico 34 – Quantitativo de Processos do Sistema DIGIDOC tramitados no GAECO em 2021.



Fonte: GAECO/PGJ, 2021

Tabela 65 - Relação das atividades/movimentos realizados no sistema SIMP em 2021.

MOVIMENTO	TOTAL
Abertura de volume	1
Autuação	216
Audiência extrajudicial	1
Certidão/informação	621
CPF/CNPJ Apurado	1
CPF/CNPJ Não Apurado	10
Decretação de Sigilo-Despacho	1
Decisão monocromática-Membro	3
Despacho administrativo	1
Encaminhamento a órgão externo	47
Encaminhamento a órgão interno	426
Encaminhamento ao membro	124
Expedição de documento-Despacho	28
Encerramento de volume	1
Insuficiência de Provas-Arquivamento-Despacho	6

Ausência/ Insuficiência de Provas-->Integral-->Com remessa ao Poder Judiciário	1
Arquivamento Integral- sem remessa ao Conselho	18
Arquivamento Integral sem TAC-com remessa ao Conselho	1
Juntada	127
Manifestação do Cidadão	1
Manifestação do Servidor	152
Manifestação do Ministério Público	33
Notificação-Diligências	31
Ofício-Diligências	50
Outras Providências-Diligências-Despacho	265
Parecer Jurídico/Técnico	86
Pedido de usuário interno	1
Pesquisa em sistema informatizado-Diligência-Despacho	1
Prestação de Informação	1
Prorrogação de prazo de investigação-Despacho-Membro	15
Prorrogação de Prazo-Protocolo	6
Declínio de atribuição no mesmo ramo	2
Redistribuição	85
Requisição de Documentos- Despacho-Membro	4
Sobrestamento-Membro	8
Sobrestamento ato PGJ Pandemia	1
Termo de Informação	3
Termo de Depoimento e Declarações	1
TOTAL	2.380

Fonte: GAECO/PGJ, 2021

Tabela 66 – Ações protocoladas junto ao Judiciário

GAECO/SÃO LUÍS	
OPERAÇÃO	PETIÇÕES
Operação Laços de Família	<ul style="list-style-type: none"> • Cautelar de Busca e Apreensão; • Petição solicitando compartilhamento de dados com a Polícia Federal; • Denúncia
Operação Mormaço	<ul style="list-style-type: none"> • Cautelar de prisão e Busca e Apreensão; • 03 (três) denúncias
Operação Maranhão Nostrum	<ul style="list-style-type: none"> • Cautelar de Busca e Apreensão; • Cautelar de Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal.
Operação em Grajaú	<ul style="list-style-type: none"> • Cautelar de prisão e Busca e Apreensão.
Operação Faz de Conta	<ul style="list-style-type: none"> • 03 (três) denúncias
Operação Alferes	<ul style="list-style-type: none"> • Pedido de Prisão Preventiva
Operação XXX (sigilosa)	<ul style="list-style-type: none"> • Cautelar de Quebra de Sigilo Bancário e Fiscal; • Cautelar de Quebra de Dados Telemáticos
GAECO/TIMON	

- 02 Ações cautelares penal (uma cautelar e um pedido autônomo de interdição de empresa);
- 03 Denúncias;
- 01 Outras petições

GAECO/IMPERATRIZ

- 08 Petições iniciais;
- 05 Manifestações

Fonte: GAECO/PGJ, 2021

CENTROS DE APOIO OPERACIONAIS (CAOPs)

Os Centros de Apoio Operacionais são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades, cabendo a eles promover intercâmbio e integração entre órgãos de execução que desenvolvem atribuições comuns e o intercâmbio entre entidades públicas e privadas que atuam em áreas semelhantes à dos centros de apoio.



Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)

Quanto a suas atividades internas o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural tem se focado na busca pela maior eficácia pública através da: formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos. Em suas atividades externas, participação em órgãos colegiados de proteção ao meio ambiente e na intervenção para a produção de normas jurídicas que melhor subsidiem ações do Ministério Público, além de manterem constante atenção na produção legislativa espontânea do Estado.

Este relatório se refere às atividades do Centro de Apoio Operacional, tendo por base as tarefas estabelecidas por lei e no Planejamento Estratégico 2016-2021.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1.1 PROJETOS

1.1.1. Projeto “Valorização de Resíduos Sólidos”.

Projeto que visa implantar o monitoramento de informações relacionadas à gestão de resíduos sólidos em municípios com mais de 50.000 habitantes do Estado do Maranhão, com análise do cumprimento e evolução das prioridades da Lei nº 12.305/2010, permitindo ao Promotor de Justiça identificar ausência de implementação dos Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos ou desconformidades na gestão.

1.1.2. Projeto “Capacitação em Resíduos Sólidos e Saneamento”.

Projeto que visa capacitar membros do Ministério Público no conhecimento e aplicação da Lei nº 12.305/2010 e da legislação ambiental correlata.

1.1.3. Projeto “Proteção das Florestas e das Unidades de Conservação”.

Projeto que visa instalar um laboratório de geoprocessamento no Ministério Público do Estado do Maranhão para análise de imagens e dados do Cadastro Ambiental Rural visando a identificação de áreas de preservação permanente degradadas, especialmente nascentes, e reservas florestais a serem restauradas em cada município do Maranhão. Fiscalizar, através de imagens, ocupações e ameaças às unidades de proteção integrada. Criar base de dados que possa ser compartilhada com a sociedade civil visando a transparência ambiental.

1.1.4. Projeto “Religião Livre”.

Projeto desenvolvido em conjunto com CAOP Direitos Humanos que se destina a fazer cumprir o direito fundamental da livre manifestação do culto e fé.

1.1.5. Projeto “Água para o Futuro”.

O aludido projeto tem como finalidade mapear as nascentes para prevenir danos e ilegalidades praticadas nessas áreas de preservação permanente.

Ressalte-se que todos esses projetos foram encerrados em 2021, conforme os dados encaminhados à SEPLAG.

2. ATIVIDADES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR nº013/91

A lei complementar nº 013/91 estabelece seis atividades a serem desempenhadas pelos coordenadores de centro de apoio operacional, as quais se encontram listadas no art.38.

Dentre essas, os quatro primeiros incisos fixam expressamente algumas das ações a serem promovidas, estabelecendo nos dois últimos incisos a elaboração deste relatório e uma cláusula aberta para que sejam exercidas outras ações consideradas “*compatíveis com suas finalidades*”.

2.2.1 – “Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns”.

Foram encaminhados Ofícios Circulares com orientações e material de apoio para atuação dos promotores de justiça de meio ambiente. Segue abaixo a descrição:

1. Ofício Circular nº 12021 – CAOUMA: referente a Recomendação nº02/2021-GPGJ sobre Arborização Urbana. Sugeriu-se Minuta de legislação municipal que poderia ser encaminhada aos Prefeitos Municipais, bem como uma orientação técnica, elaborada por este Centro de Apoio Operacional, indicando as espécies autóctones mais adequadas à arborização urbana, considerando os biomas em que estão localizadas as cidades maranhenses;
2. Ofício Circular nº 22021 – CAOUMA: referente a segurança de barragens. Encaminhou-se Manual de Atuação Funcional específico sobre barragens elaborado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e que contém robusto material sobre o tema, assim como a lei estadual que regula a segurança de barragens no Estado do Maranhão.

2.2.2 – “Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade”.

A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie a atuação dos órgãos de execução.

Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.

Além do atendimento no dia a dia, o CAOUMA respondeu as solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental e foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail e WhatsApp no grupo “Ambiental MPMA”, incluindo mensagens eletrônicas e coletivas.

Foram elaborados dezessete **(17) pareceres técnicos e quatro (04) laudos periciais** atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias de todo o Estado do Maranhão. Com as restrições sanitárias em decorrência da pandemia, não foi possível realizar mais vistorias, refletindo na elaboração dos laudos periciais.

A maioria dos pareceres técnicos atenderam Promotores de Justiça em comarcas do interior do Estado do Maranhão (10). Foram produzidos quatro (4) pareceres técnicos para as Promotorias de Justiça de São Luís e dois (2) para a Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar e um (01) para São José de Ribamar. O CAOUMA também elaborou quesitos para perícias judiciais em atendimento às solicitações dos promotores de justiça e atuou como assistentes técnicos nas respectivas perícias judiciais.

Ao longo de todo o ano de 2021, o CAOUMA encaminhou informativos e recomendações aos Promotores de Justiça de Meio Ambiente do Estado do Maranhão em diversas temáticas, conforme encaminhamentos na tabela a seguir:

Tabela 67 - Informações enviadas para Promotores de Justiça de Meio Ambiente em 2021.

DOCUMENTO	DATA	MEIO
Campo, floresta e águas (UNB)	31/01/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Estudos de Direito do Saneamento (FUNASA)	06/02/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Jurisprudência do STJ/ art. 25 da Lei de Crimes Ambientais	20/02/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Dano Existencial coletivo às comunidades tradicionais, com ênfase nas comunidades quilombolas e indígenas	10/03/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Introdução à economia solidária	10/03/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Os 20 anos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (UnICEUB)	18/03/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
O Valor da Água (Unesco)	23/03/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Ministério da Integração Nacional)	06/05/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Estudos de Direito Penal Ambiental (UFMG)	06/05/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
10 anos da Política de Resíduos Sólidos (USP)	25/05/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Uma breve História da Legislação Florestal	26/05/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Dando nome aos bois (Inesc)	28/05/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia (USP)	30/05/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Relatório	31/05/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Acórdão TJRJ/Patrimônio Cultural	05/06/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Jurisprudência TJSP/Dano ambiental	09/06/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"

Direito dos Resíduos-Jurisprudência	28/06/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Decisão Monocrática TJMG/Não reconhecimento de proposta de persecução penal	29/06/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Dossiê contra o pacote do veneno em defesa da vida (ABRASCO, ABA)	06/07/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Nota Técnica (ABLP) sobre as diferenças entre Aterros Sanitários e outras formas de destinação final, especialmente a ilegalidade dos "aterros controlados"	11/07/2021	E-mail e WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Acórdão TJSC/Patrimônio Cultural	13/07/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Bioeconomia	22/07/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Acórdão TJDF/T/ Danos Ambientais	12/08/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Cartilha fauna do Brasil	15/08/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil (SBPC)	21/08/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Los derechos de la naturaleza	24/08/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Guia Prático para o Gerenciamento de Resíduos de Mercúrio Metálico apreendido	26/08/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Acórdão TJ São Paulo/ Valoração de dano ambiental	29/08/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
State of the World's Trees	07/09/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Agronegócio e pandemia no Brasil	14/09/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Verde Urbano	25/09/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Acordo de Paris – Um guia para os perplexos (Observatório do Clima e Laclima)	30/09/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Resolução nº 433, de 27 de outubro de 2021 (institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente)	04/11/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
Playlist dos eventos dos diálogos ambientais promovidos pelo CNMP em 2021	09/11/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"
O Ministério Público e a Defesa do Cerrado (CNMP)	11/11/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"

Informa a disponibilização, na área de publicações do site do CNMP, para consulta da obra "Diretrizes para Valoração de Danos Ambientais"	15/11/2021	E-mail
Livro sobre Saneamento Básico, uma das prioridades do Planejamento Estratégico do MPMA para 2021 a 2029	04/12/2021	E-mail
Link para e-book "Finanças Sustentáveis – ESG, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS, ODS"	17/12/2021	WhatsApp no grupo "Ambiental MPMA"

Fonte: CAOUMA/PGJ, 2021

2.2.3 – “Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções”

Com o intuito de contribuir com o banco de dados do “Projeto Amazônia em Foco” da ABRAMPA, o CAOUMA realizou levantamento das ações judiciais de crimes contra o meio ambiente e o patrimônio genético no período de janeiro de 2017 a março de 2021.

Participamos de forma remota das reuniões da Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e nas reuniões da Comissão Temporária de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público

O Dr. Cláudio Rebelo compareceu à maioria das reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – CONSEMA.

3. ATIVIDADES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DE POLÍTICA INSTITUCIONAL E NO PLANO ESTRATÉGICO

No ano de 2021 referente às atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico 2016-2021, a ação prevista de implantação do laboratório de geoprocessamento do Projeto “Proteção de Florestas e das Unidades de Conservação” foi substituída pelo acesso aos Sistemas CAR e ao MapBiomas, sendo utilizados como ferramenta na expedição de pareceres técnicos. O CAOUMA compareceu no dia 17 de dezembro de 2021 da Reunião de Análise da Estratégia (RAE) referente ao encerramento dos Projetos.

O CAOUMA também colaborou para a definição dos Projetos do CAOUMA referente ao Planejamento Estratégico 2021-2029.

4. DIFICULDADES E DEMANDAS

Também de forma objetiva, este capítulo lista as dificuldades encontradas para a execução das tarefas propostas e as demandas que precisam ser supridas, com vistas a uma melhor atuação do CAOUMA.

Foram identificadas as seguintes dificuldades operacionais, que se repetem ao longo do tempo:

1. O pouco uso dos e-mails funcionais e o pouco acesso dos Promotores de Justiça à página do CAOUMA dificulta a comunicação e a rapidez na execução de projetos;
2. Demora ou não-prestação de informações pelos órgãos de execução, quando solicitadas pelo CAO-UMA;
3. Indefinição de recursos para suportar atividades de capacitação e a produção de material informativo;
4. As sucessivas interrupções causadas pela Pandemia COVID-19 nos anos de 2020/2021.

A maioria das demandas apontadas no relatório anterior permanece, o que exige redobrada atenção. São elas:

1. Motivação dos Promotores de Justiça para o uso da página do Centro de Apoio e da comunicação escrita de suas demandas;
2. Disponibilização de assessoramento técnico e apoio institucional para a captação de recursos externos, e maior participação com as atividades desenvolvidas com os outros centros de apoio;
3. Definição de quais recursos financeiros apoiarão as ações do CAOUMA, especialmente publicações e eventos;
4. Estimular entre os órgãos de execução a cultura de prestação de informações ao CAOUMA em tempo hábil;
5. Estruturação de uma equipe técnica permanente.

5. METAS PARA 2022

Com a reformulação da equipe esperamos melhorar o desempenho do Centro de Apoio. A devolução do cargo comissionado destinado a este centro e a designação de um estagiário de pós-graduação permitiu melhorias no trabalho desenvolvido. Não obstante a necessidade de detalhamento das ações e a apresentação de planejamento anual, bem como o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico, apresentamos as seguintes metas:

1. Reformulação do conteúdo da página do Centro de Apoio Operacional;
2. Implementação dos projetos definidos no planejamento estratégico;
3. Reestruturação do Grupo de Saneamento Ambiental;
4. Estruturação de Forças Tarefas para atuação no combate ao desmatamento ilegal.
5. Reestruturação das rotinas de trabalho para a racionalização da atividade ministerial conforme recomendação do Procurador-Geral de Justiça e implantação efetiva do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais Complexos.

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp-CONSUMIDOR) foi criado através da Resolução nº 02/97-CPMP (DJe 20/03/97) como órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA).

O CAOp-CONSUMIDOR tem como prioridade a realização de ações coordenadas, de caráter institucional, para promover e facilitar a defesa coletiva do público consumidor, de forma a assegurar suporte para melhorar o seu atendimento e ampliar os seus resultados.

1. PROJETOS CAOP CONSUMIDOR

1.1. PROJETO ILUMINAR

Objetivos:

- Atuar na prevenção e repressão às violações dos direitos do consumidor;
- Defender os interesses de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade familiar social e econômica;
- Implantar ações que auxiliem na efetivação do desconto na conta de energia pela Tarifa Social de baixa renda, conforme a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011;
- Divulgar esse benefício entre os órgãos de execução, de forma que possam exigir do gestor público municipal toda infraestrutura para o cadastro das pessoas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Período de execução: **Setembro/2020 a dezembro/2021;**

Resultados alcançados: **236 mil famílias beneficiadas entre outubro/2020 e dezembro de 2021.**

2.1.1. Atividades Realizadas em 2021:

30/06/2021: Sorteio de 120 geladeiras para a população carente de Vila Nova dos Martírios



Promotor Sandro Biscaro teve melhor desempenho nos cadastros

Uma das ações do Projeto Iluminar é o sorteio das geladeiras aos moradores da cidade escolhida pelo Promotor de Justiça com melhor desempenho no projeto. Em 2020/2021, o Promotor Sandro Biscaro foi quem teve melhor desempenho nos cadastros, através da cidade de Vila Nova dos Martírios, termo de Imperatriz.

No dia 30 de julho, foi realizado o sorteio das 120

geladeiras para o referido município. A ação foi promovida no auditório das Promotorias de Justiça de Imperatriz e transmitida em tempo real para os moradores do município, que é termo judiciário de Imperatriz.



Contemplados receberam geladeiras em Vila Nova dos Martírios

31/06/2021: Entrega das 120 geladeiras para os vencedores do sorteio em Vila Nova dos Martírios

Após o sorteio, ocorreu a entrega das geladeiras a cada consumidor contemplado, na praça de Vila Nova Martírios. A entrega foi acompanhada pelo Promotor de Justiça Sandro Bís caro, que também representou a Coordenadora do Centro de Apoio do Consumidor, Lítia Cavalcanti.

1.2. PROJETO ILUMINAR QUILOMBOS

O Projeto Iluminar Quilombos é uma extensão do Projeto Iluminar, que tem por objetivo garantir acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) aos povos originários, bem como a conscientização à autodeclaração. Os descontos podem chegar até 100%, de acordo com o consumo. O Projeto Iluminar Quilombo surgiu após análise de que no Quilombo Urbano Liberdade há 160 mil pessoas e apenas 26 pessoas são autodeclaradas como quilombola.



O projeto garante acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) aos povos originários.

1.2.1. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021 (SÃO LUIS):

A Coordenadora do Centro de Apoio do Consumidor, Lítia Cavalcanti, promoveu três reuniões com lideranças do Quilombo Liberdade, representantes do município de São Luís e com o Procurador Geral de Justiça para discutir a implementação do Projeto Iluminar Quilombos no Quilombo Urbano Liberdade (conforme atividades descritas e detalhadas no item 3 deste relatório).

1.2.2. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021 (CAXIAS):

Durante os meses de outubro e novembro o Promotor de Justiça do Consumidor da Comarca de Caxias, Dr. José Carlos Faria, promoveu reuniões com os representantes do CRAS de cada município para articular a os cadastros e datas para o sorteio e entrega das geladeiras.

29/11 a 03/12: Realização dos cadastros, sorteio e entrega de 50 geladeiras, 100 cestas básicas e brinquedos para as crianças



A coordenadora do CAOp/Consumidor, Lítia Cavalcanti, participou da entrega de 50 geladeiras, 10 cestas básicas e brinquedos aos premiados do projeto

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, realizou, nos dias 02 e 03 de dezembro, a premiação às comunidades quilombolas dos municípios de Caxias, Aldeias Altas e São João do Sóter, em decorrência da adesão dos beneficiários à Tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Lei n 10.438/2002, regulamentada pela Lei 12.212/2010. A premiação foi realizada na Praça do Pantheon, em Caxias, e contou com a participação da coordenadora do Caop Consumidor Lítia Cavalcanti, representando o CAOp-CON

e o Promotor de Justiça de Caxias, José Faria, do Presidente da Equatorial Energia, Sérgio Túlio dos Santos, do Prefeito de Caxias Fábio Gentil, dentre outras autoridades locais.

Na ocasião, como forma de incentivo ao cadastramento no programa, foram sorteadas e entregues 50 geladeiras, lâmpadas econômicas, 100 cestas básicas e brinquedos às crianças.

Assinatura do Termo Aditivo do Projeto Iluminar

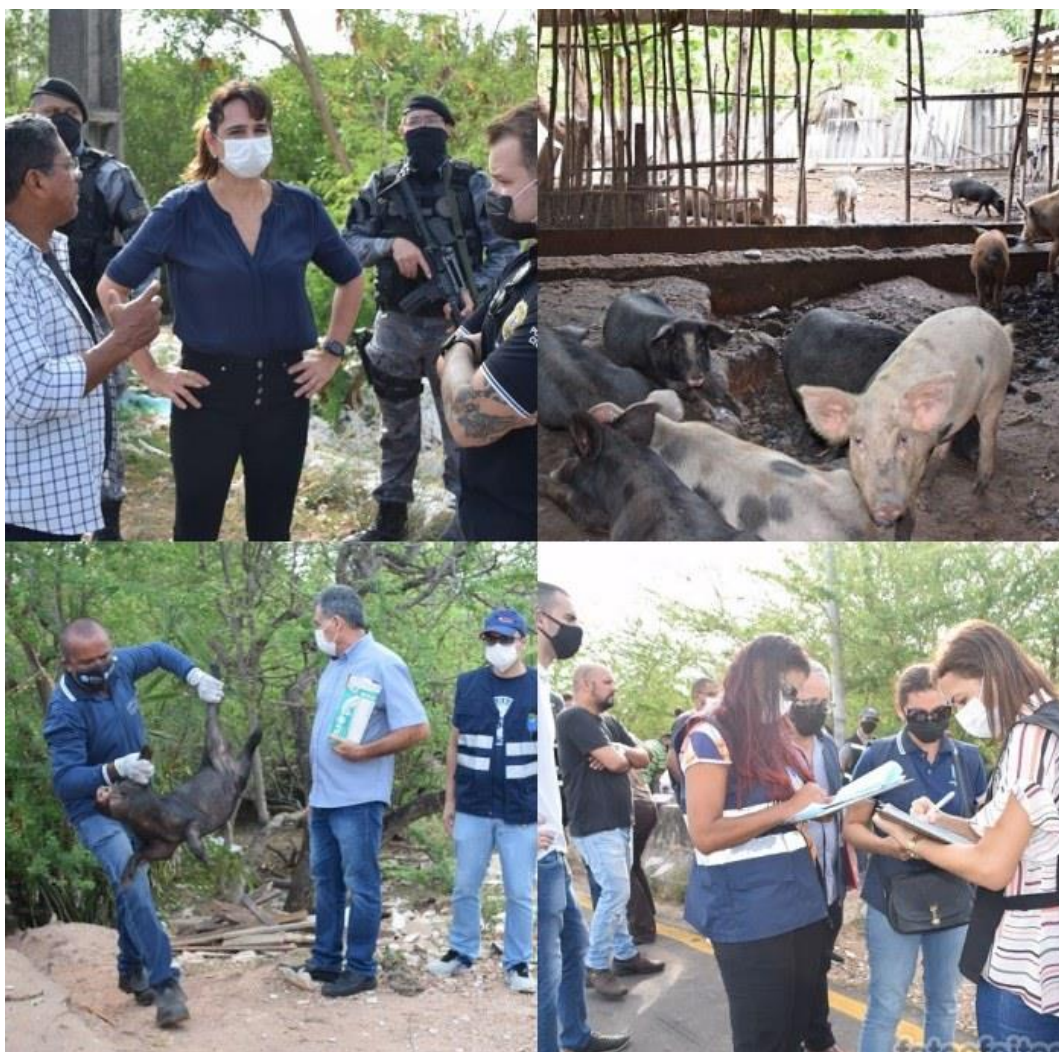
No dia 03 de dezembro, em Caxias, foi assinado o termo aditivo do projeto, ampliando o prazo para mais 12 meses, visando estender as ações do programa para outras comunidades quilombolas do Estado, especialmente para a Região da Baixada Maranhense que possui baixo índice de adesão à tarifa social de energia elétrica.



A promotora Lítia Cavalcanti e o presidente da Equatorial, Sérgio Túlio, assinaram o aditivo do projeto Iluminar em Caxias

1.2. PROJETO MARCO ZERO DO ABATE

Após diversas denúncias e reuniões com órgãos municipais e estaduais sobre criadouros e abatedouros clandestinos na capital maranhense, foi deflagrada uma operação coordenada pela Promotora de Justiça, Lítia Cavalcanti, com o objetivo de apreender os animais que estavam em condições precárias para o abate. A operação foi o início do Projeto Marco Zero do Abate, que no ano de 2022 será executado em outras cidades do interior do estado, tendo São Luís como modelo.



Durante a execução das Operações do Projeto Marco Zero do Abate diversos animais em condições precárias foram apreendidos pelas equipes do CAOp/Consumidor e fiscais dos órgãos de defesa sanitária animal

O objetivo do projeto, de autoria do CAO-CONSUMIDOR, é a promoção e universalização da saúde pública, a segurança alimentar dos consumidores, bem como a prevenção do abate clandestino e cruel dos animais.

3.0 OUTRAS ATIVIDADES

3.1. CAOp/CON PRESTA APOIO NA OPERAÇÃO QUE DESMONTOU GOLPE DA VENDA FRAUDADA DE CONSÓRCIO, 10/08/2021:

No dia 10 de agosto, o Centro de Apoio do Consumidor prestou apoio na operação conjunta entre a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Delegacia do Consumidor e Defensoria Pública do Estado, que desarticulou uma empresa que vendia cotas de consórcios fraudulentos, houve mandados de busca e apreensão.



Operação desmontou fraude em consórcio

3.1.1 CARTILHA “CONSÓRCIO NÃO É FINANCIAMENTO!”

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor produziu uma cartilha para alertar os consumidores sobre o chamado golpe da carta de crédito contemplada, também conhecido como golpe do falso financiamento ou ainda golpe do consórcio, após inúmeras denúncias sobre o golpe em todo o Maranhão.

A cartilha possui dicas de como evitar cair no golpe e de como proceder caso o consumidor já tenha sido lesado com a prática. Ao todo, foram impressos duas mil e quinhentas cartilhas e 300 cartazes, que foram distribuídos para as promotorias iniciais e intermediárias do Maranhão, além do material digital disponível para download, que foi amplamente divulgado nas redes sociais.



Cartilha do CAOp alerta consumidores contra golpes em consórcios

3.2. TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MPMA E JUCEMA

O Ministério Público do Maranhão e a Jucema, através do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, firmaram o Termo de Cooperação Técnica (TERMCOOP-GPGJ-92021), que disponibiliza o acesso aos cadastros da Jucema, por meio digital, pelo prazo de 36 meses. O principal objetivo do instrumento é a disponibilização e celeridade nas consultas ao Sistema Informatizado da Jucema, desburocratizando o procedimento administrativo relativos à regularização de empresas no Cadastro Técnico Federal.

As principais vantagens proporcionadas pelo Termo de Cooperação:

- Acompanhamento constante da evolução das empresas;
- Acesso direto ao banco de dados da Jucema;
- Desburocratização dos procedimentos administrativos;

Da assinatura do termo, em setembro de 2021, até a finalização deste relatório, já foram solicitados ao CAOP a consulta de 24 empresas, todas atendidas em menos de 48h.

3.3 WEBINÁRIO - PROTEÇÃO DE DADOS E CIBERSEGURANÇA: VOCÊ COMO PRODUTO NAS REDES SOCIAIS



Cerca de 150 milhões de brasileiros usam algum tipo de rede social

“socialis”, foi o pontapé inicial para o tema, que será amplamente trabalhado no ano de 2022. O curso foi transmitido ao vivo no canal da ESMP, nos dias 14 e 15 de outubro, com quase 700 visualizações.

2.7. INFORMATIVOS SEMANAIS

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor publica semanalmente um informativo trazendo um compilado das decisões/jurisprudência e notícias dos principais tribunais e notícias

Atualmente muito se discute sobre as redes sociais e o quanto somos envolvidos como produtos delas. Cerca de 150 milhões de brasileiros fazem uso de alguma rede social, nesse sentido o Centro de Apoio do Consumidor entendeu a necessidade de desenvolver um Webinário sobre o tema (VOCÊ COMO PRODUTOS DA REDES), por ser algo novo, complexo e que envolve uma gama de negócios, entre eles a venda e compra de nossos dados para grandes empresas.

O Webinário: “Proteção de dados e cibersegurança: você como produtos das redes

que envolvam a matéria e defesa do consumidor. Até a data de fechamento deste relatório, já foram publicados 65 informativos.

Esse trabalho facilita bastante a vida laboral dos promotores que atuam na defesa do consumidor, principalmente os das comarcas iniciais, além de informar os consumidores em geral, pois os compilados são enviados por e-mail para todos os Procuradores, Promotores, Servidores e Estagiários do MPMA, além de ser publicado em nosso site, onde qualquer cidadão pode ter acesso.

3. MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES CONTRA O CORONAVÍRUS

3.1. RECOMENDAÇÕES DE PREVENÇÃO DO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS



A promotora Lítia Cavalcanti reuniu-se com líderes e empresários para tratar da prevenção ao coronavírus

No início de 2021, com a grande onda do novo Coronavírus, o Centro de Apoio do Consumidor acompanhava diariamente os números de casos e leitos da grande Ilha. A partir daquele cenário, a 10ª Promotoria do Consumidor, com apoio do CAO-Consumidor, promoveu reuniões com líderes e empresários de vários setores do comércio, como academias, supermercados, bares e restaurante (conforme atividades descritas e detalhadas no item 3 deste relatório).

Como resultado das reuniões, a Promotora de Justiça e Coordenadora do CAOp-Consumidor, Lítia Cavalcanti, expediu recomendações com medidas sanitárias destinadas à prevenção do contágio pelo Coronavírus para os seguintes setores:

- Bares e Restaurantes;
- Academias e Estabelecimentos destinados à prática de atividade física;
- Instituições Financeiras;
- Shoppings;
- Cemitérios Particulares;
- Supermercados;
- Transporte Público;
- Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB) – Ferry-Boat.

3.1. – 10/02/2021: REUNIÃO COM PROPRIETÁRIOS DE BARES E RESTAURANTES DE SÃO LUÍS

Com o apoio do CAOp-Consumidor, a 10ª Promotoria do Consumidor, realizou reunião, no dia 10 de fevereiro, com os proprietários de bares e restaurantes de São Luís para tratar dos termos da recomendação expedidas aos referidos estabelecimentos, acerca das medidas sanitárias de prevenção ao coronavírus.

3.2. – 23/02/2021: REUNIÃO COM CREF-MA E PROPRIETÁRIOS DE ACADEMIAS

No dia 20 de fevereiro, a 10ª Promotoria do Consumidor, com o apoio do CAOp-Consumidor, promoveu uma reunião com o CREF-MA e com proprietários/representantes das academias de ginástica e centros de Crossfit da Capital. Na reunião foi discutido acerca da recomendação expedida aos estabelecimentos destinados à prática de atividade física na cidade, para o cumprimento e orientações sobre os protocolos sanitários.

3.3. – 24/02/2021: REUNIÃO COM ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO PARA ARTICULAR OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DE MEDIDAS CONTRA A COVID-19

No dia 24 de fevereiro, a 10ª Promotoria do Consumidor, com o apoio do CAOp-Consumidor, promoveu uma reunião com órgãos de fiscalização com o objetivo de articular operações de fiscalização de medidas contra a COVID-19. Participaram da reunião o Secretário de Segurança com Cidadania de São Luís, Marcos Affonso; representantes da Vigilância Sanitária, Paulo Jessé Gonçalves e Zilmar Rodrigues; da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Caio César Murad e Maria de Jesus Reis; e da Blitz Urbana, Ashbel Muniz.



Órgãos de fiscalização reuniram-se com a coordenação do CAOp p/ articular operações sanitárias de combate à Covid19

4. OBJETIVOS PARA A GESTÃO 2022

Tendo em vista o Planejamento Estratégico 2021-2029, o Centro de Apoio do Consumidor irá trabalhar com base em dois projetos, Projeto Iluminar/Quilombos e Projeto Marco Zero do Abate, além de três campanhas, Campanha Roteiros de Atuação e Fiscalização dos Serviços Essenciais Oferecidos, Campanha Você Como Produto das Redes Sociais e Cibersegurança, e a Campanha de articulação para a Criação do MP-Procon do Ministério Público do Maranhão.

Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp/Crim)

O Centro de Apoio Operacional Criminal, instituído por meio da Resolução Nº 02/1997-CPMP, tendo esta norma sido alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, sendo-lhes – além disso – dadas orientações técnicas jurídicas com a remessa de informações de mesma natureza e, além disso, tem por finalidade promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

1. PROJETOS EM EXECUÇÃO

1.1. Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico - SIG com Diagnóstico Criminal.

O Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp-Crim) visando contribuir com os órgãos do Estado, na área de Segurança Pública, como interlocutor indispensável na formulação das políticas públicas, divulgou as estatísticas de 2021, correspondente aos meses de **janeiro a julho**, da Grande Ilha de São Luís, formada pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, que contabilizaram **187 (cento e oitenta e sete)** mortes resultantes de Mortes Violentas Intencionais (MVI).

A fonte primária desses dados é o livro de registro de mortes do Instituto Médico Legal (IML) que, após a coleta, são confrontados com os registros do CIOPs (Centro Integrado de Operações de Segurança do Estado do Maranhão) e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão - SSP/MA.

1.2. Projeto de Integração dos Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal - Web Service.

Através de um Termo de Cooperação visa garantir a interoperabilidade de informações entre os sistemas de informações disponíveis pelo Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão - SSP/MA, Secretaria Estadual de Administração Penitenciária - SEAP, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, e Instituto de identificação do Estado do Maranhão – IDENT, através da tecnologia Web Service, agilizando as atividades de agentes de segurança pública..

Atualmente, os órgãos parceiros estão na fase de implementação das soluções de segurança para acesso ao barramento. O MPMA, SEAP, DETRAN e IDENT sinalizaram a referida fase como concluída, restando apenas a implementação por parte do TJMA e SSP/MA.

O *client* (aplicação de software a ser desenvolvida, internamente, por cada um dos órgãos parceiros para acesso ao barramento do sistema integrador) do MPMA já foi iniciado e está em fase de homologação (fase de adequação, análise e teste do software), O “client” entrará em fase

de produção (fase em que o software poderá ser utilizado pelos usuários) quando forem disponibilizados os demais links de acesso para o barramento, por parte da SEATI.

1.3. Projeto “Promotorias Especializadas de Segurança Pública”

O Projeto Promotorias Especializadas de Segurança Pública objetiva implementar no âmbito do MPMA um sistema de atuação funcional na esfera criminal a partir de estratégias de inteligência, orientadas pelo planejamento, integração, proatividade e gestão de resultados, visando, com isso, contribuir para o enfrentamento da violência e da criminalidade.

O objetivo é o da construção de um Ministério Público reflexivo, proativo e resolutivo; uma instituição que assuma uma identidade proativa específica; uma instituição que em sua atividade mais tradicional, a área criminal, reúna como atributos indispensáveis o dinamismo, a intersetorialidade, a relação interna dialogal, o planejamento e a gestão de resultados. Esse redimensionamento de atribuições propõe uma atuação criminal do Ministério Público orientada por estratégias proativas de tutela difusa da segurança pública.

Com a implementação desta estratégia de inteligência, o Ministério Público estará preparado para intervir de forma planejada no fenômeno criminal e assumir a responsabilidade de promover a mediação entre os órgãos estatais, a sociedade civil e, quando o caso, a iniciativa privada, no sentido de alcançar a mudança ou o aprimoramento das políticas públicas destinadas à segurança pública.

1.4. Projeto Pós-Graduação em Segurança Pública

O projeto de Pós-Graduação em Segurança Pública se adequa e complementa a iniciativa do CAOp-Crim de criação de Promotorias Especializadas e Regionais de Segurança Pública, na medida em ações daquele jaez devem pautar-se na qualificação técnica de seus agentes para viabilizar sua implantação. Portanto, o projeto tem como objetivo principal qualificar os Promotores de Justiça para atuação na área de segurança pública, apta a dialogar e contribuir com os diversos agentes de segurança, para ajudar na construção de um Ministério Público reflexivo, proativo e resolutivo; uma instituição que assuma uma identidade proativa específica; uma instituição que em sua atividade mais tradicional, a área criminal, reúna como atributos indispensáveis o dinamismo, a intersetorialidade, a relação interna dialogal, o planejamento e a gestão de resultados.

No dia 02 setembro de 2021, deu-se início ao projeto de Pós-Graduação em Segurança Pública, pela Escola Superior do Ministério Público – ESM, tendo como objetivo principal qualificar membros e servidores para atuação na área de Segurança Pública.

1.5. Ações Integradas e Ordenamento Urbano - Segurança Pública

O Programa envolve órgãos públicos de diversas áreas, notadamente a da segurança pública, objetivando uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva - caráter pedagógico e de orientação – e, se necessário, repressiva – aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, encaminhando-se as ocorrências e atuações ao representante do Ministério Público –, em todos os segmentos, combatendo as diversas formas de ilícitos e seus respectivos desdobramentos, promovendo-se encaminhamentos no âmbito administrativo, civil e penal.

Por meio dessas ações integradas, busca-se a preservação da ordem pública, exercendo os serviços de fiscalização e proteção, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania.

Registra-se a participação da Secretaria Estadual de Segurança Pública, a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Civil, Prefeitura Municipal de São Luís, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Urbanismo, Blitz Urbana, Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Estadual de Saúde, por intermédio da Diretoria de Vigilância Sanitária e Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

1.6. Aperfeiçoamento de Banco de Dados com Identificação Genética e Íris de Criminosos.

O Projeto de Aperfeiçoamento e acesso a dados genéticos de pessoas envolvidas em crimes e situações que ensejem a atuação do sistema de Segurança Pública, é uma realidade que se faz presente no mundo inteiro. No Maranhão, a Secretaria de Segurança Pública, instituiu o Centro de Perícias Genéticas, Laboratório de Genética Forense, que hoje se encontra sob a alçada da Perícia Geral do Estado. Órgão da administração direta estadual, recém-criado.

O citado projeto tem como finalidade propiciar ferramenta técnica que possibilite a identificação através de dados genéticos, de autorias delitivas ou vítimas de ações criminais, localizar traços genéticos de pessoas desaparecidas e achados cadavéricos e celebrar acordos de cooperação com órgãos da administração pública e de iniciativa privada para consecução do banco de dados citado.

Nesse contexto, emerge a necessidade e converge a possibilidade de aperfeiçoamento de banco de dados genéticos para identificação de criminosos e vítimas, inclusive aquelas desaparecidas, bem como identificação de achados cadavéricos em todo território nacional. Esse desafio, será enfrentado pela proposição do presente projeto, que ainda está sob análise.

2. ATIVIDADES REALIZADAS PELO CAOp-Crim

2.1. Acompanhamento das estatísticas de violência

2.1.1. Mortes Violentas Intencionais – MVI

A metodologia MVI (Mortes Violentas Intencionais) é a forma utilizada Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP) para a elaboração dos “Atlas da Violência”.

O MVI contempla, como forma de mortalidade violenta, os homicídios dolosos, latrocínios (roubos seguidos de morte), lesões corporais seguida de morte, vitimização policial, mortes decorrentes de intervenção policial, lesões com morte posterior, mortes em estabelecimentos prisionais, mortes a esclarecer com indícios de crime.

A partir dos dados coletados foram registrados 180 casos de MVI na Grande Ilha de São Luís para o ano de 2021. Verificou-se que a maior incidência de mortes violentas decorre do uso de arma de fogo (151 registros, representando 83,8,2% dos MVI), sendo o gênero masculino (175 registros, que representam 97,2% do total) o mais vitimizado. Para a faixa etária, os de 22 a 53 são o maior número, com 102 registros ou 56,6% do total de registros. O período de maior registro de MVI foi a faixa de horário compreendida das 18 h às 23h59min, com 165 registros, que representam 36,1% dos casos.

Os quantitativos dos dados coletados de MVI são apresentados no infográfico e nos painéis de BI (Business Intelligence) produzidos pelo CAOp-Crim, constantes nos links e qrcodes do Quadro 28.

Quadro 28 – MVI

LINK	QRCODE
<u>Infográfico MVI – 2021</u>	
<u>Painel BI - MVI</u>	

Fonte: CAOp-CRIM/PGJ, 2021


2.1.2. Estatísticas de assaltos a coletivos na Grande Ilha de São Luís

A partir de janeiro de 2019 o CAOp-Crim (Centro de Apoio Operacional Criminal) passou a utilizar os dados de assaltos a coletivos fornecidos, mensalmente, pelo setor de estatística do Batalhão Tiradentes, Polícia Militar do Estado do Maranhão. Até o ano de 2018 o CAOp-Crim utilizava os quantitativos disponibilizados pelo SET (Sindicato das Empresas de Transporte).

Para o período de janeiro a setembro de 2021 foram registrados 900 casos de assaltos a coletivos, um aumento considerado em comparação aos 412 assaltos registrados no mesmo período no ano de 2020

Os quantitativos dos dados coletados de MVI são apresentados no infográfico produzido pelo CAOp-Crim, constante no *link* e *qrcode* do Quadro 29.

Quadro 29 – Assalto a coletivos

LINK	QRCODE
<u>Infográfico assaltos a coletivos – janeiro a setembro 2021</u>	

Fonte: CAOp-CRIM/PGJ, 2021

2.1.3. Acompanhamento das ocorrências de tentativas, assaltos e arrombamentos a instituições bancárias no Estado do Maranhão.

O CAOp-Crim (Centro de Apoio Operacional Criminal), dentre outras incumbências, realiza o acompanhamento do número de crimes contra o patrimônio ocorridos, anualmente, no Estado do Maranhão, sendo um dos recortes estatísticos as ocorrências de assaltos (tentados e consumados), arrombamentos (tentados e consumados) realizados contra instituições bancárias e as chamadas “saidinhas bancárias”.

Os dados que, compilados, compõem o levantamento, são oriundos das informações fornecidas pela SEIC (Superintendência Estadual de Investigações Criminais), pelo Sindicato dos Bancários do Estado do Maranhão e pela imprensa.

No ano de 2021 foram registrados 7 ocorrências em instituições bancárias no Estado do Maranhão. Os registros representam uma redução de 47% em comparação ao mesmo período do ano de 2020, que registraram 15 ocorrências. Levando-se em consideração o tipo de ocorrência, os arrombamentos foram os que apresentaram maior quantidade, 03 casos. Quanto à instituição bancária, o Banco do Brasil e o Bradesco foram os mais atingidos, com 03 registros cada.

Os quantitativos das ocorrências registradas para as instituições bancárias são apresentados no infográfico e nos painéis de BI (Business Intelligence) produzidos pelo CAOp-Crim, constantes nos *links* e *qr codes* do Quadro 30.

Quadro 30 – Instituições bancárias


LINK	QR CODE
<p><u>Infográfico instituições bancárias – 2021</u></p>	
<p><u>Painel BI - Instituições Bancárias</u></p>	

Fonte: CAOp-CRIM/PGJ, 2021

2.2. Adequação do portal do CAOp-Crim

Alicerçado nas novas diretrizes de gestão adotadas pela Administração Superior, com foco no AUTO-ATENDIMENTO das demandas por parte de membros e servidores das promotorias de justiça, o CAOp-Crim promoveu melhorias no layout e experiência do usuário conforme mostrado no Quadro 31.

Quadro 31 – Proposta de adequação da Página Institucional do CAOp-Crim


<p>Proposta de adequação da Página Institucional do CAOp-Crim</p>	
---	--

Fonte: CAOp-CRIM/PGJ, 2021

2.3. Aplicação web para apresentação de dados e estatísticas

O CAOp-Crim trabalha na criação de um aplicativo na web para apresentação dos dados e estatísticas coletadas pelo setor. A aplicação está sendo implementada na linguagem Python e se encontra em fase de desenvolvimento, conforme apresentada no Quadro 32.

Quadro 32 – Aplicação web para apresentação de dados e estatísticas

<p>Aplicação web para apresentação de dados e estatísticas</p>	
--	--

Fonte: CAOp-CRIM/PGJ, 2021

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findamos este relatório expressando nossa convicção de que, apesar das dificuldades enfrentadas este ano de 2021 devido a pandemia do novo Coronavírus, o CAOp-Crim cumpriu, da melhor forma possível, a missão da qual foi incumbida.

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOP/DH)

Criado pela Resolução nº 03/2006 do Egrégio Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos – CAOP/DH é órgão auxiliar que tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio.

Desde sua criação no ano de 2006, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOP/DH) tem atuado no auxílio às Promotorias de Justiça de todo o Estado nos assuntos que não são abrangidos pelos demais Centros de Apoio Operacionais instituídos no Ministério Público do Estado do Maranhão, a saber, os CAOPs da Infância e Juventude, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência, Consumidor, Criminal, Probidade Administrativa, Enfrentamento à Violência de Gênero e CAOP do Tribunal do Júri.

São diversas as atribuições deste CAOP/DH, que além de prestar apoio técnico, coordena a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e faz o acompanhamento das ações e dos projetos do Ministério Público nas diversas comarcas.

Em 2021, o CAOP-DH segue com a equipe formada pelos/as seguintes Promotores/as de Justiça: Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, titular da 11ª Promotora de Justiça de Substituição Plena e Coordenadora do CAOP/DH; Márcia Moura Maia, titular da 12ª Promotoria de Justiça Criminal; Patrícia Pereira Espíndola – Polo São Luís, Titular da 4ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar; Oziel Costa Ferreira Neto – Polo São Luís, Titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários; Lays Gabriella Pedrosa Sousa - Polo Viana, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Viana; Rita de Cássia Pereira Souza – Polo Santa Inês, Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Zé Doca; Paulo José Miranda Goulart - Polo Bacabal, Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Vitorino Freire; Laura Amélia Barbosa - Polo Pinheiro, Titular da Promotoria de Justiça de São Bento.

Para otimizar os trabalhos e também devido a ampla abrangência dos direitos humanos, manteve-se os seguintes Núcleos Especializados:

1. Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua
2. Núcleo de Conflitos Agrários
3. Núcleo de Prevenção da Tortura
4. Núcleo de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas
5. Núcleo de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Assim estruturado, o CAOP/DH tem participado das comissões estaduais e nacionais que buscam, através de seu trabalho, acompanhar as políticas públicas e desenvolver ações institucionais e intersetoriais entre os órgãos públicos e instituições com atuação na garantia e defesa dos direitos humanos.

Por fim, dando visibilidade e transparência, cumpre-nos demonstrar aos Órgãos Superiores e aos demais colegas, as atividades de rotina deste Centro de Apoio no primeiro semestre do ano de 2021.

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS

No primeiro semestre de 2021 foram realizadas atividades pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, conforme descritas abaixo:

- Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações étnico-raciais, idosos, apoio às vítimas de violência, defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano, conflitos no campo, violência contra povos indígenas, diversidade sexual, defesa dos direitos da mulher, defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;
- Envio de comunicações, notícias e ofícios circulares, via e-mail, a todos os Promotores de Justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, Secretarias Estaduais, Nacionais, Ministérios da Presidência e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- Atividades do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS/MA
- Atendimento ao público, via telefone, e-mail ou presencial.
- Orientação, encaminhamento, abertura de caminhos para atendimento das demandas relacionadas às matérias de competência deste Centro de Apoio, bem como, do contrário, direcionamento para o setor competente;
- Encaminhamento e confirmação, via e-mail, e também por telefone, de informações relevantes aos Promotores de Justiça do Interior, para reforçar e incentivar o trabalho destes na garantia dos direitos humanos. Para tal fim, a equipe do CAOP/DH está orientada a encaminhar e reforçar convites aos Promotores de Justiça para participar de eventos e encontros importantes para a garantia e efetivação dos direitos humanos;
- Divulgação aos Promotores de Justiça, via e-mail, de informações importantes sobre ações e trabalhos do Ministério Público afetos à garantia dos direitos humanos, bem como de notícias e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos.

1.2 Denúncias recebidas no CAOP/DH (e-mail, ofício, presencial) e encaminhadas às Promotorias

O Centro de Apoio Operacional recebeu em 2021 denúncias referentes às seguintes violações dos direitos humanos, todas encaminhadas às Promotorias de Justiça competentes, com solicitação de informação sobre as providências adotadas:

- Homofobia;
- Violência Policial;
- Denúncias de crimes ocorridos em presídios (Tortura; descaso à saúde dos presos;
- Maus-tratos a internos e às suas famílias.);

- Denúncia graves de violação de direitos humanos de pessoas internadas em clínicas psiquiátricas de São Luís (com morte) e do município de Governador Edson Lobão;
- Denúncias de violação de direitos humanos de comunidade quilombolas, em razão de conflitos de terra, com violência e ameaça;
- Denúncia sobre contaminação de água potável na Comunidade Aurizona por rompimento de barragem da empresa Mineração Aurizona em Godofredo Viana, acarretando em consequências negativas para a saúde da população.

2 RELATÓRIO SUCINTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO CAOP/DH

Tabela 68 – Produtividade do CAOp/DH em 2021

ATIVIDADES	NÚMEROS
<i>Denúncias recebidas</i>	32
<i>Reuniões de trabalho</i>	50
<i>Eventos realizados e/ou com participação</i>	34
<i>Participação em comissões estaduais</i>	3
<i>Participação em comissões nacionais</i>	1
<i>Reuniões de comissões em geral (nacional/estadual)</i>	4

Fonte: CAOp-DH/PGJ, 2021

3 PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, CONSELHOS E COMITÊS

3.1 Comissões Nacionais

- **COPEDH** - Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Membros: Titular: Samira Mercês dos Santos; Suplente: Cristiane G. Coelho M. Lago.

3.2 Comissões, Comitês e Conselhos Estaduais

- **CECT** – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura: Dra. Cristiane G. Coelho M. Lago
- **CEDDH/MA** - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão – Membros: Titular: Dra.Cristiane G. Coelho M. Lago.
- **CETP** – Comissão Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- **COETRAE** – Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo. Membros: Representante: Dra. Cristiane G. Coelho M. Lago.
- **PPDDH**- Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.
- **PROVITA/MA**– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão. Membros: Titular: Dra. Cristiane G. Coelho M. Lago; Suplente: Dra. Márcia Moura Maia.

4 PROJETOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016-2021

4.1 Projeto “Quem Escolhe Seu Caminho? Você ou as Drogas? ”



Premiação de estudantes e professores no concurso de poesias, parceria da SEDUC e PGJ.

O projeto, desenvolvido em escolas públicas das redes municipais e estadual de ensino do Maranhão desde 2013, tem como objetivo expandir as ações educativas de combate ao uso de drogas por crianças e adolescentes em todos os municípios maranhenses.

Em 2018 o projeto estendeu-se para o interior do Estado do Maranhão, com adesão de 46 municípios à Campanha. Os municípios são.¹¹

Objetivo: Promover a prevenção da utilização de drogas no Estado através da difusão dos métodos de prevenção e demonstração dos malefícios do uso, através da realização de palestras, caminhadas, mostras, capacitação, etc.

Público-alvo: Professores, estudantes, população em geral.

Patrocinador: Administração superior da PGJ

Gestor: Cristiane G. Coelho M. Lago.

Resultados Esperados: Sensibilização do Poder Público e do público alvo, para adoção de medidas preventivas.

Indicadores de desempenho:

- Realização de atividades que abordam a temática
- Entrega de cartilhas, panfletos e livros que tem como objetivo levar o conhecimento sobre prevenção ao uso de drogas.

Órgãos e Instituições da Sociedade Civil organizadas que compõem o Projeto: Procuradoria Geral de Justiça; Ouvidoria do Ministério Público Estadual; Centros de Apoio Operacional do Ministério Público da Educação, da Infância e Juventude, da Defesa da Saúde; Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite; Narcóticos e Alcoólicos anônimos; Escolas Públicas Estaduais e Municipais; Rede Maranhense de Diálogos sobre Drogas; Fórum Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas; Pastoral da Sobriedade e Comunidades Terapêuticas.

Ações realizadas:

- Devido a pandemia causada pela corona vírus ficou impossibilitada a realização de encontros presenciais nas escolas públicas, cujos encontros são a base deste projeto. Assim, foi realizado o **Concurso de Poesia 2021** nas escolas públicas de São Luís, de forma virtual, cujo resultado aconteceu no mês de junho, durante a Semana Nacional de Prevenção às Drogas (21 a 26 de junho). Parceria Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. Público-Alvo: alunos do Médio das escolas públicas estaduais de São Luís.

¹¹ <https://apps.mpma.mp.br/campanha-contra-drogas/campanha/>

- 25.02.2021: **Reunião com representante da ASFUJEMA - Associação dos Funcionários da Justiça do Estado do Maranhão.** Objetivo: apresentação de projeto da ASFUJEMA sobre drogas “Semeando Vidas: Da Infância pra Vida toda, porque droga mata!”; Troca de experiência: apresentação à ASFUJEMA do projeto “Quem Escolhe seu Caminho: Você ou as Drogas?”.
- 12.05.2021: **Reunião com o Secretário Municipal de Educação - SEMED,** para apresentação do projeto “Quem Escolhe seu Caminho: Você ou as Drogas?”, com o objeto de firmar parceria para desenvolver o projeto nas escolas públicas municipais de São Luís.
- 21.06.2021: **Abertura da campanha na Semana Nacional de Prevenção às Drogas com a palestra virtual “Quem Escolhe seu Caminho? Você ou as Drogas?”.** Público-Alvo: professores, pais e alunos/as do Ensino Médio das escolas públicas estaduais: 1. Centro de Ensino João Francisco Lisboa - CEJOL, em São Luís; 2. Escola BENEDITO LEITE, em São Luís; e, 3. Escola JOSÉ DE FRANÇA, do Município de Raposa. Parceria: Secretaria Estadual de Educação – SEDUC.
- 30.06.2021: **Premiação dos/as alunos/as vencedores/as do Concurso de Poesia do projeto “Quem escolhe seu caminho? Você ou as Drogas?”** Entrega de certificados aos nove estudantes premiados, notebooks e kit com revistas educativas sobre o tema do projeto e livros de literatura infanto-juvenil. Estudantes premiados e respectivas escolas: Pelo Centro Educa Mais João Francisco Lisboa - CEJOL, em São Luís, foram premiados os estudantes Ygo Duarte e Duarte (1º lugar); Safira Moura Máximo (2º lugar); Sabyna Maria de Albuquerque Soares Barroso (3º lugar). Do Centro de Ensino Benedito Leite – Escola Modelo, foram premiados/as os/as estudantes Eduardo Campos Ferreira (1º lugar); Leandra Vitória P. Silva (2º lugar); e Marcela Braga Lucas da Silva (3º lugar). Pelo Centro de Ensino Professor José França de Sousa, do Município de Raposa, foram premiadas as estudantes Raquel Marissa Freitas Santos (1º lugar); Pamella Raquel Silva Dias (2º lugar); e Alana Thainá de Oliveira da Silva (3º lugar).
- 28.09.2021: **Gravação de vídeo institucional sobre a campanha de prevenção às drogas “Quem Escolhe seu Caminho? Você ou as Drogas?”.** Objetivo: a prevenção ao uso de drogas, bem como orientações sobre como buscar ajuda em caso de já ter iniciado o consumo. O vídeo pode ser baixado e salvo, acessando o endereço <https://www.transfervideo.net/dl/20211026d7Jcf3Ha/UXUi7mGN>. Também há o link do vídeo no YouTube com acesso interno: https://youtu.be/d7-7R_ILjH0.
- 23.11.2021: **Palestra na UEB Governador Jackson Kepler Lago e premiação dos/as alunos/as participantes do Concurso de Poesia.** Local: pátio da escola, às 14hs. Palestrante: Dra. Cristiane Lago. Projeto: Quem Escolhe seu Caminho? Você ou as Drogas? Sorteio de livros de literatura infanto-juvenil.
- 25. 11.2021: **Palestras e ações durante todo o dia na Igreja Batista em Santa Inês,** sob a coordenação da Promotora de Justiça Camila Gaspar Leite, com a parceria de instituições locais.
- 07.12.2021: **Palestra na UEB Milton Neves e premiação dos/as alunos/as participantes/as do Concurso de Poesia.** Local: pátio da escola, às 14hs. Palestrante: Dra. Sandra Fagundes.

4.2 Programa Interinstitucional Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS/MA

Objetivo: O Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio - FEPAS é desenvolvido por um grupo de trabalho e estudo de caráter permanente com o objetivo de unir esforços para propor ações capazes de prevenir, atender e tratar pessoas propensas ao ato da automutilação e do suicídio. Criado em 2017, lutou e obteve em 2019 a criação da Lei Estadual nº 11.192, de 18 de dezembro de 2019, que institui a Política



A coordenação do FEPAS, atualmente, é realizada pelo CAOp/DH

Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Atualmente a coordenação do Fórum é realizada pelo Centro de Apoio de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual do Maranhão, sob a coordenação da Promotora de Justiça Dra. Cristiane Maia Lago.

Instituições integrantes:

- Ministério Público do Estado do Maranhão (Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos; Centro de Apoio Operacional da Educação; Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude; Centro de Apoio Operacional da Saúde; Promotoria de Justiça da Saúde; Promotoria de Justiça do Idoso; Promotoria de Justiça da Infância e Juventude; Gabinete de Mediação Comunitária; Serviço de Saúde.);
- Assembleia Legislativa;
- Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular;
- Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria Estadual de Segurança Pública (Ouvidoria);
- Secretaria Estadual de Educação;
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social;
- Secretaria Estadual da Mulher;
- Secretaria Municipal de Saúde (Centro de Atenção Psicossocial I – Infante Juvenil e Centro de Atenção Psicossocial II – Adulto);
- Secretaria Municipal de Assistência Social e da Criança e Adolescente (SEMCAS);
- Secretaria Municipal de Educação (Serviço de Atendimento Educacional Especializado e Superintendência da Área de Apoio ao Educando – SAEE);
- Tribunal de Justiça;
- Tribunal de Contas;
- Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão;
- OAB/MA;
- Arquidiocese de São Luís: Pastoral da Família;
- Centro de Valorização da Vida – CVV;
- Fundação Josué Montello;

- ABRAÇO/MA;
- Igreja Comunidade Vida;
- Comunidade Shalom;
- Associação Médico-Espírita do MA;
- Associação Brasileira de Psiquiatria;
- Conselho Regional de Psicologia;
- Conselho Regional de Medicina;
- Conselho Regional de Enfermagem;
- UNDIME; Polícia Militar;
- Sindicato dos Jornalistas;
- Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Maranhão – COSEMS;
- Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas-CEPD;
- Instituto Ruy Palhano;
- Federação Norte e Nordeste de Comunidades Terapêuticas – FENNOCT;
- NEMS – Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão;
- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST.

4.2.1 Campanha REDE DO BEM: Estamos AQUI para AJUDAR!

Lançada no dia 10 de setembro de 2019, na Praça Nauro Machado - Praia Grande (Centro Histórico de São Luís), em alusão a data definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o Dia Mundial da Prevenção ao Suicídio, a campanha “Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar!” é uma iniciativa do Ministério Público Estadual do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e idealizada pela coordenadora do CAOP/DH, promotora de justiça Dra. Cristiane Lago.



A Campanha Rede do Bem visa prevenir a automutilação e o suicídio por meio de palestras, atendimento psicossocial e mobilização social.

A Campanha tem o objetivo de prevenir a automutilação e o suicídio, principalmente entre o público jovem, além de divulgar os trabalhos das redes que trabalham a temática de prevenção.

Público-alvo: Alunos de escolas públicas municipais e estaduais (foi incentivada a participação de todas as escolas públicas da área urbana do Município de São Luís, mas convidou-se de forma especial àquelas com relatos importantes de casos de suicídio, automutilação e depressão entre alunos, professores, servidores e prestadores de serviço); Igrejas diversas; Conselhos Escolares sobre Drogas, Conselhos Tutelares e do Pacto pela Paz;

População em geral

Ações e atividades realizadas:

- 13.01.2021: **Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.** Dentre as temáticas tratadas na reunião, organizou-se as atividades para o Janeiro Branco, mês dedicado às campanhas para os cuidados à saúde mental.
- 20.01.2021: **Live da atividade do Janeiro Branco: Vamos Viver a Cidade e Refletir sobre a Saúde Mental**". Horário: 17 às 18hs. Palestrante: Dra. Cristiane Lago. Na ocasião, foi feito sorteio de garrafinhas plásticas para água, confeccionadas pela campanha Rede do Bem. Estamos Aqui para Ajudar! A *live* foi transmitida pelo instagram @rededobemfepasma.
- 15.01.2021: **Live Janeiro Branco: Uma reflexão sobre Saúde Mental.** Horário: 14hs. Palestrantes: Dra. Cristiane Lago; Leonardo Abrãao, psicólogo, escritor, professor e idealizador da campanha do Janeiro Branco. Realização: Clínica Estância Bela Vista.
- 18.02.2021: **Reunião sobre o projeto "Plantando Árvores: Nossas ruas têm mais vida, nossas praças, mais amores."** Local: CAOP/DH. Horário: 10h Participante: Dra. Cristiane G. Coelho M. Lago; Dr. Sálvio Dino e Sr. Walber Pereira Filho, Presidente do Instituto Municipal de Paisagem Urbana de São Luís- IMPUR. Interface com a promoção da saúde mental através do cultivo de uma cidade bonita, arborizada, agradável.
- 02 a 12.03.2021: **REDE DO BEM: AÇÃO DE AJUDA PSICOSSIAL FACE À COVID-19.** A coordenadora do CAOP/DH, em parceria com o FEPAS/MA e profissionais voluntários, organizou e coordenou a AÇÃO DE AJUDA PSICOSSOCIAL, com atendimentos de apoio emocional, via telefone, realizados gratuitamente por profissionais voluntários das áreas de psicologia, assistência social e terapia ocupacional. Horários de atendimento: manhã, tarde e noite. Projeto: Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar! **Resultado:** 43 atendimentos de cidadãos dos municípios de: São Luís; Imperatriz; Paço do Lumiar; Pirapemas; São João dos Patos; Palmas/TO; Porto Nacional/TO. Faixas etárias das pessoas atendidas: de 15 a 60 anos, dentre pacientes que não informaram suas idades.
- 15 a 19.03.2021: **REDE DO BEM: AÇÃO DE AJUDA PSICOSSIAL FACE À COVID-19.** A coordenadora do CAOP/DH, em parceria com o FEPAS/MA e profissionais voluntários, organizou e coordenou a AÇÃO DE AJUDA PSICOSSOCIAL, com atendimentos de apoio emocional, via telefone, realizados gratuitamente por profissionais voluntários das áreas de psicologia, assistência social e terapia ocupacional. Horários de atendimento: manhã, tarde e noite. Projeto: Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar! **Resultado:** 43 atendimentos de cidadãos dos municípios de: São Luís; Imperatriz; Paço do Lumiar; Pirapemas; São João dos Patos; Palmas/TO; Porto Nacional/TO. Faixas etárias das pessoas atendidas: de 15 a 60 anos, dentre pacientes que não informaram suas idades.
- 22.03.2021: **Plantio de árvores: Primeira Ação do Projeto Plantando Árvores: Nossas Ruas têm mais vida, nossas praças mais amores!** Local: Praça João Lisboa, às 10h. Homenageados: Aniversariantes do mês de Março dos Patronos das cadeiras nº 16, JOÃO FRANCISCO LISBOA; Nº 01, FRAN PACHECO; Nº 22, NASCIMENTO DE MORAES; e, número 32, NADIR NASCIMENTO DE MORAES. Ação: Plantio de mudas de ipês, palmeiras e pau-brasil, em parceria com o Instituto Municipal de Paisagem Urbana – IMPUR e com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM.
- 07.04.2021: **Webinário Saúde Mental em tempos de pandemia.** Local: Sala virtual: 15h. Palestrantes: Dra. Cristiane G. Coelho M. Lago; Ms. Agostinho Marques Neto:

psicanalista e mestre em Ciências Jurídicas, professor universitário nas áreas de filosofia do direito e filosofia política; Eliandro Rômulo, Psicólogo e Analista Ministerial; Dra. Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho: Promotora de Justiça, Mestre em Ciências Jurídicas Criminais e graduada em psicologia; Ms. Mary Lúcia Adler: psicóloga, mestre em Saúde Materno-Infantil; Especialista em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente.

- 20.04.2021: **Segunda Ação do Plantio de árvores do Projeto Plantando Árvores: Nossas Ruas têm mais vida, nossas praças mais amores!** Local: Praça Deodoro – Centro, 09h. Homenageados: Aniversariantes do mês de Abril do Patrono da cadeira nº 32, ALUÍZIO DE AZEVEDO. Ação: Plantio de mudas de ipês, palmeiras e pau-brasil, em parceria com o Instituto Municipal de Paisagem Urbana – IMPUR e com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMAM.



Plantio de árvores do Projeto Plantando Árvores: Nossas Ruas têm mais vida, nossas praças mais amores!

- 28.04.2021: **Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.** Local: google Meet. Horário: 08h30. Pauta: Sugestão ao Estado e aos Municípios de implantação de atendimento on-line em todos os Centros de Atenção Psicossocial, considerando o aumento da demanda por esses serviços face a pandemia da Covid-19. Outros assuntos. Participantes: Dra. Cristiane Lago; Luciana Doudement; Héli da Silva; Ana Gissele Soares.
- 12.05.2021: **Reunião com o Secretário Municipal de Educação - SEMED,** para apresentação da campanha “Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar”, com o objeto de firmar parceria para desenvolver os trabalhos da campanha nas escolas públicas municipais de São Luís. Participantes: Secretário Municipal de Educação, Sr. Marco Moura; Dra. Cristiane Lago e Técnica Ministerial Luciana Doudement.
- 21.05.2021: Envio de **NOTA TÉCNICA Nº 01/2021 – CAOP/DH, sobre atendimento remoto nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS,** considerando o contexto da pandemia de COVID-19 e a necessidade de adequação das medidas de prevenção da automutilação e do suicídio.”, bem como a Minuta de RECOMENDAÇÃO a ser encaminhada às Secretarias Municipais de Saúde dos municípios, caso entendam cabível.

- 25.05.2021: **Terceira Ação do Plantio de árvores do Projeto Plantando Árvores: Nossas Ruas têm mais vida, nossas praças mais amores!** Parceria do FEPAS/MA com o projeto

da Academia Maranhense de Cultura Jurídica, Social e Política-AMCJSP denominado PLANTANDO ÁRVORES: NOSSAS RUAS TÊM MAIS VIDA, NOSSAS PRAÇAS, MAIS AMORES, com o objetivo de arborização da cidade, valorizando espaços verdes, fator muito importante para a melhoria da qualidade de vida da população e,



Plantio de árvore em frente à Biblioteca Central da UFMA

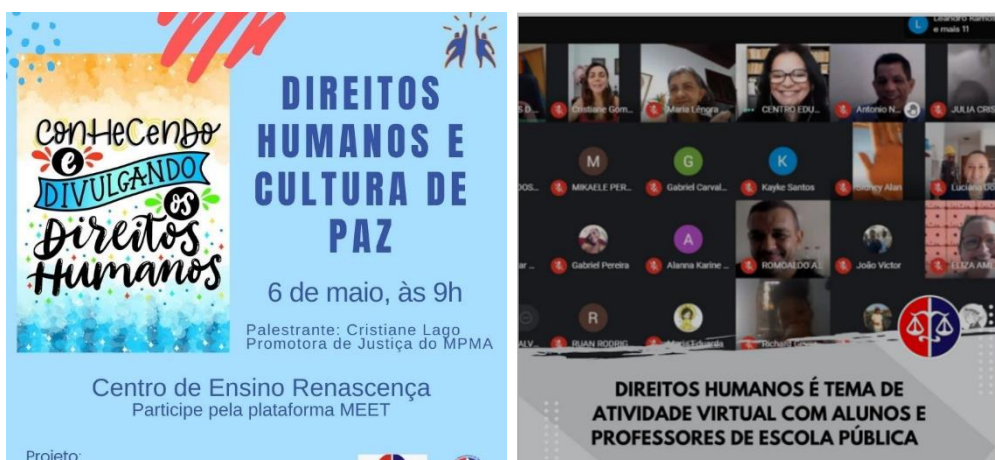
consequentemente, contribui para uma boa saúde mental. Local: Em frente à Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão, às 09hs. Homenageados: aniversariantes do mês de Maio dos Patronos Antônio Lopes da Cunha, cadeira nº 24; Astolfo Serra, cadeira nº 09 e Raimundo Corrêa, cadeira nº 12.

- 17.07.2021: **Quarta Ação do Plantio de árvores do Projeto Plantando Árvores: Nossas Ruas têm mais vida, nossas praças mais amores!** Local: Canteiro público da Av. Carlos Cunha, em frente ao Fórum Des. Sarney Costa, às 09hs. Homenageados: Aniversariantes do mês de Junho e Julho dos Patronos da Cadeira nº 07, Patrono Godofredo Viana; Cadeira nº 17, Patrono Padre João Mohana; Cadeira nº 28, Patrono Graça Aranha; Cadeira nº 34, Patrono Apolônia Pinto; Cadeira nº 37, Patrono José Viana Vaz; Cadeira nº 21, Patrono Sousândrade; e, Cadeira nº 23, Patrono Raimundo Ferreira Marques.
- 10.08.2021: **Quinta Ação do Plantio de árvores do Projeto Plantando Árvores: Nossas Ruas têm mais vida, nossas praças mais amores!** Local: Praça Gonçalves Dias, Centro, às 09hs. Homenageados: Aniversariantes do mês de Agosto dos Patronos da Cadeira nº 08, Patrono Antonio Gonçalves Dias (homenagem especial ao patrono da AMCJSP) e Cadeira nº 35, Patrono Raimundo Palhano.
- 18.08.2021: **Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS.** Local: Auditório das Promotorias de Justiça da Capital. Horário: 08h30. Pauta: Setembro Amarelo; Participante: Dra. Cristiane G. Coelho M. Lago e equipe CAOP/DH.
- 01.09.2021: **Abertura da Campanha Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar! – 2021: Plantio de Árvores.** Local: Praça 1º de Maio – Vila Embratel. Participantes: CAOP/DH; FEPAS/MA; Autoridades convidadas.
- 06.09.2021: **Atividade da Campanha Rede do Bem no Hospital São Domingos.** Local: Hospital São Domingos, 09h30 às 12h00. Atividades: 03 Rodas de Conversa para os servidores do Hospital São Domingos. Participação: Dra. Cristiane Lago; Psicóloga Celiane Oliveira.
- 10.09.2021: **Atividade da Campanha Rede do Bem na Escola Comunitária Farol do Saber.** Local: Escola Comunitária Fonte do Saber/Vila Embratel. Atividades: Oficinas para os alunos com orientações sobre nutrição, atividade física, espiritualidade, higiene bucal/corporal, relacionamento familiar, atividades lúdicas (contação de histórias, teatro, música, dança) e responsabilidade socioambiental; Palestra para os pais; lanches; brinde especial para as famílias presentes. Público-Alvo: 115 crianças de 4 a

- 11anos de idade e 103 famílias. Parceiros/as: Biblioteca Benedito Leite; SESC; ADRA; Arquidiocese; Você Em Cena; Instituto Ruy Palhano; Estância Bela Vista; Casa da Mulher Brasileira; SEDUC e SEMED.
- 10.09.2021: **Doação de 09 computadores para a Escola Comunitária Farol do Saber.** Os computadores foram doados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, parceiro do FEPAS/MA.
 - 10.09.2021: **Doação de 01 computador para o Instituto Você em Cena,** do município de Paço do Lumiar. O instituto realiza trabalhos culturais como aulas de teatro para crianças e jovens de sua comunidade, bem como tem uma biblioteca comunitária. É parceiro do FEPAS/MA.
 - 10.09.2021: **Atividades na Sede do município de Turiaçu/MA e Povoados, com a utilização de materiais da campanha Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar!, parceria feita entre CAOP/DH e Secretaria Municipal da Mulher, através da secretária Sra. Gisele Elvira Ribeiro.** Local: Sede; Povoado Porto Santo. Escolas: Escola Presidente Figueiredo; Escolinha União. Trabalho: Palestras e caminhadas realizadas com a participação da comunidade em geral e parceria com todo o quadro educacional.
 - 11.09.2021: **Roda de Conversa do Projeto Recomeçar (Clínica Estância Bela Vista).** Tema: Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. Local: São Luís Shopping, às 19h. Convidada: Dra. Cristiane Maia Lago.
 - 12.09.2021: **Entrevista no programa de rádio A Voz da Mulher sobre a Campanha Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar! – 2021.** Local: Rádio Esperança FM, às 16hs. Participantes: Dra. Cristiane Maia Lago, coordenadora do FEPAS/MA.
 - 15.09.2021: **Evento: Suicídio: Emergência Médica e Implicações Comunitárias.** Neste evento, houve a resposta sobre o fluxo de atendimento da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e SAMU para os casos de emergência em que há pedido de socorro sobre casos de suicídio. Referido fluxo foi requerido via ofício pelo CAOP/DH. **Mesa Redonda: “Implicações legais e comunitárias do suicídio”.** Organizador: Instituto Ruy Palhano. Local: Auditório do Conselho Regional de Medicina, às 09h. Convidada: Dra. Cristiane Maia Lago.
 - 16.09.2021: **Atividade da Campanha Rede do Bem na empresa Fribal.** Local: Sede da Fribal, Av. Arthur Carvalho. Atividades: Palestra para os servidores. Participação: Dra. Cristiane Lago; Psicóloga Celiane Oliveira.
 - 16.09.2021: **Reunião com a Secretária Municipal da Mulher de Turiaçu.** Local: google meet, às 10h00. Assunto: Campanha Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar! Participação: Dra. Cristiane Lago; Secretária Gisele Elvira Ribeiro.
 - 16.09.2021: **Reunião com o vereador Octávio Soeiro.** Local: CAOP/DH, às 10h30. Assunto: Campanha Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar!; melhoria das instalações do CVV – São Luís. Participação: Dra. Cristiane Lago.
 - 20.09.2021: **Roda de Conversa sobre Setembro Amarelo.** Organização: Setor de Saúde do MPMA. Participação: Dra. Cristiane Lago. Local: Auditório da PGJ, às 08h30.
 - 20.09.2021: **Reunião com o vereador Octávio Soeiro.** Local: Câmara de Vereadores, 15h. Assunto: Melhoria das instalações do CVV – São Luís; Políticas Públicas para prevenção da automutilação e do suicídio (pautas do FEPAS/MA). Participação: Dra. Cristiane Lago.
 - 23.09.2021: **I Simpósio de Valorização da Vida Policial da Polícia Militar do Maranhão.** Local: auditório do Palácio Henrique de La Rocque.

- 27.09.2021: **Entrevista para a TV UFMA**. Local: Memorial do MPMA, às 11h. Participante: Dra. Cristiane Lago. Pauta: Lançamento do livro “Textos e Fotografias”, no evento de encerramento da campanha Rede do Bem 2021, parceria com o Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.
- 27.09.2021: **Live “Setembro Amarelo e as Políticas Públicas de Prevenção”**. Local: Canal no Youtube da Pastoral Familiar Regional Nordeste 5, às 19h30. Participação: Dra. Cristiane Lago.
- 29.09.2021: **Palestra no Projeto de Prevenção ao Suicídio do Centro Educa Mais – Desembargador Sarney – CEMDS**. Tema: Fatores de Risco e Proteção Local: CEMDS, 08h. Palestrante: Dra. Cristiane Lago.
- 04.10.2021: **Reunião com a consultora do UNICEF/Maranhão, professora Claudete Ribeiro**. Local: CAOP/DH. Horário: 11h30. Assunto: parceria do UNICEF/MA com o projeto institucional Rede do Bem: Estamos Aqui para Ajudar!
- 19.10.2021: **Reunião com a oficial regional do Programa de Adolescentes do UNICEF, Rayanne França**. Local: ESMP. 09h. Objetivo: alinhar futuras colaborações do MP para a iniciativa do Unicef intitulada *Pode Falar*, que trabalha com o tema da saúde mental de adolescentes e jovens.
- 17.11.2021: **Reunião Ordinária do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio**. Local: Auditório das Promotorias de Justiça da Capital. Participantes: Membros do FEPAS-MA; Dra. Cristiane Lago e equipe do CAOP/DH.
- 22.11.2021: **Doação de kits de livros e de um computador para a instalação do Espaço de Leitura da Escolinha de Futebol Gol de Esperança**. Local: Escolinha de Futebol Gol de Esperança, 09hs. Participante: Cristiane Lago; Francimildes Queiroz; Luciana Leal. Sr. Marcos Roberto (ADRA-Maranhão).
- 03.12.2021: **Audiência Pública na Câmara de Vereadores de São Luís**. Assunto: Prevalência e fatores associados a transtornos psicológicos em tempo de pandemia. Proposição de autoria do Vereador Ribeiro Neto. Participantes: integrantes do FEPAS/MA. Local: Plenário Simão Estácio, Câmara de Vereadores. Participantes: Dra. Cristiane Lago e integrantes do FEPAS/MA.

4.3 Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos



O projeto Conhecendo e Divulgando os DHs contribui para promoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos junto à sociedade maranhense

Objetivo: Promover o conhecimento efetivo e a divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, levando, também, conhecimento à população sobre as normas previstas no âmbito nacional e internacional que trazem em seu arcabouço a defesa dos direitos humanos, fomentando reflexões e instigando a luta pela garantia de tais direitos, principalmente entre estudantes de escolas públicas.

Público-alvo: População em geral, principalmente alunos de escolas públicas.

Patrocinador: Administração superior da PGJ

Gestor: Coordenadora do CAOP/DH

Resultados Esperados: Colaborar com a promoção do conhecimento efetivo e da divulgação dos Direitos Humanos entre estudantes de escolas públicas do Estado do Maranhão.

Indicadores de desempenho: Número de escolas públicas das Redes Municipal e Estadual alcançadas pelas ações do projeto; Número de atividades realizadas que abordam a temática: palestras, rodas de conversa, seminários, cursos, dentre outras; Entrega de cartilhas, panfletos e livros que tem como objetivo levar o conhecimento sobre educação em direitos humanos e Quantitativo de pessoas alcançadas pelas ações do projeto.

Ações e atividades realizadas:

- Devido a necessidade de prevenção e enfrentamento da pandemia Covid -19, as atividades programadas para serem realizadas presencialmente em ambientes escolares foram suspensas, sendo realizada as seguintes atividades:
- 10.03.2021: **Palestra Virtual no Centro Educa Mais Desembargador Sarney - CEMDS**, com o tema Direitos Humanos e Cultura de Paz (Educação em Direitos Humanos). Público-Alvo: professores/as e alunos/as. Palestrante: Dra. Cristiane Lago. Parceria: Projeto de Vida, do CEMDS. Envio de 100 exemplares da cartilha “Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos” (publicação do CAOP/DH) para serem trabalhadas na escola.
- 06.05.2021: **Palestra Virtual no Centro de Ensino Renascença**, com o tema Direitos Humanos e Cultura de Paz (Educação em Direitos Humanos). Público-Alvo: professores/as e alunos/as. Palestrante: Dra. Cristiane Lago. Envio de 100 exemplares da cartilha “Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos” (publicação do CAOP/DH) para serem trabalhadas na escola.
- 12.05.2021: **Reunião com o Secretário Municipal de Educação - SEMED**, para apresentação do projeto Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos, com o objeto de firmar parceria para desenvolver o projeto nas escolas públicas municipais de São Luís. Participantes: Secretário Municipal de Educação, Sr. Marco Moura; Dra. Cristiane Lago e Técnica Ministerial Luciana Doudement.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/Educação)

As ações de 2021 realizadas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação estão pautadas no conjunto de suas atribuições institucionais, definidas pela Resolução nº 12/2013-CPMP (DJE 18/01/2013).

No contexto de um ano marcado por um fenômeno superveniente, e trágico, como a pandemia da COVID-19, ressalta-se quão desafiadora a missão de realizar atribuições institucionais, definidas pela Resolução. No entanto, dada a experiência desses quase 08 (oito) anos de existência do Centro de Apoio, foi possível adaptar-se que se convencionou chamar de “novo normal” em 2021 para prosseguir com o cumprimento das suas competências. A equipe mostrou-se eficiente e capaz de cumprir o planejamento e de responder com rapidez e competência às consultas e atividades implementadas.

Deve ser consignado o valoroso papel da parceria entre o CAOP de Defesa da Educação e a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, que realizou todos os eventos deste unidade administrativa.

1. A AGENDA DE ATIVIDADES EM 2021 – O PLANEJADO E O EXECUTADO

Antes do período pandêmico, elaborou-se uma agenda de atividades, dando continuidade às ações do ano anterior, incorporando-se novas demandas, dentro de uma lógica de ações presenciais e virtuais, conforme segue no quadro abaixo:

Quadro 33 – Atividades executadas em 2021 pelo CAOp/Educação

Mês	Atividades
Janeiro	31 - Seminário: TODOS PELO FUNDEB: aprovação já! 31 - Podcasts – Por que a continuidade do FUNDEB é importante para a educação brasileira.
Fevereiro	07 a 17 -Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da Educação 07 a 17 – Podcasts – Os precatórios do FUNDEF e os impactos na melhoria da qualidade da educação maranhense. 14 - Lançamento do EAD: Conselheiros Municipais de Educação
Março	06 – Podcasts – O papel dos conselheiros do FUNDEB no controle social da educação. 09 a 13 - Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da Educação 18 a 20 – Podcasts – Experiências exitosas na educação maranhense nos municípios das regionais de Presidente Dutra, São João dos Patos e Barra do Corda.
Abril	24 – Oficina sobre licitações no transporte escolar – São Luís 24 – Podcasts: pau de arara nunca mais – uma experiência possível. 13 a 14 - Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da Educação 15 a 17 - Encontro Regional de Educação – Presidente Dutra

	29 - I Encontro Estadual dos Conselheiros de Alimentação Escolar do Maranhão – São Luís
Maio	04 – Apresentação do painel de resultados sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF. 18 a 22 – Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da educação. 18 a 22 – Podcasts: a capacitação dos conselheiros do FUNDEB e o controle social da educação.
Junho	15 a 19 - Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da educação
Agosto	11 a 14 – Podcasts – os desafios da educação inclusiva no Brasil. – Videoconferência: apresentação do kit operacional sobre educação inclusiva: a escola ideal acolhe e não faz diferença. - Oficina Regional dos Conselheiros FUNDEB – Imperatriz e Timon (Simultâneas) 25 – Congresso Nacional de Educação: os desafios do direito à educação em tempos de crise.
Setembro	04 - Oficina Regional dos Conselheiros do FUNDEB – Presidente Dutra e Pinheiro (Simultâneas) 22 - Oficina Regional dos Conselheiros do FUNDEB – Santa Inês 23 a 25 – Encontro Regional de Educação – Santa Inês 23 a 25 – Podcasts - Experiências exitosas na educação maranhense nos municípios das regionais de Santa Inês e Zé Doca.
Outubro	13 a 15 – Podcasts – a educação infantil como etapa fundamental do direito à educação no Brasil. - Videoconferência: apresentação do kit operacional sobre educação infantil: onde começa o direito.
Novembro	13 – Culminância e entrega da certificação do EAD: Conselheiros Municipais de Educação 14 a 30 – Elaboração do planejamento do CAOP de Defesa da Educação para a próxima década
Dezembro	01 a 20 – Conclusão do Planejamento do CAOP de Defesa da Educação para a próxima década e preparação de sua apresentação 01 a 20 – Atividades de conclusão dos trabalhos administrativos 01 a 20 – Reuniões com o SOMA para conclusão dos trabalhos de planejamento

Fonte: CAOp-Educação/PGJ, 2021

Esse conjunto de atividades sofreu alterações, ainda antes da pandemia, em face das dificuldades de execução e, principalmente, porque sobrevieram novas demandas que exigiram a mobilização institucional do Centro de Apoio, na elaboração de pareceres, notas técnicas, recomendações, etc.

2. A EXECUÇÃO DOS PROJETOS

A estratégia fundamental de atuação do CAOP dá-se por meio da execução de projetos, elaborados nos marcos do planejamento estratégico do Ministério Público Estadual, procurando-se responder ao enfrentamento das questões sociais mais prementes ao conjunto da Instituição. Os projetos concentram e sintetizam as ações voltadas ao cumprimento das competências do Centro de Apoio.

No último ano, foram priorizados os projetos: “Pau de Arara Nunca Mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade”; “Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola

de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação”; e, “Educação Infantil: onde começa o direito”. Como dito anteriormente, as ações desses projetos ficaram prejudicadas em face da pandemia.

2.1. Projeto: Pau de Arara Nunca Mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade

O projeto “**Pau de Arara Nunca Mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade**” é uma ação institucional que vem sendo desenvolvida pelo MPMA nos últimos anos, na perspectiva de erradicar o transporte escolar ilegal, sem condições de segurança aos estudantes maranhenses, tendo sido, inclusive, reconhecido nacionalmente, com a conquista da segunda colocação do Prêmio CNMP/2018, na categoria Defesa dos Direitos Fundamentais. Em 2021 não se conseguiu dar prosseguimento às ações pensadas, levando-se a necessidade de redimensionar o projeto, atualizando ações, metas e indicadores.

2.2. Projeto: Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação

O Projeto “**Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação**”, é a continuidade do projeto “O Dinheiro do FUNDEF é da Educação”, reconhecido nacionalmente com a primeira colocação do Prêmio CNMP/2018, na categoria combate à corrupção.

O CAOp Educação promoveu a readequação desse projeto, ampliando seu campo de atuação, não somente para abranger os recursos relativos ao extinto FUNDEF, mas também outras fontes de recursos na área de educação, visando à fiscalização, em parceria com os agentes de controle, a correta destinação dos recursos, aprimorando os mecanismos de controle social nos municípios.

Em 2021 suas principais ações foram:

- O acompanhamento de projetos de leis municipais visando à subvinculação dos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEF para pagamento de professores, confrontando o entendimento já firmado pela Rede de Controle e Tribunais Superiores, acerca da não vinculação desse recurso, culminando com a emissão da Nota Técnica RCGP/MA n.º 01 de 22 de outubro de 2019;
- O envio de ações e modelos de peças jurídicas e administrativas, a partir da elaboração de **Kit Operacional**, aos órgãos de execução, no intuito de otimizar as ações voltadas a garantir a utilização dos recursos do FUNDEF na área de educação;
- O acompanhamento dos repasses aos municípios dos recursos oriundos dos precatórios do FUNDEF;
- **Reuniões com os representantes da Rede de Controle, MPMA, EFG e municípios**, que solicitaram mais esclarecimentos sobre o uso dos precatórios e sobre o Plano de Ações Estratégicas – PAE, que estabelece quais as ações que serão realizadas com estes recursos;
- **Realização de audiências públicas** envolvendo a comunidade e representantes do MPMA, gestores municipais, professores e outros segmentos, para tratar sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF e o entendimento firmado pela Rede de Controle da Gestão Pública e Tribunais Superiores.

Além dessas ações que dão continuidade ao projeto, este Centro de Apoio fomentou realização do Seminário “**Todos pelo FUNDEB: Aprovação Já**”, em parceria com a Rede pela Educação Pública de Qualidade no Maranhão – REMAR e OAB, através do movimento DIÁLOGOS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, da Comissão Especial de Educação do Conselho Federal e da SECCIONAL MA e do IEMA, pelo Centro de Estudos e Pesquisas para Excelência em Educação – CEPEDUC, para reafirmar a necessidade de aprovação da Emenda Constitucional do novo FUNDEB.

2.3. Projeto Educação Infantil: onde começa o direito

O “**Projeto Educação Infantil: onde começa o direito**” foi criado com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação, para atendimento em creches e pré-escolas nas redes municipais de ensino, com previsão de início nos anos 2019/2020.

A ação inicial do projeto consistiu em uma pesquisa voltado à realização de georreferenciamento das creches e pré-escolas com previsão de construção com recursos oriundos do Programa Proinfância do Governo Federal, a fim de verificar o não cumprimento das metas dos planos quanto à universalização da educação infantil e a construção de creches e pré-escolas.

Em paralelo, visando auxiliar o trabalho dos órgãos de execução quanto à matéria, foi elaborado um kit operacional, contendo fluxograma de ações e modelos de peças jurídicas e administrativas a ele alinhadas.

Paralelamente, avançou-se no debate com o Ministério Público Federal para trabalho conjunto no projeto PROINFÂNCIA.

2.4. SOMA - Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação no Maranhão

Cabe destacar em 2021 a retomada **do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação no Maranhão - SOMA**, com assinatura do Termo de Cooperação nº 01/2020, habilitando-o para a sua efetiva implementação.

O SOMA é uma iniciativa do Ministério Público do Estado do Maranhão, da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (SEDUC/MA) e da Associação Maranhense de Formação de Governantes – AMFG/ Escola de Formação de Governantes (EFG), executado em forma de projeto (EFG).

Como visto, a partir da reformulação das ações do CAOP, o SOMA terá um papel central nos próximos anos, posto que deverá agregar e impulsionar diversas funcionalidades presentes na atual dinâmica de atuação do Centro.

O sistema teve, como acima apontado, novidades em seu novo formato, passando a ter metas mais definidas e construindo um novo site que comportará salas de situação por Município maranhense.

3. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS PARA 2022

Para o ano de 2022, buscar-se-á a continuidade da gestão das ferramentas:

- SOMA, expressada no projeto “Fortalecimento, Implementação, Monitoramento e Avaliação da Educação no Maranhão”, geradora do Termo de Cooperação Técnica vigente firmado pelo MPMA com a Secretaria de Estado da Educação do Estado do

Maranhão e a Associação Maranhense de Formação de Governantes – AMFG/MA (Escola de Formação de Governantes); e

- REMAR (Rede pela Educação de Qualidade no Maranhão), considerando que o SOMA e a REMAR são instrumentos fundamentais para as ações do CAO_p/Educação, contemplando as construções técnicas e políticas (articulações) para uma transformação social competente e harmônica com os princípios democráticos.

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)



O CAOp/IJ, norteado pelas diretrizes estabelecidas no campo do Direito da Criança e do Adolescente, conforme o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, além dos marcos internacionais correlatos, bem como normativa expedida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), atua no intento de efetivar direitos dos quais são titulares tais sujeitos, no sentido de assegurar o esforço da proteção integral e da prioridade absoluta, com as quais tais direitos devem ser implantados, a fim de contemplar a especialidade que essa fase de desenvolvimento requer, para que se possa falar em exercício de cidadania nessa seara.

Ressalta-se que para 2021 foi definido enquanto prioritárias as ações para fomentar os Projetos: **Proteção Integral e articulação em rede**, com ênfase no monitoramento de planos estaduais e municipais (infância e juventude), fundos da infância e adolescência e primeira

infância; **Combate permanente à violência sexual**, com foco na campanha do “18 de Maio” e escuta protegida; e **Convivência familiar e comunitária**, em continuidade da ação institucional família acolhedora e iniciar com o tema adoção. Para desenvolver as ações o CAOp/IJ fortaleceu como estratégias a modalidade híbrida e virtual, e quando possível presencial, assim garantido a concretude do planejamento e a segurança ante a pandemia coronavírus ‘Covid-19’, em especial a realização da 3ª Edição do Congresso da Infância e Juventude.

1. PROJETOS INSTITUCIONAIS

1.1 Projeto – “2ª Edição do Proteger, Acolher e Amar”

O CAOp/IJ tem entre suas atribuições a de estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuam na mesma área de atividade. Desta forma, em alusão ao Dia da Criança (12 de outubro), o CAOp/IJ promoveu enquanto uma das atividades inseridas no mês da criança, em outubro/2021, o segundo ano da campanha de arrecadação de roupas infantis e brinquedos, novos ou em bom estado de uso, livros infantis paradidáticos e revistinhas em quadrinhos, além de alimentos não perecíveis, iniciando as coletas no mês de setembro/2021, perdurando até a primeira semana do mês de outubro/2021.

Os itens arrecadados foram destinados a instituições de acolhimento, situadas na região metropolitana e indicadas pelo CAOp/IJ, objetivando ainda um fortalecimento dos vínculos do MPMA com as referidas. Nessa segunda edição ocorrida em 2021, seguindo o exemplo da edição de 2020, conseguimos arrecadar mais itens do que o quantitativo de acolhidos apresentados pelas instituições, demonstrando que a ação não só atingiu o objetivo, como o superou, demonstrando bastante êxito na iniciativa. Foram beneficiadas 77 (setenta e sete) crianças e 44 (quarenta e quatro) adolescentes e jovens (entre 12 a 19 anos) das seguintes instituições contempladas: Lar Calábria (composto por 7 Casas-Lares – Sementes do Reino, Pérolas Calabrianas, Bons Meninos, Raízes Calabrianas, Sagrada Família, Farol da Esperança e Divina Providência), Sonho de Criança; Lar de José; Abrigo Luz e Vida e a Casa de Passagem “Acolher e Amar”.

2. PARCERIAS E ARTICULAÇÕES EXTERNAS

Conforme apontado anteriormente, o CAOp/IJ como forma de expandir o alcance de sua atuação estabelece diversas parcerias e participa de articulações externas, entrando em contato com temas que estão sendo trabalhados nacionalmente e alinhando as linhas de trabalho com o que vem despontando enquanto relevante e significativo na esfera da infância e juventude, assim, destacamos aquelas de maior realce no ano de 2021.

2.1 UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – implementa o SELO UNICEF nas regiões da Amazônia Legal e no Semiárido brasileiro desde 1999, finalizou um ciclo em 2020 e iniciou nova etapa em 2021. No mês de julho, o CAOp/IJ firmou parceria com o Unicef para incentivar e articular as Promotorias de Justiça no processo de mobilização dos municípios maranhenses para adesão e implementar as ações relativas ao programa 2021 - 2024, essa parceria, no primeiro momento, resultou em 100% (cem por cento) de adesão dos municípios ao Selo Unicef. Desta forma, em acompanhamento ao desdobramento dessa atividade, o CAOp/IJ vem articulando junto ao UNICEF e as Promotorias de Justiça as implementações de ações necessárias assumidas pelos municípios no compromisso de priorizar crianças e adolescentes com políticas públicas e mobilizar esforços para promover o direito à saúde, educação, participação social e proteção contra a violência.

Ademais, no decorrer do programa 2021 – 2024 o intuito é que o acompanhamento dos indicadores possa subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça e impactar na realidade local de cada uma, instrumentalizando, através dessa parceria, o desenvolvimento de atividades práticas que vão impactar diretamente no novo ciclo do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão (2021 a 2031) e nos projetos prioritários do CAOp/IJ.

A parceria com o Unicef também possibilitou o início de uma experiência piloto sobre Escuta Protegida em três municípios maranhenses: Rosário (município de pequeno porte), Açailândia (município de médio porte) e São Luís (município de grande porte), após o processo de implantação da escuta protegida, conforme preconizado na Lei nº 13.431/17, que perpassa pela constituição de comitê municipal, diagnóstico local, fluxos, parâmetros de atendimento e formação dos profissionais. O objetivo principal é replicar a experiência nos demais municípios maranhenses, considerando as aprendizagens adquiridas na experiência piloto.

2.2 PLAN International

A Plan International faz parte de uma rede internacional de desenvolvimento comunitário, que tem como parte integrante de suas ações, fortalecimento do papel da menina nos espaços públicos e privados, participando conjuntamente com o CAOp/IJ e outras instituições da Rede Primeira Infância. A respeito dessa parceria, participamos mais um ano da campanha internacional “#MeninasOcupam”, em alusão ao Dia Internacional das Meninas e ao Dia Estadual da Menina Maranhense, ambos comemorados no dia 11 de outubro.

O Ministério Público do Maranhão realizou ampla programação alusiva a data e a promoção da igualdade de gênero, no dia 08 de outubro, com o objetivo de dar visibilidade para meninas ocupando espaços sociais de destaque. Em 2021, tivemos a ocupação pela Naiara, 16 anos, no cargo de Procuradora-Geral de Justiça, a Gabrielly, 15 anos, na direção da ESMP e a menina Sara, 10 anos, assumindo a coordenação do CAOp/IJ. A programação iniciou com entrevistas para a Rádio MP, após nomeadas simbolicamente nos cargos, pelo Procurador-Geral de Justiça e participaram de abertura da exposição “Ser Menina”, no Espaço de Artes Márcia Sandes, no prédio da PGJ.

Em continuidade da programação, a Naira e a Gabrielle participaram do webinar “A Promoção de um mundo com igualdade de gênero para meninas”, promovido pela ESMP. A menina Sara, coordenadora interina do CAOp/IJ, participou de reunião virtual sobre Escuta Protegida, com representantes do Unicef, Sedihpop e do SGD do município de Açailândia, e após de entrega das doações recebidas na 2ª Edição do Proteger, Acolher e Amar, para instituições de acolhimento na região metropolitana.

O tema também foi pautado nas redes sociais do Ministério Público, com a publicação de card e vídeo, como forma de mobilizar e atingir maior alcance social.

3 COMITÊS, REDES FOCAIS E GRUPOS DE TRABALHO

- **Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ)**, do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que tem como objetivo proporcionar o intercâmbio de experiências entre Membros do Ministério Público, por meio das comissões permanentes, pelo que O CAOp/IJ participou das reuniões da COPEIJ.
- **Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA)**, da qual o CAOp/IJ compõe o Grupo Gestor. A rede realiza plenárias ordinárias, é formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão. A rede estadual integra um movimento nacional que tem como missão fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas nacionais para as crianças até os 6 anos de idade, monitorando e avaliando sua implementação; além de consolidar e disseminar conhecimento e informações sobre as temáticas dessa faixa etária e organizar ações de mobilização social e política visando à defesa e promoção de seus direitos. Em articulação com a Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), por meio da REPI-MA, foi garantido 4 (quatro) vagas para cada município maranhense participar do Curso de Elaboração dos Planos Municipais da Primeira Infância, o curso finalizou em dezembro de 2021, e ajudará na continuidade da ação deflagrada pelo CAOp/IJ em 2020, antes da pandemia, no processo de mobilização para construção dos planos municipais.

- **Rede Maranhense de Justiça Juvenil (REMAJU)** composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não governamentais, desde 2009; e no respectivo Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa. Tem como objetivo ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. A dinâmica de funcionamento é através de plenárias mensais e dos grupos de trabalho específicos para aprofundar os debates e operacionalizar as deliberações. O CAOp/IJ acompanha e apoia as ações do Grupo de Trabalho sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

4. EVENTOS E FORMAÇÕES

Conforme destacado na apresentação, incumbe ao CAOp/IJ além de um apoio mais direto de suporte às Promotorias de Justiça, promover ainda debates e formação envolvendo temas sensíveis da área da infância e juventude, perseguindo o objetivo de fazer esses momentos sempre com um viés prático e instrumental, visando oportunizar à comunidade ministerial e ao Sistema de Garantia de Direitos, do qual o Ministério Público é parte essencial, a construção de conhecimento e o embasamento de uma atuação mais coesa e mais coerente, respeitando as diretrizes e pressupostos dispostos no Estatuto da Criança e do Adolescente, fortalecendo a atuação articulada e extrajudicial, mas também instruindo quando da inequívoca necessidade de judicialização. Convém destacar que ainda devido o cenário pandêmico Coronavírus – Covid-19, os eventos e reuniões deste Centro de Apoio em sua grande maioria foram em formatos virtuais ou híbridos, na forma apresentada a seguir.

4.1 Prosas na Infância

Na intenção de intensificar a atuação do CAOp/IJ de forma mais direta, foram realizadas dez edições componentes do chamado ‘Prosas na Infância’ que consiste na realização de uma reunião ampliada para tratar de temas sensíveis à infância e juventude, seja na localidade com a realização de reuniões ampliadas, ou coletivamente, quando da abordagem de temas com maior amplitude no quesito participantes. Assim, tivemos a parceira da Escola Superior do Ministério Público na realização de seis momentos coletivos, sendo a participação aberta, focada em membros e servidores, além do Sistema de Garantia de Direitos de forma mais ampla:

- 18/03/2021 - Prosas na Infância - Adoção e Convivência Familiar e Comunitária: desafios e perspectivas (teve 136 inscritos e 815 visualizações);
- 22/04/2021 - Prosas na Infância: Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (teve 97 inscritos e 574 visualizações);
- 17/05/2021 - Prosas na Infância – “Violência Sexual e Pandemia: antigos e novos desafios”, edição alusiva à Campanha Faça Bonito – 18 de maio (teve 77 inscritos e 352 visualizações);
- 11/06/2021 - Prosas na Infância - Enfrentamento ao Trabalho Infantil: contextos, causas e consequências (teve 61 inscritos e 366 visualizações);
- 15/07/2021 - Prosas na Infância Meninos do Trem: Treinamento sobre atendimento a crianças e adolescentes em viagens ferroviárias clandestinas (teve 75 inscritos e 451

visualizações);

- 16/08/2021 - Prosas da Infância – Órfãos da Covid: Uma abordagem prática (teve 111 inscritos e 580 visualizações).

E ainda de mais quatro momentos direcionados, cuja participação foi mais restrita à localidade da Promotoria de Justiça, haja vista que as reuniões se realizaram por solicitação de suporte direto, para tratar o tema no município, devido à alta incidência de casos assemelhados, dentro da mesma temática, a saber:

- 20/04/2021 - Prosas na Infância: crianças venezuelanas e o SGD, em apoio às Promotorias Justiça da Infância e Juventude das Comarcas de Imperatriz e Açailândia.
- 26/05/2021 - Prosas da Infância: Capacitação Conselhos Tutelares dos municípios de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Itinga, Cidelândia, São Francisco do Brejão e São Pedro D'Água Branca.
- 26/08/2021 - Prosas da Infância: Escuta Especializada, com a rede de atendimento da Açailândia e região, em parceria com a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Açailândia e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município.
- 13/12/2021 - Prosas na Infância: Acolhimento Institucional e convivência familiar, em parceria com a Promotoria de Justiça da Comarca de Coelho Neto.

4.2 III Congresso da Infância e Juventude

O CAOp/IJ tem por escopo prestar auxílio às Promotorias de Justiça, nos temas afetos à infância e juventude, bem como articular com entes externos para potencializar a incidência de ações de cunho coletivo. Dessa forma, momentos formativos são essenciais para aglutinar, compartilhar e construir saberes, fomentando novas experiências. Com esse objetivo, a cada dois anos o CAOp/IJ realiza congresso com tema exclusivo nesse campo. O tema abordado em 2021 foi **'Articulação em rede e o fomento a políticas públicas'**, como reconhecimento da necessidade de fortalecer essa articulação e oportunizar ao público interno do Ministério Público e aos parceiros externos a construção de novos olhares sobre o tema, com enfoque na construção dos Planos Municipais enquanto ferramenta importante na efetivação de políticas públicas. Realizado essa edição em formato virtual, de apenas dois dias (14 e 15/10/2021), sendo o primeiro dia com enfoque mais teórico e no segundo dia um momento mais operacional, como forma de instruir as redes de atendimento e gestores municipais em prol da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Realizado em parceria com a ESMP, contamos com a participação de palestrantes e instituições renomadas no cenário nacional, como: Oxfam Brasil, Instituto da Infância – Ifan, representando a Rede Nacional da Primeira Infância, Instituto Alana e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com um público de 321 (trezentos e vinte um) inscritos e 1.143 (mil, cento e quarenta e três) visualizações.

5. PLANO ESTRATÉGICO E PROJETOS PRIORITÁRIOS

Na última Reunião de Análise da Estratégia – ERA ocorrida em dezembro de 2021, este Centro de Apoio apresentou os resultados alcançados no Planejamento Estratégico 2016 – 2021, nos seguintes Objetivos Estratégicos quanto específicos da área da infância e juventude, destacados a seguir:

1. **Exigir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas:** cujo objeto consiste no fomento à fiscalização da aplicação e da execução das medidas socioeducativas em conformidade com a normativa (ECA/SINASE/Planos), se desdobrando em dois indicadores (I) a quantificação do número de planos de atendimento socioeducativos municipais e estadual; e, (II) a quantificação do número de iniciativas de solução alternativa de conflitos – Justiça Restaurativa (SINASE). Em síntese os resultados alcançados foram o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo publicado e 66 (sessenta e seis) municípios com seus Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo elaborados, representando um acréscimo de 1.220% (mil duzentos e vinte por cento) no decorrer da execução do projeto, e a inauguração e funcionamento do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa, bem como 05 (cinco) capacitações sobre a temática.

2. **Intensificar as ações de proteção integral e prioritária da criança e do adolescente:** tendo por objetivo o fortalecimento do paradigma da proteção integral preconizado no ECA, pelo que se destacou os indicadores (I) Número de municípios com o Fundo da Infância criado e regulamentado; e, (II) Número de municípios com programa de acolhimento familiar criado, implantado e estruturado. Em síntese os resultados alcançados foram 43 (quarenta e três) municípios com o serviço de Família Acolhedora implantado ou em processo de implantação, representando um acréscimo de 4.200% (quatro mil e duzentos por cento) no decorrer da execução do projeto, e 16 (dezesseis) municípios com o FIA regularizados e 40 (quarenta) em processo de regularização, representando um acréscimo de 200% (duzentos por cento).

Na construção do Plano Estratégico 2021/2031, o CAOp/IJ participou de oficina e momentos com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) para elaborar os projetos prioritários para o novo ciclo 2021 – 2031, sendo priorizado o planejamento a ser desenvolvido no ano de 2022. Desta forma, com base na análise dos desdobramentos das iniciativas, das demandas cotidianas no CAOp/IJ, externas e internas, bem como, no levantamento de ações prioritárias definidas no novo ciclo do planejamento estratégico, os projetos e iniciativas a serem priorizadas para 2022, são:

- Projeto “Proteção Integral e articulação em rede”
 - EIXOS:
 - Monitoramento de planos estaduais e municipais (infância e juventude)
 - Fundos da Infância e Adolescência (FIA)
 - Fomento a políticas públicas (desporte, cultura e lazer)
 - Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar
 - Família Acolhedora
 - Órfãos da Covid-19

- Projeto “Combate permanente à Violência Sexual”
 - EIXOS:
 - Escuta Protegida

- Campanha permanente (18 de maio)
TEMAS: (I) exploração sexual; (II) abuso sexual; (III) pedofilia; (IV) pornografia infantil; (V) casamento infantil; (VI) internet segura

Convém mencionar que eleger prioridades não significa estancar as iniciativas em curso, tampouco sustar eventuais novas atividades que venham a surgir.

6 . CAOP/IJ EM NÚMEROS (2021)

- 158 (cento e cinquenta e oito) atividades realizadas entre reuniões, visitas técnicas e articulações para garantir a viabilidade e desenvolvimento das ações do CAOP/IJ no decorrer do ano.
- 22 (vinte dois) Pareceres Técnicos ou Jurídicos para subsidiar ações dos órgãos de execução.
- 03 (três) Notas Técnicas elaboradas e expedidas.
- 11 (onze) eventos formativos realizados em parceria com a ESMP e outras instituições do SGD, sobre os temas: Adoção e Convivência Familiar e Comunitária; Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo; Violência Sexual e Pandemia; Enfrentamento ao Trabalho Infantil; Fenômeno Meninos do Trem; Órfãos da Covid; Crianças venezuelanas e o SGD; Conselhos Tutelares; Escuta Especializada; Acolhimento Institucional e Familiar e Articulação em rede e o fomento a políticas públicas. Atingindo membros, servidores e diversos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, Conselheiros Tutelares e de Direitos e estudantes universitários, no total de 878 (oitocentos e sessenta e oito) participantes e 4.317 (quatro mil, trezentos e dezessete).
- 194 (cento e noventa e quatro) consultas respondidas em apoio a atuação dos órgãos de execução.
- 44 (quarenta e quatro) inserções nas redes sociais do MPMA (cards, vídeos e notícias) promovendo a mobilização virtual acerca de temas relativos a infância e juventude, totalizando 1.480 (mil, quatrocentos e oitenta) curtidas e 1.426 (mil, quatrocentos e vinte e seis) visualizações.

Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp/PIPD)



O coordenador do CAOp/PIPD, Alenilton Santos, em reunião com parceiros

Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011-CPMP, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoa com Deficiência (CAOp-PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado.

Ressalte-se ainda que o CAOp-PIPD dá suporte aos promotores de justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo das pessoas idosas e também daquelas com deficiência incentivando-os a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas públicas destinada a esse público em específico.

1. PROJETO PRIORITÁRIOS

1.1. Projeto “Adequando Currículos”

Tem por objetivo propor adequação dos currículos escolares mínimos às necessidades especiais e contribuir com sua implementação. Durante o período do ano de 2020 houve a contabilização dos seguintes índices:

- Total de adesões – 56 (cinquenta e seis);
- Procedimentos instaurados – 29 (vinte e nove);
- Portarias expedidas – 23 (vinte e três);
- Recomendações – 42 (quarenta e duas);
- Respostas dos gestores – 21 (vinte e um);
- TAC’s – 1 (um);
- ACP – 2 (duas);
- Reuniões/palestras – 7 (sete);
- Respostas aos questionários pelos Promotores de Justiça – 23 (vinte e três);
- Pareceres emitidos pelo CAOp/PIPD – 11 (onze);
- Termo de deliberação realizado com a SEDUC – 1 (um).

Considerando o atual contexto de pandemia a continuidade do planejamento inicial do Projeto, bem como as regras sanitárias de combate à propagação da COVID-19, mostrou-se insustentável a realização das atividades presenciais.

1.2. Projeto “Efetivando Conselhos”



O coordenador do CAOp/PIPD participou de reunião com o Governador Flávio Dino para tratar de questões dos conselhos de direitos

O projeto objetiva promover a efetivação dos Conselhos Municipais do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Ao longo do ano de 2020, em razão das normas sanitárias impostas para combater a propagação da COVID-19, dentre elas o distanciamento social, as atividades presenciais previstas para todo o Estado

foram suspensas. Objetivando dar continuidade à execução do projeto, foram realizadas reuniões com os Conselhos Estaduais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Promotorias Especializadas de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Comarca de São Luís, e demais entidades que integram a Rede de Defesa do Idoso e o Movimento da Pessoa com Deficiência.

1.3. Projeto “Previdência Legal”

Como atividade de execução do referido projeto no ano de 2020, tem-se:

- Reunião realizada na sala de videoconferência da PGJ, no dia 13 de março de 2020, oportunidade em que foi apresentado, por esta signatária, o objetivo deste Projeto e as providências adotadas por este Centro de Apoio. Ato contínuo, o Dr. Jairo Vieira ressaltou as justificativas do Projeto, e frisou que a parceria entre o Ministério Público de Contas e este Centro de Apoio foi no sentido de assegurar o bem-estar dos idosos no município de São José de Ribamar, o que garantiria o pagamento de suas aposentadorias.
- No mês de agosto do corrente ano foi realizada reunião, através da plataforma ZOOM, tendo como pauta: Regime de Previdência dos servidores – atuação conjunta – oficinas e cursos. Ao final da reunião, foram ajustadas as seguintes deliberações: organização de oficinas na área previdenciária a serem realizadas pela Escola Superior de Controle Externo do TCE/MA e pela ESMP, com os consecutivos temas; construção de um sistema de extração de informações dos Regimes Próprios, com a respectiva coluna contendo os CPF's, com recolhimento das contribuições previdenciárias; e aprimorar a transparência ativa para o cidadão no sentido de disponibilizar as informações de arrecadação.

- Elaboração do Minicurso, ocorrido nos dias 17 de setembro, 24 de setembro; 1º de outubro e 8 de outubro de 2020, promovido pelo MPMA, através da Escola Superior (ESMP), como o título Responsabilidade na Gestão Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's)

2. INDICADORES

Tabela 69 – Atividades administrativas do CAOp/PIPD em 2020

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Ofícios Expedidos	15
Ofícios Circulares	8
Memorandos Expedidos	59
Memorandos Circulares	21
Reuniões e Eventos	48
Participação em Audiências Públicas	-
Auxílio a Promotores	15
Nota Técnica	2
Parecer	2
Disponibilização de material de apoio	24
Manifestação Ministerial (Termo de Encerramento)	2
Consulta	6
Consulta formulada pela Administração Superior	1

Fonte: CAOP-PIPD/PGL, 2020.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade Administrativa e da Ordem Tributária e Econômica (CAOp-ProAd)

O presente relatório tem por objetivo informar as atividades realizadas pelo Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa CAO/PROAD, no exercício de 2021, atendendo ao que dispõe o ATOREG-33/2021.

Inicialmente, considerando que o Planejamento Estratégico do MPMA 2016/2021 teve vigência, até 31.12.2021, após diversas reuniões e discussões com a participação dos promotores de justiça e servidores do Centro de Apoio(ATA-CAO/PROAD-12021), deliberou-se pelo encerramento do Projeto “Portal da Transparência” e de 07(sete) macroações do Projeto “Administração Pública Legal” (câmara em dia, concurso público, nepotismo, regimes próprios de previdência, cidadão consciente/gestão transparente, suspensão de festividades e transição municipal). Em relação às macroações “suspensão de festividades” e “transição municipal”, ainda que encerradas, deliberou-se, em reunião no dia 25.06.2021, com a equipe técnica da SEPLAG/MP, que em datas próximas a esses eventos, que são periódicos, o CAO/PROAD estudaria a possibilidade de envio de alerta às Promotorias de Justiça, com pacotes de modelos de peças e roteiros de atuação.

Doravante, as atividades executadas por este Centro de Apoio, em 2021, serão detalhadas por projeto e macroação, tanto as que foram encerradas em 30.06.2021, como as macroações e projetos em andamento durante todo o exercício, assim como as diretrizes determinada pelo o ATOREG - 332021, cujo monitoramento é realizado através de consultas mensais ao DEMP/MA, ao SIMP e ao Digidoc, em relação aos procedimentos extrajudiciais e judiciais relacionados à execução desses projetos, além das diversas atividades desenvolvidas que não guardam relação direta com os projetos.

1 – ATIVIDADES EXECUTADAS NOS PROJETOS DO CAO/PROAD, ATÉ 2021.

2.1) Projeto “Portal da Transparência”

Até seu encerramento em 2021, esse projeto buscou promover ações integradas entre todos os membros com atuação na defesa do patrimônio público, no sentido de exigir das Administrações Públicas Estadual e Municipal o cumprimento integral da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 12.527/2011, da Recomendação nº 001/2016-GPGJ, da Recomendação Conjunta nº 02/2017-MP-MA/TCE-MA/MPC-MA e da Recomendação nº 007/2020-GPGJ, havendo duas as ações agregadas nesse projeto, quais sejam, Portal da Transparência e link específico Covid-19.

Em 30.06.2021, o encerramento do projeto foi homologado (MEMO-CAO/PROAD – 72021), conforme deliberado em reunião com os promotores de justiça integrante e servidores do centro de apoio (ATA-CAO/PROAD-12021), após a realização de uma extensa capacitação para membros, servidores e sociedade civil, realizada em parceria com a ESMP, voltada à análise de portais, para que, doravante passassem a ser incluídas nas atividades rotineiras das

promotorias de justiça, com a transferência da metodologia e das ferramentas produzidas pelo Centro de Apoio.

Convém registrar que o projeto “portal da transparência” alcançou sua finalidade, tendo sido concluído com êxito, onde na última vistoria geral realizada pelo CAO/PROAD, em 2019, nos 434 portais (prefeituras e câmaras), ficou constatada a implementação em 100% dos portais de transparência, havendo melhorias significativas na transparência, de um modo geral, inobstante a transparência deva ser constantemente monitorada diante do seu dinamismo e necessidade constante de ampliação e aprimoramento.

Tais melhorias foram verificadas fazendo comparação com a 1ª vistoria geral nos portais de transparência dos municípios maranhenses, realizada pela CGU/MA, com o uso da metodologia “Escala Brasil Transparente” (2016), constatando-se à época que: “a) 180 dos 217 dos municípios maranhenses não possuíam portais da transparência; b) apenas 03 municípios maranhenses tinham regulamentado a matéria, de acordo com a Lei de Acesso à Informação; c) 67 municípios maranhenses não possuíam endereço oficial eletrônico”, como descreve o Ofício Circular nº 01/2016-GPGJ.

Além disso, o software Confúcio (Inteligência Artificial) está sendo estudado e avaliado por analistas ministeriais na área de TI -Tecnologia de Informação, a fim de verificar a possibilidade de ser utilizado para acompanhamento e avaliação da transparência pública, tendo como parâmetro o checklist deste Centro de Apoio, haja vista que o software foi desenvolvido inicialmente com o fim específico de avaliação apenas dos gastos “Link específico Covid-19”, embora em suas novas versões tenha sido ampliadas as avaliações para outras informações que devem constar nos portais de transparência das prefeituras e câmaras municipais, por força de lei.

Para 2022, o CAO/PROAD pretende desenvolver ações voltadas à busca de padronização na avaliação de portais de transparência pelo TCE/MA, com a criação de manual de avaliação, seguindo as diretrizes constantes na IN 59/2020, ante notícias de inconsistências em avaliações nos portais de transparência dos jurisdicionados do TCE/MA.

Assim, no período de 2017 a 30.06.2021, foram realizadas pelos servidores e estagiários do CAO/PROAD o total de 2010 (dois mil e dez) vistorias gerais e pontuais nos portais de transparência das prefeituras, câmaras municipais e nos links específicos Covid-19. No exercício de 2016, foram realizadas 217 vistorias nos portais de transparência dos municípios maranhenses, em parceria com a CGU/MA e TCE/MA, perfazendo o total de 2.227 (dois mil duzentos e vinte sete) vistorias, como forma de aferição das metas e dos indicadores deste projeto.

Além disso, os procedimentos extrajudiciais/judiciais vinculados aos órgãos de execução, relacionados aos portais de transparência e ao link específico Covid-19, perfizeram o total de 552 (quinhentos e cinquenta e dois), tendo sido monitorados por este Centro de Apoio, através de constantes consultas ao DEMP/MA, Digidoc e CAO/PROAD.

Tabela 70 - Resultados alcançados no projeto “Portal da Transparência”

Resultados	2016	2017	2018	2019	2020	2021 até 30.06.21	Total realizado projeto
Vistoria <u>geral</u> – Portal Prefeitura Municipal	217*	217	217	217	-	-	868

Vistoria <u>pontual</u> - Portal Prefeitura Municipal	-	15	8	28	33	20	104
Vistoria <u>geral</u> - Portal Câmara Municipal		217	217	217	-	-	651
Vistoria <u>pontual</u> - Portal Câmara Municipal	-	14	8	19	18	10	69
Vistoria geral - Link Específico Covid-19	-	-	-	-	434	-	434
Vistoria pontual - Link Específico Covid-19	-	-	-	-	93	8	101
Total-vistorias	-	-	-	-	-	-	2227
Extrajudicialização - Recomendações, TAC's, ICPs, Portarias e Notificações Prefeituras	-	160	69	44	7	37	317
Judicialização – ACP/ACIA	-	58	26	-	-	-	84
Extrajudicialização - Recomendações, TAC's, ICPs, Portarias e Notificações Câmaras	-	-	-	-	140	11	151
Total - Procedimentos Extrajudiciais / Judiciais							552

Fonte: DEMP/MA; CAOp-PROAD/PGJ, 2021

* Parceria com CGU/Regional /MA/GAB –Nota Técnica nº 15/2016.

2.2. Projeto “Administração Pública Legal”

Esse projeto teve a finalidade de promover diversas ações coordenadas entre os membros na fiscalização de comandos legais voltados à defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, conforme aprovado no Planejamento Estratégico Institucional do MPMA 2016/2021, no Plano Geral de Atuação-PGA/MPMA 2019/2020, na Recomendação GPGJ n.º 13/2020, na Emenda Constitucional nº 103/2019, no Decreto nº 10.024/2019 e na Orientação Técnica nº 01/2020 – Rede de Controle e Gestão Pública do Maranhão.

O projeto foi parcialmente concluído, em 30.06.2021, após o encerramento das seguintes macroações, após deliberação em reunião com os promotores de justiça e servidores do centro de apoio (ATA-CAO/PROAD-12021), decidido por finalizar as macroações agregadas nesse projeto: 1) câmara em dia; 2) concurso público; 3) nepotismo; 4) cidadão consciente/gestão transparente; 5) regimes próprios de previdência; 6) suspensão de festividades; 7) transição municipal. Em relação às macroações “suspensão de festividades” e “transição municipal”, ainda que encerradas, deliberou-se, em reunião no dia 25.06.2021, com a equipe técnica da SEPLAG/MP, que em datas próximas a esses eventos, que são periódicos, o CAO/PROAD enviará alerta às Promotorias de Justiça, com pacotes de modelos de peças e roteiros de atuação.

Deu-se continuidade ao projeto através de 05 (cinco) macroações agregadas: 1) auxílio indevido emergencial; 2) controle interno; 3) diário eletrônico municipal; 4) pregão eletrônico; 5) procurador municipal. Importante registrar que para o novo planejamento estratégico 2022-

2025, a exceção do auxílio emergencial indevido, as demais macroações integrarão o PROGRAMA TRANSFORMAR.

Seguem as informações dos resultados alcançados, até 2021, a partir do monitoramento dos processos e procedimentos extrajudiciais relacionados às macroações que foram encerradas e as que permanecem em andamento, conforme levantamento das publicações no DEMP/MA e também das informações de alguns membros com atuação na defesa do patrimônio público:

Tabela 71 - Macroações encerradas - Resultados alcançados no projeto “Administração Pública Legal”

Atividades extrajudiciais/judiciais – período de 2016 a 2021 (30.06.2021)	2016 a 2019	2020	2021 até 30.06.21	Total Macroação	Municípios envolvidos
1) Câmara em Dia – (90 Termos de Ajustamento de Conduta firmados com presidente de Câmaras Municipais Maranhenses);	89	-	1	90	90
2) Concurso Público – (11 TACs firmados com PL e PE; 80 portarias, PIC e PA; 15 portarias IC; 35 recomendações ao PE e PL);	66	44	31	141	79
3) Cidadão Consciente – gestão transparente - (07 audiências públicas; 19 ACP/improbidade administrativa; 168 portarias PIC e PA; 54 recomendações);	147	76	25	248	74
4) Nepotismo – (14 portarias PA; 07 portarias IQ; 73 recomendações ao PE e PL);	75	3	16	94	76
5) Regimes Próprios de Previdência – (47 municípios do MA que possuem RPPS; 03 portarias PA);	-	47*	3	50	47
6) Suspensão de Festividades – (09 portarias PA; 01 portaria IC; 18 recomendações; 02 ACP Obrig. Não fazer);	21	8	1	30	22
7) Transição Municipal 2016/2017; 2020/2021 - acompanhamento da transição municipal – Recomendações, Portarias, Formulários e ACP's.	159**	135	-	294	235***

Fonte: DEMP/MA; CAOp-PROAD/PGJ, 2021

* municípios maranhenses possuem RPPS. ** SECINST *** eleições 2016 e 2020.

Tabela 72 - Macroações em andamento - Resultados alcançados no projeto “Administração Pública Legal”

Atividades extrajudiciais/judiciais – período de 2016 a 2021	2016 a 2019	2020	2021	Total Macroação	Municípios envolvidos
1) Auxílio Indevido Emergencial – (19 Recomendações; 43 Portarias PA; 04 Ofícios expedidos por membros);	-	52	14	66	37

2) Diário Eletrônico Municipal – (25 Portarias PA; 18 Recomendações);	-	-	43	43	29
3) Controle Interno – (07 Ofícios; 19 Recomendações; 05 Portarias);	25	-	6	31	25
4) Pregão Eletrônico – (48 Recomendações; 66 Portarias PA; 02 Portarias IC; 02 ACPs; 17 Ofícios expedidos e 02 Medida Cautelar);	-	41	96	137	78
5) Procurador Municipal –(67 Recomendações; 14 Portarias PA).	53	-	28	81	65

Fonte: DEMP/MA e CAOp-PROAD/PGJ, 2021

2.3) Projeto nº 03 “Município Legal: + Receita + Direitos”

Esse projeto tem a finalidade de incentivar, promover medidas e indicar aos municípios maranhenses ferramentas para a efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência constitucional, bem como de combate à sonegação fiscal, o qual foi aprovado no Planejamento Estratégico Institucional do MPMA 2016/2021, Plano Geral de Atuação-PGA/MPMA 2019/2020, Resolução nº 57/2018-CPMP, Ato Regulamentar nº 13/2018-GPGJ e Resolução nº 98/2020-CPMP.

São duas ações agregadas nesse projeto: 1) omissão na arrecadação de tributos (instituição, previsão e efetiva arrecadação das receitas municipais); 2) sonegação fiscal (garantia da ordem tributária e recuperação dos créditos fiscais), estando executados o seguinte:

Tabela 73 - Monitoramento da ação Omissão na arrecadação de tributos (instituição, previsão e efetiva arrecadação das receitas municipais)

Promotorias de Justiça Regionais	<u>Completo</u> Termo de Cooperação + Questionário assinados/devolvidos	<u>Incompleto</u> Termo de Cooperação e Questionário	Municípios/ Regional
1ª Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica	22	34	56
2ª Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica	21	32	53
3ª Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica	29	25	54
4ª Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica	22	32	54
TOTAL	94	123	217

Fonte: CAOp-PROAD/PGJ, 2021; Res. nº 98/2020-CPMP

Tabela 74 - Monitoramento de outros procedimentos executados para eficácia do Projeto.

Objetivo de contribuição	Atividades extrajudiciais	Exercício 2021
	<u>1ª Regional da Ordem Tributária</u> - PORTARIA-26ªPJESLZ – 12021 – sonegação fiscal.	01

Iniciativas institucionais implementadas e executadas por promotores de justiça regionais da ordem tributária na área de sonegação fiscal e omissão tributária, bem como outras demandas pontuais para eficácia e efetividade do projeto, executadas pelo CAO-PROAD.	<u>2ª Regional da Ordem Tributária</u> - DESPACHOS- nºs 442021/692021 -712021/82/2021(total 38), suspensões de andamento dos Procedimentos Administrativos até resposta da Requisição nº 294088; DESPACHO nº 2702021– (IC nº.01/2021) – Promoção/Arquivamento, Omissão tributária (IPTU) - município Chapadinha. DESPACHO nº 222021 – Declínio atribuição p/ 4ª Reg. Res. 98/2020. PIC. 09-2019, sonegação fiscal.	39
	<u>3ª Regional da Ordem Tributária</u> – Instauração procedimentos investigação criminal: Portarias nºs 01/21 a 18/21; 20/21 a 28/21; 30/21 a 50/21 - sonegação fiscal.	48
	<u>4ª Regional da Ordem Tributária</u> – Notificações de representantes de empresas, EDT/ 01/09-2021 e Portaria PA - sonegação fiscal. Tratativa com os gestores públicos da prefeitura municipal de Timon, acerca de omissão tributária.	11
	a) Reunião em 06.05.2021, com os promotores de justiça regionais para tratar da suspensão dos procedimentos administrativos inerente ao projeto, objeto da Requisição nº 294088-27ªPJESLZ.	01
	b) Análise do relatório atividade parcial da 4ª Promotoria de Justiça Regional – Relatório Técnico 01/2021-CAO/PROAD.	01
	c) Encaminhamento aos quatro promotores de justiça regionais, total 94(noventa e quatro) Termos de Cooperação Técnica e Questionários assinados e devolvidos pelos prefeitos municipais – omissão tributária, digitalizados.	04
	TOTAL	107

Fonte: DEMP/MA e CAO-PROAD/PGJ, 2021

2.4) Projeto nº 04 “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção”

Esse projeto tem por finalidade implementar ações para incentivar as empresas a instituir ou aperfeiçoar Programas de Integridade como meio de prevenir a corrupção e valorizar condutas éticas nas relações com o poder público, com o setor privado e com os clientes em geral. Visa ainda valorizar a livre concorrência, incentivar uma competição corporativa mais justa e minimizar os riscos de as empresas sofrerem sanções pela Administração Pública por não cumprimento de leis, normas e contratos, buscando-se assim a construção de um ambiente empresarial saudável. Projeto divulgado ao público em geral em 24 de junho de 2021, pelo Procurador-Geral de Justiça e parceiros. Recomendação-GPGJ -72021.

O projeto instaurado através Processo Administrativo nº 101282019, por provocação do Dr. Marco Aurélio Batista Barros, promotor de justiça, titular da 34ª Promotoria de Justiça Especializada – 7ª Promotor da Probidade Administrativa, por meio do qual solicita apoio da Procuradoria Geral de Justiça para o lançamento e implementação do projeto “Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção” em parceria com o SEBRAE/MA, CGU/MA, Secretaria de Estado de Transparência e Controle – STC, Corregedoria Geral do Estado – CGE, TCU/MA e da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP. Dr. Marco Aurélio

Batista Barros, promotor de justiça e Valéria da Silva Santos Alencar, assessora de promotor da 34ª Promotoria de Justiça Especializada e servidora do Ministério Público, são os responsáveis diretos pelas execuções das ações, metas e indicadores desse projeto;

O projeto passou a integrar o portfólio de projetos do CAO/PROAD, através do DESPACHO-SECINST – 422021, de 20 de maio de 2021.

Tabela 75 - Procedimentos executados para eficácia do Projeto

Atividades extrajudiciais	Exercício 2021
Apresentação do projeto às autoridades locais	Alcântara, Codó, Monção, Igarapé do Meio, Paulo Ramos, Marajá do Sena, Presidente Dutra, São Luís, Urbano Santos, Belágua, São Benedito do Rio Preto.
Procedimentos extrajudiciais instaurados pelos órgãos de execução.	

Fonte: CAOp-PROAD/PGJ, 2021; 34ª PJE.

3 – OUTRAS ATIVIDADES E INICIATIVAS (ATOREG-332021)

- 02 (dois) levantamentos gerais, nos 217 municípios maranhenses, via sistema SACOP-TCEMA, das licitações e contratações diretas, contratos de assessoramento jurídico e contábil, visando a identificação de situações irregulares a serem encaminhadas aos órgãos de execução, a fim de subsidiar os estudos para o projeto voltado à estruturação dos controles internos e procuradorias municipais. (Artigo 1.º, II, do ATOREG – 332021);
- Levantamento referente aos 217 municípios maranhenses, via sistema SAAP-TCEMA, de situações de acúmulo de cargos por pregoeiros, para verificar as situações de multiplicidade de vínculos, com posterior comunicação aos órgãos de execução respectivos (Artigo 1.º, II, do ATOREG – 332021);
- Levantamento de informações dos poderes executivo e legislativo dos municípios que integram as comarcas de Imperatriz e Balsas, relacionados a efetividade dos projetos “diário eletrônico municipal e pregão eletrônico”, para subsidiar reuniões com os promotores de justiça do patrimônio público das referidas comarcas (Artigo 1.º, I, do ATOREG – 332021);
- Levantamento/acompanhamento das leis municipais que criam os diários eletrônicos oficiais, nos 217 municípios maranhenses. II
- Análise dos Links Covid-19, nos sítios eletrônicos dos 217 municípios maranhenses, para validação da ferramenta CONFÚCIO. (Artigo 1.º, X, do ATOREG – 332021);
- 04 (quarto) levantamentos, via SACOP-TCEMA, nos 217 municípios maranhenses, sobre a utilização da modalidade pregão na forma eletrônica, para fins de atualização dos indicadores do Projeto “Pregão Eletrônico” (Artigo 1.º, II, do ATOREG – 332021);
- 30 (trinta) respostas a consultas de membros sobre jurisprudências e modelos de peças (Artigo 1.º, III, do ATOREG – 332021);
- Nota Técnica – 01/2021-CAO/PROAD. Orientações quanto às notícias de irregularidades na inversão à ordem prioritária de vacinação contra a covid-19, prevista no plano nacional e estadual de imunização contra a covid-19. “furafilas” da vacina. Responsabilização por ato de improbidade administrativa. Art. 37, *caput*, CF, art. 4º e 11 da lei nº 8429/92 (Artigo 1.º, III, do ATOREG – 332021);

- Nota Técnica – 02/2021-CAO/PROAD. Obrigatoriedade de publicação dos atos oficiais dos municípios em sítio eletrônico oficial do município, ressalvadas as previsões específicas determinadas em lei, em obediência aos princípios da legalidade, publicidade e eficiência, insculpidos no art. 37 da CF/88, art. 147, IX, da CE/MA e normas infraconstitucionais (Artigo 1.º, III, do ATOREG – 332021);
- Nota Técnica – 03/2021-CAO/PROAD. Objeto: Lei Complementar 173/2020. Alterou artigos da LC nº 101/2000 (IRF) e instituiu o programa federativo de enfrentamento ao Corona vírus Sars cov-2. Medidas de auxílio financeiro aos entes públicos. Restrições e proibições. Vedação de aumento de despesas com pessoal. Arts. 7º e 8º da LC nº 173/2020. Proibição de admitir ou contratar pessoal, realizar concursos públicos, ressalvadas as reposições decorrentes de vacinas de cargos ou empregos públicos. Contratações temporárias por prazo determinado (art. 37, IX, CF) são admitidas, desde que comprovada a pertinência com as medidas de combate à calamidade pública (art. 8º, iv, LC 173/2021). Proibição de concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membro de poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares até a vigência da LC 173/2021 - dia 31/12/2021. Constitucionalidade da LC 173/2021. STF ADI's 6450, 6447, 6525 e 6442 (Artigo 1.º, III, do ATOREG – 332021);
- Nota Técnica – 04/2021-CAO/PROAD. Improbidade Administrativa. Lei n.º 8.429/1992. Alterações pela Lei n.º 14.230/2021. Considerações sobre a natureza jurídica da ação de improbidade administrativa, subsidiada em discussões e estudos realizados pelos coordenadores de centros de apoio do patrimônio público dos Ministérios Públicos Estaduais – GNPP (Artigo 1.º, III, do ATOREG – 332021);
- Sugestão de MINUTA ao Procurador Geral de Justiça a respeito de redefinição de atribuições da Diretoria das Promotorias da Capital, para fins de distribuição de demandas provenientes dos Centro de Apoios (Artigo 1.º, III, do ATOREG – 332021);
- Solicitação ao Procurador-Geral de Justiça para implantação do programa *compliance* no âmbito do Ministério Público Estadual. Processo 12421/2021 (Artigo 1.º, IX, do ATOREG – 332021);
- Realização de 09 (nove) eventos pela Escola Superior do Ministério Público de, por sugestão do CAO/PROAD, através das plataformas da ESMP e do Google Meet voltados às alterações legislativas em 2021, na área de atuação de defesa do patrimônio público. Total de 908 inscritos e 2.705 visualizações (Artigo 1.º, XIV, do ATOREG – 332021);
- Realização de treinamento, em parceria com ESMP, na modalidade EAD, aos membros, servidores e à sociedade civil para avaliação dos portais de transparência de prefeituras e câmaras municipais maranhenses. Com 165 inscritos e 1.189 visualizações (Artigo 1.º, XIV, do ATOREG – 332021);
- Resposta a 36 consultas de membros e servidores do Ministério Público do Maranhão para subsidiar avaliações de portais de transparência, nos sites de prefeituras e câmaras municipais maranhenses (Artigo 1.º, I, do ATOREG – 332021);
- 18 Memorandos expedidos – DIGIDOC (Artigo 1.º, XX, do ATOREG – 332021);
- 378 Ofícios Expedidos – DIGIDOC (Artigo 1.º, XX, do ATOREG – 332021);
- Ofícios Circulares - DIGIDOC, num total de 08 (Artigo 1.º, XX, do ATOREG – 332021);
- 173 Procedimentos Administrativos registrados no SIMP relacionados às diversas atividades desenvolvidas pelo CAO/PROAD.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese várias restrições sanitárias decorrentes da Covid-19, que têm exigido constantes mudanças na forma de atuação do Ministério Público, tanto em sua atividade-meio quanto na atividade-fim, em 2021, o CAO/PROAD empreendeu todos os esforços no sentido de dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos desde o início da atual gestão (2020), o que passou pela busca de melhorias na gestão e mapeamento de processos, na busca de mais eficiência e resolutividade, o que passou pela importante decisão de encerramento de diversas macroações, que passaram a integrar as rotinas das promotorias de justiça, além da reformulação de suas ações para inclusão no novo planejamento estratégico.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde), órgão auxiliar do MPMA na defesa do direito à saúde, foi instituído pela Resolução nº 09/2010 – CPMP, posteriormente alterada pela Resolução nº 16/2013 – CPMP.

Em 2021, considerando a necessidade de promover a remodelação dos Centros de Apoio Operacional, as Resoluções nº 09/2010 - CPMP e nº 16/2013 – CPMP foram revogadas expressamente pela Resolução nº 102/2021 – CPMP, dando lugar ao ATOREG – 332021 (publicado no Diário Oficial em 10/06/2021), o qual dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do MPMA.

Atualmente, o CAOp/Saúde - MPMA se encontra instalado no 1º (primeiro) andar do Prédio Anexo da Procuradoria-Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, bairro Centro, e é coordenado pela titular da 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Capital, Dra. Maria da Glória Mafra Silva.

2. PROJETOS INSTITUCIONAIS DO CAOP/SAÚDE

O MPMA, em conformidade com a Resolução nº 147/2016-CNMP e o Ato nº 510/2016-GPGJ-MPMA, aderiu no dia 30 de setembro de 2020 ao Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e aprovado no dia 26 de março de 2019, com vigência no período de 2020 à 2029¹².

Considerando o processo de atualização do Planejamento Estratégico do MPMA, deflagrado pela PGJ em 27/05/2021, em cerimônia virtual disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=6c1ApmiGM1w>, e o encerramento da vigência do Planejamento Estratégico 2016-2021 da instituição em dez/2021, o CAOp/Saúde elaborou **RELATÓRIO**, constante do **Processo Digidoc nº 9459/2021** e encaminhado à Administração Superior do MPMA, contendo o levantamento da execução, durante todo o seu período de vigência, dos **2 (dois) Projetos** que compunham seu Plano Tático Operacional de 2016-2021, quais sejam: a) “**Mediação Sanitária e Ministério Público**” e; b) “**Direito à Saúde e Ministério Público**”.

O Relatório de Execução dos Projetos Institucionais do CAOp/Saúde em vigor foi exposto aos Promotores de Justiça de Defesa da Saúde em Reunião Institucional, realizada no dia 08/07/21, na modalidade remota, a fim de prestar contas das ações empreendidas, assim como expor as perspectivas para o novo ciclo de planejamento.

2.1.1 Projeto Mediação Sanitária e Ministério Público

Tal Projeto buscava, por intermédio do mecanismo de Mediação Sanitária, esgotar todas as possibilidades de obter o cumprimento do dever de acesso às serviços e ações públicas de saúde pela via extrajudicial, atenuando a litigiosidade.

12 Disponível em: < https://planejamento.mpma.mp.br/?page_id=310>. Acesso em 03/01/2022.

Trata-se, portanto, de uma estratégia de atuação que prestigia o engajamento de todos os atores sociais na efetivação de políticas públicas de saúde, sem que se recorra ao aforamento de ações judiciais, que muitas vezes se mostram pouco resolutivas, conforme diretrizes fixadas na Carta de Brasília.

Considerando que os mecanismos de atuação extrajudicial são plurais, o CAOp/Saúde sugere ao Órgãos de Execução que atuem, prioritariamente, por meio de Audiências Públicas, Audiências de Mediação Sanitária, Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta.

Após análise de seu histórico de execução, optou-se pelo encerramento do referido Projeto pelas seguintes razões:

- O Projeto “Mediação Sanitária e Ministério Público” se trata de uma estratégia de atuação, já fomentada pelo CAOp/Saúde – MPMA em suas Sugestões de Roteiro de Atuação, de modo que não possui um objetivo em concreto;
- Falta de devolutiva dos Órgãos de Execução quanto à execução do Projeto, o que dificulta o cálculo de seu indicador. O ideal seria que fosse possível a extração dos dados pelo CAOp/Saúde diretamente do SIMP;
- O Projeto, em sua versão final, de agosto/2019, previa ações para execução até junho/2021, portanto o Projeto não tinha mais ações pendentes.

2.1.2 Projeto Direito à Saúde e Ministério Público

Este Projeto visava fomentar a fiscalização da oferta, pelos municípios do Estado do Maranhão, das ações e serviços públicos de saúde inseridos no componente da Atenção Primária, através da fiscalização contínua e efetiva do Perfil Mínimo das Ações e Serviços de Saúde, fixado na Resolução nº 43/2011 da Comissão Intergestores Bipartite do Maranhão (CIB/MA), e concentrando esforços no monitoramento da Rede de Atenção Materno Infantil e Rede de Atenção Psicossocial. O Projeto converteu seu foco de atuação para a Atenção Básica, já que tal nível de complexidade de ações e serviços de saúde tem o potencial de resolução de parcela significativa dos problemas de saúde, e deve ser disponibilizado por todos os municípios maranhenses.

Após análise de seu histórico de execução, optou-se pelo encerramento do referido Projeto pelas seguintes razões:

- a) A Resolução nº 43/2011 – CIB/MA, que contém o Perfil Mínimo das Portas de Entrada, remonta ao ano de 2011, razão pela qual está obsoleta, embora vigente, necessitando de adequação às normativas do Ministério da Saúde que estão em vigor, notadamente àquelas que dispõem sobre o Programa Previne Brasil;
- b) Falta de devolutiva dos Órgãos de Execução quanto à execução do Projeto, o que dificulta o cálculo de seu indicador. O ideal seria a possibilidade de extração dos dados pelo CAOp/Saúde diretamente do SIMP;
- c) O Projeto, em sua versão final, de agosto/2019, previa ações para execução até julho/2021, portanto não tinha mais ações pendentes.

2.2 Projetos Institucionais em vigência (Planejamento Estratégico 2021-2029)



Dra. Glória Mafra apresentou os resultados dos projetos alcançados pelo CAOp/Saude em reunião de Planejamento Estratégico e as iniciativas para o novo ciclo 2021-2029

O CAOp/Saúde apresentou na Reunião de Análise da Estratégia – RAE, realizada no dia 17/12/2021, na PGJ, as Fichas de Abertura de seus novos Projetos Institucionais, a serem desenvolvidos nos próximos 3 (três) anos do Planejamento Estratégico 2021-2029 – 1ª Ciclo do Planejamento:

Projeto “Previne Brasil e o fortalecimento da Atenção Básica”

O Planejamento Estratégico do MPMA elencou, no Eixo Saúde, 3 (três) Ações Finalísticas voltadas à Atenção Básica, quais sejam: 1- “Fortalecimento da Atenção Básica, elegendo a saúde preventiva como prioridade”; 2- “Programa MPE e Sociedade Civil para acompanhar a aplicação dos serviços de saúde na Atenção Básica. Fiscalização por parte do usuário. Ferramentas tecnológicas para o cidadão acompanhar, parceria do MPE para implementar canais de fiscalização” e; 3- “Proteção preventiva à saúde das famílias”.

A Atenção Básica, nos termos da Portaria de Consolidação (PRC) nº 02/2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica, é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária.

Projeto “O Ministério Público no fortalecimento da Rede Cegonha”

A Rede Cegonha, instituída através da Portaria GM/MS nº 1459, de 24 de junho de 2011 (PRC nº 03 e 06/2017), é uma estratégia do Ministério da Saúde (MS) que tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País, com a implementação de uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Os componentes da Rede Cegonha são: (a) Pré-natal; (b) Parto e nascimento; (c) Puerpério e atenção integral à saúde da criança e (d) Sistema logístico (transporte sanitário e regulação).

Projeto “O Ministério Público no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial”

Considerando a necessidade de ampliar e diversificar os serviços do SUS para a atenção às pessoas em sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do consumo de álcool, crack e outras drogas e suas famílias, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi instituída através da Portaria MS/GM nº 3088, de 23 de dezembro de 2011 (PRC nº 03/2017), com o propósito de criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde destinados a esse público, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os componentes da RAPS estão previstos no Anexo V, art. 5º da PRC nº 03/2017, tais como: I) Atenção Básica em Saúde; II – atenção psicossocial especializada; III – Atenção de Urgência e Emergência; IV – Atenção Residencial de Caráter Transitório; V – Atenção Hospitalar; e VI – Estratégias de Desinstitucionalização.

Todavia, segundo informações prestadas pela gestão estadual (Ofício nº 3960/2021/SAAJ/AJC/NJR/SES), apenas as Regiões de Saúde de Rosário e Timon possuem Planos de Ação Regional da Rede de Atenção Psicossocial aprovados em CIB/MA, mas que seguem aguardando validação do Ministério da Saúde.

Tal situação de precariedade do planejamento se reflete na existência de diversas irregularidades em todo o fluxo de atendimento da Rede, tornando-a fragmentada e desarticulada no Estado do Maranhão, gerando desassistência.

Desse modo, tendo em vista a fragilidade da assistência à saúde mental no Maranhão, o Plano Estadual de Saúde (PES) 2020-2023¹³ previu o “Fortalecimento da Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, buscando a garantia do atendimento integral e efetivo às pessoas que sofrem em decorrência de transtorno mental e uso indevido de drogas” como Objeto 3 da Diretriz I do PES 2020-2023, tendo como Metas: a) garantir apoio institucional aos municípios nas ações da Política de Saúde Mental; b) Garantir avaliação e acompanhamento de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei que cumprem medidas terapêuticas aplicadas pelo judiciário; c) Promover ações em Saúde Mental e de prevenção ao uso de drogas.

Projeto “Censo Pré-Natal”

Tal Projeto busca induzir a qualificação da assistência materno infantil, e consequentemente, impactar na redução da mortalidade infantil do Estado do Maranhão, através da concepção de aplicativo para dispositivos móveis chamado “Censo Pré-Natal”, que possibilitará o preenchimento de informações, pelos Hospitais de Referência do Estado, sobre o pré-natal, parto e transporte sanitário de neonatos/crianças que forem encaminhadas a estes estabelecimentos por outros municípios, o que gerará a notificação automática e em tempo real de Promotores de Justiça e Defensores Públicos para que atuem tempestivamente na defesa do direito à saúde, conforme suas atribuições institucionais.

Isso porque, segundo a Sociedade de Puericultura e Pediatria do Maranhão, em que pese as taxas de mortalidade infantil tenham diminuído bastante no Maranhão desde 1990, ela ainda permanece alta, com dois dígitos, diferindo de Estados do Sul e do Sudeste, e mesmo do Nordeste¹⁴.

13 Disponível em: < <https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Plano-Estadual-de-Saude-Versao-Modificado-em-08-de-julho-2021.pdf> > Acesso em 26/11/2021.

14 Disponível em: < https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Carta_SPPMA_1_.pdf >

O Projeto tem como parceiros: Secretaria de Estado da Saúde – SES-MA; Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE-MA; Secretaria Extraordinária de Articulação das Políticas Públicas do Estado do Maranhão – SEEP-MA; Secretaria Municipal de Saúde de São Luís - SEMUS; Sociedade de Pediatria e Puericultura do Maranhão – SPP-MA; Hospital Universitário da UFMA – HU-UFMA; e Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Maranhão – SOGIMA.

A concepção e gerenciamento do Censo Pré Natal coube ao Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica (TCC) que instituiu o Projeto “Todos pela Atenção Básica”, publicado no Diário Eletrônico do MPMA no dia 01/10/2020, ao qual o MPMA aderiu formalmente em cerimônia realizada no dia 21/08/2020, na PGJ.

3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CAOP SAÚDE

3.1 Atuação voltada ao enfrentamento da pandemia de covid 19

Em 2021, além da necessidade de fiscalização das ações adotadas pela gestão para enfrentamento da crise sanitária, aos moldes da atuação já adotada em 2020, o MPMA se viu diante do importante desafio de monitorar a execução da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid 19, deflagrada pelo Ministério da Saúde em janeiro/2021, o que demandou esforço deste Centro de Apoio na elaboração de estratégias de fiscalização do processo de imunização nos municípios maranhenses, para auxiliar os Órgãos de Execução com atribuição na defesa da saúde.

Desse modo, no ano de 2021, elencam-se as principais providências que foram adotadas pelo CAOp/Saúde, relacionadas ao enfrentamento da pandemia em relação à:

- Atuação dos Conselhos Municipais de Saúde durante a Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid 19:
- Imunização contra a Covid 19 de pessoas com comorbidades:
- Controle de doses aplicadas e em estoque no âmbito da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid 19:
- Atraso na administração da D2:
- Antecipação da aplicação de D2:
- Falta de D2:
- Aplicação de doses vencidas da vacina Astrazeneca:
- Fiscalização do cumprimento à ordem de prioridade na Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid 19:
- Inserção das informações relativas às doses aplicadas da vacina contra covid 19 no SIPNI:
- Divergência de informações sobre registros de vacinação contra a Covid 19 apresentadas na Plataforma LocalizaSUS (MS) e no Painel Covid 19 (SES/MA):
- Redução do intervalo entre a dose de reforço (DR) e a última dose do esquema básico (segunda dose) com a vacina Comirnaty do Laboratório Pfizer/Wyeth, no Estado do Maranhão:
- Municípios que nunca informaram dados no Sistema de Notificação Covid 19 Maranhão - SES/MA, e os municípios silenciosos no referido sistema:
- Vacinação de adolescentes contra a Covid 19:
- Fluxos de atendimento para Covid 19 no Maranhão:

- Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid 19 e Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid 19:
- Auxílio emergencial 2021:
- Rede de Oxigênio nos municípios maranhenses:
- 23ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza:
- Recrudescimento na pandemia no início de 2021 (segunda onda):
- Venda de imunizantes contra a Covid 19:
- Arboviroses, considerando a sintomatologia semelhante à Covid 19:
- Possível surto de H3N2, em concomitância com o risco de proliferação da variante ômicron.

3.2 Campanha Nacional de Multivacinação

Em 2021, o Ministério da Saúde divulgou, através de Informe Técnico, a realização de Campanha Nacional de Multivacinação durante o período de 01 a 29 de outubro/2021. A multivacinação tem por objetivos oportunizar o acesso às vacinas que fazem parte do Calendário Nacional de Vacinação da Criança e do Adolescente; atualizar a situação vacinal e aumentar, por consequência, as coberturas vacinais, diminuindo a incidência e contribuindo para o controle, eliminação e/ou erradicação das doenças imunopreveníveis nas crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade.



A coordenadora do CAOp/Saúde, Glória Mafra, participa de reunião sobre o calendário de imunização infantil

3.3 Necessidade de comunicação das internações psiquiátricas ao Ministério Público

3.4 Lei Geral de Proteção de dados

O CAOp/Saúde encaminhou ao PGJ, através do MEMO-CAOP/SAUDE – 692021, considerações e sugestões de colaboração do CAOp/Saúde para a otimização do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/18) no âmbito do MPMA, tanto no tocante à atuação finalística, quanto internamente (trato de dados sensíveis de membros e servidores).

3.5 Planejamento em Saúde

Considerando que no ano de 2021 deveriam ser elaborados os Planos de Saúde Municipais 2022-2015, ante a iminência de perda de vigência do Plano de Saúde 2018-2021, e

tendo em vista o teor do “Manual Básico para realização de Conferências de Saúde”, editado pelo Conselho Nacional de Saúde no ano de 2021, com comentários acerca das dúvidas quanto à realização ou não de conferência de saúde municipal levando em conta o período pandêmico, assim como a publicação da Resolução nº 04, de 07 de junho de 2021, do Conselho Estadual de Saúde do Maranhão (CES/MA), contendo orientações aos municípios maranhenses quanto à realização das Conferências Municipais de Saúde e elaboração do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, o CAOp/Saúde encaminhou mensagens eletrônicas ao longo de 2021 aos Órgãos de Execução, contendo orientações a respeito do tema.

3.6 Fluxos, Planos de Atuação e Rotinas de Trabalho para os CAOPs



A coordenadora do CAOp/Saúde discute fluxo e rotinas de trabalho com PGJ

Tendo em vista a necessidade de consecução de fluxos, planos de atuação e rotinas de trabalho para os CAOPs, uma vez que, até então, inexistia ato normativo que disciplinasse a matéria no âmbito do MPMA, o CAOp/Saúde encaminhou os MEMO-CAOP/SAUDE – 372021 e MEMO-CAOP/SAUDE – 382021 à SECINST e ao PGJ, respectivamente, a fim de expor a necessidade de que seja dada prioridade à efetivação de estudo para a elaboração de ato normativo que discipline os fluxos e rotina de

trabalho dos CAOPs, sobretudo em face da altíssima demanda de denúncias de usuários externos que são encaminhadas ao CAOp/Saúde durante o período pandêmico, a fim de que não haja prejuízo de ordem interna, visando à otimização de tempo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, este Centro de Apoio deixa o registro de que, em que pese todas as dificuldades e desafios impostos pela pandemia de Covid 19 em 2020 e 2021, o CAOp/Saúde tem desempenhado suas atribuições institucionais de forma coerente e aguerrida, comprometido com a função de auxiliar o MPMA em suas atuações finalísticas na defesa do direito à saúde, sempre atento às temáticas passíveis de impactar na atuação institucional dos Órgãos de Execução com atribuição na Defesa da Saúde.

Em 2021, com a construção do novo ciclo do Planejamento Estratégico do MPMA, o CAOp/Saúde estabeleceu a tônica que será dada a sua atuação nos próximos 3 (três) anos, que correspondem ao 1ª Ciclo do Planejamento, pelo impacto de tais políticas na assistência à saúde da população e a fragilidade ainda observada nas mesmas em todo o Estado do Maranhão: 1) Atenção Básica, com foco no Previne Brasil; 2) Rede Cegonha e; 3) Rede de Atenção Psicossocial.

Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOp/MULHER)

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório visa apresentar as atividades desenvolvidas pelo Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAOP MULHER) do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), órgão auxiliar da atividade funcional desta Instituição, em conformidade com o Art. 38 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, dentro do ano de 2021.

Inicialmente, insta salientar que o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero somente foi criado em 17 de maio de 2021, com a atuação inicial da sua coordenadora, Dra. Sandra Fagundes Garcia, cumulando às funções junto à Promotoria, atuando a partir de setembro de 2021 de forma exclusiva.

A atuação do CAOP MULHER tem por objetivo auxiliar a função institucional do Ministério Público no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher com o atendimento dos órgãos de execução com atuação nas demandas de gênero, a sociedade em geral que busque o acolhimento do MP/MA, além da promoção direta com órgãos de atuação na proteção de direitos das mulheres vítimas de violência para que se desenvolvam projetos e parcerias conjuntamente ao MP em busca de melhorias na proteção das mulheres a fim de minimizar a violência de gênero.

2. DO CENTRO DE APOIO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO – CAOP MULHER

2.1. Dos projetos do CAOP MULHER

2.1.1. Patrulha Maria da Penha

O projeto “Patrulha Maria da Penha” tem por objetivo viabilizar a instalação da Patrulha Maria da Penha nos municípios que possuem sede de Batalhão de Polícia Militar, ampliando, assim, a proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade devido à violência doméstica e familiar, com a constante presença do Poder Público junto a estas mulheres agredidas.

Para isto, é necessário a disposição de efetivo policial preparado para o atendimento de



mulheres vítimas pela violência doméstica, além da existência de uma viatura policial com atuação direcionada à patrulha.

Assim, foi solicitado pelo Caop-Mulher o auxílio da Adm. Superior através da Secretaria de Planejamento e Gestão- SEPLAG para conseguir as viaturas, o que foi prontamente atendido.

Atualmente, aguarda-se a chegada de 11 (onze) viaturas adquiridas através de Emendas Parlamentares, que serão destinadas à PM para direcionar à Patrulha Maria da Penha.

Paralelo a isso, foram realizadas reuniões com a Cel. Augusta, coordenadora estadual da Patrulha Maria da Penha da PM/MA, os comandantes das respectivas sedes de BPM e os promotores de justiça das comarcas em que serão implantadas as PMP. O objetivo foi de viabilizar a aquisição de material e articulação para reserva de efetivo de policiais necessários à instalação da Patrulha. O CAOP-MULHER, através da sua coordenadora, teve reuniões com a Secretária de Estado da Mulher e o Subsecretário de Segurança Pública com esse mesmo objetivo.

Atualmente, a patrulha Maria da Penha já se encontra instalada nos municípios de São Luís, Imperatriz, Balsas, Santa Inês, Caxias, Timon, Açailândia e Itapecuru Mirim, aguardando a chegada das 11 (onze) viaturas previstas para março/2022.

2.1.2. Grupo Reflexivo Novo Olhar



O projeto do Grupo Reflexivo “Novo Olhar” surgiu com o objetivo de promover momentos de reflexão e conhecimento sobre questões de gênero, questionando os conceitos de masculinidade, machismo, com o intuito de fomentar a Lei Maria da Penha e os Direitos Humanos, criando um ambiente de respeito e de escuta compartilhada, estimulando os participantes à resolução

de conflitos pautada no diálogo, incitando o desenvolvimento de práticas não violentas, além de estimular os homens na percepção da implicação de suas atitudes no ambiente doméstico e familiar, contribuindo para a construção de novas masculinidades e do estabelecimento de relações interpessoais equitativa.

O projeto é voltado para grupos de homens em processo judicial, envolvidos em um contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, apresentando como objetivo principal o despertar em seus integrantes acerca de uma reflexão sobre suas atitudes nas relações com o gênero feminino, sensibilizando-os para um processo de mudança em que se estabeleça a paz e o respeito. Os encontros são promovidos uma vez por semana, sendo no mínimo de 10 (dez) encontros para a sua formação, com duração aproximada de 1 (uma) hora

e meia a 2 (duas) horas por semana, e instituídos através de Termo de Cooperação Técnica entre MP e Judiciário.

No qual se destaca que o projeto já está sendo desenvolvido nas comarcas de São Luís, Imperatriz, Açailândia e em vias de ser implementado em Balsas, com expansão para outras comarcas. Importante ressaltar que o índice de reincidência nessas comarcas foi próximo a zero, o que implica dizer que é um projeto que vem alcançando seu resultado.

2.1.3. Conversando com elas

O projeto “Conversando com elas” é uma iniciativa que visa à conscientização das mulheres acerca da Lei Maria da Penha, explicando detalhadamente, sobre os diversos tipos de violência.

Para isto, o projeto é marcado pela promoção de palestras, manutenção de grupos, dentre outros, com a aproximação do Ministério Público e outros órgãos do Poder judiciário à sociedade em geral,

atuando diretamente, de forma preventiva, a fim de diminuir os números de vítimas de feminicídios e violência doméstica e familiar, e conseqüentemente o número de agressores.

Foi gravado um vídeo com apoio da Coordenadoria de Comunicação e 03 (três) integrantes do Centro de Apoio, a coordenadora Dra Sandra Garcia e 02 membros do Caop: Dra Leticia Freie e Dra Natália Macêdo, em seguida, encaminhado aos Promotores de Justiça a fim de divulgar seu conteúdo preventivo, que poderá ser repassado a grupos da rede de proteção à mulher, escolas ou outros locais em que disponha um espaço para falar sobre a Lei Maria da Penha.



2.1.4. Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - CAOP ITINERANTE



O projeto “Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher” tem como principal objetivo de sua criação o fortalecimento da rede de apoio em todas as regiões do Maranhão, prevenindo a violência contra as mulheres, com a ampliação da atuação das redes para propor, articular, monitorar e avaliar políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência de gênero, envolvendo setores públicos, organizações da sociedade civil e sociedade em geral. O referido projeto tem por objetivo a

aderência de vários municípios do Maranhão para que haja a ampliação da rede de apoio das mulheres vitimizadas pela violência doméstica.

Do qual se destaca que projeto teve início na cidade de Pinheiro/MA e Guimarães/MA, região da Baixada Maranhense, com a presença do Procurador Geral de Justiça e Diretor para Assuntos Institucionais para o lançamento e assinatura do protocolo de intenções. Esse projeto contou com o comprometimento por parte dos órgãos do Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder Legislativo na ampliação e manutenção da rede de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher.

2.2. PADHUM

O Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos – PADHUM é um projeto desenvolvido pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão juntamente a Secretaria para Assuntos Institucionais com o intuito de promover a defesa dos direitos humanos. O projeto conta com 6 (seis) eixos de atuação, com foco em diversas áreas de proteção de direitos humanos, no qual um dos eixos é justamente o enfrentamento do feminicídio e a violência psicológica contra a mulher, que se dará com a atuação direta do CAOP-MULHER que irá fornecer às promotorias de justiça com atuação na violência doméstica e familiar o apoio técnico e o acompanhamento para a aplicação dos projetos e metas do programa.

A atuação do CAOP MULHER junto ao PADHUM dar-se através do fornecimento de todo o suporte necessário a atuação das promotorias no alcance das metas previstas no projeto, fornecendo os materiais, suporte técnico, suporte jurídico, atuação junto de outros órgãos, tudo a fim de auxiliar a melhor execução possível do projeto.

2.3. PARCERIAS

2.3.1. Parceira com o CAOP DH - Projeto “Quem escolhe seu caminho: Você ou as drogas?”

O projeto de prevenção às drogas “Quem escolhe seu caminho: Você ou as drogas?” promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero – CAOP MULHER e o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos – CAOP DH tem por objetivo desenvolver palestras em escolas da rede pública estadual e municipal com a finalidade de despertar a reflexão sobre a problemática das drogas e suas implicações na vida familiar e social, além de contribuir para a diminuição da criminalidade, promovendo o concurso de poesia intitulado “Quem escolhe seu caminho: Você ou as drogas?” para o município de São Luís – MA.

No dia 07/12/21 foi realizada palestra presencial pela coordenadora do CAOP_MULHER, na escola Newton Neves com a presença dos alunos do 9º ano e SEMED. Na ocasião foi anunciado ganhadores do concurso de poesia e entregue premiação.

2.3.2. Parceria com o CAOP IPCD – Compromisso pelo Enfrentamento da Violência contra a Pessoa com Deficiência

O CAOP MULHER e o CAOP IPCD intenta a promoção de compromisso com a intenção de propor, articular, monitorar e avaliar políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher com deficiência a partir de ações que venham a diminuir a incidência da violência às Mulheres Deficientes no Estado do Maranhão.

A parceria teve início em nov/21 e traz por objetivo a promoção um evento para o ano de 2022 com o intento de conscientizar sobre a necessidade de proteção dos direitos das mulheres com deficiência, além de promover uma carta de compromisso entre o Ministério Público do Maranhão e órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Poder Executivo para a promoção dos direitos das mulheres com deficiência. Evento previsto para 07/03/22 dará início ao mês internacional da mulher com intensa programação do CAOP-MULHER.

2.3.3. Parceria com o CAOP-JÚRI – Criação Do Núcleo De Atendimento Às Vítimas - NAV

O núcleo é o atendimento integral às vítimas e seus familiares, acolhendo e prestando atendimento psicossocial e jurídico inicial a essas pessoas especialmente vulneráveis, inclusive dando-lhes as informações necessárias sobre seus direitos e as investigações e processos que lhe digam respeito, encaminhando-as aos serviços de saúde, segurança, assistência social, psicológica e jurídica quando necessitem.

2.3.4 Parceria com o CEMULHER – CAOP Itinerante

O CAOP MULHER em sede do CAOP Itinerante visa promover a fortalecimento da rede de apoio em todo o Maranhão, prevenindo a violência contra a mulher. Nesse sentido, foi promovida parceria com o CEMULHER – TJMA que já atua em prol do fortalecimento da rede, promovendo ações que fazem parte da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres pelo Poder Judiciário, instituída pelo CNJ (Resolução nº 254, de 04.09.2018), com o intuito de atender todo o estado do Maranhão, oferecendo um conjunto de ferramentas para o combate à violência doméstica e familiar através da articulação com a Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher.

2.3.5. Parceira com a Coordenação da Patrulha Maria da Penha – Projeto Patrulha Maria da Penha

A Coordenadora Estadual das Patrulhas Maria da Penha (PMP), representada pela Coronel Augusta Andrade, atua em parceria com o CAOP MULHER a fim de ampliar o número de municípios onde se encontram instaladas as patrulhas Maria da Penha a fim de busca a maior proteção de mulheres vitimizadas pela Violência Doméstica e Familiar.

2.4. DOS EVENTOS

2.4.1. Agosto Lilás

O Agosto Lilás é uma campanha de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher que tem por objetivo intensificar a divulgação da Lei Maria da Penha. Em sede do Agosto Lilás, o CAOP desenvolveu em parceria com Escola Superior do Ministério Público diversos eventos junto a campanha “Agosto Lilás- 15 anos da Lei Maria da Penha do Ministério Público”. Também foi realizada reunião com os membros sobre a implantação e orientação dos projetos que o CAOP-MULHER dispõe. Assim como encaminhado através do Google Drive material para adesão dos mesmos.

2.4.2. Setembro Amarelo

No setembro Amarelo, o CAOP MULHER atuou juntamente ao Ministério Público participando de campanhas de divulgação da importância da salvaguarda da saúde mental, com

a participação da Campanha do Setembro Amarelo a convite do CAOP -DH – Pedalada na Litorânea.

2.4.3. Lançamento do PADHUM



Solenidade de Lançamento do PADHUM

O Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (Padhum) foi lançado em 25 outubro de 2021 e tem por objetivo atuação em 6 (seis) eixos: enfrentamento da violência psicológica contra a mulher e do feminicídio, direitos de pessoas em situação de rua, combate ao racismo, à LBGTfobia e à intolerância religiosa, direitos de pessoas que vivem com HIV/Aids, direitos de comunidades quilombolas e direitos de pessoas que vivem em insegurança alimentar.

Em seguida, foi realizada reunião com a presença da SECINST e os membros que irão participar do programa inicialmente. Nesse encontro virtual, ocorrido em 11/11/2021, foi apresentado o programa, encaminhado material de apoio e tirado as dúvidas com relação à implementação.

2.4.4. Assinatura do Protocolo de Intenções em sede do CAOP ITINERANTE

Em sede do CAOP ITINERANTE, houve a assinatura do Protocolo de Intenções em uma parceria com o Ministério Público do Maranhão e órgãos do Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo. O referido protocolo visa propor, articular, monitorar e avaliar políticas públicas de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher a partir de ações que venham a diminuir a incidência da violência de gênero no Estado do Maranhão, já tendo sido assinado na cidade de Pinheiro e na cidade de Guimarães no Estado do Maranhão.

2.4.5. Participação na COPEVID

A Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID promoveu o XI Encontro Nacional da COPEVID acerca da Lei Maria da Penha - Interseccionalidades e alterações legislativas.

2.5. DAS PALESTRAS

2.5.1. Sinal Vermelho

A campanha do Sinal Vermelho é um projeto criado pelo CNJ com o intuito de conscientizar acerca da Violência Doméstica, ampliando o destaque da necessidade de a sociedade denunciar os casos de violência, expandir a rede de acesso às mulheres vitimizadas. Em sede da referida campanha, a 2ª Promotoria de Justiça Civil de São José de Ribamar promoveu a Campanha de prevenção a Violência Doméstica e de Gênero do qual a coordenadora do CAOP MULHER compôs a mesa e palestrou junto com o titular da respectiva Promotoria.

2.5.2. Palestra “Quem escolhe seu caminho: Você ou as drogas?”

O CAOP MULHER promoveu no dia 07 de dezembro de 2021, a palestra na escola Newton na continuidade da iniciativa do projeto “Quem escolhe seu caminho: Você ou as drogas?” promovido em parceria com o CAOP DH.

4. RESUMO NUMÉRICO DA ATUAÇÃO DO CAOP MULHER/2021

O CAOP MULHER desenvolveu no período de 6 (seis) meses, contados da sua criação, dia de junho de 2021, até o dia dezembro de 2021, um total de **91 (noventa e uma) atividades** (Reuniões; Participações em eventos; Consultas respondidas em apoio a atuação dos órgãos de execução; Eventos formativos realizados em parceria com a ESMP e outras instituições do SGD.

Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri – CAOp/JÚRI

1. INICIATIVAS E PROJETOS DO CAOP/JÚRI

Desde sua instalação, o Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri tem efetivado algumas iniciativas visando maior contato com os membros do MPMA, fornecendo-lhes apoio e material relativo ao Tribunal do Júri, além de prestigiar a atuação ministerial na Defesa da Vida. No mesmo sentido, visando melhorar as investigações policiais e maior atendimento às vítimas, o CAOp/Júri iniciou a realização de projetos que objetivam impactos nesses setores, sempre atuando em parceria com órgãos do próprio Ministério Público e, sobretudo, da Segurança Pública e da Perícia Criminal do Estado.

1.1 Iniciativa “Conhecendo os jurados”

Iniciativa em fase de implementação pelo CAOp/Júri em parceria com a CAEI com o objetivo de realizar pesquisa social, de caráter sigiloso, sobre a idoneidade dos jurados constantes na lista geral ou sorteado, titular ou suplente, para a reunião periódica, através de fontes de informações abertas e sistemas de informações de acesso ao Ministério Público, de modo a conhecer os julgadores subsidiando os membros do Ministério Público na escolha daqueles que irão compor o Conselho de Sentença.

Em fase de teste, foram realizadas pesquisas sociais para 04 (quatro) Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão (São Luís; Santa Luzia; Barra do Corda e Chapadinha). A pesquisa é feita pela CAEI, atuando o CAOp/Júri como intermediador.

Para a implementação efetiva da iniciativa, a CAEI, com apoio do CAOp/Júri, elaborará em 2022, um roteiro que possibilitará que pesquisas menos complexas possam ser realizadas pelo próprio órgão de execução ministerial, ficando a cargo da CAEI as pesquisas de perfil de jurados em casos mais complexos.

1.2 Iniciativa “MPMA em Defesa da Vida”



Figura 10 - Imagens da Campanha "MPMA em Defesa da Vida "

Trata-se de iniciativa implementada no final do mês de outubro do ano de 2021, que visa dar maior visibilidade as atuações do MPMA em julgamentos pelo Tribunal do Júri, com a parceria da CCOM.

Desde a implementação, foram feitas **10 postagens** pela CCOM nas redes sociais oficiais do MPMA, e no próprio site, dando notícias sobre os resultados dos julgamentos do Tribunal do Júri, no site oficial do MPMA.

1.3 Criação da Comunidade *Currents* do CAOp/Júri

Como uma forma de maior divulgação das matérias relacionadas ao Tribunal do Júri e de difundir as atividades do CAOp/Júri e trocar informações sobre o Tribunal do Júri foi criada a comunidade do CAOp Júri no *Currents* (*rede social interna do MPMA*), em maio de 2021.

Durante o ano de 2021, o CAOp/Júri efetivou **117 postagens** no *Currents*, constando a comunidade atualmente com 80 participantes, sendo a terceira maior do *Currents* do MPMA e a que mais possui postagens na rede.

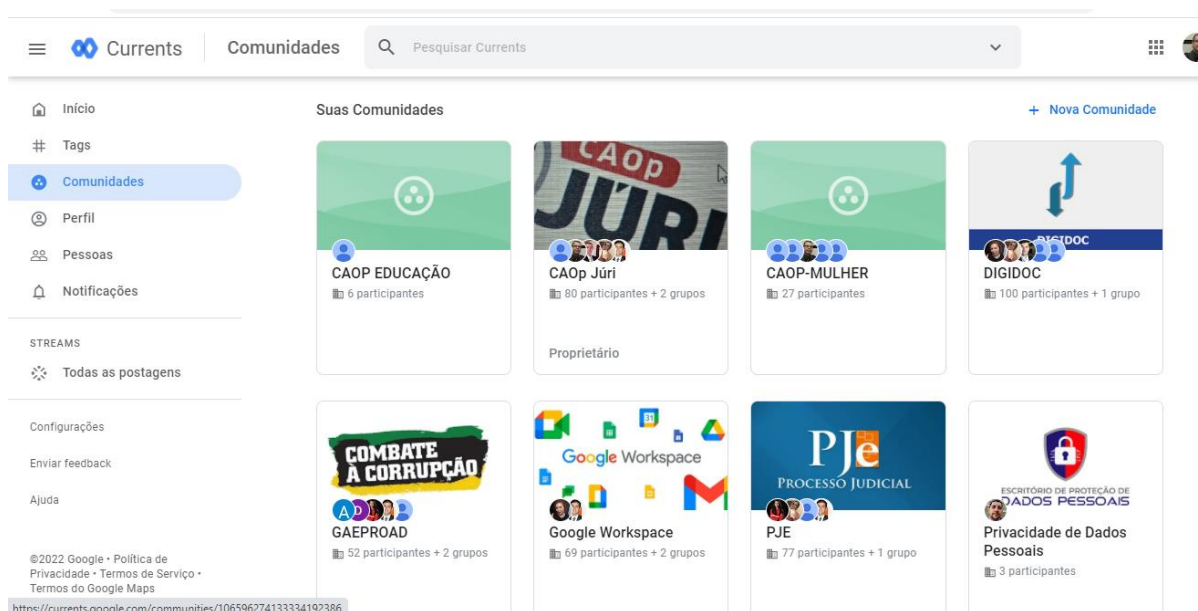


Figura 11 – Comunidade do CAOp/Júri na Plataforma *Currents*

1.4 Grupo de WhatsApp e “Pílulas de informação”

Como uma forma de maior divulgação das matérias relacionadas ao Tribunal do Júri e de troca mais rápida de informações entre os membros do Ministério Público do Maranhão, o CAOp/Júri utiliza-se do aplicativo de mensagens WhatsApp no “Grupo Júri MPMA”, onde os integrantes são apenas membros do MPMA.

Justamente pela facilidade de troca rápida de informações e de divulgação, o CAOp/Júri passou a encaminhar, via WhatsApp, “pílulas de informação”, constando um trecho de jurisprudência, trechos de livros, indicações de leitura utilizando-se a técnica de *visual law*.

Desde sua implementação, foram encaminhadas **37 “pílulas de informação”** pelo WhatsApp.



Figura 12 - Pílulas de Informação

1.5 Projeto “Núcleo de Atendimento às Vítimas – NAV”

O CAOp/Júri em parceria com o Centro de Apoio de Enfrentamento à Violência de Gênero – CAOp Mulher, solicitaram ao Procurador-Geral de Justiça a criação e a instalação de um Núcleo de Atendimento às Vítimas – NAV no âmbito do Ministério Público do Maranhão, com o objetivo amparar as vítimas de violência doméstica e feminicídio, bem como, seus familiares, prestando atendimento psicossocial e jurídico.

Dentre as várias atribuições, o NAV prestará atendimento ao público-alvo, inicialmente, fornecendo informações sobre seus direitos, inquiridos e processos a que estão vinculados, além de realizar o encaminhamento devido aos serviços de saúde, segurança, assistência social, psicológico e jurídico quando necessário.

Para apreciar o requerimento de criação do NAV, foi instaurado o **Processo Digidoc nº 67602021**, ainda em tramitação, mas já contando com parecer favorável da Secretaria de Assuntos Institucionais.

1.6 Projeto “Priorização das Investigações dos Homicídios”

O projeto “Priorização das Investigações dos Homicídios” tem como objetivo propor a assinatura de um termo de cooperação institucional objetivando a priorização e o aperfeiçoamento das investigações dos crimes dolosos contra a vida, em especial, o homicídio.

Para a efetivação do termo de cooperação, o CAOp/Júri, no ano de 2021, realizou reuniões e visitas aos **órgãos da Segurança Pública e da Perícia Criminal do Estado firmando parcerias** para a melhor forma de aperfeiçoamento das investigações, bem como coletando sugestões e anotando as dificuldades para as melhorias.

Devido a estas reuniões e visitas, chegou-se a promessa de acesso do Ministério Público aos sistemas eletrônicos de laudos da Perícia Oficial de Natureza Criminal (chamado Galileu), estando a forma ainda sendo construída com apoio Secretaria de Assuntos Institucionais, bem como tratativas para a realização de oficina para membros do MPMA sobre perícia e cadeia de custódia e tratativas para verificar a possibilidade de inclusão de coleta de material genético como protocolo de entrada na SEAP, assim como é exigido a biometria.

Da mesma maneira, como fruto das reuniões e visitas a Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa – SHPP verificou-se a concordância e importância da gravação em áudio e vídeo dos depoimentos policiais, ponto que o CAOp/Júri indicará como essencial no termo de cooperação interinstitucional.

O projeto está em andamento ainda com a realização de reuniões, inclusive várias ocorreram com membros do Ministério Público do Maranhão, e confecção de futura minuta de termo de cooperação a ser apresentado ao Procurador-Geral de Justiça no ano de 2022.

2. ATIVIDADES DO CAOP JÚRI

Durante o ano de 2021, o Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri realizou diversas atividades de apoio aos membros do Ministério Público, bem como promoveu eventos, realizou reuniões, efetivou parcerias e sugeriu ideias para a melhoria das atividades ministeriais.

A título de exemplo, eis *algumas* informações e atividades:

- Foram elaborados e encaminhados aos membros do MPMA dois **modelos** de recursos e um modelo de requerimento de extração de dados de celular apreendido, bem como modelos de comunicações às vítimas e seus familiares;
- Foram encaminhados aos membros do MPMA os **números de telefones** dos delegados da SHPP e da Perícia Oficial de Natureza Criminal;
- Foram elaborados e encaminhados aos membros do MPMA três **boletins jurisprudenciais**, sendo um deles temático sobre acesso ao aparelho celular;
- Foram elaborados e encaminhados aos membros do MPMA três **apresentações em PowerPoint**, sobre feminicídio, homicídio e o uso da Bíblia em plenário do Júri;
- Foram expedidos **ofícios ao Procurador-Geral de Justiça** solicitando: **1)** intervenção junto ao TJMA para a adoção de protocolos sanitários para as sessões do Tribunal do Júri (OFC-CAOPJURI – 112021); **2)** regulamentação da cadeia de custódia no âmbito do MPMA (OFC-CAOPJURI – 172021); **3)** intervenção junto ao TJMA para o cumprimento da Recomendação nº 55/2019-CNJ (OFC-CAOPJURI – 182021); **4)** intervenção junto ao TJMA elaborar e editar ato normativo conjunto para regulamentar a proteção de dados qualificativos e endereços das vítimas e testemunhas, independentemente de estarem ou não no Programa de Proteção a Testemunha, no âmbito do processo criminal e das investigações criminais (OFC-CAOPJURI – 192021); **5)** análise da possibilidade do MPMA firmar termo de cooperação com a Secretaria de Estado da Segurança Pública para que todos os membros do MPMA tenha acesso aos Sistemas SIGMA (Polícia Civil) e Galileu (Perícia Oficial), bem como para que a Secretaria de Estado de Segurança Pública encaminhe mensalmente os dados estatísticos sobre as ocorrências de homicídios consumados/tentados e demais crimes violentos letais intencionais (OFC-CAOPJURI – 202021);
- Foi expedido, em conjunto com a Diretora da ESMP, **ofício ao Procurador-Geral de Justiça** solicitando a aquisição de projetor e tela para uso, quando necessário, em plenário do Júri e também aquisição de programa de animação 3D para uso em processos de crimes dolosos contra a vida (OFC-CONJ – 1472021);
- Foram **respondidas 21 (vinte e uma) consultas** em apoio a atuação dos órgãos de execução;
- Foram **elaborados 04 (quatro) pareceres** pelo CAOpJúri;
- Foram **expedidos 39 (trinta e nove) ofícios**;
- 02 (duas) diligências foram feitas pelo CAOpJúri em apoio ao órgão de execução ministerial.

2.1 Eventos do CAOpJúri

O Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri foi instituído para dar suporte técnico-jurídico, com o propósito de subsidiar a atuação na área, proporcionando ainda, maior capacitação dos membros o Ministério Público.

Visando esta capacitação firmou-se uma exitosa **parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP**, na qual, ao longo do ano de 2021, promoveram em conjunto, **08 (oito) eventos** (cursos, estudos de casos, palestras etc.) na área de atuação do Tribunal do Júri. Eis os eventos:

2.2. Webinário "Direito e Gênero no Contexto de Atuação em Júris de Femicídio"

Primeiro evento do CAOpJúri. Curso realizado em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP e o Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero - CAOp Mulher, ocorrido na data de **31/05/2021**, com carga horária de 2h, que teve como público alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA. Contando com um total de **133 inscritos** e **378 visualizações** pelo Canal da ESMP no YouTube (disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZZzrwc047gE>)



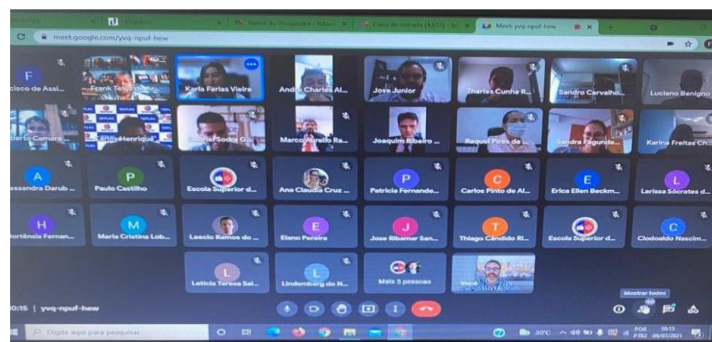
2.3. Curso "Segredos e Estratégias do Tribunal do Júri"

Curso com o Promotor de Justiça Eugênio Paes Amorim, do MPRS, realizado em parceria com a Escola Superior do Ministério Público – ESMP, ocorrido nos dias **16, 17 e 18/06/2021**, com carga horária de 18h, que teve como público alvo **somente Membros do MPMA**, mediante inscrição, transmitido através do Google Meet. Contando com um total de **60 inscritos**.



2.4. Reunião de Estudo de Caso sobre o "Caso Mariana"

Reunião de trabalho para debate sobre o "Caso Mariana", ocorrida no dia **09/07/2021**, com os Promotores atuantes no caso, Drs. Marco Aurélio Ramos Fonseca e André Charles. O evento foi em parceria com a ESMP e teve a participação dos integrantes do CAOp Júri e demais Promotores de Justiça, com carga horária de 2h,



Integrantes do CAOp/Júri participam de reunião sobre o "Caso Mariana"

que teve como público alvo somente Membros do MPMA, transmitido através do Google Meet, contando com um total de **38 inscritos**.

2.5. Webinar "Quesitação e Execução Provisória da Pena no Tribunal do Júri"



O Webinar contou com a participação do promotor de justiça Walfredo Cunha Campos, do MPSP.

Evento promovido pelo CAOp Júri e ESMP, com o Promotor de Justiça Walfredo Cunha Campos, do MPSP, na data de **16/07/2021**, com carga horária de 2h, que teve como público alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA, bem como, demais MPs. Contando com um total de **76 inscritos** e **161 visualizações** pelo Canal da ESMP no YouTube (disponível no link: <http://youtu.be/7jdlUr8bi7Q>).

2.6. Webinar "Legítima Defesa da honra após a decisão do STF e a atuação prática do MP em Plenário"

Webinar realizado pelo Caop Júri, em parceria com a ESMP e o Caop Mulher, na data de **19/07/2021**, com carga horária de 2h, que teve como público alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA, bem como, demais MPs. Contando com um total de **105 inscritos** e **193 visualizações** pelo Canal da ESMP no YouTube. (disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=WbISFyL8fhs>)



a. Reunião de Estudo de Caso sobre "Júri de integrantes de organizações criminosas"

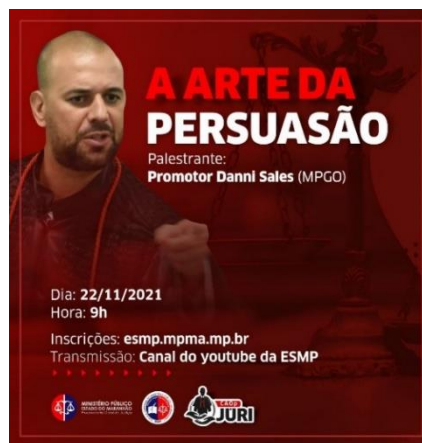


O CAOpJúri, em parceria com a Escola Superior, realizou em **12/11/2021**, de forma virtual, uma reunião de trabalho com promotores de justiça com a temática "Júri de integrantes de organizações criminosas", com carga horária de 2h, transmitido através do Google Meet, contando com um total de **20 inscritos**. A reunião teve um estudo de um plenário de júri ocorrido em Imperatriz. Os promotores de justiça drs. Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis, Fábio Henrique Meireles Mendes e Frank Teles de Araújo coordenaram os trabalhos e

abordaram aspectos relevantes na atuação do Ministério Público quando os réus são integrantes de organizações criminosas.

2.8. Palestra "A Arte da Persuasão"

Evento virtual promovido pelo CAOPJúri, com palestra do Promotor de Justiça, dr. Danni Sales, do MPMGO, e participação, como mediador, do Promotor de Justiça, dr. Carlos Róstão Martins Freitas, ocorrido na data de **22/11/2021**, com carga horária de 2h, que teve como público alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA, bem como, público externo mediante inscrição. Contando com um total de **220 inscritos** e **495 visualizações** pelo Canal da ESMP no YouTube (disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=2ncrbegXXD8>)



2.9. Oficina "O Tribuno"



A Oficina foi ministrada pelo promotor de justiça Danni Sales, do MPMGO, para 45 membros

Oficina "O Tribuno", com o Promotor de Justiça, dr. Danni Sales, do MPMGO. **Evento presencial** realizado no auditório das Promotorias de Justiça de São Luís, promovido pelo Caop Júri, em parceria com a ESMP, na data de **22/11/2021**, com carga horária de 3h, que teve como público alvo **somente Membros do MPMA**. Contando com um total de **45 inscritos**.

3. REUNIÕES

Ao longo do ano de 2021, o Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri participou de **34 (trinta e quatro) reuniões**.



Reunião na sede da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP) – 02/07/2021



Reunião com representantes da SHPP na PGJ – 23/07/2021



Imagem da Reunião com a Perícia Oficial do Estado do Maranhão – 23/09/2021



COORDENADORIAS

Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

Esta Coordenação realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2020, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de R\$ 540.449.048,00.

Do total aprovado, 78,45% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 19,53% a *Outras Despesas Correntes*, e 2,02% com *Investimento*. No exercício de 2020, foram executados 99,32% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo executado 99,99% do total com *Pessoal e Encargos Sociais*; 96,95% com *Outras Despesas Correntes*, e 96,06% com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 76 – Orçamento do MPMA aprovado para o exercício 2021

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	536.756.153,04
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	463.294.626,58
Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	
Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	453.084.876,22
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público	
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	9.228.210,28
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	906.552,35
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça	
Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	74.987,73
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo	
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	73.461.526,46
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	62.935.454,63
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	9.887.243,86
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	638.827,97

Fonte: COF/PGJ, 2021.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 99,32%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 77 - Execução do Orçamento por Programa

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	540.449.048,00	536.756.153,04	99,32%
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	466.943.913,38	463.294.626,58	99,22%
0411 – Apoio Administrativo	73.505.134,62	73.461.526,46	99,94%

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	540.449.048,00	536.756.153,04	99,32%
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania			
Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	466.943.913,38	463.294.626,58	99,22%
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania			
Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	456.290.953,38	453.084.876,22	99,30%
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público			
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	9.240.250,00	9.228.210,28	99,87%
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público			
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	1.300.000,00	906.552,35	69,73%
Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça			
Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	112.710,00	74.987,73	66,53%
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado			
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	73.505.134,62	73.461.526,46	99,94%
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual			
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	62.935.455,62	62.935.454,63	100,00%
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência			
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	9.887.244,00	9.887.243,86	100,00%
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores			
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	682.435,00	638.827,97	93,61%

Fonte: COF/PJ, 2021.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 78 - Execução do Orçamento por Grupo de Despesa

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	% B/A	% C/A
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	540.449.048,00	536.756.153,04	528.194.595,81	99,32	97,73
1 - PESSOAL E ENCARGOS	423.995.504,00	423.950.104,42	423.950.104,42	99,99	99,99
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.533.294,00	102.315.629,19	100.801.915,38	96,95	95,52
4 - INVESTIMENTOS	10.920.250,00	10.490.419,43	3.442.576,01	96,06	31,52

Fonte: COF/PGJ, 2021.

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 79 - Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	536.756.153,04	528.194.595,81
05 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU MILITAR	6.662,25	6.662,25
08 – AUXÍLIO MORADIA	17.805.082,19	17.805.082,19
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	316.728.926,38	316.728.926,38
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	73.461.526,46	73.461.526,46
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	515.415,46	515.415,46
15 - DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	76.717,41	76.717,41
16 - AJUDA DE CUSTO	1.890.668,49	1.890.668,49
30 - MATERIAL DE CONSUMO	874.411,03	670.641,77
31 - PREMIACOES CULTURAIS,CIENT.DESPORTO E OUTROS	3.000,00	3.000,00
32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	-	-
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	185.285,71	185.285,71
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	7.850.579,65	7.850.579,65
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10.658.906,86	10.622.482,02
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	12.799.927,95	11.990.643,79
40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	18.833.179,79	18.470.944,24
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	31.036.704,52	31.036.704,52
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.220.711,00	1.118.711,00
49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	59.887,47	59.887,47
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	7.519.361,78	1.591.444,97
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.971.057,65	1.851.131,04
91 - SENTENÇA JUDICIAL	389.794,13	389.794,13
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	813.426,95	813.426,95

94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	31.054.919,91	31.054.919,91
---	---------------	---------------

Fonte: COF/PGJ, 2021.

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2020.

Tabela 80 – Indicadores de Execução Orçamentária

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,32
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,99
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	78,98
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	96,95
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	19,06
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	96,06
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	1,95

Fonte: COF/PGJ, 2021.

Através de sua *homepage* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

Relação de Dirigentes Responsáveis e Ordenadores de Despesas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA) e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão (FEMPE) em 2021.

Nome: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Cargo: Procurador-Geral de Justiça
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça
Período de Gestão: 15/06/2020 até 16/06/2022
Matrícula: 275008
Data da Publicação (Nomeação): Decreto publicado no DOE-MA de nº 100 de 01/06/2020, no cargo de Procurador Geral de Justiça
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Lize de Maria Brandão de Sá Costa
Cargo: Subprocuradora Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Cargo Efetivo: Procuradora de Justiça
Período de Gestão: 19/06/2020 até a presente data

Matrícula: 387274
Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 351, de 19/06/2020, no cargo de Subprocuradora de Justiça Assuntos Jurídicos
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Júlio César Guimarães
Cargo em Comissão: Diretor Geral
Período de Gestão: 17/06/2020 até a presente data
Matrícula: 1075462

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 3332020 ATO-GAB/PGJ, de 17/06/2020, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA
Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Tatiana Alves de Paula

Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)

Cargo Efetivo: Analista Ministerial

Período de Gestão: 04/07/2005 até a presente data

Matrícula: 470179

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)

1. ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS DA UNIDADE

Além das atribuições regimentais elencadas no art. 65 do ATOREG nº 22-2020, publicado no DEMP nº 104, de 09/06/2020, o setor também desenvolve importantes atividades, descritas abaixo:

1. Descrição das principais atividades realizadas no exercício

1. Elaboração do Calendário de Pagamento do exercício;
2. Geração de Informações para LOA – Lei Orçamentária Anual do exercício, referente às despesas com pessoal;
3. Lançamentos em folha de pagamento, conforme atos, portarias e documentos enviados, via sistema de protocolo (Digidoc);
4. Processamento de todas as Folhas de Pagamento da instituição;
5. Geração de DIRF e RAIS do exercício anterior;
6. Geração Mensal da GFIP e relatórios para o FEPA e FUNBEN e SAAP – TCE/MA;
7. Elaboração da planilha FUNBEN, conforme regimento desse órgão;
8. Programação do Sistema da Folha, conforme legislação;
9. Envio de informações para os relatórios de gestão fiscal por quadrimestre;
10. Realização de instrução processual, com cálculos e informações;
11. Geração da Tabela de Rubricas para o E-Social.
12. Geração de Folha de Pagamento de Auxílio-Saúde de Inativos contemplando servidores aposentados e pensionistas de membros e servidores.

2. AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

- Otimização dos lançamentos em folha, com padronizações de planilhas junto ao RH, para fazer lançamentos em massa de forma rápida, precisa e mais eficiente;
- Otimização dos lançamentos e controle das consignações em folha, com padronizações e utilização de planilhas junto às instituições;
- Lançamento de dados no novo sistema de folha, o GESP FOLHA, e sincronização com o sistema antigo, para melhorar cada vez mais o processo de lançamento no GESP e otimizar o processamento no sistema antigo;
- Prestação de informações e consultoria para a empresa desenvolvedora do sistema GESP FOLHA, a BASIS, para conclusão e implantação definitiva dos sistemas;
- Aquisição de novo colaborador para folha, para somar e otimizar os lançamentos, despachos e prestação de informações;
- Geração de informações sobre dependentes do FUNBEN nos contracheques, para facilitar o acesso aos serviços assistenciais aos servidores conveniados;
- Geração de nova planilha do FUNBEN, para alimentar o sistema;
- Geração de novo relatório de resumo de folha, para otimizar os serviços de liquidação de folha pela COF;
- Melhorias na importação de dados da SEGEP para alimentação automática do portal da transparência, referente a aposentados e pensionistas;

- Melhorias e otimizações no portal da transparência, conforme recomendação do CNMP.

3. AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

- Otimização dos lançamentos em folha, com padronizações de planilhas junto ao RH, para fazer lançamentos em massa de forma rápida, precisa e mais eficiente;
- Otimização dos lançamentos e controle das consignações em folha, com padronizações e utilização de planilhas junto às instituições;
- Lançamento de dados no novo sistema de folha, o GESP FOLHA, e sincronização com o sistema antigo, para melhorar cada vez mais o processo de lançamento no GESP e otimizar o processamento no sistema antigo;
- Prestação de informações e consultoria para a empresa desenvolvedora do sistema GESP FOLHA, a BASIS, para conclusão e implantação definitiva do sistemas;
- Aquisição de novo colaborador para folha, para somar e otimizar os lançamentos, despachos e prestação de informações;
- Geração de informações sobre dependentes do FUNBEN nos contracheques, para facilitar o acesso aos serviços assistenciais aos servidores conveniados;
- Geração de nova planilha do FUNBEN, para alimentar o sistema;
- Geração de novo relatório de resumo de folha, para otimizar os serviços de liquidação de folha pela COF;
- Melhorias na importação de dados da SEGEP para alimentação automática do portal da transparência, referente a aposentados e pensionistas;
- Melhorias e otimizações no portal da transparência, conforme recomendação do CNMP.

4. OUTROS DESTAQUES

- Foi otimizado o arquivo de nossa coordenadoria, com reclassificação e organização das pastas e documentos locais, pelo novo colaborador – Gilvan, de modo a melhorar a localização de documentos e a memória da folha;
- Foi implantado o acompanhamento sistemático de situação fiscal junto à Receita Federal, para verificação e correção de eventuais inconsistências fiscais em tempo hábil;
- Foram regularizadas e ajustadas pendências fiscais junto à GFIP de exercícios anteriores;
- Foi implantado e sistematizado o ajuste das alíquotas FAP e RAT, para envio correto da GFIP do exercício;
- Foi otimizada a consulta às verbas pagas em folha, para que membros da administração possam ter acesso on line e em tempo real aos valores de cada folha.
- Foi implantado na Folha de Pagamento de Auxílio-Saúde de Inativos os valores de servidores aposentados e pensionistas de membros e servidores.

5. Números

5.1. Número de servidores

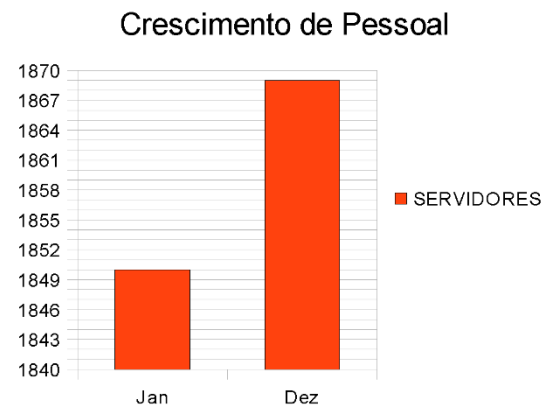
De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021 - MPMA

Tabela 81 – Demonstrativo do crescente aumento na demanda dos serviços da CFP

ANO	MÊS	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO
2021	1	Comissionado	533	-
2021	1	Efetivo	611	-
2021	1	Membro	323	-
2021	1	Requisitado	383	-
TOTAL			1850	
2021	12	Comissionado	533	0,00%
2021	12	Efetivo	616	0,82%
2021	12	Membro	324	0,31%
2021	12	Requisitado	396	3,39%
TOTAL			1869	1,03%
CRESCIMENTO ANUAL			19	1,03%

Fonte: CFP/PGJ, 2021



Fonte: CFP/PGJ, 2021

5.2. – Contracheques *On line*:

Tabela 82 - Estatísticas de acesso no ano de 2021

Acesso	Usuários	Acessos
AUTENTICAÇÃO DOC	1	61
consultaliq	1.861	54.168
contracheque2via	2.267	38.474
contrachequeexplano_html	866	1.881
demonstrativoirpf	1.853	3.569
demonstrativoirpfpen	56	175
fichafinanceira	1.282	7.269
mostrairpfapos	4	6
mostrairpfatre	179	250
relmargem	7	7
transparênciafolhaativos	5	12
transparênciafolhamembrosativos	32	46
transparênciafolhamembrosinativos	7	9
transparênciafolhaoutrosbenefícios	2	2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021 - MPMA

transparênciafolhapensionistas	1	2
transparênciafolharemuneracoestemporarias	4	6
transparênciafolhaservidoresativos	112	223
transparênciafolhaservidoresinativos	3	3
transparênciafolhatodos	3	3
Total		106.166

Fonte: CFP/PGJ, 2021

Número expressivo de mais de 100.000 acessos ao portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos à pagamento, tendo ampliado a oferta de serviços. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

- Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;
- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros.
- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- Autenticação de documentos no portal, diminuindo a demanda de assinaturas em contracheques ou fichas financeiras.

6 – CONSIGNAÇÕES

Tabela 83 - Consignações Ativas (com base no último mês do ano)

#	Favorecido	Lançamento	Valor
1	ABEM - BRADESCO	4	R\$ 393,86
2	AMPEM	487	R\$ 565.639,38
3	ASFUPEMA	447	R\$ 23.409,94
4	BRADESCO S/A	66	R\$ 98.562,31
5	CEF / EMPRESTIMO	200	R\$ 429.983,76
6	CONVENIO CONSIG 121498	437	R\$ 1.027.469,41
7	COOMAMP SICREDI	338	R\$ 256.864,03
8	FEPA (PROGRAMA MINHA CASA)	1	R\$ 259,06
9	Grupo Dom Bosco Ltda	4	R\$ 6.800,00
10	MONGERAL	7	R\$ 2.977,38
11	RSPP REVIDENCIA - INVESTPREV	9	R\$ 72,75
12	SINDSEMP/MA	404	R\$ 36.679,08
	TOTAL VOLUME MENSAL	2.404	R\$ 2.449.110,96

Fonte: CFP/PGJ, 2021

Tabela 84 - Evolução das Consignações

MÊS	Lançamentos	Valor	Crescimento Lançamentos	Crescimento Valores
Jan	2.428	2.352.655,60	-%	-%
Dez	2.404	2.449.110,96	-1,00%	3,94%
TOTAL	-	4.801.766,56	-1,00%	3,94%

Fonte: CFP/PGJ, 2021

O volume de consignações diminuiu e valor aumentou. Isso demonstra que volume de consignações quase não aumentou, porém o ligeiro aumento do valor demonstra renovações.

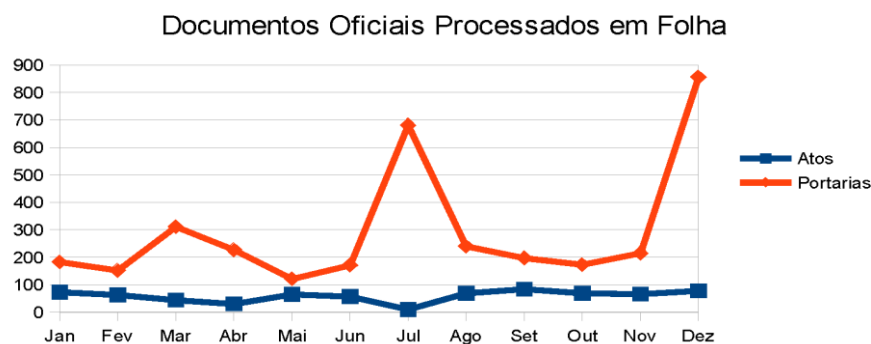
7 – DOCUMENTOS PROCESSADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Tabela 85 - Número de Documentos processados em folha de pagamento

MÊS	Atos	Portarias	Total
Jan	73	183	256
Fev	63	152	215
Mar	44	311	355
Abr	30	227	257
Mai	65	121	186
Jun	57	171	228
Jul	10	681	691
Ago	69	240	309
Set	84	197	281
Out	69	173	242
Nov	66	215	281
Dez	78	856	934
Total	708	3527	4235

Fonte: CFP/PGJ, 2021

Gráfico XX – Documentos Processados em Folha



Fonte: CFP/PGJ, 2021

8 – EVOLUÇÃO DA FOLHA

Tabela 86 - Valores do Ano

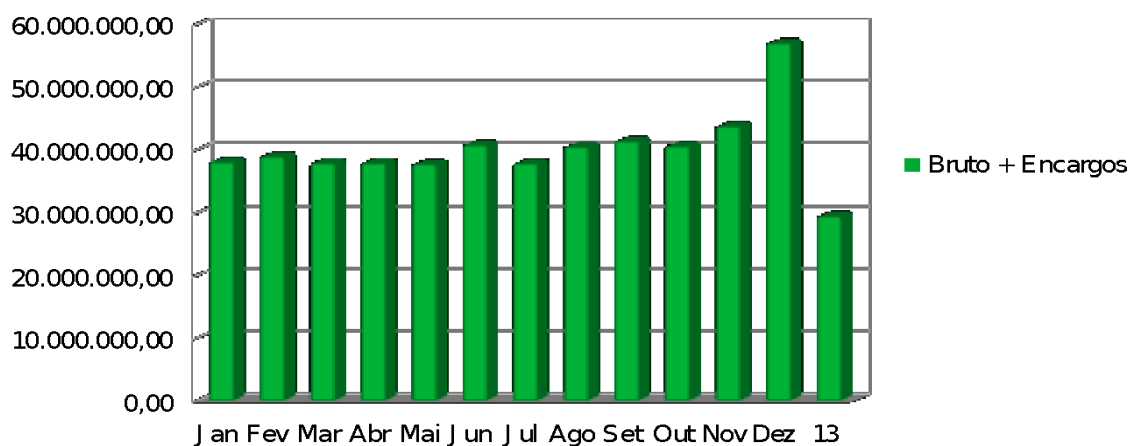
ANO	MÊS	Bruto + Encargos
2021	Jan	38.146.115,67
2021	Fev	39.002.614,83
2021	Mar	37.960.285,69
2021	Abr	37.974.069,17
2021	Mai	37.796.095,28
2021	Jun	40.867.332,62
2021	Jul	37.894.733,64
2021	Ago	40.567.332,96
2021	Set	41.480.619,33
2021	Out	40.668.285,47
2021	Nov	43.802.275,08
2021	Dez	57.069.192,59
2021	13	29.498.861,16
Total		522.727.813,49

Fonte: CFP/PGJ, 2021

8.1 - Evolução da Folha

Evolução da Folha de Pagamento

2021



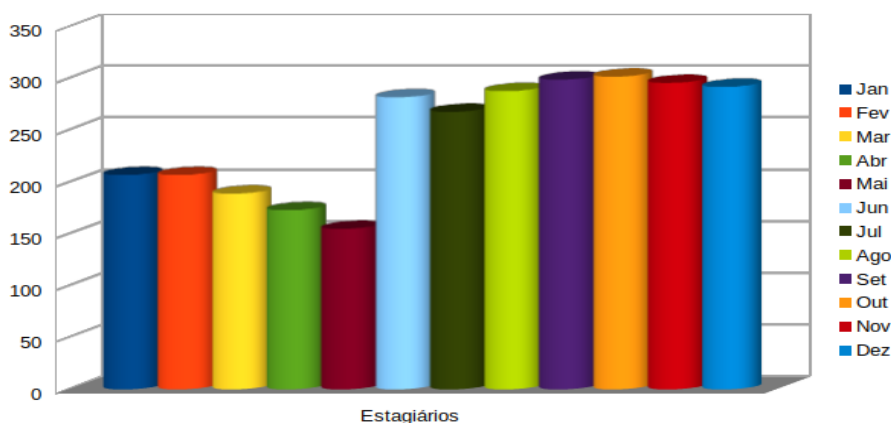
Fonte: CFP/PGJ, 2021

9. FOLHAS EXTRAS

9.1 – Bolsa-Estágio

Ano	Mês	Estagiários	Valor	% Crescimento Estagiários	% Crescimento Valores
2021	Jan	207	238.615,92	-	-
2021	Fev	207	221.567,68	0,00%	-7,69%
2021	Mar	189	211.502,83	-9,52%	-4,76%
2021	Abr	173	186.875,15	-9,25%	-13,18%
2021	Mai	155	177.087,39	-11,61%	-5,53%
2021	Jun	282	394.116,59	45,04%	55,07%
2021	Jul	268	405.157,16	-5,22%	2,73%
2021	Ago	288	433.149,25	6,94%	6,46%
2021	Set	299	472.117,42	3,68%	8,25%
2021	Out	302	479.477,48	0,99%	1,54%
2021	Nov	296	472.680,28	-2,03%	-1,44%
2021	Dez	292	465.021,73	-1,37%	-1,65%
TOTAL			4.157.368,88	-1,37%	-1,44%

Fonte: CFP/PGJ, 2021

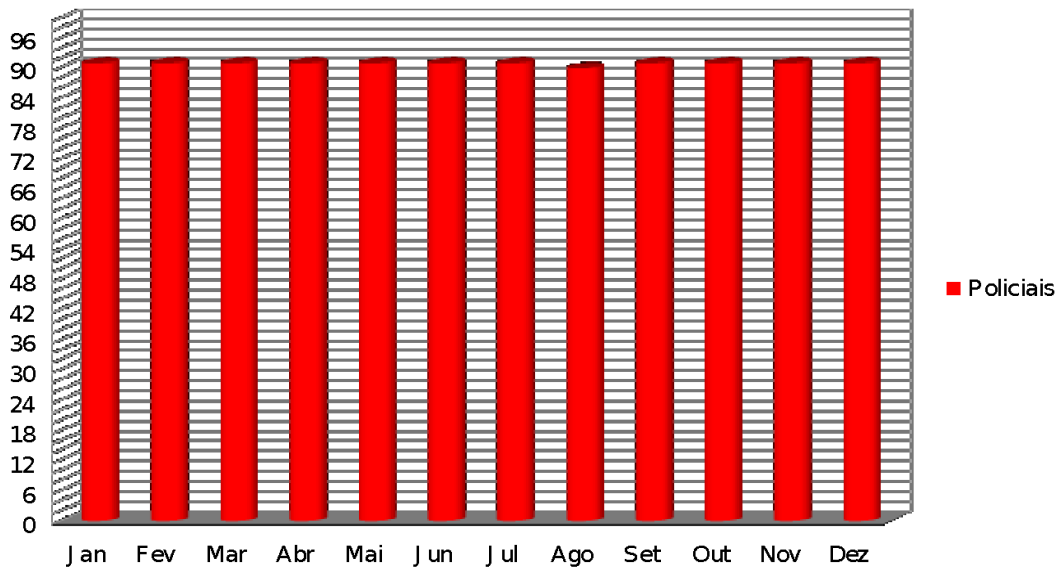


Fonte: CFP/PGJ, 2021

9.2 – Policiais Reserva

Ano	Mês	Policiais	Valor	% Crescimento	% Crescimento
2021	Jan	91	339.969,07	-	-
2021	Fev	91	341.053,70	0,00%	0,32%
2021	Mar	91	341.053,70	0,00%	0,00%
2021	Abr	91	341.053,70	0,00%	0,00%
2021	Mai	91	341.053,70	0,00%	0,00%
2021	Jun	91	341.053,70	0,00%	0,00%
2021	Jul	91	339.452,16	0,00%	-0,47%
2021	Ago	90	338.050,82	-1,11%	-0,41%
2021	Set	91	343.250,73	1,10%	1,51%
2021	Out	91	342.101,58	0,00%	-0,34%
2021	Nov	91	319.594,77	0,00%	-7,04%
2021	Dez	91	342.101,58	0,00%	6,58%
TOTAL			4.069.789,21	0,00%	0,00%

Fonte: CFP/PGJ, 2021

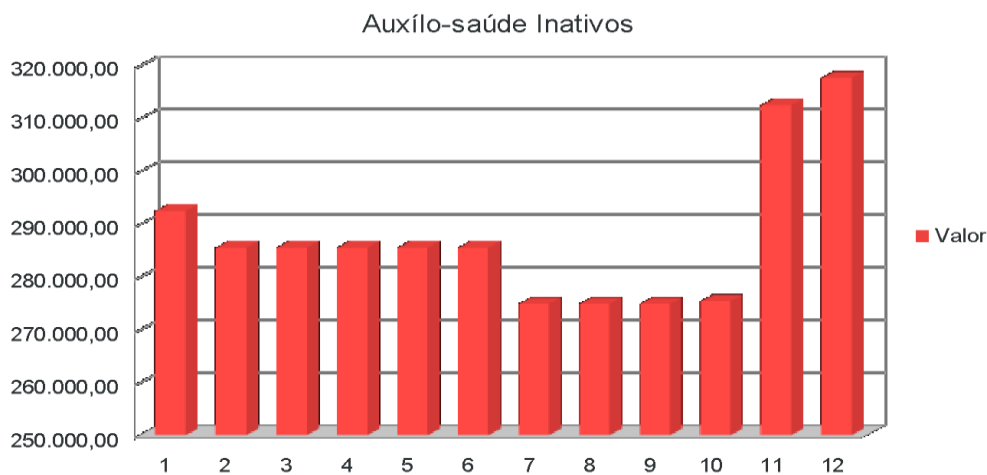


Fonte: CFP/PGJ, 2021

9.3 – Auxílio-Saúde Inativos

Ano	Mês	Membros	Valor	% Crescimento	% Crescimento
2021	1	88	292.531,32	-%	-%
2021	2	86	285.556,95	-2,33%	-2,44%
2021	3	86	285.556,95	0,00%	0,00%
2021	4	86	285.556,95	0,00%	0,00%
2021	5	86	285.556,95	0,00%	0,00%
2021	6	86	285.556,95	0,00%	0,00%
2021	7	82	274.918,26	-4,88%	-3,87%
2021	8	82	274.918,26	0,00%	0,00%
2021	9	82	274.918,26	0,00%	0,00%
2021	10	82	275.393,01	0,00%	0,17%
2021	11	103	312.589,16	20,39%	11,90%
2021	12	118	317.732,39	12,71%	1,62%
TOTAL			3.450.785,41	0,00%	0,00%

Fonte: CFP/PGJ, 2021



Fonte: CFP/PGJ, 2021

10. Conclusões

- Em 2021, o número de servidores e remuneração permaneceu praticamente constante, não havendo crescimento significativo do quadro.
- Foi mais um ano atípico em que atravessamos por uma pandemia e que refletiu nos presentes números.
- No entanto, foram implementadas ações e otimizações nos processos e rotinas internas, com ganho de produtividade.
- Foram otimizados os atendimentos por ferramentas virtuais, como e-mail, whatsapp, zoom etc.
- Foi otimizado o portal da transparência, sendo melhorada a importação dos dados dos aposentados.
- Ante ao exposto, podemos concluir que os serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento foram plenamente prestados de forma eficiente e que estão em evolução positiva.

Coordenadoria de Administração (CAD)

A Coordenadoria de Administração - CAD desta Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ, conforme determinado nos arts. 66 e ss. do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ, tem por incumbências regimentais as atividades de *planejamento, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle* de materiais de consumo e permanente (móveis e imóveis), além do registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis.

Cabe ainda a esta Coordenadoria elaborar os Termos de Referência nos pregões eletrônicos e os Projetos Básicos no caso de dispensa e inexigibilidade de licitação, acompanhar os Termos de Responsabilidade atinentes aos bens móveis sob a guarda das Unidades Administrativas detentoras de material permanente, assim como prestar informações e assistência à Comissão Permanente de Licitações-CPL nos procedimentos licitatórios de materiais de consumo e permanente, dentre outras atribuições compatíveis com a natureza de suas responsabilidades institucionais.

1. ESTRUTURA DA COORDENADORIA

Com o advento da Lei Estadual nº. 9.688/2012 e artigo 14 do Ato Regulamentar nº. 16/2012-GPGJ, a Coordenadoria de Administração é composta por 03 (três) Seções, denominadas Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo, e Seção de Compras, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição dos materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

2. DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2021

2.1 GESTÃO PATRIMONIAL

O ano de 2021 se mostrou atípico por conta da pandemia da COVID-19. Diante disso, algumas obras das Promotorias de Justiça que estavam sendo construídas ou reformadas foram suspensas ou adiadas, consequentemente reduzimos os atendimentos de bens móveis.

Mesmo com as adversidades enfrentadas, foram atendidos no sistema GESP-Patrimônio, 955 (Novecentos e cinquenta e cinco) bens móveis, dentre eles: cadeiras, estações, armários, gaveteiros, mesas, fragmentadoras, condicionadores de ar, telefones, etc. que envolveu toda uma logística de aquisição, recebimento, tombamento, carga patrimonial, até a entrega efetiva do bem.

Considerando os novos materiais atendidos e encaminhados às diversas unidades ministeriais e administrativas, para substituírem os móveis que estavam em uso e já tinham atingido o prazo de sua vida útil, foram aplicados os procedimentos de alienações para esses bens, quais sejam: doações ou inutilização. Ao todo foram deflagrados 12 (doze) processos administrativos resultando na baixa de 404 (quatrocentos e quatro) itens, beneficiando 07 (sete) Instituições dentre públicas e filantrópicas.

Para execução dos procedimentos relatados acima, foram necessários os esforços da Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais desta Procuradoria Geral de Justiça-PGJ e das Promotorias de Justiça dos interiores do Estado. As doações contribuíram significativamente para melhorar as estruturas das instituições donatárias, colaborando destarte com os seus fins sociais, além de desonerar esta PGJ de gastos

provenientes da utilização de espaço nos almoxarifados e Promotorias, recursos humanos e material para manutenção dos aludidos bens.

2.2 IMÓVEIS PRÓPRIOS:

Atualmente a PGJ possui **57 (cinquenta e sete)** Imóveis Próprios/ sedes, sendo:

- **30 (trinta)** imóveis averbados;
- **27 (vinte e sete)** imóveis pendentes de averbação e temos 24 (vinte e quatro) terrenos doados para construções de novas sedes.

Em 2021 foram averbados 02 (dois) imóveis, sendo 01 (um) por Decadência (Itapecuru Mirim,), cujas edificações ocorreram há mais de 5 (cinco) anos, e Timon Nova Sede.

2.3 IMÓVEIS AFETADOS E CEDIDOS:

Por meio da Lei Estadual nº 11.266 de 25/05/2021, o Governo do Estado do Maranhão, afetou **09 (nove)** imóveis ao Ministério Público do Maranhão, que anteriormente eram cedidos, são eles:

Quadro 34 - Imóveis afetados

IMÓVEIS AFETADOS

ITEM	PROMOTORIA	ENDEREÇO
1	ANAJATUBA	Rua Nina Rodrigues, nº 491, Centro
2	BACABAL	Rua Barão do Rio Branco, nº 215, Centro
3	BALSAS	Rua Dr. José Coelho Noieto, nº 155, Bairro: Potosi
4	LORETO	Avenida Coronel Manoel Santana, s/n, Centro
5	PEDREIRAS	Rua das Laranjeiras s/n, Bairro Bandeirantes
6	PORTO FRANCO	Rua Joaquim Pereira s/n, Centro
7	SÃO JOÃO BATISTA	Rua Cristóvão Cavalcante s/n, Centro
8	SEDE PGJ NOVA (CALHAU)	Avenida Prof. Carlos Cunha s/n, Sítio Santa Eulália, Calhau
9	URBANO SANTOS	Rua da Graça nº 10, Centro

Fonte: CAD/PGJ, 2021

E temos também outros 10 (dez) Imóveis Cedidos, são os citados abaixo:

Quadro 35 - Imóveis cedidos

IMÓVEIS CEDIDOS

ITEM	PROMOTORIA	ENDEREÇO
1	BARRA DO CORDA	Lote Urbano, Quadra M, Lote 14, Bairro: INCRA
2	CAJAPIÓ	Rua da Chapadinha, s/n, Centro
3	CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MP	Rua Oswaldo Cruz nº 1396, Centro
4	CODÓ (Nova Sede)	Avenida João Ribeiro, s/n, Centro
5	MIRADOR	Avenida Francisco Luiz, s/n, Centro
6	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	Rua Albino Lopes nº 7, Conjunto dos Bancários (Travessa Bandeirantes nº 7, Centro)

7	Promotorias de Justiça 33ª, 34ª e 37ª PROMOTORIAS INFÂNCIA e JUVENTUDE (Centro Integrado)	Rua das Cajazeiras, nº 190, Centro
8	Promotorias de Justiça 35ª E 36ª PROMOTORIAS (PJECCA)	Rua Coelho Neto nº 01, Praça Maria Aragão, Beira-Mar
9	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Rua José Maria Santiago e Rua 28 de julho, Centro
10	São Luís – Rua da Estrela	Rua da estrela, nº 427, centro

Fonte: CAD/PGJ, 2021

3. SEÇÃO DE MATERIAL

3.1 GESTÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

Foram empregados durante o Exercício de 2021, para a aquisição de materiais de consumo, recursos no montante de R\$ 835.075,46 (Oitocentos e trinta e cinco mil, setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), com vistas à manutenção dos estoques para o atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, divididos conforme gráfico em anexo.

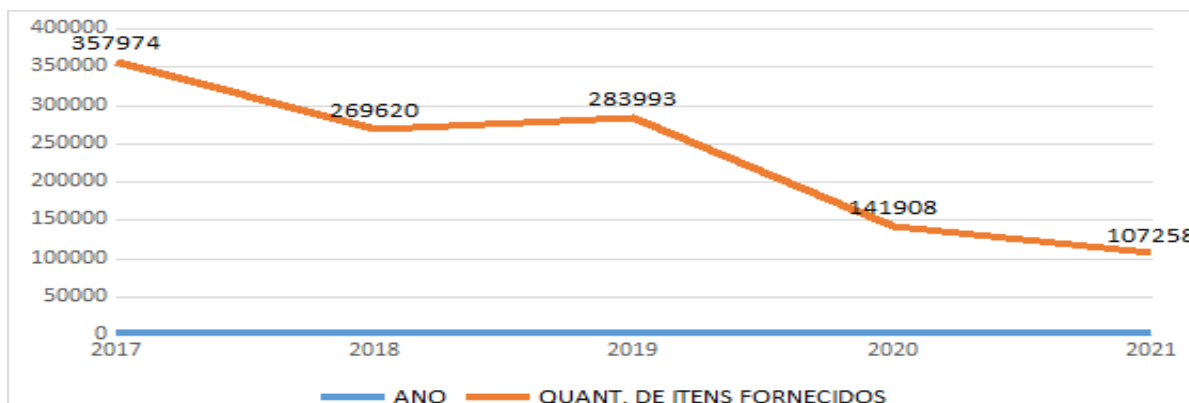
Em 2021, no SISTEMA GESP – Materiais, levando em conta o Almoxarifado Central – Monte Castelo e o Almoxarifado da PGJ, foram atendidas um total de 2.775 (Dois mil setecentos e setenta e cinco) requisições de materiais de consumo e delas foram fornecidas 107.258 (Cento e sete mil duzentos e cinquenta e oito) unidades de todos os itens requisitados. No quadro a seguir verificamos um equilíbrio no número de requisições, em relação ao ano de 2020 e a manutenção da tendência de redução do fornecimento de itens em relação aos anos anteriores.

Quadro 36 – Atendimentos de materiais de consumo

ANO	QUANT. DE PEDIDOS	QUANT. DE ITENS FORNECIDOS (POR UNIDADE DE FORNECIMENTO)
2017	2.417	357.974
2018	3.370	269.620
2019	3.633	283.993
2020	2.707	141.908
2021	2.775	107.258

Fonte: CAD/PGJ, 2021

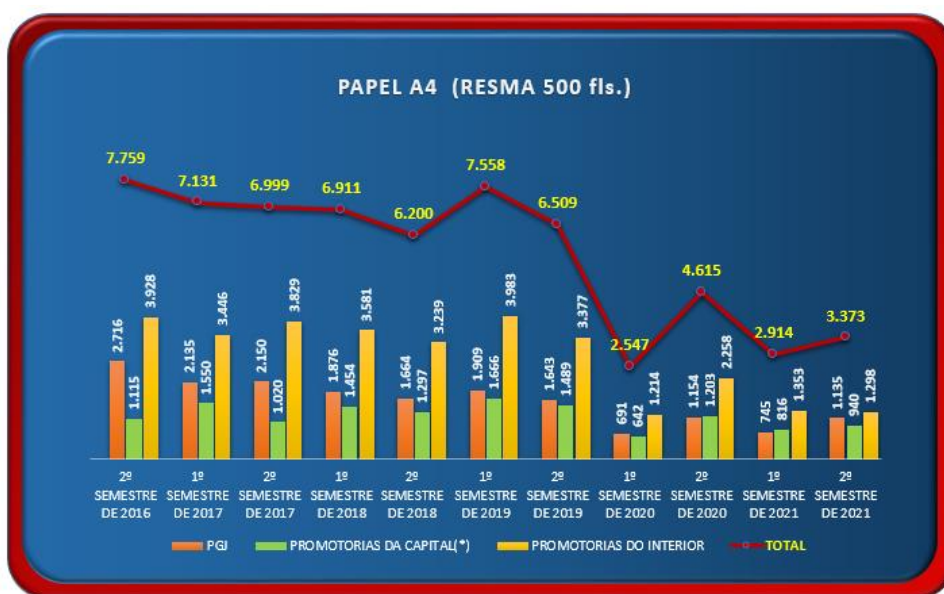
Gráfico 35 – Atendimentos de materiais de consumo



Fonte: CAD/PGJ, 2021

Numa análise superficial desses números, que ainda estão sob a influência dos efeitos da pandemia no ano de 2021 quando houve também a interrupção das atividades presenciais por alguns meses, mesmo assim, verificamos que há uma tendência de redução no fornecimento de material de consumo, uma vez que o trabalho híbrido já é uma realidade que se consolida na PGJ. A grande parte dessa redução, na verdade, está relacionada a diminuição do consumo principalmente do item PAPEL A4 BRANCO, que, como num efeito cascata, influencia diretamente na redução de muitos outros, a exemplo de toners, envelopes, canetas, clips, grampos, grampeadores etc. Dessa forma, acreditamos que esse impacto foi resultado da consolidação do uso dos meios eletrônicos para a emissão de documentos e processos no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

Gráfico 36 – Consumo de papel A4



Fonte: CAD/PGJ, 2021

Ressaltamos ainda que em 2021 houve doações de material de consumo para outros órgãos do estado do Maranhão com objetivo de sanear os estoques dos Almojarifados da PGJ. Foram doados 555 pacotes de Café Torrado e Moído-PCT 500g, para o CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO MARANHÃO com objetivo de evitar a perda de validade do produto que, em face da suspensão das atividades presenciais em 2020 e ainda em 2021 e da implantação do trabalho híbrido, levou a queda da demanda de todos os itens de consumo, inclusive o café. Também foram doados materiais elétricos à Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP, que estavam ociosos em face da desconformidade com o padrão utilizado pela PGJ, mas que ainda seriam utilizados pela referida Secretaria.

4. SEÇÃO DE COMPRAS

As compras públicas constituem uma das áreas mais sensíveis e importantes que afetam a administração pública. Dado o poder aquisitivo do Estado, além de seu valor estratégico, o processo de compras públicas mobiliza e influencia todo ciclo organizacional e socioeconômico. Atualmente, a gestão das compras públicas é um tema cada vez mais importante na administração pública devido ao reconhecimento de sua complexidade e caráter estratégico. Portanto, é fundamental que os gestores

públicos compreendam e discutam as compras públicas que vão além dos simples procedimentos administrativos e operacionais.

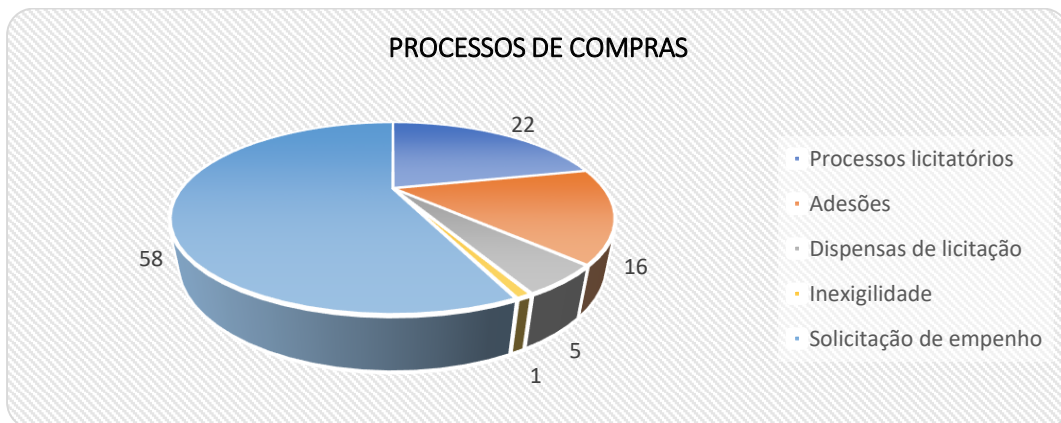
Nesse contexto, durante o ano de 2021, a Seção de Compras deflagrou 102 (cento e dois) processos de compras, divididos em 22 (vinte e dois) processos licitatórios referentes a aquisições de bens de consumo e permanentes, 16 (dezesseis) processos de adesão, 05 (cinco) dispensas de licitação – sendo 02 (duas) na modalidade de dispensa eletrônica, 01 (um) processo de inexigibilidade para aquisição de ferramenta de cotação eletrônica denominada Sistema Banco de Preços e 58 (cinquenta e oito) processos de solicitação de empenho de consumo e de permanente.

Tabela 87 – Total de processos de Compras

PROCESSOS (2021)	QUANTITATIVO
Processos licitatórios	22
Adesões	16
Dispensas de licitação	5
Inexigibilidade	1
Solicitação de empenho	58
TOTAL	102

Fonte: CAD/PGJ, 2021

Gráfico 37 - Total de processos de Compras



Fonte: CAD/PGJ, 2021

Vale destacar que a CAD já vem aplicando desde sua publicação a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – para a aquisição mediante processo de contratação direta, via dispensa eletrônica de licitação de material de consumo (pacotes de café) e material permanente (Projetor, tela de projeção, caixas de som e Tvs).

Além disso, cabe mencionar o uso dos atos regulamentares ATOREG 47/2021 que disciplina a utilização da dispensa eletrônica para aquisição de bens e contratações de serviços no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e ATOREG 44/2021 que dispõe sobre a obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como peça precedente ao anteprojeto, ao Termo de Referência e ao Projeto Básico para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, nos termos disciplinados pela Lei federal nº 14.133/2021 no âmbito da PGJ.

Por fim, destacamos também, o contínuo aperfeiçoamento dos controles de compras junto à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-CMTI e Almoxarifado, onde estamos buscando avanços e melhorias no sistema GESP – COMPRAS que proporcione uma ferramenta mais completa, onde poderemos acompanhar todo o trâmite processual referente à compra.

Dentre essas sugestões acima mencionadas, pontuamos os seguintes itens de inclusão e melhorias no sistema GESP/Compras:

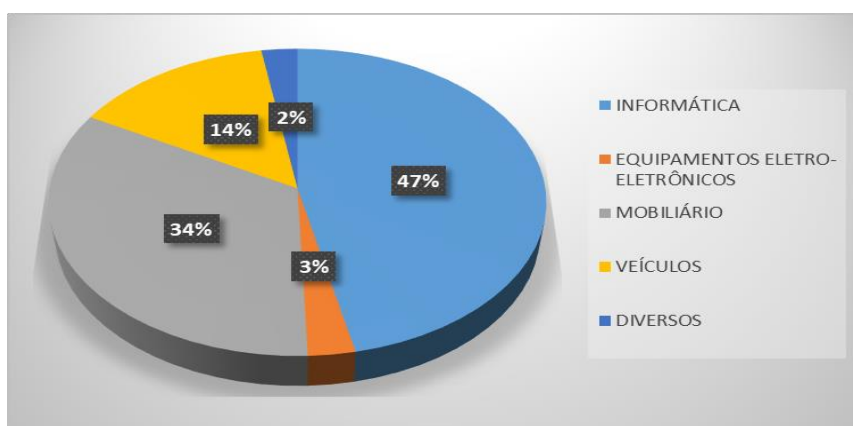
- Abertura do processo (fase interna)
- Atualização de informações referentes ao pregão.
- Análise documental e de propostas.
- Convocação de amostras (se necessário)
- Inclusão de atas, documentações e informações necessárias para empenhos e fiscalização.
- Pedidos de empenhos.
- Autorização de fornecimento vinculado ao número de empenho.
- Registro de data de recebimento dos empenhos e autorizações de fornecimento.
- Registro de data de entrega dos materiais.
- Informação de lançamento de notas fiscais.
- Informações de pagamentos.
- Notificações.
- Apurações de responsabilidade.
- Históricos de idoneidades.

Tabela 88 - Aquisição de Material Permanente

Trimestral	Informática	Equipamentos Eletroeletrônicos	Mobiliário	Veículos	Diversos
1°	0,00	0,00	28.470,00	0,00	36.708,00
2°	30.1137,98	0,00	257.487,00	0,00	11.130,00
3°	0,00	29.660,00	75.203,40	278.000,00	900,00
4°	601.770,54	25.112,00	292.530,70	0,00	643,00
TOTAL	902.908,52	54.772,00	653.691,10	278.000,00	49.381,00
TOTAL					1.938.752,62

Fonte: CAD/PGJ, 2021

Gráfico 38 – Total de processos adquiridos de material permanente



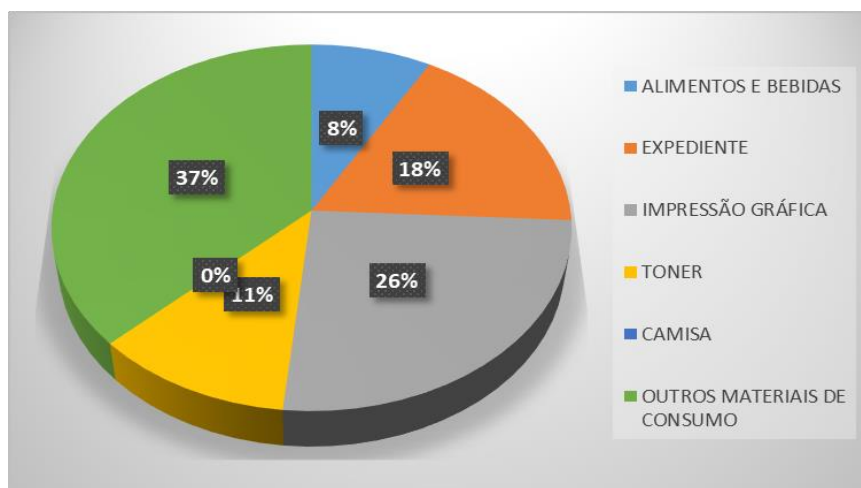
Fonte: CAD/PGJ, 2021

Tabela 89 - Aquisição de Material de Consumo

Trimestre	Alimentos e bebidas	Expediente	Impressão Gráfica	Toner	Camisa	Outros materiais de consumo
1°	1.245,00	3.093,00	56.930,00	0,00	0,00	106.443,70
2°	4.912,91	10.700,00	29.500,00	0,00	0,00	0,00
3°	33.205,00	62.571,16	6.400,00	40.694,60	0,00	65.497,98
4°	29.052,00	71.016,82	122.367,00	54.220,00	0,00	137.226,29
TOTAL	68.414,91	147.380,98	215.197,00	94.914,60	0,00	309.167,97
TOTAL						835.075,46

Fonte: CAD/PGJ, 2021

Gráfico 39 - Total de processos adquiridos de material de consumo



Fonte: CAD/PGJ, 2021

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área em execução durante o ano, conforme detalhamento a seguir.

1. SEÇÃO DE PROJETOS

1.1. Projetos Desenvolvidos

1. Adequação de layouts (26 adequações);
2. Projeto para implantação da UNICEF no Centro Cultural;
3. Projeto básico para aquisição e atualização de softwares;
4. Projeto para Promotoria Distrital da Divinéia;
5. Projeto para o Núcleo de Mediação na Divinéia;
6. Revisão dos projetos da PJ de São José de Ribamar;
7. Projeto para reforma e implantação das Promotorias do Consumidor na Fonte do Ribeirão;
8. Projeto para reforma e implantação da Promotoria Distrital de Caxias;
9. Projeto para construção da nova Ouvidoria;
10. Projeto padrão Promotoria Distrital (contêineres).

1.2. Projetos em Desenvolvimento

1. Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Cururupu
2. Projeto para reforma da Promotoria de Justiça de Pinheiro
3. Reforma do Casarão da Rua da Estrela
4. Reformulação do Projeto para construção da nova Ouvidoria
5. Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Balsas
6. Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Bacabal
7. Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Itinga
8. Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Bacuri
9. Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Pedreiras
10. Projeto para construção da Promotoria de Justiça de Santa Inês

2. SEÇÃO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS

2.1. Avaliações realizadas em 2021:

1. Promotoria de Zé Doca
2. Galpão 17 - Estrada da Vitória
3. Promotoria de Cantanhede
4. Promotoria de Buriti

Tabela 90 - Perícias realizadas em 2021

ITEM	Localidade/Objeto	PROMOTORIA SOLICITANTE
1	Vila Aparecida - Tibiri. Vistoriar a Rua São Raimundo Motor e imediações de modo a verificar seus sistemas de drenagem, pavimentação, quantidade de ruas, suas metragens e outros itens necessários.	8ª PJE MEIO AMBIENTE
2	Parque Municipal Quintas do Diamante. Analisar a execução e cumprimento de TAC para reforma do Parque Municipal Quintas do Diamante, pelo conglomerado empresarial Sá Cavalcante, se atendeu aos termos e projetos aprovados.	8ª PJE MEIO AMBIENTE
3	Mercado Público do Primavera / Cohatrac. Vistoria nas barracas e bancas de alvenaria construídas irregularmente em frente ao Mercado Público do Primavera/Cohatrac, visando a constatação atual do problema.	11ªPJESLZ
4	Mercado Público da Vila Palmeira. Vistoria técnica no Mercado Público da Vila Palmeira para avaliar a existência de boxes vazios no referido prédio e a presença de feirantes utilizando as vias públicas (ruas e calçadas) para comercialização de seus produtos.	11ªPJESLZ
5	Centro Pop - Cohab. Verificar a se situação física do imóvel que abriga o Centro Pop-Cohab está de acordo com a Recomendação Nº 60/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.	11ªPJESLZ
7	Casa De Acolhida - Sítio Leal. Verificar se situação física do imóvel onde está instalada a Casa de Acolhimento Temporária está de acordo com a Recomendação Nº 60/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.	11ªPJESLZ
8	Banheiros Públicos na Litorânea. Vistoria nos banheiros públicos localizados no parquinho da Litorânea, visando a verificação estrutural desses banheiros, bem como se estão sendo realizadas limpeza e conservação.	11ªPJESLZ
9	Abrigo Institucional. Verificar se situação física do imóvel onde está instalada o abrigo institucional está de acordo com a Recomendação Nº 60/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.	11ªPJESLZ
10	Edificações ao público na Lagoa da Jansen. Emitir esclarecimento técnico acerca das condições físicas e funcionamento do Posto de Administração e Atendimento ao Público do Parque Ecológico da Lagoa da Jansen.	11ªPJESLZ
11	Banco do Brasil. Análise de documentos enviados pelo Banco do Brasil S.A. referente às condições de acessibilidade da Agência São Luís	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
12	Blue Tree Towers. Vistoria e análise das condições de acessibilidade no Hotel Blue Tree – São Luis.	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
13	Centro Comercial Champs Mall. Avaliar o prejuízo da suposa retirada de vagas para pessoa com deficiência e substituição por área de parada de	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

	veículos para serviço de valet na edificação do Champs Mall no bairro Ponta D'areia	
14	Escola Adventista. Análise do projeto de adaptação de acessibilidade da Escola Adventista elaborado pela D12 Engenharia e Serviços e apontar eventuais desconformidades com a norma NBR 9050/2020.	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
15	Hospital São Domingos e Escola de Cegos do Maranhão. Análise do projeto de adaptação de acessibilidade do entorno do Hospital São Domingos e Escola de Cegos do Maranhão a Av. Jerônimo de Albuquerque, Travessa Bequimão e Rua Aldebaran.	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
16	Galeria Appiani. Análise das condições de acessibilidade no estacionamento da Galeria Appiani, na Av. dos Holandeses.	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
17	Praça da Alegria - Centro. Análise das condições de acessibilidade na praça da Alegria, no Centro.	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
18	Hospital Tarquínio Lopes. Análise acerca das adaptações realizadas no Hospital Tarquínio Lopes, no centro de São Luís.	14ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
19	Centro Comercial Belo Center. Análise acerca das adaptações realizadas no Centro Comercial Belo Center, na Av. Jerônimo de Albuquerque	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
20	Cartório - 1ª Zona de Registro de Imóveis. Análise das condições de acessibilidade da edificação ocupada pelo cartório.	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
21	Cartório - 1º Tabelionato de Notas. Análise das condições de acessibilidade da edificação ocupada pelo cartório	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
22	Cartório - 1º Zona de Registro Civil. Análise das condições de acessibilidade da edificação ocupada pelo cartório.	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
23	Cartório - 2º Tabelionato de Notas. Análise das condições de acessibilidade da edificação ocupada pelo cartório.	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
24	Cartório - 3º Tabelionato de Notas. Análise das condições de acessibilidade da edificação ocupada pelo cartório.	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
25	Cartório - 3º Zona de Registro Civil das Pessoas Naturais. Análise das condições de acessibilidade da edificação ocupada pelo cartório..	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
26	Cartório - 4º Tabelionato de Notas. Análise das condições de acessibilidade da edificação ocupada pelo cartório.	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
27	Edifício Cidade de São Luís. Análise das condições de acessibilidade do Edifício Cidade de São Luís.	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
28	SEMCAS. Análise do projeto de acessibilidade da Edificação da SEMCAS.	15ª PJE - DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

29	Estrutura da Feira da Cidade Operária. Apurar possível irregularidade na execução de estrutura de concreto armado na obra de construção da Feira da Cidade Operária.	36ª PJE - 9ª PROBIDADE
30	Sala de aula na região de Aldeia Tupam. Apurar suposto superfaturamento na construção de uma sala de aula localizada na região de Aldeia Tupam, município de Itaipava do Grajaú/MA	ASSESSORIA DE INVESTIGAÇÃO
31	Programa “Nossa Casa” em Bacabeira. Vistoriar unidades habitacionais construídas através do Programa “Nossa Casa” do município de Bacabeira, com o intuito de avaliar a adequabilidade e conformidade dos serviços executados.	1ª PJ ROSÁRIO
32	Urbanização do Igarapé do Riachinho. Apurar se o valor pactuado do objeto licitado para a construção do Balneário Inhumas é compatível com o que foi executado, no município Passagem Franca/MA.	PJ PASSAGEM FRANCA
33	Estradas vicinais em Cândido Mendes. Levantamento dos serviços que estão sendo realizados nos trechos: Barão de Tromaí - Povoado Sete Voltas; Barão de Tromaí - Rio do Cocal; Barão de Tromaí - Pov. Estandarte; Sede - Carará Mirim - Barão de Tromaí.	ASSESSORIA DE INVESTIGAÇÃO
34	Estrada do Pov. João Peres ao Pov. Jatobá. Análise de risco de desabamento de três pontes de concreto armado, em precário estado de conservação localizadas no município de Araiozes/MA.	1ª PJ ARAIOSES
35	Convênio Nº 212/2013 - Santa Rita. Vistoriar a implantação de pavimentação das seguintes vias públicas, Ruas Euclides da Cunha, Manoel Serra e 2ª Trav. da Rua do Sol e esclarecer se o montante recebido, referente à primeira parcela do convênio no valor de R\$ 240.000,00, foi devidamente aplicado.	PJ SANTA RITA
37	Prédio Sede da Promotoria de Justiça de Tutóia. Inspeção predial na Promotoria de Justiça de Tutóia e avaliação técnica.	PJ TUTÓIA
38	Linha Férrea Codó. Apuração de impactos causados aos moradores em seu entorno, pela linha férrea, no município de Codó/MA.	PJ CODÓ
39	Pregão Pres. Nº 041/2017 - S. Ant. dos Lopes. Apuração de possível irregularidade no pregão presencial nº 041/2017, realizado pela Prefeitura do Município de Santo Antonio dos Lopes-MA.	ASSESSORIA DE INVESTIGAÇÃO
40	Terminal Rodoviário de Presidente Dutra/MA. Análise sobre regularidade da revitalização e reforma do Terminal Rodoviário Intermunicipal de Presidente Dutra/MA acerca da adequação da obra física com o seu projeto e compatibilidade dos custos.	PJ PRESIDENTE DUTRA
41	Concorrência Nº 022/2014-CSL/SINFRA. Apuração de irregularidades da pavimentação nos municípios de São João dos Patos, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Nova Iorque, Paraibano, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão.	29ª PJE - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Fonte: COEA/PGJ, 2021

3. SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Quadro 37 – Fiscalização de Construção e Obras Novas

	Identificação	Empresa	Situação em dez/2021
1	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Lago da Pedra	Ingarana Construções	Concluída
2	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Coroatá	Modular Construção e Comércio	Concluída
3	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Araiões	Forte Construções	Concluída
4	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Estreito	Forte Construções	Em andamento
5	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Loreto	Forte Construções	Em andamento
6	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Santo Antônio dos Lopes	Construtora Cardoso	Concluída
7	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de São Domingos do Maranhão	Modular Construção e Comércio	Em andamento
8	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Mirador	Construtora Penha	Em andamento
9	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Santa Luzia do Paruá	Forte Construções	Em andamento
10	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Carolina	Espacial Tecnologia e Comércio	Concluída
11	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Justiça da Capital	Titanium Empreendimentos	Contrato em processo de rescisão. Será chamada a próxima empresa da licitação
12	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça do Consumidor no Prédio Solar do Ribeirão	-	Aguardando conclusão da licitação
13	Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	Fênix Construções	Aguardando emissão da ordem de serviços

Fonte: COEA/PGJ, 2021

Quadro 38 – Fiscalização de Obra em Reforma

	Identificação	Empresa	Situação em dez/2021
1	Reforma da Antiga Sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz para abrigar o Centro Integrado de Recuperação de Ativos (CIRA).	Forte Construções	Concluída

Fonte: COEA/PGJ, 2021

4. SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

4.1 Manutenção Preventiva

- | | |
|---|--|
| 1. Promotoria de Justiça de Olho D'água das Cunhãs | 11. Promotoria de Justiça de Turiaçu |
| 2. Promotoria de Justiça de Igarapé Grande | 12. Promotoria de Justiça de Arame |
| 3. Promotoria de Justiça de Santo Antônio dos Lopes | 13. Sede PGJ-MA |
| 4. Promotoria de Justiça de Carolina | 14. Sede PROMOCAP |
| 5. Promotoria de Justiça de Estreito | 15. Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar |
| 6. Promotoria de Justiça de Amarante do Maranhão | 16. Promotoria de Justiça de Raposa |
| 7. Promotoria de Justiça de Bacuri | 17. Promotoria de Justiça de São José de Ribamar |
| 8. Promotoria de Justiça de Magalhaes de Almeida | 18. Promotoria de Justiça Especializada de Cries Contra Crianças e Adolescentes - PJECCA |
| 9. Promotoria de Justiça de Cedral | 19. Centro Cultural do Ministério Público - CCMP |
| 10. Promotoria de Justiça de Cururupu | 20. Centro Integrado - Cajazeiras |
| | 21. Centro de Mediação - Divinéia |

4.2. Manutenção Corretiva

Tabela 91 – Quantidade de Manutenções Corretivas realizadas em 2021

Nº	PROMOTORIAS	Nº DE EXECUÇÕES
1	PJ IGARAPÉ GRANDE	1
2	PJ AÇAILÂNDIA	4
3	PJ AMARANTE DO MARANHÃO	1
4	PJ ANAJATUBA	1
5	PJ ARAIOSES	1
6	PJ ARAME	1
7	PJ BACABAL	3
8	PJ BACURI	1
9	PJ BALSAS	2
10	PJ BARRA DO CORDA	1
11	PJ BOM JARDIM	1
12	PJ BREJO	1
13	PJ BURITI BRAVO	1
14	PJ BURITICUPU	2
15	PJ CÂNDIDO MENDES	1
16	PJ CAROLINA	1
17	PJ CAXIAS	1
18	PJ COELHO NETO	1
19	PJ COROATÁ	1
20	PJ DOM PEDRO	1
21	PJ ESTREITO	1
22	PJ GOVERNADOR NUNES FREIRE	1
23	PJ GUIMARÃES	2

24	PJ IMPERATRIZ	4
25	PJ IMPERATRIZ (CIRA)	1
26	PJ ITAPECURU-MIRIM	1
27	PJ ITINGA DO MARANHÃO	2
28	PJ LAGO DA PEDRA	1
29	PJ MARACAÇUMÉ	2
30	PJ MATINHA	1
31	PJ PARAIBANO	1
32	PJ PASTOS BONOS	1
33	PJ ROSÁRIO	1
34	PJ SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	1
35	PJ SÃO BENTO	2
36	PJ SÃO BERNARDO	1
37	PJ SÃO JOÃO BATISTA	1
38	PJ SÃO MATEUS	1
39	PJ SÃO VICENTE FERRER	1
40	PJ TIMON	4
41	PJ TUTÓIA	1
42	PJ VIANA	1
43	PJ VIANA	1
44	PJ VITORINO FREIRE	1

Fonte: COEA/PGJ, 2021

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

No exercício de 2021, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas permaneceu com o desafio de dar continuidade em sua rotina de atividades, de forma remota ou presencial, respeitando o rodízio, intensificando os cuidados com a saúde física e mental dos integrantes do MPMA com as diversas ações coordenadas pela Seção de Saúde Funcional, em função Pandemia de COVID-19 que gerou mudança acelerada no modo de vida da população, com impactos profundos na saúde pública, na gestão de pessoas e um choque sem precedentes na economia.

Registre-se que a Coordenadoria de Gestão de Pessoas desenvolveu suas diversas atividades registradas em aproximadamente 34 mil movimentações em processos no sistema Digidoc.

A seguir, são listadas as principais conquistas e melhorias promovidas pelo Procuradoria Geral de Justiça, concernentes à gestão de pessoas:

1. Reajuste nos percentuais, por idade, para concessão do Plano de Assistência médico-social - Auxílio-Saúde aos Membros, pelo Ato Regulamentar nº 15/2021-GPGJ, de 08/03/2021, DEMP 09/03/2021;
2. Reajuste nos valores mensais, por idade, para concessão do Plano de Assistência médico-social - Auxílio-Saúde aos Servidores, pelo Ato Regulamentar nº 16/2021-GPGJ, de 08/03/2021, DEMP 19/03/2021;
3. Facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de até 45 (quarenta e cinco) dias de licença especial e prêmio não gozada, pela Ordem de Serviço nº 05/2021, DEMP 08/06/2021;
4. Criação de 240 vagas de estágio não obrigatório para estudantes de pós-graduação com lotação na Comarca da Ilha e interiores, pelos Atos Regulamentares nº 02/2021, de 06/01/2021, e o nº 48/2021, de 30/11/2021;
5. Homologação do Processo Seletivo Simplificado para estagiários não obrigatório de pós-graduação, pelo Edital nº 12/2021, DEMP de 03/02/2021;
6. Concessão a 78 servidores o regime de Teletrabalho, nas modalidades integral e parcial;
7. Fortalecimento do Coral Vozes do MP com a contratação de Ronaldo Pereira Ribeiro como regente do Coral Vozes do MPMA;
8. Realização de diversas e importantes ações do Programa de Saúde e Qualidade de vida e no trabalho, desenvolvidas pela Seção de Saúde Funcional, demonstradas em relatório próprio.

O desafio de bem atender as demandas internas para a consecução do atendimento ao cidadão, destinatário final das atividades do Ministério Público do Estado do Maranhão, conta com a inestimável colaboração de sua força de trabalho, representada na tabela a seguir.

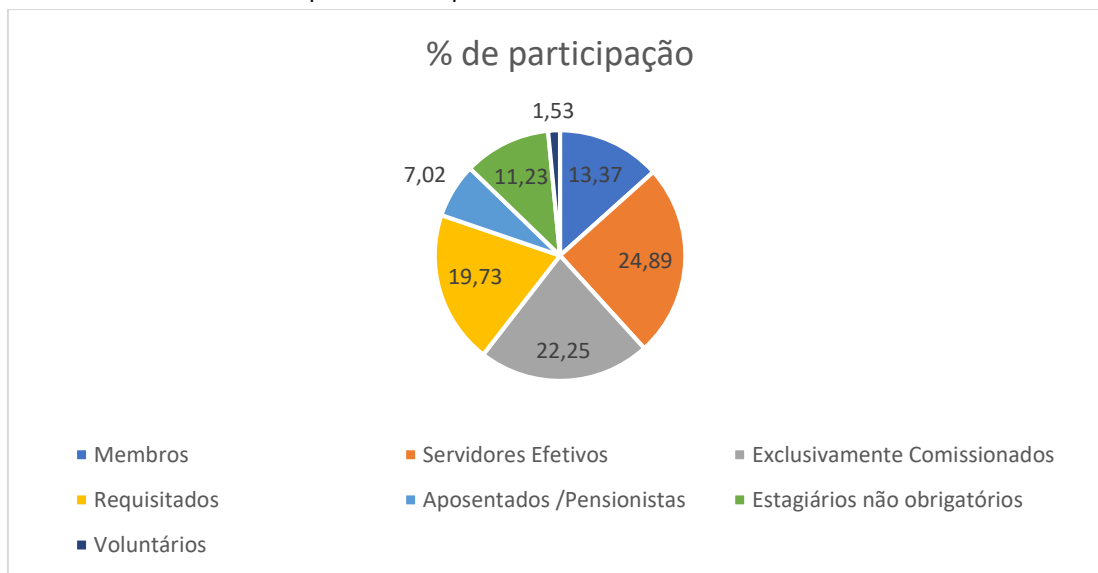
Tabela 92 - Quantitativo de Pessoal

Descrição	TOTAL em 31/12/2021	% de participação
Membros	324	13,37
Servidores Efetivos	603	24,89
Exclusivamente Comissionados	539	22,25
Requisitados	478	19,73

Aposentados /Pensionistas	170	7,02
Estagiários não obrigatórios	272	11,23
Voluntários	37	1,53
TOTAL	2.423	100%

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Gráfico 40 – Percentual do quantitativo de pessoal



Fonte: CGP/PGJ, 2021

A seguir, demonstra-se o histórico de provimento e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como a movimentação na carreira dos cargos de membros e servidores efetivos nos últimos 10 anos.

1. PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS (2011 - 2021)

Tabela 93 - Quantidade de provimentos – cargos efetivos

Cargos Efetivos	Série 2021 - 2011										
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Promotor de Justiça	1	0	0	1	13	13	40	1	3	2	33
Analista Ministerial	-	0	0	1	22	8	2	4	21	-	-
Técnico Ministerial	1	0	0	0	39	19	7	53	67	-	-
Auxiliar Ministerial	-	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
TOTAL	2	0	0	2	74	40	49	58	91	2	33

Fonte: CGP/PGJ, 2021

3. PROVIMENTO DE CARGOS COMISSIONADOS (2011 - 2021)

Tabela 94 - Quantidade de Provimentos – cargos comissionados

Cargos Comissionados	Série 2021 - 2011										
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	20	96	16	40	31	47	31	24	37	114	37
De indicação de Procurador de Justiça	11	29	16	16	39	25	43	28	87	33	44
De indicação de Promotor de Justiça	40	55	68	54	59	69	91	102	132	193	22
TOTAL	71	180	100	110	129	141	165	154	256	340	103

Fonte: CGP/PGJ, 2021

4. VACÂNCIAS CARGOS EFETIVOS EXONERAÇÃO/DEMISSÃO, FALECIMENTO, APOSENTADORIA

Tabela 95 - Quantidade de Vacâncias - cargos efetivos

Cargo	Série 2021 - 2011										
	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Procurador de Justiça	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Promotor de Justiça	0	4	8	9	5	12	1	1	3	5	3
Analista Ministerial	1	2	0	0	2	2	1	4	1	-	3
Técnico Ministerial	8	2	5	6	9	6	10	16	6	7	12
Auxiliar Ministerial	1	2	0	0	1	0	0	2	0	0	0
TOTAL	10	10	13	15	18	20	12	23	10	12	18

Fonte: CGP/PGJ, 2021

5. VACÂNCIAS CARGOS COMISSIONADOS

Tabela 96 - Quantidade de Vacâncias - cargos comissionados

Cargos Comissionados	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	20	92	19	17	21	31	23	17	26	90	28
De indicação de Procurador de Justiça	11	29	11	18	32	24	38	25	58	31	20
De indicação de Promotor de Justiça	37	52	65	52	51	71	76	80	93	42	22
TOTAL	68	173	95	87	104	126	137	122	177	163	70

Fonte: CGP/PGJ, 2021

6. MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DE MEMBROS

Tabela 97 – Movimentação na carreira de Procuradores e Promotores de Justiça 2021-2011

Descrição	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Promoção para Procurador de Justiça	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0	-
Promoção de Promotor de Justiça	1	17	7	19	0	4	2	23	23	47	2
Titularidade de Promotor de Justiça	0	7	0	5	8	7	38	3	1	26	22
Remoção	10	47	36	45	29	7	28	50	35	59	18
Aposentadoria Procurador de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0
Aposentadoria Promotor de Justiça	0	2	6	1	1	1	1	1	1	2	0
Demissão de Promotor de Justiça	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: CGP/PGJ, 2021

7. MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA – SERVIDORES

Tabela 98 – Movimentação na carreira de Servidores 2021-2011

Descrição	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Homologação de estágio probatório	1	46	8	8	115	0	0	1	34	17	38
Promoção + Progressão	288	346	352	362	470	279	271	312	437	528	325
Remoções	23	16	22	17	43	7	14	62	9	16	10
Demissão	-	1	-	3	-	2	1	-	2	-	-
Reintegração	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-
Aposentadoria	2	2	2	-	1	-	-	1	-	1	-

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, o adicional de qualificação é um importante instrumento de valorização profissional por meio de incentivo à qualificação. Em 2021 foram concedidos 33 (trinta e três) adicionais de qualificação.

Tabela 99 – Série histórica de concessão adicional de qualificação 2013/2021

ANO	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Adic. Qualificação concedidos	33	65	42	13	84	23	13	32	338
-------------------------------	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 537 (quinhentos e trinta e sete) servidores, correspondendo a 89,20% de um total de 602 (seiscentos e dois) cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 100 – Nº de Servidores **CONTEMPLADOS COM** o adicional de qualificação 2013/2021

Nível do AQ	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL	%
Graduação	3	150	6	159	29,6
Especialização	98	241	5	344	64,1
Mestrado	25	6	0	31	5,77
Doutorado	2	1	0	3	0,56
Nº de servidores com AQ	128	398	11	537	89,2

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Tabela 101 - Nº de Servidores estáveis **SEM** o adicional de qualificação

Descrição	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL
Cargos Providos servidores estáveis	135	448	19	602
Quantitativo de servidores estáveis_ <u>sem</u> AQ	7	50	8	65
% por cargo de servidores <u>SEM</u> AQ	5,19	11,16	42,11	10,8

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Por oportuno, descrevemos a seguir a escolaridade do quadro de servidores efetivos desta Procuradoria Geral de Justiça:

Tabela 102 – Escolaridade dos Servidores Efetivos - 2021

NÍVEL	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL	%
Fundamental	-	-	2	2	0,33
Ensino Médio	-	51	6	57	9,45
Graduação	10	150	6	166	27,53
Especialização	98	241	5	344	57,05
Mestrado	25	6	0	31	5,14
Doutorado	2	1	0	3	0,5
TOTAL de servidores	135	449	19	603	100%

Fonte: CGP/PGJ, 2021

A CGP também faz a gestão do estagiários do Ministério Público do Estado do Maranhão.

8. GESTÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Tabela 103 – Situação dos Estagiários no MPMA – 2014/2021

Descrição	2021 ¹⁵	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Ato Regulamentar - Quantitativo	48/21	fev/20	17/19	dez/17	dez/17	13/15	13/15	out/14
Nº Estagiários Criados	514	270	270	243	193	150	150	132
Admitidos	263	74	209	80	195	32	46	128
Renovação de Estágio	64	129	42	135	11	29	64	2
Desligados	166	95	162	82	61	98	56	18
Nº de estagiários em exercício em dezembro	272	206	228	181	183	49	115	127

Fonte: CGP/PGJ, 2021

9. PROCESSOS SELETIVOS PARA ESTAGIÁRIO NÃO-OBRIGATÓRIO:

Edital de Abertura nº 35/2020, de 07/12/2020, alterado pelos Editais nº 36/2020, nº 41/2020 e o de nº 03/2021. Homologado pelo Edital nº 12/2021, publicado em 03 de fevereiro de 2021, no Diário Eletrônico deste Ministério Público. Relacionamos a seguir as informações do referido Processo Seletivo:

Tabela 104 - Resumo do Processo Seletivo vigente em 2021

<i>Processo Seletivo</i>	2020/2021 – PÓS-GRADUAÇÃO
PA	9994/2020
Portaria de designação da Comissão	7726/2020
Nº Edital de abertura	35/2020, de 07/12/20, alterado pelos 36/20, 41/20 e 3/201
Data da prova	Digital: inscrições até 11/01/2021
Lotação das vagas	Vagas: Polos de São Luís, Açailândia, Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Maracaçumé, Pinheiro, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês e Viana
Homologação	Edital 12/2021, DEMP publicado em 03/02/2021
Validade do concurso	Até 03/02/2022 podendo ser prorrogado por mais 1 ano
Nº de vagas	200
Nº de Inscritos	1.560
Nº de aprovados	1.152
Nº Convocados	479
Nº de Admitidos	222
Cadastro de Reserva	673

Fonte: CGP/PGJ, 2021

¹⁵ Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014. Os selecionados em 2016, assumiram em 2017. O seletivo de 2018 foi homologado em 2019. Não houve processo seletivo em 2020 e 2021.

10. PROGRAMA SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Foi criado pelo Ato nº 298/2018 e regulamentado por meio do Ato nº 24/2019.

Tabela 105 - Programa de Serviço Voluntário

Ano	Termos de Adesão	Termos de Renovação	Termos de desligamentos	Nº Voluntários Dezembro
2021	41	8	36	37
2020	24	10	36	31
2019	67	-	26	41

Fonte: CGP/PGJ, 2021

11. CONCURSOS DE REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS – 2021:

Foram realizados e homologados 07 concursos de remoção de servidores efetivos, contemplando 23 Técnicos Ministeriais.

Tabela 106 - Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP

ATIVIDADE	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Declaração de Margem de Consignação	734	696	977	746	694	586	831
Elaboração Atos de servidores e membros;	357	706	455	496	64	521	579
Elaboração Portarias de servidores e membros;	10.143	10.295	14.690	12.658	12.219	9.670	10.194
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros);	10.500	11.001	15.184	13.268	12.833	10.191	10.773
Elaboração de Termos de Referência / Projetos Básicos	1	6	5	34	33	29	42
Termos de Compromisso de Estágio	263	74	209	80	189	32	46
Termo de Renovação de Estágio	64	129	42	135	11	29	64
Termo de Desligamento de Estágios	166	96	162	82	58	98	56
Termo de Realização de Estágio	166	96	162	82	58	94	56
Projetos Básicos	1	6	5	34	33	29	42
Ofícios expedidos	216	192	116	223	123	149	306
Memorandos expedidos	303	243	370	467	227	284	436

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Também são atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas:

- Cadastramento e alimentação do Sistema GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Informações em processos sobre direitos de membros e servidores;
- Elaboração da escala de férias de servidores;
- Alimentação mensal do Portal da Transparência, área de Gestão de Pessoas;

- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Abertura e informação nos processos de verbas indenizatórias;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
- Gestão do Programa de prestadores de serviço voluntário incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos voluntários e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida e controle do recesso remunerado;
- Produção dos crachás e de identidade funcional;

12. RESUMO DE CARGOS COMISSIONADOS MPMA – 2021

Tabela 107 – Detalhamento dos Cargos Comissionados em 2021

DESCRIÇÃO	Cargos criados	%
CARGOS DE INDICAÇÃO DE GABINETE DE MEMBROS:		
93 Assessores de Procurador de Justiça	484	77,07
35 Chefes de Gabinete de Procurador de Justiça		
38 Assessor Técnico IV		
318 Assessores de Promotor de Justiça		
DEMAIS CARGOS COMISSIONADOS	144	22,93
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS	628	100
Servidores NÃO-Efetivos (17 Membros + 94 Exclusivamente comissionados + 06 à disposição)	117	81,25
Servidores Efetivos	27	18,75
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS PROVIDOS	144	100%

Fonte: CGP/PGJ, 2021

A distribuição dos 628 cargos comissionados providos em dezembro de 2021, está conforme descrito a seguir:

Tabela 108 – Distribuição de Cargos Comissionados em 2021

Descrição – Ocupados por	Quant	%
Cargos Comissionados CRIADOS	628	
Membros	17	2,71
Efetivos	60	9,55

Cedidos	12	1,91
Exclusivamente Comissionados	539	85,83
TOTAL de cargos Comissionados OCUPADOS	628	100

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Tabela 109 – Série Histórica dos servidores efetivos com cargo comissionado ou função de confiança

Efetivos	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Ocupando Cargos Comissionados	60	65	80	81	83	96	105	102	99	96	72
Ocupando Funções de Confiança – FC	76	76	76	76	76	70	66	70	69	70	43
Total Efetivos Contemplados	136	141	156	157	159	166	171	172	168	166	115
Evolução	-5	-15	-2	-2	-7	-5	-1	4	2	51	

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Aumento da participação de cargos de servidores efetivos no quantitativo do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo.

Tabela 110 - Estrutura de pessoal da PGJ/MA

Descrição	Quant	%
Servidores Efetivos - Criados	627	25,47
Exclusivamente Comissionados	539	21,89
Estagiários não-obrigatórios - criados	514	20,88
Requisitados	471	19,13
Policiais da Reserva	95	3,86
Voluntários	37	1,5
Terceirizados	181	7,35
TOTAL	2.462	100

Fonte: CGP/PGJ, 2021

Tabela 111 – Criação de Cargos no MPMA 2017-2021

Vínculo - Cargos criados	2021		2020		2019		2018		2017	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Cargos Efetivos	627	29,15	628	31,81	630	32,01	630	32,9	630	33,3
Cargos Comissionados	539	25,06	628	31,81	624	31,71	624	32,6	628	33,2
Cedidos de outros Órgãos	471	21,9	448	22,7	444	22,56	416	21,8	389	20,6
Estagiários não obrigatórios	514	23,9	270	13,68	270	13,72	243	12,7	243	12,9
TOTAL	2.151	100	1.974	100	1.968	100	1.913	100	1.890	100

Fonte: CGP/PGJ, 2021

13. AUMENTO NO QUADRO DE PESSOAL DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS:

É notório o aumento das ações deste MP nas diversas áreas de sua atuação. O suporte na área administrativa e nos demais conhecimentos técnicos especializados são fundamentais para que a área-fim atinja seus objetivos. O Quadro de Pessoal atual é insuficiente. Estudos devem ser feitos para que, dentro das limitações orçamentárias impostas, sejam priorizados os cargos a serem criados, com suas áreas e especialidades.

Providências para a realização de concurso público para servidores efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo:

- Considerando que este MP encontra-se sem cadastro de reserva para provimento de 24 (vinte e quatro) cargos vagos, nesta PGJ, sendo 03(três) de Analista Ministerial e 21(vinte e um) de Técnico Ministerial (14 na área administrativa, 06 de Execução de Mandados e 01 de Informática).
- Submeter à apreciação da Administração Superior a minuta do novo Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho e desenvolver os requisitos do novo sistema, preparando a instituição para a sua utilização e sensibilizar cada integrante acerca de sua importância para o crescimento e evolução de toda a instituição.
- O presente relatório relaciona as principais, ações, projetos e desafios enfrentados pela Área de Gestão de Pessoas deste Ministério Público, e evidencia a importância da atuação estratégica desta área, em um contexto no qual se reconhece as pessoas como o seu principal ativo é o fator determinante para o sucesso ou fracasso de qualquer organização.

14. DA SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

14.1. Atribuições regimentais da unidade, conforme legislação interna pertinente

A Seção de Saúde Funcional (SSF) é a unidade de saúde vinculada ao Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) sediada na Procuradoria Geral de Justiça que tem como função a assistência à saúde dos seus usuários. A organização da Seção de Saúde Funcional é regulamentada pela Ordem de Serviço N° 008/2016 – DG de acordo com o Ato Regulamentar n° 020/2008.

A SSF tem objetivo de prestar assistência médica, odontológica e psicológica, através de atendimento ambulatorial, a todos os servidores ativos e inativos do Ministério Público do Maranhão e seus dependentes legais, assim como, em caráter de urgência e emergência, aos estagiários e prestadores de serviços terceirizados.

A consulta/atendimento médico, odontológico e psicológico são realizados, preferencialmente por agendamento prévio eletrônico, ou por telefone, ou presencialmente, exceto as consultas em caráter de urgência e emergência, que tem prioridade para o atendimento.

O atendimento de urgência e emergência é destinado apenas às pessoas que apresentam um agravo de saúde durante sua permanência (em serviço ou em trânsito) nas dependências da Procuradoria Geral de Justiça, ficando o setor responsável em realizar o atendimento inicial e encaminhar para um serviço de Pronto Atendimento. Os agravos que

ocorrerem fora do ambiente da sede da Procuradoria deverão buscar auxílio médico em serviço externo, pois não compreendem a função ambulatorial da Seção de Saúde Funcional.

15. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

15.1. Da assistência médica

15.1.1. Do atendimento e da consulta médica

A assistência médica corresponde ao atendimento realizado pelo médico sob a forma de consulta, abrangendo pacientes a partir de 12 anos de idade. A assistência médica, também, em caráter de urgência e emergência corresponde ao suporte básico de vida.

Durante o ano de 2021 foram realizadas consultas e atendimentos presenciais, assim como, atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, e consultas *online* a partir da publicação da Resolução do CFM nº 2.227/2018, Ofício CFM nº 1756/2020-Cojur e Portaria GM/MS nº 467, de 20 de março de 2020, conforme dados da tabela 1.

15.1.2 Das licenças relacionadas à saúde

Durante o ano de 2021, os procedimentos administrativos relativos à concessão de licença para tratamento de saúde, inclusive por motivo de doença em pessoa da família, de licença à gestante para membros e servidores do Ministério Público totalizaram em 510 processos de saúde.

15.2. Da assistência odontológica

O setor odontológico do MPMA realizou 4.365 serviços de promoção de saúde bucal através de atendimentos e procedimentos preventivos e reabilitadores no ano de 2021.

15.3. Da enfermagem

No período de 2021 a assistência de enfermagem contemplou 1652 procedimentos relacionados ao acompanhamento das necessidades dos usuários do MPMA, como administração de medicamentos sob orientação médica odontológica, nebulização, curativos simples, verificação de sinais vitais, glicemia capilar, distribuição de preservativos, orientações de saúde e testes rápido para Covid-19.

15.4 Da assistência psicológica

A assistência psicológica visa avaliar, orientar e acompanhar o paciente em situações de saúde mental e no desenvolvimento de sua carreira.

Durante o ano de 2021 foram realizados 8151 atendimentos, consultas e procedimentos.

Tabela 112. Atendimentos, consultas e procedimentos realizados durante o ano de 2021.

Especialidade	Atendimentos, consultas e procedimentos
---------------	---

Enfermagem	1.652
Medicina	1.287
Odontologia	4.365
Psicologia	337
Licença saúde	510

Fonte: MPMA, 2021.

15.5 Das atividades de saúde programadas e executadas

15.5.1 Das atividades de saúde (Objetivo 15, 18 e 23*)

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas atividades programadas de saúde voltadas para a prevenção das doenças e seus agravos no ambiente de trabalho, conforme as tabelas 113 e 114.

Tabela 113. Principais atividades programadas e executadas durante o ano de 2021.

Atividades	Público contemplado
Realização de teste rápido para COVID-19.	525
Vacinação	295
Práticas laborais e atividades integrativas complementares.	90

Fonte: MPMA, 2021.

Da mesma forma, em 2021 outras ações educativas de saúde programadas foram executadas no Ministério Público do Estado do Maranhão de acordo com a tabela XX.

Tabela 114. Ações de saúde programadas e executadas durante o ano de 2021

Ações de saúde

1	Janeiro Branco: saúde mental. A Seção de Saúde realizou “Mês de Conscientização da Saúde Mental”, através de vídeos informativos.
2	Setembro Amarelo: mês de prevenção ao suicídio. Roda de conversa com o médico psiquiatra João Arnaud.
3	Outubro Rosa: mês da conscientização sobre a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. Vídeo institucional sobre o tema com o relato da servidora Lucina Macedo.
4	Novembro Azul: mês da conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata. Vídeo institucional sobre o tema com o médico urologista Antônio Gonçalves.

Fonte: MPMA, 2021.

15.5.2 Das atividades não-programadas e executadas (Objetivo 13, 15, 18 23, 24*)

Considerando todo o contexto e os impactos do novo Coronavírus (SARS-COV 2), denominada COVID-19, foram adotadas práticas de saúde de acordo com o protocolo sanitário.

Do mesmo modo, foram realizados 525 testes rápidos para auxílio no diagnóstico da infecção pelo SARS-CoV-2 aos membros, servidores e demais colaboradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, com acompanhamento pelos profissionais de saúde.

Estas atividades não-programadas e executadas adotou um protocolo para os atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e de enfermagem que passaram por uma adequação de acordo com a tabela 115.

Tabela 115. Principais atividades não programadas, mas executadas durante o ano de 2021.

Atividades	
1	Orientação e realização de teste rápido para COVID-19.
2	Teleatendimento e teleconsulta.
3	Atualização da equipe de Saúde Funcional para adequação e padronização da rotina no ambiente de trabalho.
4	Realização de triagem prévia e organização de um protocolo de segurança durante a permanência na Seção de Saúde Funcional.
5	Reorganização do fluxo de atendimento, priorizando os atendimentos de urgência, reduzindo a quantidade de pacientes na sala de espera para evitar aglomeração.
6	Otimização da rotina de biossegurança (descontaminação, desinfecção e esterilização) e readequação dos ambientes de trabalho.

Fonte: MPMA, 2021.

16. AÇÕES DE MELHORIA DA SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

16.1 Ações de melhoria realizadas (Objetivo 13, 15, 18 23, 24*)

Durante o ano de 2021 foram observadas melhorias na unidade que contemplaram:

1. Continuidade da acessibilidade do usuário aos serviços oferecidos (teleconsulta e teleatendimento);
2. Aquisição de profissional especialista em perícia médica exclusivamente para análise de processos para afastamento para tratamento de saúde.
3. Medidas de enfrentamento à COVID-19;
4. Aquisição de equipamentos médico-odontológicos;

17. OUTROS DESTAQUES (ações de melhoria a serem realizadas – objetivo 13, 15, 23 e 24*)

Como ações de melhoria a serem realizadas, haja vista que a demanda de serviços na Seção de Saúde tem aumentado consideravelmente, observa-se a necessidade de aprimorar a política institucional de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho para membros e servidores. A forma como a Seção de Saúde Funcional tem se organizado tem permitido melhorias tanto nas atividades fins quanto nas administrativas. A título de exemplo, quando a gestão do setor odontológico passou a cargo de profissionais da odontologia, observou-se uma assistência com fluxo contínuo sem interrupção dos atendimentos por motivos técnicos, como a manutenção dos consultórios odontológicos, reposição permanente de insumos e materiais odontológicos e médico hospitalares para o atendimento mesmo em tempo de pandemia e etc. Da mesma forma, observa-se uma necessidade de reorganização do setor de enfermagem para melhor atender aos seus usuários.

De acordo com esse modelo que vem sendo adotado é possível visualizar outras melhorias na SSF, como os serviços médico (licenças, afastamentos e perícias relacionadas à saúde), enfermagem, odontológico e psicológico (otimização nos atendimentos e processos administrativos). Entretanto, para que essa política de gestão e reorganização possa ser implementada, permitindo um melhor fluxo dos processos de trabalho e melhoria das atividades citadas, inclusive de ordem econômica, são necessárias mudanças no organograma da Seção de Saúde Funcional.

18. CONCLUSÃO

Ao todo foram registrados 8540 atendimentos, ações e procedimentos durante o ano de 2021 na Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão, conforme a tabela 116.

Por fim, cabe destacar que este Relatório Anual de Atividades destacou as ações de saúde realizadas durante o ano de 2021, assim como as boas práticas adotadas em período de pandemia do novo Coronavírus (SARS-COV 2), a fim de promover maior segurança e acolhimento para membros, servidores, colaboradores e usuários do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Tabela 116. Total de atividades realizadas durante o ano de 2021 pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Especialidade	Atendimentos, consultas e procedimentos
Enfermagem	1.652
Medicina	1.287
Odontologia	4.365
Psicologia	337
Atividades	Público contemplado
Vacinação	295
Ações de saúde	4
Práticas laborais e atividades integrativas complementares.	90
Licença saúde	510
Total	8.540

Fonte: MPMA, 2021.

Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

A Coordenadoria de Serviços Gerais é composta pelas seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais, Transporte, Atendimento Operacional e Análise de Custos. Procuramos atingir todas as metas inseridas em nosso planejamento financeiro para o exercício de 2021, tomando as providências necessárias no sentido de aprimorar as atividades desempenhadas no âmbito do Ministério Público.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes, dedetização na capital e interior, conserto de portas e janelas de vidros, conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras, fornecimento e instalação de persianas, placas de sinalização, película, fornecimento de chaves e carimbos, conseguimos atender todas as demandas solicitadas, sendo utilizado os recursos destinados para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras, gerenciamento de frota de veículos e prestação de serviço de telefonia móvel conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços de mais qualidade.

Em relação às atividades de transporte, realizou-se manutenções corretivas e preventivas da frota. Atendeu-se, ainda, às demandas de viagens de servidores e membros e transporte de móveis e materiais, além de todo suporte de transporte no período de pandemia.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na renovação e/ou novos contratos de locação de imóveis para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria.

Com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, atuamos com ações de fortalecer a coleta de resíduos sólidos de maneira correta e contato diretamente com as diversas unidades ministeriais para reforçar a preocupação com o consumo, sobretudo, energia elétrica, água, telefonia e postagens. Na mesma esfera de atuação ambiental, existe convênio com a UEMA através do programa “Café Sustentável”, onde busca a reutilização e destinação consciente para a borra de café, folhagem do pátio de vegetal e lixo orgânico produzido pelo restaurante.

No que diz respeito a manutenção das Promotorias de Justiça, necessidades de reparos como: troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos elétricos, lógico e telefônico, reparo em PABX, ar condicionado, cerca elétrica e sistema de CFTV, esta coordenadoria atuou em parceria com as unidades desta PGJ (CMTI, COEA e CAEI), para atender todas as demandas e garantir que todas as unidades estivessem em condições de funcionamento.

Seguem, abaixo, o demonstrativo realizado em 2021, assim como as planilhas com os custos fixos e variáveis.

Tabela 117 - Demonstrativo de Despesas – 2021

DESPESAS FIXAS	VALOR R\$
Contrato de Locação de Imóveis	1.401.942,16
Serviço de Limpeza e Conservação – Capital e Interior	6.453.299,37
Serviço de Motorista	2.446.580,02

Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital e Interior	1.998.882,40
Serviço de Vigilância Armada - Capital e Interior	3.684.750,41
Locação de Máquinas Fotocopiadoras	208.999,92
Fornecimento de Luz	3.689.116,35
Fornecimento de Água e Esgoto	286.098,96
Serviço de Telefonia Fixa	329.511,80
Serviço de Telefonia Móvel	418.666,98
Serviço de Postagem	250.000,00
Manutenção de Central Telefônica	166.465,32
Locação de Central Telefônica	39.990,00
Serviço de Seguro Total de Veículos	106.846,82
Manutenção elevadores - Capital e Interior	83.267,11
Fornecimento de Combustível	839.913,71
TOTAL DESPESAS FIXAS	22.404.331,33

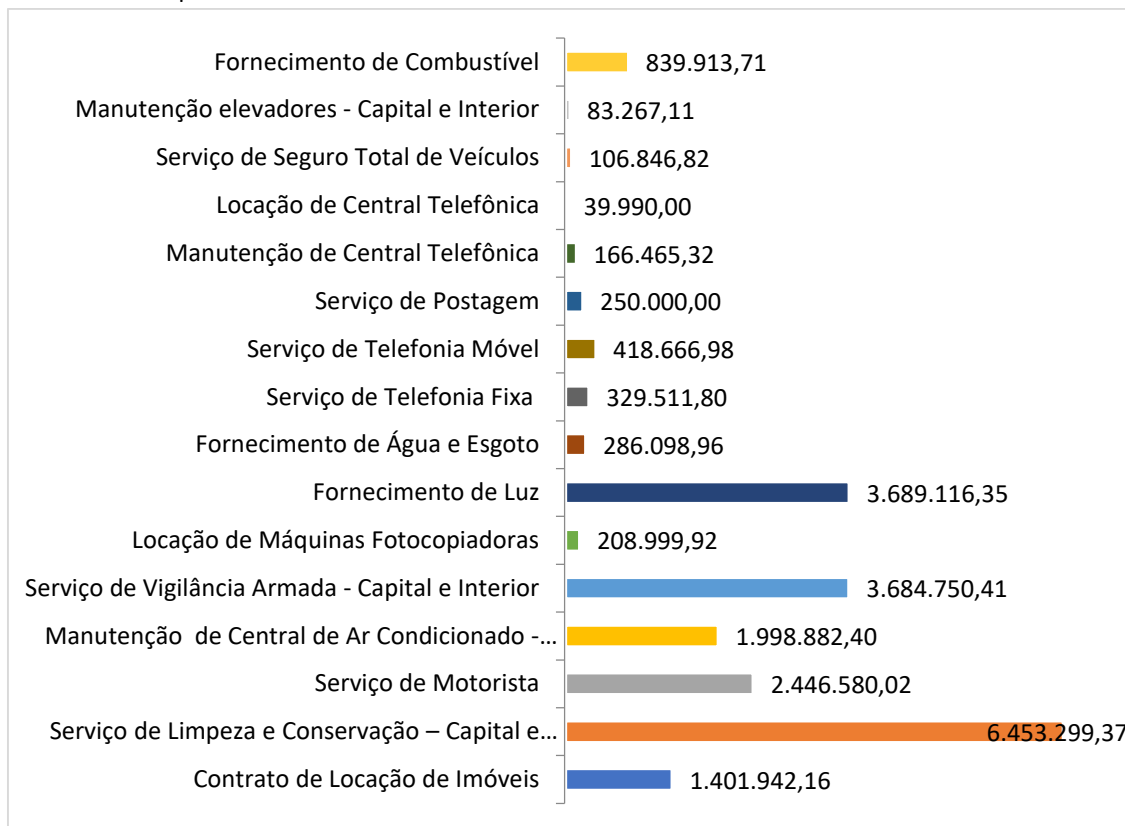
DESPESAS VARIÁVEIS	VALOR
Manutenção de Veículos	1.648.306,32
Visionet - Rádios Transmissores	26.430,00
Confecção de Chaves e Carimbos	9.606,76
Serviço de Dedetização, Desratização e Descupinização	30.935,89
TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS	1.705.672,21

DESPESAS – VEÍCULOS	VALOR
Manutenção de Veículos (serviços)	425.093,50
Aquisição de Peças	1.150.669,84
Fornecimento de Combustível	839.913,71
Serviço de Seguro Total de Veículos	106.846,82
TOTAL DE DESPESAS VEÍCULOS	2.522.523,87

LOTAÇÃO DE VEÍCULOS	QUANTIDADE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	54
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	15
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO INTERIOR	118
TOTAL DE VEÍCULOS	187

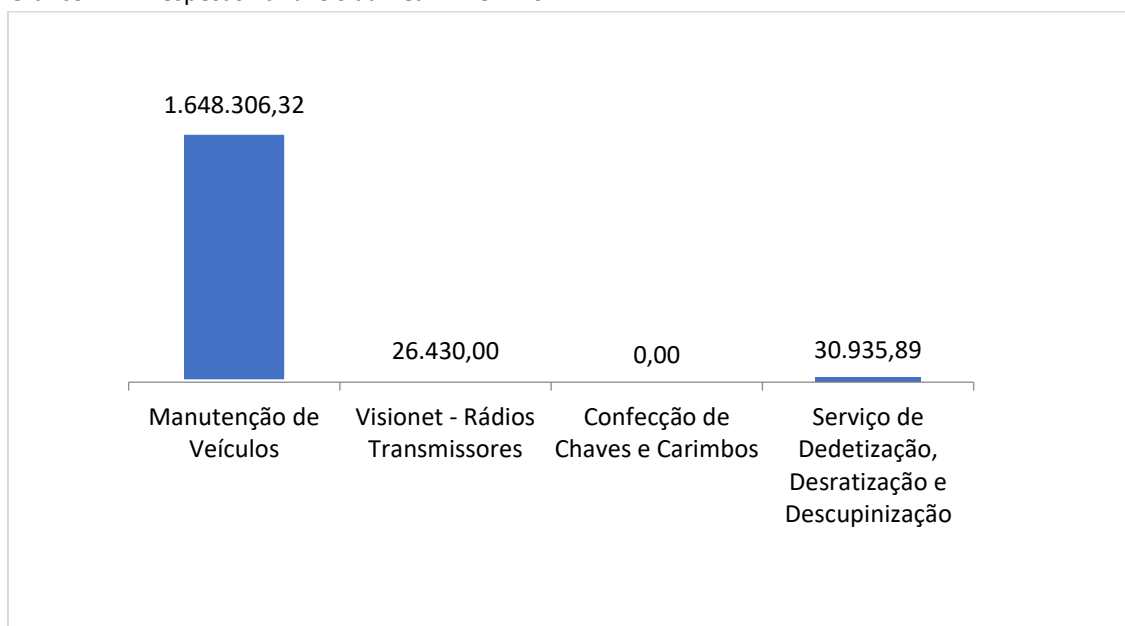
Fonte: CSG/PJG, 2021

Gráfico 41 - Despesas Fixas da PGJ-MA em 2021



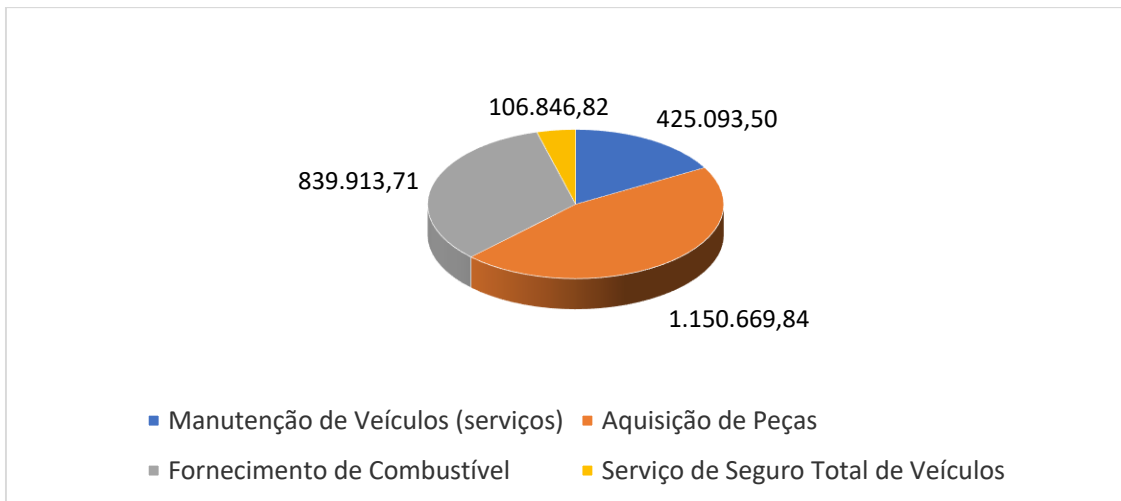
Fonte: CSG/PGJ, 2021

Gráfico 42 – Despesas Variáveis da PGJ-MA em 2021



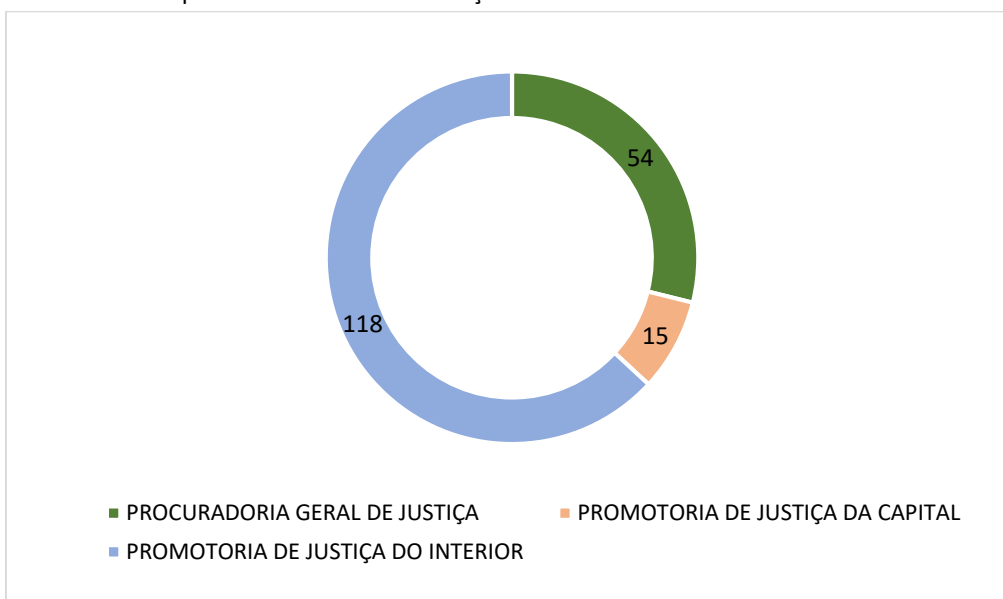
Fonte: CSG/PGJ, 2021

Gráfico 43 – Despesas da PGJ-MA com Veículos em 2021



Fonte: CSG/PGJ, 2021

Gráfico 44 – Despesas da PGJ-MA com Lotação de Veículos em 2021



Fonte: CSG/PGJ, 2021

Coordenadoria de Comunicação (CCOM)

O setor de Comunicação é estratégico em qualquer órgão, instituição ou empresa. Em se tratando de um órgão público como o MPMA, esse setor é ainda mais importante, pois garante a visibilidade necessária a ações que são, acima de tudo, de interesse público.

Em 2021, muitos foram os desafios enfrentados na execução das estratégias de comunicação, principalmente em virtude da pandemia da Covid-19, que desde o mês de março de 2020 impôs um ritmo diferenciado na execução das atividades realizadas no âmbito do Ministério Público. No entanto, os obstáculos foram superados e muitas ações foram realizadas de forma exitosa.

A atuação da Coordenadoria de Comunicação norteia-se na Política de Comunicação Institucional do Ministério Público do Maranhão, disposta no Ato Regulamentar Nº 16/2015, que ainda se mostra pertinente, mesmo decorridos seis anos de sua publicação.

Segundo o Artigo 2º, a Política de Comunicação tem como objetivo “orientar as ações e serviços referentes ao exercício das funções institucionais”, com destaque para a função estratégica da Coordenadoria de Comunicação na adequada manutenção da imagem institucional; no auxílio a membros e servidores no contato com a imprensa; na divulgação de decisões judiciais, medidas de ajustes de conduta e recomendações; no atendimento das demandas advindas dos veículos de comunicação; na concepção e produção de campanhas e/ou peças de comunicação; na execução de ações de comunicação interna, entre outras atribuições.

Assim, a CCOM desenvolve ações de Comunicação Interna – voltadas para membros e servidores – e de Comunicação Externa – voltadas ao público em geral. Para tanto, dispõe dos seguintes canais:

- Site
- Redes sociais
- E-mail
- MPTV
- Rádio Web
- Murais

Dentre as demandas internas, destacam-se:

- a) Divulgação jornalística das ações executadas por membros do MPMA;
- b) Solicitação de banners, cards e outras peças gráficas para divulgação de ações executadas por membros;
- c) Divulgações em redes sociais;
- d) Cobertura da agenda do Procurador-Geral de Justiça;
- e) Realização de campanhas institucionais e
- f) Suporte na realização de eventos.

A Coordenadoria de Comunicação também atualiza informações por meio dos murais, e-mail institucionais, além dos avisos no sistema de som da Procuradoria Geral de Justiça.

A Assessoria de Imprensa da CCOM tem como atribuição realizar o elo entre o Ministério Público e os veículos de comunicação, o que inclui a divulgação de releases e sugestões de pauta;

a postagem das matérias jornalísticas no site institucional, assim como o envio dessas matérias para toda a imprensa; o agendamento de entrevistas; a produção e realização de entrevistas coletivas e a redação de notas institucionais.

No ano de 2021, a Coordenadoria de Comunicação **produziu e publicou no site institucional 517 matérias**. Os atendimentos à imprensa ocorrem de forma quase diária, com agendamento de entrevistas para os membros em veículos do estado.

1. GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS

As redes sociais configuram-se importantes fontes de divulgação institucional, bem como formas de conexão com a sociedade. Nesse sentido, o MPMA possui contas oficiais no Instagram, Facebook, Twitter e YouTube.

Atualmente com **39,4 mil seguidores**, o **Instagram** é a rede social de maior adesão. Em 2021, foram realizadas **1.736 postagens apenas no feed**, com uma média de **4,75 por dia**, com **106,4 mil contas alcançadas**. No caso dos stories (publicações de até 15 segundos que ficam disponíveis por apenas 24 horas), foram publicados **1.104 stories**.

A página do **Facebook do MPMA** possui, atualmente, **4.952 seguidores**. No ano passado, também foram realizadas **1.736 postagens**, uma média de **4,75 por dia**, com **14.403 pessoas alcançadas** e um **engajamento de 5.400 pessoas**. Frise-se que os conteúdos publicados no Facebook são os mesmos produzidos para o Instagram. Já o **Twitter** conta, até o presente momento com **1.938 seguidores**, com **691 postagens** realizadas em 2021, uma **média diária de 1,8**.

O canal do MPMA no **YouTube**, destinado tanto a transmissões ao vivo de reuniões, cursos e eventos on-line quanto à divulgação de vídeos institucionais, registra, atualmente, **2,09 mil inscritos**. Em 2021, foram realizadas **434 postagens**, entre transmissões on-line de eventos e cursos, reuniões do Conselho Superior do Ministério Público, vídeos institucionais e edições do MPTV, totalizando **14.572 visualizações**.

2. PRODUÇÃO DO PROGRAMA MPTV/ VÍDEOS INSTITUCIONAIS

Desde o ano de 2020, por conta da pandemia de Covid-19, a produção do programa MPTV foi limitada em respeito aos protocolos sanitários, conforme recomendado pelas autoridades. Ainda assim, foram realizadas **20 produções para o Instagram**.

3. CAMPANHAS/AÇÕES INSTITUCIONAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

A CCOM realiza campanhas e ações institucionais, além de produzir peças gráficas em formatos de banners, cards para redes sociais, folders e cartazes, para atender as demandas da alta administração, bem como de demais setores do Ministério Público do Maranhão, dentre os quais se destacam: a Escola Superior, o Centro Cultural, CAOPs, Seplag, Secinst, bem como as diversas promotorias.

- Dentre as diversas produções e ações realizadas em 2021, destacamos:
- 18 de maio (CAOp Infância e Adolescência);
- Consórcio não é financiamento (CAOp Consumidor);
- Agosto Lilás e Violência contra a Mulher na Política (ESMP);
- MP Mais Seguro (CNMP);
- Planejamento Estratégico (Seplag);

- Padhum (Secinst);
- Pregão Eletrônico (CAOp Probidade);
- Janeiro Branco e Setembro Amarelo (CAOp Direitos Humanos);
- MPMA na Defesa da Vida (CAOp Tribunal do Júri);
- Segurança Institucional (CAEI);
- Grupo Reflexivo (CAOp Mulher);
- Projeto Ética e Integridade;
- Justiça Começa pela Vítima;
- MP na Comunidade (Promotoria Itinerante);
- Café Sustentável, Comissão de Gestão Ambiental – Integrar e
- Florescer e o XI Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.

4. RADIOWEB

Importante canal de comunicação, a Rádio MPMA recebeu **2.679 acessos de 1.208 usuários únicos** no período 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. A média mensal foi de, aproximadamente, **223 acessos**. Foram produzidas **412 matérias**, que alcançaram **831 rádios** localizadas em **672 municípios**.

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

1 PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

Esta coordenadoria é subordinada à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), conforme previsão nos Atos Regulamentares Nº 020/2008-GPGJ e Nº 22/2020-GPGJ (dispõem sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão) e possui como missão fundamental realizar a gestão da pol

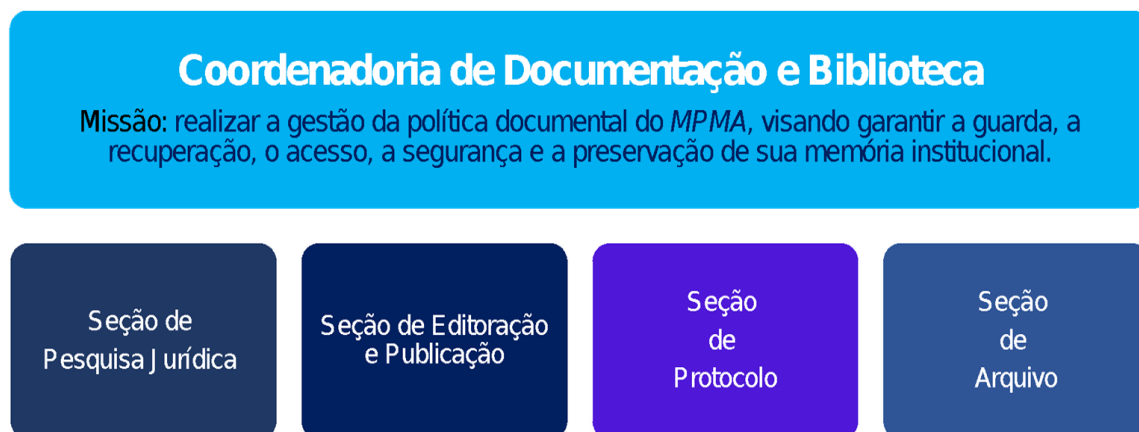


Figura 13 – Organograma da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

Assim, além de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas supracitadas seções, esta coordenadoria tem como principais competências regimentais:

- acompanhar a produção da informação legislativa, doutrinária e jurisprudencial e atender às solicitações de pesquisas jurídicas, além de registrar, organizar e divulgar os Atos normativos do Ministério Público Estadual;
- coordenar as atividades de processamento técnico das publicações que integram o acervo da biblioteca, visando à recuperação e disseminação da informação;
- supervisionar a produção editorial das publicações institucionais para melhor divulgação das ações, programas e projetos do MPMA;
- promover a gestão do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão (DEMP-MA);
- propor processos administrativos e acompanhar a execução da prestação de serviços e aquisição de produtos, por meio da gestão e fiscalização de contratos administrativos.

Esta unidade administrativa também integra e secretaria as atividades da Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão*, responsável pela proposição de ações de resgate e registro da história do *Parquet* Estadual, além de compor a *Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Programa de Gestão de Documentos do MPMA*, responsável pela iniciativa e implementação de políticas voltadas à definição de critérios, mecanismos e procedimentos para a avaliação, guarda e descarte seguro dos documentos produzidos por esta Instituição.

Ainda, esta coordenadoria participa da *Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Maranhão*, a qual tem como objetivo primordial a deliberação e planejamento de diretrizes ambientais sustentáveis em âmbito institucional.

2 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Durante o exercício de 2021, esta coordenadoria buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as necessidades do MPMA por meio das seguintes ações demonstradas no comparativo anual (2020-2021) de suas rotinas administrativas, serviços e produtos oferecidos:

Tabela 118 – Rotinas administrativas, serviços e produtos da CDB/PGJ (2020-2021):

ROTINAS ADMINISTRATIVAS, SERVIÇOS E PRODUTOS DA COORDENADORIA	2020	2021
Movimentações e Despachos via Sistema DIGIDOC	305	247
Expedição de Correspondências (Postagens via SIGEP WEB Correios)	297	492
Atendimento às solicitações de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos Membros, servidores e comunidade em geral)	660	467
Alerta-legislação (Pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	98	85
Disponibilização de atos normativos do MPMA no link virtual “LEGISLAÇÃO INTERNA” (Acesse: https://www.mpma.mp.br/index.php/nova-legislacao-interna)	154	130
Disponibilização de Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do MPMA no link “Portal da Transparência”	410	382
Publicação de matérias no Diário Eletrônico do MP (DEMP-MA)	3969	3775
Total de edições do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão (DEMP-MA)	245	240
Alerta Publicação Oficial (Envio por e-mail de procedimentos ministeriais publicados no DEMP/MA por solicitação das Promotorias de Justiça)	1270	1341
Veiculação de avisos, editais e notas oficiais em jornais locais	62	94

Fonte: Biblioteca/PGJ, (2020-2021).

Tabela 119 - Serviços de Referência e de Processamento Técnico (CDB)

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2020	2021
Consulta local ao acervo bibliográfico	48	49
Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários	96	83
Pesquisa on-line (SIABI Web)	203	214
Cadastro de usuários	6	6
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	2020	2021
Aquisição de livros impressos (doação)	20	48

Fonte: Sistema de Automação de Bibliotecas – SIABI (2020-2021).

3 AÇÕES DE MELHORIA

Como iniciativas de melhoria, para melhor atender as necessidades de atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial durante os períodos mais críticos de isolamento social, *com o apoio da Administração Superior do Ministério Público e Secretaria para Assuntos Institucionais, destacam-se:*

a) Ampliação do “PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL DO MPMA”

A ampliação do referido projeto foi realizada através da renovação e aquisição de novas assinaturas de livros, revistas e informativos (em formato digital) e vídeos jurídicos atualizados da “Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico”, que promove a democratização do conhecimento e a universalização da informação jurídica em matérias de interesse ministerial, por meio de cadastro dos Membros, Assessores e Servidores e acesso pela Intranet do MPMA.

Tabela 120 - Ampliação do “PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL DO MPMA”

PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL - PLATAFORMA FÓRUM	2019	2020	2021
Livros	752	866	1019
Códigos	19	19	20
Periódicos (coleção completa)	53	53	54
Informativos	2	2	2
Vídeos (Palestras)	433	476	524

Fonte: <https://www.forumconhecimento.com.br> (2019-2021).

b) Assinatura do sistema de pesquisa jurídica on line “MAGISTER NET”

Iniciativa que tem por finalidade fornecer consulta imediata jurisprudencial, doutrinária e legislativa para contribuir na execução das funções precípuas da atividade-fim do MPMA.

4 SUPERVISÃO EDITORIAL DE OBRAS INSTITUCIONAIS

Em 2021, foram produzidas várias publicações de relevo do *Parquet* maranhense por meio de procedimentos de normalização, organização, editoração, confecção, distribuição e respectiva divulgação institucional:

- KIT MPMA 2022 (*Agendas, Cadernos, Calendários, Mousepads e bloco de anotações*);
- LIVRO “*Programa de Atuação em Direitos Humanos (PADHUM) - vol. 1*”, idealizado pelo Promotor de justiça José Márcio Maia Alves - Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais – SECINST;
- Confecção gráfica do LIVRO “*Questões Práticas sobre o Acordo de Não Persecução Penal*”, de autoria do Promotor Sandro Carvalho Lobato de Carvalho;
- Confecção gráfica da CARTILHA “*Consórcio não é financiamento*” do Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOP-CONSUMIDOR)
- Confecção gráfica do LIVRO e da CARTILHA “*Rede do Bem: Estamos aqui para ajudar*” (Campanha de Prevenção da Automutilação e do Suicídio) do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp/DH).

5 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Em 2021, buscou-se celeridade e eficiência nas contratações relativos às necessidades institucionais vinculadas a esta unidade administrativa:



Figura 14 – Contratos sob gestão e fiscalização da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.

6 SEÇÃO DE PROTOCOLO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nos quadros a seguir, são informados os dados oriundos da Seção de Protocolo da PGJMA sobre os procedimentos de conferência, autuação e envio de documentos e processos administrativos e judiciais aos setores competentes (com exceção dos processos judiciais oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão), além do cadastro de requerimentos externos de cidadãos e outros órgãos nos Sistemas SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público) e DIGIDOC (Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), além do envio e recebimento de postagens.

Quadro 39 – Recebimento/Autuação – Protocolo/PGJ (2021)

Tipos de Processos	Quantidade
Requisições Registradas no Protocolo - Digidoc	1446
Registro de Atendimento ao Público - Simp	2.602

Fonte: CDB/PGJ, 2021.

Quadro 40 – Expedição de correspondências – Protocolo/PGJ (2021)

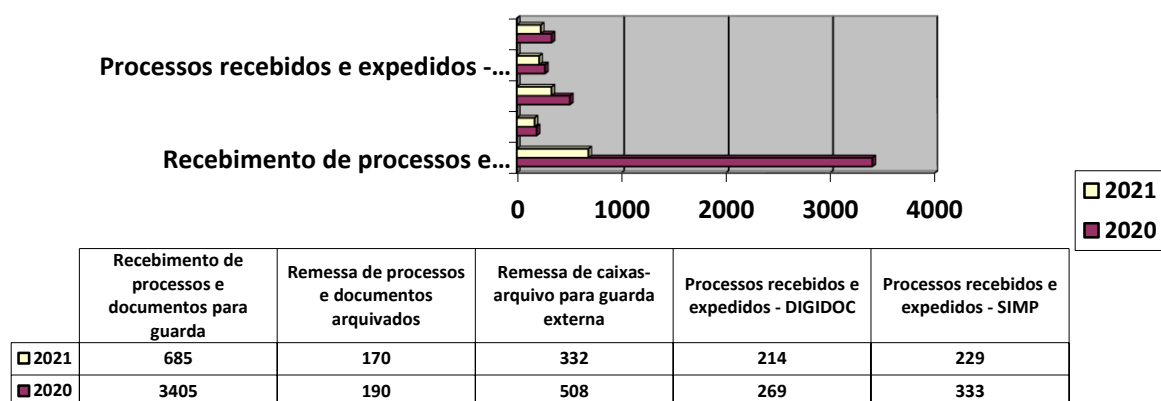
Envio de Correspondências	Quantidade
Cartas comercial registradas c/AR – SIGEP WEB – de 01/01/21 à 31/12/21	1
Sedex c/ AR – SIGEP WEB – de 01/01/21 à 31/12/2021	34
Pac c/ AR – SIGEP WEB – de 02/01/20 à 31/12/2020	4
Total	39

Fonte: CDB/PGJ, 2021.

7 SEÇÃO DE ARQUIVO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

No gráfico abaixo, registram-se os dados relativos aos procedimentos de recebimento, conferência, remessa e arquivamento de documentos e processos pela Seção de Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

Gráfico 45 – Movimentação processual da Seção de Arquivo da PGJ/MA em 2021



Fonte: CDB/PGJ, 2021.

Programa Memória Institucional do MPMA

Em virtude dos impactos operacionais impostos pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), no âmbito do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, criado pela Resolução nº 04/2004, do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA, foi cumprido o cronograma previsto para 2021. Estas foram as atividades desenvolvidas no ano em questão, conforme as seguintes linhas de ação do Programa:

1) PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Transcrições de documentos históricos institucionais do período 1855-1859 no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), relativas às minutas dos ofícios do Presidente da Província para os Promotores Públicos e outras autoridades, acervo complementar às publicações da Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império.

1.2. Pesquisas realizadas pelos estagiários do Curso de História da UFMA, sob supervisão da historiadora com atuação no Programa Memória, acerca de fatos pertinentes à atuação de Promotores Públicos, noticiados em jornais maranhenses, no período compreendido entre os anos de 1894 a 1914, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). Essas pesquisas ocorreram período da pandemia durante o regime de teletrabalho. Essa pesquisa destina-se a subsidiar transcrição para vindouras publicações da série Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, no período supracitado.

2) PLANO EDITORIAL PROMOTOR PÚBLICO FELIPE FRANCO DE SÁ

8.1. Impressão gráfica da obra “Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877 (2ª edição)”, cuja versão eletrônica foi lançada em 4/12/2020, por ocasião do encerramento do 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.

3) HISTÓRIA ORAL

- **PESQUISAS:**

- Realização de pesquisas nos dossiês funcionais de membros ativos e inativos do MPMA para subsidiar entrevistas posteriores a cargo da equipe de pesquisa (historiadora e estagiários) do Programa Memória.

- **PRODUÇÃO DE CONTEÚDO:**

- Degração (conversão em texto) da entrevista do Procurador de Justiça aposentado Plínio Teixeira Gomes Ferreira.
- Revisão das entrevistas dos Procuradores de Justiça aposentados João Raymundo Leitão e Reinaldo Campos Castro.

4) MEMORIAL DO MPMA

- 4.1. Em janeiro de 2021, conforme Ofício nº 002/2021-PMMP, de lavra do Procurador de Justiça e Coordenador da referida comissão Teodoro Peres Neto, em resposta ao email enviado pela Equipe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará (gabinetepgj@mpce.mp.br) e para fins de subsidiar o projeto de Memorial do Ministério Público do Estado do Ceará, foram enviados por email informações e vídeos dos Espaços Convencional e Multimídia do Memorial do MPMA, conforme link eletrônico produzido pela Coordenadoria de Comunicação da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.
- 4.2. Inscrição na 19ª Semana de Museus, com o tema “O futuro dos museus: recuperar e reimaginar”, com programação virtual e debates online pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) entre os dias 17 e 23 de maio de 2021;
- 4.3. Inscrição na 15ª edição da Primavera dos Museus, com o tema “Museus: perdas e recomeços”, com atividades online e presenciais promovidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) entre os dias 20 a 26 de setembro de 2021;
- 4.4. Com a suspensão das visitas públicas aos espaços museológicos do Memorial do MPMA, determinada por atos normativos internos, devido à pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), restou reduzido o cômputo anual de visitas ao Memorial, totalizando 271 visitantes.
- 4.5. Distribuição, aos visitantes ilustres, de obras institucionais produzidas no âmbito do Programa Memória, e aos seus visitantes de modo geral, de folders e marcadores de livros de divulgação do Memorial.

5) ATIVIDADES DIVERSAS

- 5.1. Várias reuniões de trabalho da Comissão Gestora do Programa Memória com gestores de unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão para planejamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas.
- 5.2. Em março de 2021, a Comissão Gestora encaminhou à Secretaria de Planejamento e Gestão da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão projetos do Programa Memória Institucional do MPMA para inscrição no Banco Nacional de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público: “Valorização do Processo da Baronesa de Grajaú” e “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império”. Em julho de 2021, a iniciativa de conservação e difusão dos Autos do Processo-Crime da Baronesa de Grajaú proposta pelo Programa Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão foi escolhida como uma das 45 ações semifinalistas do Prêmio CNMP 2021, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Em dezembro de 2021, o Ministério Público do Estado do Maranhão recebeu troféu que simboliza o recebimento do “Selo Respeito e Diversidade”, concedido em 14 de outubro de 2021 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) relativo à iniciativa “Valorização do processo da Baronesa de Grajaú” e vinculado ao Prêmio CNMP 2021, quanto às ações semifinalistas cuja temática se relaciona com a reflexão, a discussão e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade humana e ao pluralismo de ideias e opiniões.

- 5.3. Conforme consta do Processo 41832021, foi deferida a solicitação do Promotor de Justiça Cláudio Luiz Frazão Ribeiro de dispensa do encargo de Membro da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do MPMA e, pela Portaria-GAB/PGJ – 48682021 de 16/07/2021, houve a designação da Promotora de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira para compor a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- 5.4. Em outubro de 2021, com apoio da Administração Superior do MPMA, sob supervisão de Membros da Comissão Gestora do Programa Memória, foram adquiridos e instalados equipamentos eletrônicos para o Espaço Multimídia do Memorial (totem eletrônico, mesa e painéis digitais interativos) com vistas à modernização do ambiente interno do espaço museológico do MPMA, melhor acessibilidade da história do Parquet maranhense e interatividade com o público visitante;
- 5.5. Colaboração da equipe de pesquisa para produção do conteúdo para o totem eletrônico bem como pesquisas em sites para auxílio na concepção da apresentação do material a ser exposto.
- 5.6. Distribuição institucional das edições impressas, aos Membros do MPMA e instituições públicas e privadas, das seguintes obras:
- Tomos 17 a 24 (4.122 páginas) do volume 2 da série “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império”;
 - Catálogo Memorabilia MP 2020;
 - Memória Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão – Volume 1;
 - Horizontes: reflexões no Ministério Público;
 - Informativo MP Memória, n.15;
 - Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877 (2ª edição).
- 5.7. Pesquisa solicitada pela Procuradoria da República no Maranhão sobre dados biográficos de Membros do MPMA, Elimar Figueiredo de Almeida Silva, Diomar Bezerra Lima e Dionísio Rodrigues Nunes, com atuação no Ministério Público Federal. Pesquisa realizada em dossês funcionais.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

I. ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS DA UNIDADE

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações, tudo isso alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, versão 2017-2021.

II. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

A CMTI, atendendo às diretrizes internas, elaborou este relatório visando retratar em um documento sucinto, claro, objetivo, lógico e de fácil manuseio, todas as atividades realizadas por esta Coordenadoria durante o ano de 2021, e apresentar as melhorias e resultados obtidos, tomando como base as ações e metas estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e consolidadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2017-2021 e pela CTI.

Para tanto, o mesmo foi dividido nas áreas de atuação desta Coordenadoria, mais precisamente, Coordenação e Seções, a saber:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas - SADS;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores - SSRC;
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos - SMCE - e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário - SAU, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas;

1. COORDENADORIA

1.1. Processos Licitatórios, Adesões, Aditivos e Aquisições em 2021

A tabela a seguir evidencia o resultado de esforços gerados pela equipe técnica da CMTI no planejamento, gestão e fiscalização das contratações e projetos de TI:

Tabela 121 – Processos de contratações de TI em 2021

PA	ORIGEM	Assunto	Autuação
9410/2021	MEMO 622021	Registro de preços para aquisição de 1000 computadores com monitores	27/07/2021

9023/2021	MEMO 582021	Abertura procedimento licitatório (registro de preços) para aquisição de 1500 computadores com monitor e 1500 monitores – cancelado e arquivado	21/07/2021
8669/2021	MEMO 532021	Compra do item 1 da arp 412021 - 50 nobreaks - luiz fernando grenier	12/07/2021
8604/2021	MEMO 522021	Compra item 1 da arp 402021 - 450 nobreaks - fagundez	12/07/2021
4556/2021	MEMO 312021	Abertura de processo licitatório para aquisição de licenças de programas de edição para ccom	29/04/2021
14266/2021	MEMO 832021	Solicitação de abertura de processo licitatório para aquisição de treinamento, impressora de crachá com laminadora de segurança, cartões smartcard e demais itens de consumo.	21/10/2021
14830/2021	MEMO 892021	Solicita abertura de procedimento licitatório para aquisição de 400 notebooks	28/10/2021
15517/2021	MEMO 982021	Registro de preços para aquisição de microcomputadores do tipo tablets	11/11/2021
16022/2021	MEMO 1042021	Formação de registro de preços para fornecimento de webcams e headsets	24/11/2021
16643/2021	MEMO 1102021	Registro de preços para fornecimento eventual de componentes de informática (teclado, mouse e bateria cmos)	06/12/2021
16748/2021	MEMO 1112021	Registro de preços para fornecimento eventual de componentes de informática (unidade de disco ssd)	09/12/2021
2488/2021	MEMO 132021	Contratação de empresa para prestação de serviço continuado de rede de contingência para comunicação de dados em rede privada, com fornecimento de infraestrutura (acesso físico, cpes dos sites remotos, cpes do site principal) e gerência proativa de enlaces de comunicação de dados em rede privada	24/02/2021
3287/2021	MEMO 182021	Registro de preços para aquisição de solução em nuvem	19/03/2021
1705/2021	MEMO 072021	Aquisição de licenças de software antivírus, para fins de proteção da rede lógica, equipamentos de ti e informações, por um período de atualização, suporte e assistência técnica de 36 (trinta e seis) meses, conforme ARP 10/2021.	08/02/2021

Fonte: CMTI/PGJ, 2021

Acompanhamento de processos licitatórios, adesões a Atas de Registro de Preços e aquisições:

1.2 Atas de Registro de Preços geradas e vigentes no ano de 2021

Tabela 122 – Descrição dos objetos das Atas de Registro de Preços geradas

N.º	Vigência	Objeto	Tipo
41/2021	07/07/2022	50 nobreaks	Investimento
40/2021	07/07/2022	150 nobreaks	Investimento

56/2021	29/09/2022	Licenças de uso de softwares para coleção completa de creative cloud para equipes versão mais atual, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.	Consumo
51/2021	23/09/2022	Serviço mensal de “enlace de comunicação de dados em rede privada”	Consumo
28/2021	11/05/2022	Serviço de comunicação corporativa baseada em nuvem	Consumo
out/21	26/01/2022	Licenças de software antivírus	Consumo

Fonte: CMTI/PGJ, 2021

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários e na qualidade dos serviços de TI prestados nas áreas meio e fim, em atendimento às demandas previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2017-2021, garantindo maior celeridade nas aquisições/contratações quando necessário e mediante disponibilidade orçamentária.

1.2.1 Adesões a Atas de Registro de Preços pela Procuradoria-Geral de Justiça:

Ao longo de 2021 foram contabilizados 01 (um) cancelamento e 15 (quinze) pedidos de adesão às atas de registro de preços oriundos de pregões eletrônicos previstos e planejados no PDTI, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 123 – Adesões a Ata de Registro de Preços

PA	ORIGEM	Assunto	Situação
8750/2021	MEMO 562021	Solicitação adesão de Ata de Registro de Preços para aquisição de 20 estações de trabalho (workstations)-Tribunal de Contas da União - Ata de Registro de Preços nº 05/2020; pregão 57/2020	DEFERIDO
8572/2021	SEM MEMO	Solicitação adesão de Ata de Registro de Preços para aquisição de 100 notebooks - adesão à ARP 02/2021 – SEDI/GO	INDEFERIDO
14738/2021	MEMO 842021	Solicitação de adesão a ARP 72/2021-TJMA, para expansão da capacidade do subsistema de armazenamento de dados com tecnologia all-flash array.	DEFERIDO
3922/2021	MEMO 232021	Adesão a ARP 03/2021 do TJMA - 100 notebooks	INDEFERIDO
3470/2021	MEMO 212021	Adesão a ARP 03/2021 do TJMA - 150 computadores - indeferido	INDEFERIDO

Fonte: CMTI/PGJ, 2021

1.3 Processos, demais documentos, e ações administrativas – período de 01/01/2021 a 31/12/2021:

As tabelas e gráficos a seguir foram geradas a partir das informações registradas no sistema de geração, controle e tramitação de processos administrativos - Digidoc. Foi subdividido em um grupo específico para processos e outro grupo para documentos (memorandos, ofícios, despachos, etc.):

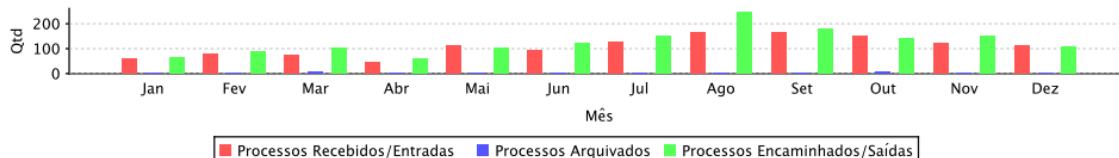
Gráfico 46 - Processos administrativos gerados e movimentados através do digidoc em 2021

Relatório Estatístico de Processos
Setor:Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Critérios da Consulta

Setor: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação; Ano: 2021;

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Processos Remanescentes mês anterior	0	-14	-52	-69	-64	-92	-119	-204	-219	-218	-250	-247
Processos Recebidos/Entradas	62	80	74	47	113	95	129	167	166	150	122	113
Processos Arquivados	1	3	7	4	3	2	4	3	1	6	2	0
Processos Encaminhados/Saídas	63	89	105	60	105	121	152	249	180	143	152	110



Fonte: CMTI/PGJ, 2021

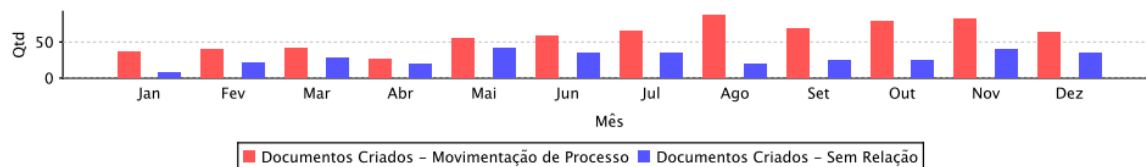
Gráfico 47 - Documentos administrativos produzidos e trabalhados dentro do sistema digidoc

Relatório Estatístico de Documentos
Setor:Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Critérios da Consulta

Setor: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação; Ano: 2021;

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Documentos Criados - Movimentação de Processo	37	40	42	27	55	58	66	88	68	79	82	64
Documentos Criados - Sem Relação	7	22	28	19	41	34	34	20	25	24	40	34
Total	44	62	70	46	96	92	100	108	93	103	122	98



Fonte: CMTI/PGJ, 2021

2 – SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - SADS

A Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas atuou em 478 tarefas relacionadas a Ordem de Serviços, Ações, Funcionalidades, Documentações, Bancos de Dados, Análise de Sistemas, Estimativas, Reuniões, Suporte, Correção de Defeitos, Mudanças de Sistemas, Capacitações e Contagens de Pontos de Função.

Destaca-se que, durante o exercício reportado, a SADS priorizou as atividades deliberadas pela Comissão de Tecnologia da Informação.

3 – SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES - SSRC

A Seção de Segurança e Rede de Computadores atuou em diversos projetos de melhoria na Infraestrutura de TI, incluindo a segurança da informação, procedimentos de backup, recovery, redundância, Datacenter e ativos de rede. Abaixo, são apresentados os projetos detalhados concluídos em 2021:

Tabela 124 – Projetos de TI concluídos em 2021

Projeto	Escopo
Aquisição e instalação de nova Solução de Rede Sem Fio (WiFi)	Foi adquirida e instalada uma nova Solução de Rede Sem Fio (wifi) composta por 142 equipamentos, que foram instalados nos prédios da PGJ, PJC, CCA e Promotorias de Justiça da capital e interior do Estado. A Solução anterior, devido ao tempo de uso e perda de suporte, já não era mais compatível com a maioria dos dispositivos móveis modernos.
Instalação de novos circuitos de dados nas Promotorias de Justiça localizadas na Ilha de São Luís	Contratada uma nova empresa para prestação do serviço de acesso à intranet/internet para as Promotorias da Ilha de São Luís, proporcionando as seguintes melhorias: 1) Aumento da velocidade do prédio do CCA de 100Mbps para 1000Mbps; 2) Link de dados de 1000Mbps exclusivo para ESMP; 3) Aumento da velocidade de 10Mbps para 100Mbps em todos os demais links da ilha. 4) Redução superior a 90% nos custos dos referidos serviços.
Aquisição de solução Google <i>Workspace</i> ® como plataforma de comunicação e colaboração corporativa	Aquisição de licenças da plataforma Google <i>Workspace</i> ®, através de processo licitatório, no quantitativo de duas mil para o tipo starter®, contendo recursos básicos de e-mail e armazenamento limitado a 30GB (<i>Gigabyte</i>) e 350 do tipo standard que além dos recursos básicos, contém também os recursos de gravação de reuniões virtuais usando o Google Meet®, bem como, armazenamento de até 2TB (<i>Terabyte</i>) para atendimento exclusivo às contas de membros.
Fiscalização de execução de contrato - Serviço continuado para manutenção de equipamentos de Datacenter	Acompanhamento das atividades de manutenção preventiva e corretiva, através de abertura de chamados e agendamentos prévios, via sistema da empresa contratada, UNITECH RIO, para os equipamentos dos <i>Datacenters</i> da PGJ e PJC.
Fiscalização de execução de contrato - Serviço continuado de plataforma de comunicação e colaboração corporativa.	Acompanhamento das atividades de migração da plataforma GSUITE® para a Google <i>Workspace</i> ®, sendo esta a atual plataforma de comunicação e colaboração corporativa do MPMA. Administração da plataforma de forma a atender novos pedidos de criação de e-mails, grupos/listas, bem como ativação de recursos disponíveis.
Melhorias na solução de <i>backup</i> institucional - Aquisição de fitas magnéticas do tipo LTO	Aquisição de fitas magnéticas do tipo LTO para troca de fitas defeituosas e continuidade da rotina de cópia de segurança para armazenamento em fita. Foram adquiridas 172 fitas para armazenamento de dados, 4 fitas para limpeza e 176 etiquetas de código de barras para identificação das mesmas.
Aquisição de certificados do tipo E-CNPJ para a PGJ, FEMPE e do tipo A1 para o sistema E-Social.	Compra de dois certificados E-CNPJ, tipo A3, com token, para uso pelo setor de Folha de Pagamento; e um certificado do tipo A1 para download e uso no sistema E-Social, emitidos para o CPF do Procurador-Geral de Justiça, bem como para os CNPJs da PGJ e do FEMPE.

Renovação de assinatura anual do software de acesso remoto para suporte aos usuários do MPMA	Processo de renovação da assinatura anual, via dispensa, do software <i>Teamviewer</i> , utilizado para prestação de serviços de suporte remoto aos usuários de recursos de TI, no âmbito do MPMA.
Manutenção de <i>nobreaks</i> de grande porte na sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz	Aquisição de baterias estacionárias para troca das baterias defeituosas em nobreaks localizados no Datacenter do prédio sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz. Instalação pela empresa contratada, acompanhada por servidor da CMTI.
Fiscalização de contratos - reajustes	Atividades administrativas pertinentes à solicitação de reajustes de contratos vigentes para o período.
Aquisição de solução Antivírus	Aquisição e implantação da nova solução de antivírus Kaspersky como endpoint de proteção e segurança para as estações de trabalho no âmbito do MPMA. Foram adquiridas 3000 licenças do software antivírus com período de suporte e atualizações de 36 meses.

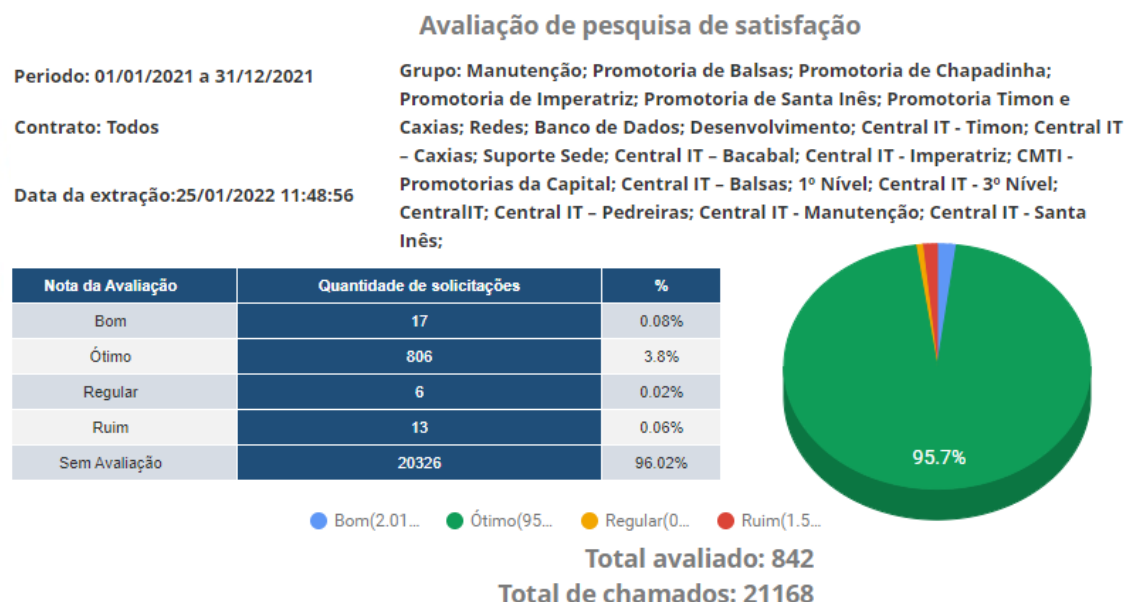
Fonte: CMTI/PGJ, 2021

4 – SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE EQUIPAMENTOS - SMCE - E SEÇÃO DE ATENDIMENTO E SUPORTE AO USUÁRIO - SAU

4.1 – Gráficos – Atendimentos a usuários em 01/01/2021 até 31/12/2021:

A seguir, são apresentados gráficos extraídos da ferramenta de Gestão de Serviços - Citsmart (<https://suporte.mpma.mp.br>), relativos aos chamados para atendimento dos usuários de recursos de TI para o período de 01/01/2021 a 31/12/2021, os quais são acompanhados dos devidos detalhamentos.

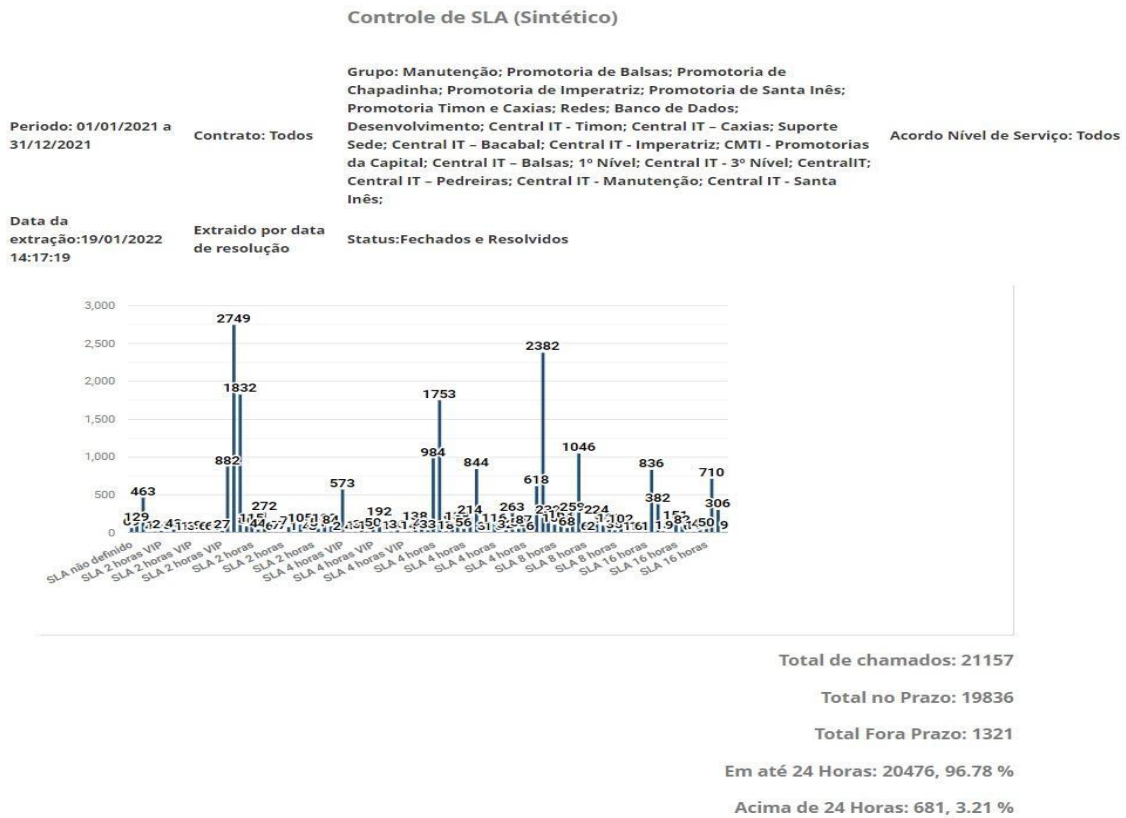
Gráfico 48 – Pesquisa de satisfação dos serviços de TI



Fonte: CMTI/PGJ, 2021

Detalhamento: o gráfico anterior divulga o índice apurado de satisfação dos usuários atendidos que, do total de 842 chamados avaliados ao final do ano de 2021, atingiu a marca de 97,7% de satisfação entre os avaliados como Bom e Ótimo.

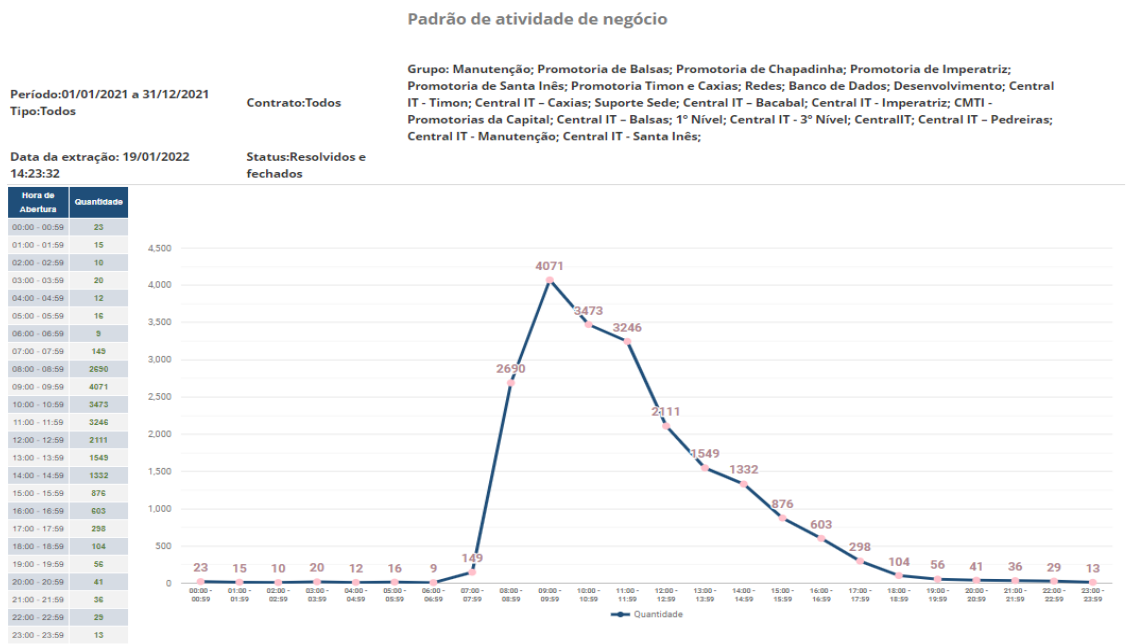
Gráfico 49 – Quantitativo de chamadas de atendimento aos usuários de TI



Fonte: CMTI/PGJ, 2021

Detalhamento: este gráfico acima retrata o quantitativo de chamados de atendimento aos usuários de recursos de TI, abertos e encerrados no ano de 2021, equivalente ao total de 21.157 chamados, com média de 1.763 chamados/mês.

Gráfico 50 – Número de chamadas por hora de abertura dos serviços de TI



Fonte: CMTI/PGJ, 2021

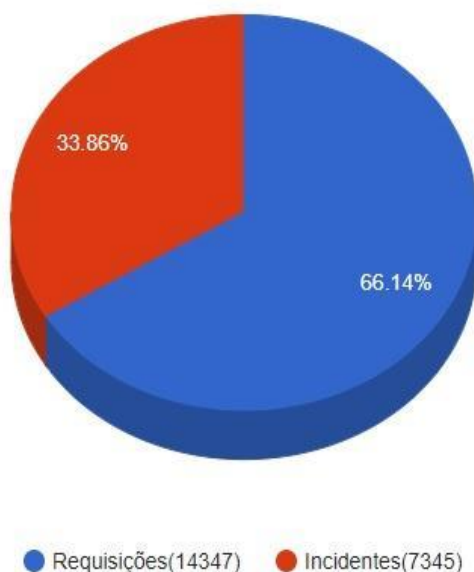
Detalhamento: o gráfico anterior exibe a quantidade de chamados por hora de abertura, através do qual verificamos que os horários de maior demanda de suporte de TI ocorrem entre às 08h00 e às 16h59, equivalente ao total de 19.951 chamados. Esse intervalo de 9 horas corresponde a 96% do volume total de chamados abertos na ferramenta de gestão dos serviços de TI no ano de 2021, com média de 2.216 chamados/hora para o respectivo intervalo.

Gráfico 51 – Percentual de requisições e incidentes

Gerenciamento de Incidente e Requisição

Período: 01/01/2021 a 31/12/2021
 Tipo: Todos Contrato: Todos
 Data da extração: 25/01/2022 11:10:55 Status: Todos
 Grupo: Manutenção; Promotoria de Balsas; Promotoria de Chapadinha; Promotoria de Imperatriz; Promotoria de Santa Inês; Promotoria Timon e Caxias; Redes; Banco de Dados; Desenvolvimento; Central IT - Timon; Central IT - Caxias; Suporte Sede; Central IT - Bacabal; Central IT - Imperatriz; CMTI - Promotorias da Capital; Central IT - Balsas; 1º Nível; Central IT - 3º Nível; CentralIT; Central IT - Pedreiras; Central IT - Manutenção; Central IT - Santa Inês;

Requisição x Incidente



Tipo	Quantidade	Porcentagem
Requisição	14347	66.14%
Incidente	7345	33.86%

Fonte: CMTI/PGJ, 2021

Detalhamento: este gráfico aponta o percentual de 66,14% de requisições e 33,86% de incidentes, segundo a classificação de chamados, o qual permite constatar que o ambiente tecnológico do MPMA se mostra estável com maior registro de solicitações de serviços de TI por parte dos usuários, do que problemas que denotem redução na qualidade ou interrupção dos serviços disponibilizados.

III. AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

Durante o exercício reportado, podemos destacar:

- a) Licitação de novos links para as Promotorias de Justiça e demais pontos de presença do MPMA localizados na Capital (exceto PJC), padronizando em 100 Mbps por localidade (antes as velocidades disponibilizadas eram 2 Mbps ou 10 Mbps). O prédio do CCA e a Escola Superior do Ministério Público receberam links exclusivos de 1 Gbps cada. A melhoria significativa na velocidade de acesso também acompanhou a redução de custos totais, graças à maior concorrência local, possibilitando a diminuição da fatura mensal na ordem de 90% (noventa por cento) em relação ao valor pago até então para a outra operadora;
- b) Licitação de novos links para as Promotorias de Justiça do Interior, sendo o processo licitatório realizado em conjunto com o Tribunal de Justiça e com a Defensoria Pública. A redução de custos prevista é da ordem de aproximadamente 90% (noventa por cento), contemplando possibilidade de upgrade de velocidade dos links em todas as localidades.
- c) Aquisição de novos Certificados Digitais para Membros e Servidores, na modalidade Nuvem, dando maior flexibilidade, mobilidade, segurança e gerenciamento de distribuição dos certificados;
- d) Licitação dos SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO EM PLATAFORMA DE NUVEM, atualizando o ambiente para a versão Google Workspace, e possibilitando o upgrade das contas dos Membros, permitindo compartilhamento colaborativo de arquivos em nuvem, maior capacidade de armazenamento em nuvem e gravação de reuniões.

IV. OUTROS DESTAQUES

Cabe registrar que em 04 de janeiro de 2021, por meio do ATOREG - 12021 foi instituída, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, a Comissão de Tecnologia da Informação (CTI), com caráter permanente e contínuo, responsável por implantar políticas institucionais em tecnologias da informação, a partir de estudos técnicos, sendo composta pelo Diretor-Geral, Diretor da Secretaria de Planejamento, Coordenador da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação e três membros do Ministério Público designados pelo Procurador-Geral de Justiça por meio da PORTARIA-GAB/PGJ - 42021.

A CTI, ao longo do ano de 2021, deliberou diversas prioridades à CMTI, sobretudo no campo de aperfeiçoamento dos sistemas institucionais, destacando-se o SIMP, o DIGIDOC, o GESF (RH e Folha) e outras demandas isoladas.

Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Em cumprimento ao Art. 31, inciso X, do Ato Regulamentar nº 22/2020, que aprovou o novo Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, em 14 de maio de 2020 e publicado na data de 08 de junho de 2020, apresentamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Licitação no ano de 2021.

As licitações realizadas contemplaram as modalidades: Pregão, na forma Eletrônica, Tomada de Preços, Concorrência e RDC Eletrônico, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços.

Na tabela abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, num total de **105 (cento e cinco)** procedimentos licitatórios realizados no ano de 2021.

Tabela 125 – Licitações Realizadas no ano de 2021

<i>Modalidade</i>	<i>Quantidade</i>
Pregão Eletrônico	47
RDC Eletrônico	3
Tomada de Preços	2
Concorrência	1
Dispensa de Licitação	16
Inexigibilidade de Licitação	36
Adesão a Ata de Registro de Preços	5
Total	105

Fonte: CPL/PGJ, 2021.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2021, foram concluídas 47 (**quarenta e sete**) licitações, nas modalidades **Pregão** na forma **Eletrônica**, **03 (três) RDC Eletrônico**, **02 (duas) Tomadas de Preços** e **01 (uma) Concorrência**.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de **65 (sessenta e cinco)** Contratos Administrativos e **65 (sessenta e cinco)** Atas de Registros de Preços.

Tabela 126 - Valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2021

<i>Modalidade</i>	<i>Qtde.</i>	<i>Valor Estimado (R\$) - (A)</i>	<i>Valor Ofertado (R\$) - (B)</i>	<i>Economia (valor absoluto – R\$) - (C)</i>	<i>Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]</i>
Pregão Eletrônico	47	69.277.404,25	47.555.799,74	21.721.604,51	31,35%
RDC Eletrônico	3	1.003.783,00	821.989,54	181.793,46	18,11%
Tomada de Preços	2	234.018,50	222.985,37	11.033,13	4,71%
Concorrência	1	3.703.515,81	3.254.126,79	449.389,02	12,13%
TOTAL	36	74.218.721,56	51.854.901,44	22.363.820,12	30,13%

Fonte: CPL/PGJ, 2021.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 22.363.820,12 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte reais e doze centavos)**, o que equivale **30,13% (trinta inteiros e treze centésimos por cento)** do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2021.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2021 realizou **16 (dezesesseis)** enquadramentos de contratações por **dispensa de licitação**, sendo **05 (cinco)** para locação de imóveis destinados ao funcionamento das sedes das Promotorias de Justiça e Almoxarifado Central que não dispõem de sede própria, fundamentadas no (Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93), que equivalem ao somatório **mensal** de **R\$ 14.639,10 (quatorze mil, seiscentos e trinta e nove reais e dez centavos)**, e mais **11 (onze)** enquadramentos de contratações por dispensa do (**Artigo 24, incisos II da Lei nº 8.666/93**), que totalizaram a importância de **R\$ 142.217,28 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e dezessete reais e vinte e oito centavos)**, e **36 (trinta e seis)** por **inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93)**, num total de **R\$ 1.497.151,11 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e um reais e onze centavos)**, para compras e serviços, tais como material de consumo, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores.

Foram autorizadas ainda **05 (cinco)** contratações através de Adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de **R\$ 3.655.031,58 (três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trinta e um reais e cinquenta e oito centavos)**.

Tabela 127 - Resumo anual dos Processos de Licitação em 2021

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado
Pregão Eletrônico	47	47.555.799,74
RDC Eletrônico	3	821.989,54
Tomada de Preços	2	222.985,37
Concorrência	1	3.254.126,79
Dispensa	16	142.217,28
Inexigibilidade	36	1.497.151,11
Adesão a ARP	5	3.655.031,58
Total	105	57.149.301,41

Fonte: CPL/PGJ, 2021.

Chefia de Cerimonial (CER)

A comunicação pública e governamental se propõe a estabelecer espaços de diálogo com os diversos agentes sociais. Objetivo este, que muitas vezes consegue ser atingido por meio da realização de eventos, uma vez que, a estratégia permite que as organizações estabeleçam maior proximidade com seus públicos em um ambiente acolhedor, convidativo ao debate e favorável para o compartilhamento de ideias.

Diante do importante papel que exerce a realização de eventos em instituições públicas, o Ministério Público do Maranhão, enquanto Órgão de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, vem ao longo dos anos adotando estratégias para promoção da cidadania.

Este relatório apresenta os eventos realizados e as passagens aéreas emitidas no período de janeiro a dezembro de 2021, todavia é importante destacar que ambas as atividades foram afetadas, ainda, pela pandemia do COVID-19, exigindo da Chefia de Cerimonial a adaptação das modalidades para a execução de eventos realizados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELO SETOR

- a) Estruturação e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos;
- b) Requerimento de ornamentação (flores) para eventos, recursos materiais e outros que se fizerem necessários;
- c) Expedição de convites;
- d) Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- e) Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- f) Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- g) Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- h) Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- i) Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamentos correspondentes a cada personalidade e providências relativas à reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- j) Elaboração de roteiros para as cerimônias;
- k) Confecção de cartões de nominatas;
- l) Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
- m) Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- n) Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- o) Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- p) Correspondência eletrônica;

- q) Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas;
- r) Divulgação no portal da transparência das passagens aéreas;
- s) Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação;
- t) Elaboração de notas de pesar;
- u) Elaboração e execução de lembranças e kits de “boas-vindas”;
- v) Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;

2. EVENTOS REALIZADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

Para efeito de construção deste relatório, compreende-se como eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão no ano de 2020, toda ocasião idealizada por membros e servidores da instituição e executada por meio de serviços prestados pela Chefia de Cerimonial.

Quadro 41 - Eventos realizados pela Chefia de Cerimonial da Procuradoria Geral de Justiça

Evento	Data	Tipo
Janeiro		
Reunião da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA	20/jan	Chefia de Cerimonial
Fevereiro		
Reunião Virtual CAOP Educação	02/fev	Assessoria de Comunicação / Virtual
Reunião com autoridades da Saúde Estadual e Municipal sobre medidas de prevenção ao coronavírus	04/fev	Chefia de Cerimonial
Reunião IHGM	04/fev	Apoio
Homenagem de Sétimo Dia – Servidora Aline Arruda do Nascimento Silva	10/fev	Chefia de Cerimonial
Aposição de Foto – Dr. Márcio Tadeu (ESMP)	11/fev	Chefia de Cerimonial
Lançamento do Livro “Ressignificando Trajetórias: A Justiça Restaurativa com Prática no Âmbito do Ato Infracional pelo MPMA” (autora: Carla Costa Pinto)	11/fev	Chefia de Cerimonial
Audiência Pública – Pauta: Lockdown (Dr. Douglas / Auditório da PGJ)	11/fev	Chefia de Cerimonial
Lançamento da Exposição “Cotidiano da Pescaria” – Artista: Uendell Rocha	11/fev	Chefia de Cerimonial
Capacitação na Análise das Fichas do Aplicativo "Censo Pré-Natal"	12/fev	Chefia De Cerimonial
Violência Contra as Mulheres no Ambiente Político	25/fev	Virtual
Março		
Reunião com autoridades - Pauta: Fiscalização de Medidas mais rígidas contra a Covid-19	04/mar	Virtual
Assinatura da Adesão ao Programa Estacionamento Verde	04/mar	Cerimonial

Curso As Filósofas e o Direito com o tema: "Wendy Brown "Neoliberalismo, Democracia e Cidadania Sacrificial"	08/mar	Virtual
Curso As Filósofas e o Direito: Judith Butler "Vidas Vivíveis e Vidas Matáveis: O Luto no Contexto da Pandemia"	10/mar	Virtual
Prosas na Infância: "Adoção e Convivência Familiar e Comunitária – Desafios e Perspectivas"	18/mar	Virtual
Webnário "Compliance como ferramenta de combate à Corrupção"	24/mar	Virtual
Apresentação do Programa Café Sustentável	25/mar	Virtual
Abril		
Webinário "Saúde Mental em Tempos de Pandemia"	07/abr	Virtual
Webinário "O Ministério Público como Designer de Sistemas de Disputas Ambientais"	08/abr	Virtual
Webinário "Direitos aas Vítimas"	13 a 15/abr	Virtual
Lançamento Literário e Oficina sobre Não Persecução Penal	16/abr	Virtual
Webinário "Primeiras Impressões sobre a Nova Lei de Licitações"	20/abr	Virtual
Webinário "Sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo"	22/abr	Virtual
Mai		
Seminário: "Medidas Protetivas de Urgência: Questões Práticas"	13/mai	Virtual
Curso do Programa Café Sustentável: Compostagem como Estratégia de Conscientização Ambiental"	14/mai	Virtual
Cerimônia Virtual de Posse dos novos Coordenadores dos CAOP's	17/mai	Virtual
Debate Prosas Na Infância – Violência Sexual e Pandemia: Antigos e Novos Desafios	17/mai	Virtual
Oficina sobre Análise dos Portais da Transparência	24 a 26/mai	Virtual
Solenidade Virtual de Posse do Novo Promotor de Justiça Substituto	26/mai	Assessoria do Cerimonial/ Planejado
Solenidade de Lançamento do Planejamento Estratégico 2021-2029	27/mai	Assessoria do Cerimonial/ Planejado
Evento em Alusão ao Dia do Meio Ambiente Direito e Gênero no Contexto da Atuação em Júris de Femicídio	31/mai	Assessoria do Cerimonial/ Planejado
Junho		
Oficina Virtual "Formulário Nacional de Avaliação de Riscos."	01/jun	Virtual
Prosas da Infância, com a temática "Enfrentamento ao Trabalho Infantil: Contextos, Causas e Consequências"	11/jun	Virtual
Seminário sobre o Controle Externo da Atividade Policial	16/jun	Virtual
Curso Segredos e Estratégias do Tribunal do Júri	17/jun	Virtual

Oficina de utilização das Plataformas de Quebras Telemáticas	21/jun	Virtual
Curso de Recepção aos Estagiários do MPMA	22/jun	Virtual
Workshop sobre consulta a base de dados da SEFAZ para levantamento de informações cadastrais e fiscais	22/jun	Virtual
Inauguração das Promotorias de Justiça de Araíoses	23/jun	Presencial
Ética e Integridade	24/jun	Presencial / Virtual
Café Sustentável – Produção de Mudanças: Transformando meu Entorno	24/jun	Virtual Cerimonial
Oficina Plano Diretor e Saneamento Pluvial	30/jun	Presencial
Premiação do Concurso de Poesia da Campanha “Quem Escolhe Seu Caminho? Você ou as Drogas?”	30/jun	Presencial
Julho		
Curso – Violência nas Universidades	06/jul	Virtual
Lançamento da Exposição: Olhares Sobre a Pandemia Fotografia	06/jul	Presencial
Lançamento da Revista Minerva – Publicação da Corregedoria Geral do MPMA	09/jul	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Inauguração das Novas Instalações do Anexo das Promotorias de Justiça de Imperatriz	14/jul	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
15ª ESMP Literária	14/jul	Virtual
Prosas Na Infância: Meninos do Trem	16/jul	Virtual/ Cerimonial
Webinário no MPMA sobre “Quesitação e Execução Provisória da Pena no Tribunal do Júri”	16/jul	Virtual / Cerimonial
Legítima Defesa da Honra após a decisão do STF e a atuação prática do MP em Plenário	19/jul	Virtual / Cerimonial
Projeto Café Sustentável	21/jul	Virtual / Cerimonial
Inauguração das Novas Instalações do Escritório do Unicef	22/jul	Chefia de Cerimonial
Campanha Vacinação H1N1	22/jul	Apoio
Jornadas de Gestão da Qualidade de Vida: Saúde, Convivência e Bem-Estar	22 a 24/jul	Virtual
Evento Alusivo ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha: Terezas, Vozes por Direitos e Justiça	26/jul	Virtual
Palestra MPMA Casos Práticos	28/jul	Virtual
Café Sustentável – Reuso da Borra de Café.	29/jul	Virtual
Reunião para apresentação de plataforma para Fiscalização e Transparência de Recursos de Entes Públicos	30/jul	Apoio
Agosto		
Agosto Lilás – 15 Anos da Lei Maria da Penha	09/ago	Apoio
Reunião da Comissão de Gestão Ambiental – Inauguração Estacionamento Verde	11/ago	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Lançamento do Projeto de Saúde Inclusiva e Medicina Restaurativa idealizado pelo Instituto Misericordiae Vultus (IMV)	11/ago	Apoio

Fiscalização de vacinação no bairro da Liberdade	16/ago	Apoio
Prosas Na Infância: Órfãos da Covid	16/ago	Apoio
Programa MP na Comunidade	17/ago	Híbrido
Reunião do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN	18/ago	Cerimonial
Curso As Filósofas e o Direito	19/ago	Apoio
Café Sustentável – Hortas em Casa	19/ago	Apoio
Reunião para Escuta Ativa no Programa de Reeducação Ambiental	23/ago	Apoio
II Webinar de Segurança Institucional do MPMA	24 e 25/ago	Apoio
Curso As Filósofas e o Direito	26/ago	Apoio
Palestra: Uso de Quebras Telemáticas na prática Análise de Casos	27/ago	Virtual
Encerramento Agosto Lilás – 15 Anos da Lei Maria da Penha	30/ago	Presencial / Cerimonial
Curso As Filósofas e o Direito	31/ago	Virtual
Encontro Regional do Planejamento Estratégico do MPMA em São Luís	31/ago	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Setembro		
Encontro Regional do Planejamento Estratégico do MPMA em São Luís	02/set	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais	13/set	
Curso As Filósofas e o Direito - 2ª Parte	14/set	Virtual
Inauguração das Promotorias de Justiça de Santo Antônio dos Lopes	14/set	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Inauguração das Promotorias de Justiça de Lago da Pedra	15/set	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Curso As Filósofas e o Direito - 2ª Parte	16/set	Virtual
Roda de Conversa sobre a Prevenção ao Suicídio	20/set	Presencial / Apoio
Reunião da Comissão de Gestão Ambiental	22/set	Presencial / Apoio
Webinário – Governança, Transparência e Controles Internos Municipais	23 e 24/set	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Reunião Rede Amiga de Amparo ao Idoso	28/set	Presencial
Campanha de Conscientização sobre a Prevenção ao Suicídio (Timon)	29/set	Apoio
Prevenção ao Suicídio e Automutilação/Caop DH	30/set	Presencial
Outubro		
Eleição do Conselho Superior	01/out	Apoio
Encontro Regional do Planejamento Estratégico do MPMA em Timon	06/out	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Reunião Institucional do Gaeco	06/out	Apoio
Evento Alusivo ao Dia da Pessoa Idosa (Açailândia)	06/out	Apoio
Meninas Ocupam	08/out	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Ato Público Contra a PEC 05/21	13/out	Presencial / Cerimonial
Webinário - Proteção de Dados e Cibersegurança: Você Como Produto nas Redes Sociais	14 e 15/out	Virtual / Cerimonial

III Congresso da Infância e Juventude: “Articulação em Rede e Políticas Públicas, Efetivando Direitos das Crianças e Adolescentes	18/out	Virtual / Cerimonial
Eleições Diretor das Promotorias de Justiça da Capital	18/out	Apoio
Eleições Diretoria das Promotorias de Justiça de Imperatriz	18/out	Apoio
“Encontro de Vidas: Diálogo entre Promotores de Justiça e Adolescentes”	21/out	Apoio
Inauguração Promotorias de Justiça de Carolina	21/out	Presencial / Cerimonial
Lançamento da Campanha Bela Infância em Balsas	22/out	Presencial / Cerimonial
Eleição Ouvidora do Ministério Público do Maranhão	25/out	Apoio
Lançamento do Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM)	25/out	Presencial / Cerimonial
Reunião Comissão de Gestão Ambiental	27/out	Presencial / Apoio
Dia do Servidor Público na PGJ	28/out	Presencial / Cerimonial
Dia do Servidor Público em Imperatriz	28/out	Presencial / Apoio
Novembro		
Recondução Diretor das Promotorias da Capital	03/nov	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Ação GAECO	04/nov	Apoio
Lançamento do Projeto de Combate à Violência Contra Mulher em Pinheiro	09/nov	Presencial / Cerimonial
Lançamento do Projeto de Combate à Violência Contra Mulher em Guimarães	10/nov	Presencial / Cerimonial
Curso “Prática do Ministério Público na Nova Lei de Improbidade Administrativa: Perspectivas e Desafios”	16/nov	Virtual
Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas	18 e 19/nov	Planejado
Reunião Extraordinária do Colégio de Procuradores	18/nov	Apoio
Abertura da Exposição Consciências no CCMP – Alusivo ao Dia da Consciência Negra	19/nov	Presencial / Planejado
Lançamento do Livro 50 Anos da AMPEM	19/nov	Cerimonial
Oficina “O Tribuno”	22/nov	Virtual
Arte da Persuasão	22/nov	On-Line
Tira Dúvidas	23/nov	Virtual
Workshop em Imperatriz voltado ao Treinamento dos Policiais no CIOPS do CPAI	24/nov	Apoio
Simpósio “O Sistema de Justiça e a Segurança Pública no Estado Democrático de Direito”	25 e 26/nov	Presencial / Cerimonial
Evento Núcleo de Mediação Comunitária: Culminância do Projeto Transversal Escutar para Transformar	29/nov	Presencial / Cerimonial
Tira Dúvidas	30/nov	Virtual
Curso de Desenvolvimento Profissional	30/nov	Presencial / Planejado/ Apoio do Cerimonial
Dezembro		

Reunião de Encerramento das Atividades de 2021 da Comissão de Gestão Ambiental do MPMA	01/dez	Assessorado e Planejado
Posse do Conselho Superior e Ouvidora	02/dez	On-Line/Assessorado e Planejado
Visita Institucional Membros CCMP	02 e 03/dez	Presencial / Apoio
Seminário da Rede dos Territórios Educativos de São Luís	02/dez	Apoio
11º Congresso Estadual do MPMA	09 e 10/dez	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Sessão de Gala do Egrégio Colégio e AMPEM (Entrega de Medalhas)	09/dez	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Jantar de Boas-vindas ao Governador do RS	09/dez	Acompanhamento
Lançamento da Edição 2021 da Revista Lumiar	10/dez	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Jantar de Boas-vindas – Congresso	10/dez	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Audiência de Instalação da Promotoria Itinerante no bairro Pão de Açúcar	13/dez	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Cantata Natalina com o Coral Vozes do MP	14/dez	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Hasteamento de Bandeiras em comemoração ao Dia Nacional do MP	14/dez	Presencial / Planejado / Chefia de Cerimonial
Reunião Institucional PJ Timon	17/dez	Apoio
Total: 142 Eventos		

Fonte: CER/PGJ, 2021

Quadro 42 - Acompanhamentos realizados pela Chefia de Cerimonial da Procuradoria Geral de Justiça

Nº	Evento	Data
1	Posse do Prefeito de São Luís – Eduardo Braide	01/jan
2	Posse dos Secretários Municipais de São Luís	11/jan
3	Visita Institucional a Prefeitura de São Luís	11/jan
4	Reunião do CAOp Saúde	18/jan
5	Reunião: Prevenção da Covid-19 no Carnaval	21/out
6	Reunião FAMEM – Encontro da União de Vereadores e Presidentes de Câmara	22/jan
7	Audiência com o Governador Flávio Dino	25/jan
8	Reunião com Vereadores de Açailândia	27/jan
9	Reunião sobre Medidas de Proteção Contra a Covid-19 / Pauta: Lockdown e Carnaval	27/jan
10	Posse da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa	01/fev
11	Abertura dos Trabalhos da Câmara Municipal	02/fev
12	Reunião com Autoridades - Pauta: Medidas Restritivas contra a Pandemia no Estado	01/mar
13	Lançamento do Selo Unicef	21/jul
14	Título de Cidadão Anajatubense ao PGJ	22/jul
15	Visita ao ILPI Solar do Outono	29/jul
16	Homenagem Promotor de Justiça José Augusto Cutrim Gomes na Assembleia, acompanhamento ao PGJ	06/dez
17	Entrega de Medalha p/ Dr. Eduardo (SVT)	07/dez
18	Lançamento da Patrulha Maria da Penha em Itapecuru Mirim	15/dez
Total de Eventos: 18		

Fonte: CER/PGJ, 2021

5. Passagens aéreas emitidas pelo Ministério Público do Maranhão

Para efeito de construção deste relatório, classificamos como passagens aéreas emitidas pelo Ministério Público do Maranhão, qualquer despesa da Instituição com transporte aéreo.

Quadro 43 - Bilhetes aéreos emitidos pela Chefia de Cerimonial da Procuradoria Geral de Justiça/2021

PASSAGENS AÉREAS – 2021

MÊS	BILHETES EMITIDOS			TOTAL MENSAL	VALOR MENSAL R\$
	MEMBROS	SERVIDORES	OUTROS		
Janeiro	5	0	0	5	R\$ 5.859,54
Fevereiro	7	1	0	8	R\$ 14.026,59
Março	14	6	1	21	R\$ 14.079,39
Abril	7	0	0	7	R\$ 10.162,15
Maiο	13	2	0	15	R\$ 29.385,12
Junho	6	1	0	7	R\$ 13.489,00
Julho	20	3	0	23	R\$ 36.199,04
Agosto	24	6	8	38	R\$ 66.826,44
Setembro	37	13	6	56	R\$ 80.937,24
Outubro	31	3	0	34	R\$ 38.486,38
Novembro	36	10	6	52	R\$ 71.029,77
Dezembro	11	4	16	31	R\$ 34.789,57
TOTAL ANUAL BILHETES	211	49	37	297	R\$ 415.270,23
Valor investido em Capacitação (DESEMP)					R\$ 73.886,95
Valor investido em Outras Atividades (CAMPE)					R\$ 341.383,28

Fonte: CER/PGJ, 2021

Quadro 44 – Comparativo de passagens aéreas emitidas entre 2020 e 2021

Quantitativo de Passagens Aéreas

Passagens em 2020	175
Passagens em 2021	297
Porcentagem	69,61%>2020

Fonte: CER/PGJ, 2021

No ano de 2021, a Chefia de Cerimonial, setor responsável pela emissão de passagens aéreas destinadas aos membros e servidores e eventuais colaboradores do Ministério Público do Maranhão, emitiu 297 bilhetes, registrando um aumento de 69,61% em relação ao ano anterior (2020).

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência foi criada através do Ato Regulamentar nº 20/2008, do PGJ-MA, publicado em D. O. do Poder Judiciário em 16 de maio de 2008, contemplando, dentre as suas competências, as atividades desempenhadas nas áreas de segurança institucional, de operações e análise de inteligência.

Importante esclarecer que a atividade de Inteligência é o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção e proteção de conhecimentos, sendo fundamental e indispensável à segurança dos Estados, da sociedade e das instituições nacionais. Sua atuação assegura ao poder decisório o conhecimento antecipado e confiável de assuntos relacionados aos seus interesses.

Os profissionais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência dividem-se em três grandes áreas de atuação (Inteligência – análise e operações –, Contrainteligência e Segurança Institucional). E, as atribuições desempenhadas principalmente por Analistas de Inteligência e Agentes de Inteligência, consistem no processamento de informações sobre temas estratégicos. O analista produz relatórios de Inteligência para orientar a tomada de decisão do usuário, que utilizará o conhecimento disponibilizado no documento como subsídio para decisões e políticas institucionais.

A Contrainteligência e a Segurança Institucional são as áreas responsáveis pelo conjunto de ações visando à proteção e a salvaguarda da instituição e de seus integrantes, para o exercício livre e independente das funções atribuídas a organização, com o foco na segurança das pessoas, do material, das áreas e instalações e da informação, bem como adequar os procedimentos e ações da instituição minimizando suas vulnerabilidades e construindo uma cultura de segurança institucional voltada para ações preventivas e proativas, com a participação sistêmica de todos os seus integrantes.

Logo, considerando a importância das atividades de inteligência e segurança institucional desempenhadas no âmbito do Ministério Público do Maranhão, torna-se necessária a manutenção, o acompanhamento, o planejamento e o aperfeiçoamento, de forma perene, de todas essas ações.

1. ATIVIDADES REALIZADAS PELA CAEI EM 2021

a) No âmbito da Inteligência/Contrainteligência

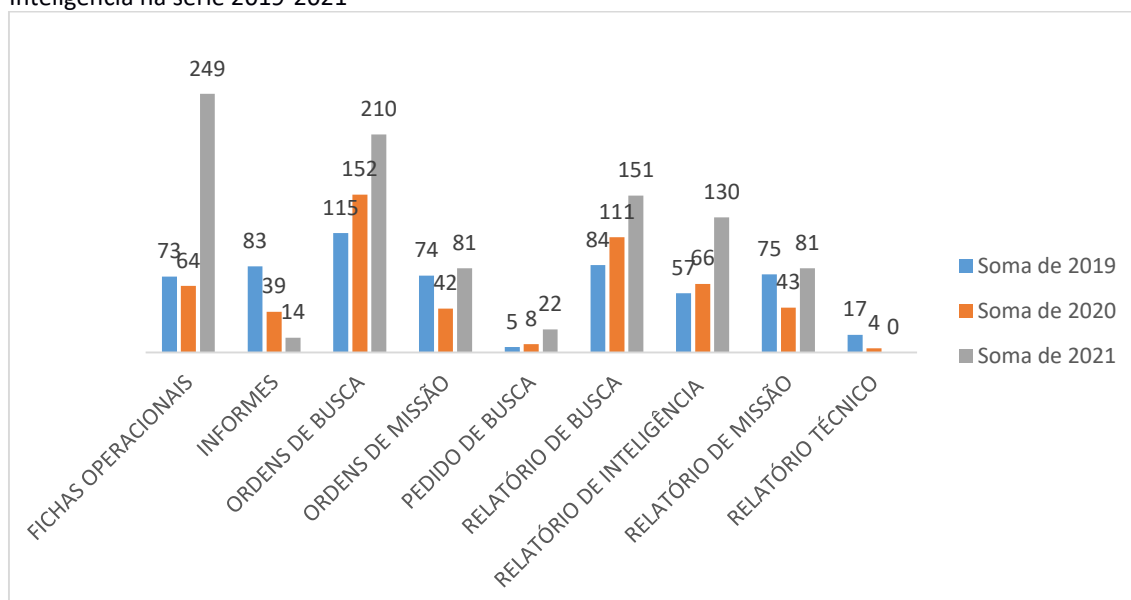
No ano de 2021, no âmbito da atividade de inteligência, foram confeccionados **938 (novecentos e trinta e oito)** documentos. Nestes, foram feitas **111.109 (cento e onze mil, cento e nove) pesquisas relacionadas a pessoas físicas e jurídicas**, número este quase seis vezes superior ao ano anterior. Tais pesquisas foram realizadas através de buscas em sistemas e operações em campo.

Quadro 45 – Relatório de atividades – Seções de Análise e Operação de Inteligência

Atividades / Quantitativo	2019	2020	2021
Relatório de Inteligência	57	66	130
Relatório Técnico	17	4	-
Relatório de Busca	84	111	151
Relatório de Missão	75	43	81
Informes	83	39	14
Levantamentos Inteligência / Contrainteligência – Busca em Base de Dados	15.304	20.105	111.109
Ordens de Missão	74	42	81
Ordens de Busca	115	152	210
Fichas Operacionais	73	64	249
Pedido de Busca	5	8	22

Fonte: CAEI/PGJ, 2021.

Gafrico 52 - Demonstrativo de documentos produzidos pelas Seções de Análise e Operações de Inteligência na série 2019-2021



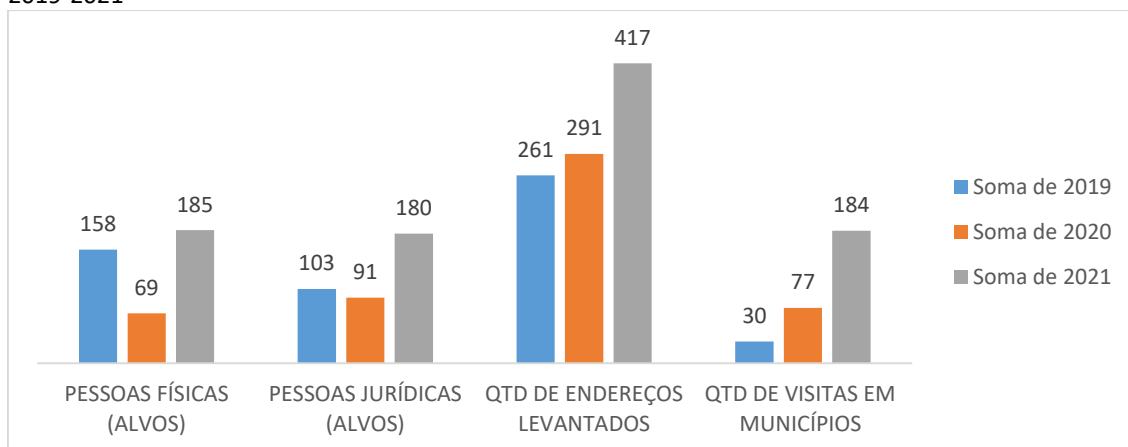
Fonte: CAEI/PGJ, 2021.

Tabela 128 – Diligências realizadas pela Seção de Operações de Inteligência

Atividades em campo	Quantitativo	Quantitativo	Quantitativo
	2019	2020	2021
Qtd. de visitas em municípios	30	77	184
Qtd. de endereços levantados	261	291	417
Pessoas físicas (alvos)	158	69	185
Pessoas jurídicas (alvos)	103	91	180

Fonte: CAEI/PGJ, 2021.

Gráfico 53 - Demonstrativo de diligências realizadas pela Seção de Operações de Inteligência na série 2019-2021



Fonte: CAEI/PGJ, 2021.

Nesse quantitativo foram atendidas solicitações dos seguintes órgãos e Promotorias:

1. Procurador-Geral de Justiça;
2. Coordenador CAEI;
3. Setor de Transportes MPMA;
4. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
5. Assessoria Especial de Investigação;
6. Comissão Permanente de Licitação;
7. Gabinete de Segurança Institucional;
8. LAB-LD;
9. GAECO MPMA;
10. GAECO de Imperatriz;
11. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
12. PJ Meio Ambiente;
13. 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz;
14. Promotoria de Justiça de Estreito;
15. Promotoria de Justiça de Chapadinha;
16. Promotoria de Justiça de Santa Inês;
17. Promotoria de Justiça Militar;
18. Promotoria de Justiça de São José de Ribamar;
19. Promotoria de Justiça de Montes Altos;
20. Coordenadoria de Serviços Gerais - PGJ;
21. Gabinete Subprocurador de Justiça para Assuntos Administrativos;
22. GAECO – TI – MPMA;
23. Promotoria de Justiça de Buriticupu;
24. Promotoria de Justiça de Pinheiro;
25. GAECO Timon;
26. 4ª PJ da Ordem Tributária – Timon;
27. 1ª PJ Criminal de São Luís;
28. 4ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar;
29. 28ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís;
30. Promotoria de Justiça de Turiçu;
31. 7ª PJ Criminal de São Luís;
32. Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
33. 33ª PJ Criminal de São Luís;
34. Promotoria de Justiça de Pastos Bons;
35. Promotoria de Justiça de Balsas;
36. Promotoria de Justiça de Caxias;
37. Promotoria de Justiça de Mirinzal;
38. Promotoria de Justiça de São Bento;
39. Promotoria de Justiça de Rosário;
40. 2ª PJ Especializada em Educação;

41. Corregedoria Geral de Justiça;
42. Promotoria de Justiça de Itinga;
43. Promotoria de Justiça de Bacuri.

Foram realizados ainda atendimentos a outros órgãos, tais como:

- | | |
|--|---------------------------------|
| 1. 8ª Cia Inteligência do Exército Brasileiro; | 6. GAECO MP Minas Gerais; |
| 2. GAECO MP Bahia; | 7. GAECO MP Mato Grosso; |
| 3. GAECO MP Piauí; | 8. GAECO MP Pará; |
| 4. Ministério Público do Rio Grande do Norte; | 9. Ministério Público do Ceará; |
| 5. Ministério Público do Distrito Federal; | 10. Polícia Civil do Maranhão; |
| | 11. 1ª DECCOR; |
| | 12. Polícia Federal. |

b) No âmbito da Segurança Institucional

A Seção de Segurança Institucional, no ano de 2021, cumpriu **91 (noventa e uma) Ordens de Missões e 146 (cento e quarenta e seis) Ordens de Serviço**, nas quais foram realizadas as seguintes atividades:

1. Segurança aproximada e escolta de 03 (três) Promotores de Justiça em situação de risco (Ato Regulamentar nº 18/2016);
2. Apoio de segurança aos Promotores de Justiça do Núcleo de Execução Penal, para a realização de visitas e inspeções;
3. Análises de Risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal);
4. Manutenções corretivas de câmeras em CFTV e alarmes nas unidades ministeriais da capital e do interior do Estado;
5. Orientações de Segurança Institucional e Pessoal, quando das visitas em unidades ministeriais e residências dos Promotores de Justiça;
6. Levantamentos preliminares dos locais e condições de segurança para instalação e funcionamento da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros Alto do Pinho, Pão de Açúcar e Vila Mauro Fecury I, sendo elaborado Relatório de Análise de Risco;
7. Apoio de segurança ao evento “III Seminário de Educação Ambiental – Encontro Maranhense de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas”;
8. Apoio de segurança a servidores do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, durante visitas técnicas;
9. Apoio de segurança a membros e servidores das Promotorias de Justiça Especializadas de Defesa do Idoso, durante inspeções;
10. Apoio de segurança a servidores do Setor de Execução de Mandados das Promotorias de Justiça da Capital, durante diligências;
11. Apoio de segurança a membros durante o desencadeamento da Operação Harpócrates;
12. Apoio de segurança à membros do Conselho Nacional do Ministério Público e membros de outros órgãos ministeriais durante eventos nesta capital;
13. Remanejamento, manutenção e configuração de câmeras de segurança nas unidades ministeriais em processo de inauguração e reforma;
14. Atendimento de solicitações de apoio a membros do Ministério Público durante audiências públicas, operações e inspeções;

15. Apoio de segurança durante a realização do I Encontro do Sistema de Justiça e Gestores Municipais na sede da Procuradoria Geral de Justiça;
16. Apoio de segurança institucional aos Promotores de Justiça do GAECO em operações de busca e apreensão, diligências e depoimentos de investigados na capital e no interior do Estado;
17. Segurança institucional durante eventos no auditório da sede da PGJ;
18. Escolta e Segurança aproximada do Procurador-Geral de Justiça em eventos e atividades institucionais na capital e no interior do Estado;
19. Apoio de segurança durante a realização de reuniões sobre o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão, nos municípios de Timon e Imperatriz;
20. Apoio de segurança aos palestrantes do evento “Webnário de Governança, Transparência e Controles Internos Municipais”;
21. Apoio de segurança durante a realização do evento “Simpósio: Sistema de Justiça Militar e Segurança Pública no Estado Democrático de Direito”;
22. Apoio de segurança durante a realização do evento “11º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão”;
23. Apoio de segurança durante a realização de audiências de Acordo de Não Persecução Penal;
24. Apoio de segurança à servidores da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura durante a realização de inspeções no interior do Estado;
25. Solicitação junto a Escola Superior do Ministério Público para realização do Curso Básico de Inteligência: Os Fundamentos da Análise;
26. Solicitação junto a Escola Superior do Ministério Público para realização do II Webnário de Segurança Institucional do MPMA;

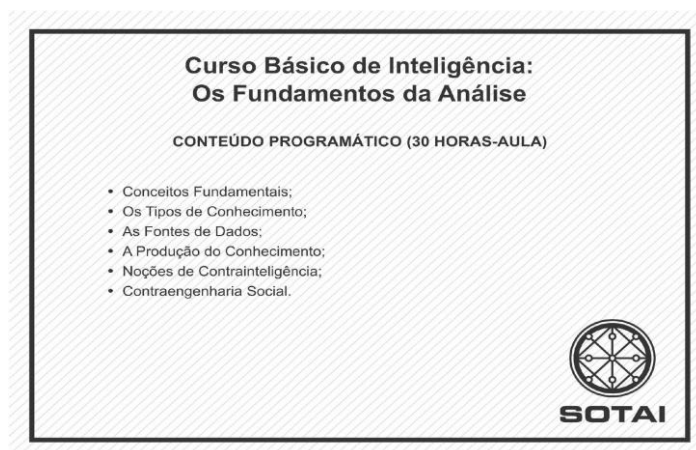


Figura 15 - Conteúdo programático do curso.



Figura 16 - Folder informativo das palestras.

Tabela 129 – Resumo de atividades realizadas pela Seção de Segurança Institucional no ano de 2021

Atividades/SSI-2020	Quantitativo
Análise de Risco Promotorias	08
Análise de Risco Residências	03
Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – <i>In Loco</i>	73
Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – Remota	15
Ordens de Missão	91
Ordens de Serviço	146

Fonte: Seção de Segurança Institucional/PGJ, 2021.

c) Melhorias nas áreas de Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos no ano de 2021

Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, dentre as quais destacam-se:

- No ano de 2021 houve um aumento de 07 (sete) servidores no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, quando comparado com 2020;
- Renovação dos equipamentos de comunicação da Seção de Segurança Institucional.
- Instauração de processo administrativo para aquisição de equipamentos de segurança (cofres, detectores de metais, divisores de fluxo, cones, sirenes, giroflex, câmeras e drone) e equipamentos para manutenção dos sistemas de CFTV e Alarme do MPMA;
- Inclusão de um policial militar da Reserva Remunerada no prédio sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Guimarães – MA.

Tabela 130 – Resumo dos indicadores de segurança no ano de 2021.

Indicadores de Segurança-2020	Quantidade
Policiais Ativa	43
Policiais da Reserva	91
Prédios com Câmeras de Segurança CFTV	111
Prédios com Vigilância Armada	13
Prédios com Aparelho de Inspeção por Raio-X	3
Prédios com Portais Detectores de Metais	18
Armários Cofres	10
Detectores de Metais Portáteis	82
Rádios de Comunicação	32
Coletes Balísticos	80

Fonte: Seção de Segurança Institucional/PGJ, 2021.

2. RESUMO DE NORMAS E REGULAMENTAÇÕES PRODUZIDAS NO ÂMBITO DA CAEI EM 2021

1. Alteração no Art. 15, acrescentando os parágrafos §1º ao §3º, bem como o parágrafo único e o caput do Art. 16, do Ato Regulamentar nº 07/2016, que estabelece as normas gerais para o controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios sede do Ministério Público do Estado do Maranhão;
2. Provocação para a renovação do Convênio de Cooperação mútua entre a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão e a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, com

- vistas a designação de policias militares da reserva remunerada para a realização de segurança institucional em prédios do MPMA;
3. Proposta de alteração da Lei Complementar nº 13/91, com vista a inclusão de Bombeiros Militares no efetivo do Gabinete de Segurança Institucional do MPMA (Processo ainda sob análise);
 4. Lançamento de cartilha com orientações de segurança contra golpes e crimes cibernéticos.



Figura 17 - Imagem de capa da cartilha.

3. CONCLUSÃO

As atividades realizadas pela Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, mostram-se imprescindíveis para a realização dos trabalhos ministeriais de forma tranquila e segura e, considerando a natureza contínua e necessária dos serviços, torna-se essencial a modernização e a melhoria de suas estruturas, seja com a aquisição de equipamentos, aumento do efetivo de pessoal, bem como a realização de treinamentos e capacitação de seu quadro de profissionais.

Desde o início do ano de 2020, o mundo passa por um período de grande anormalidade por conta da Pandemia da COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Em decorrência desta situação houve a necessidade de que toda a população e os entes públicos adotassem regras especiais para a prevenção e enfrentamento desta infecção humana.

Nesse contexto, as atividades laborativas no âmbito do Ministério Público do Maranhão transcorreram, no ano de 2021, com a adoção de protocolos de prevenção, redução de atividades presenciais e conseqüente crescimento do trabalho remoto. É necessário também pontuar que a pandemia trouxe impactos na esfera orçamentária, limitando a capacidade de investimento das instituições.

Apesar disto, na área de inteligência observou-se um aumento de 74% na produtividade, quando comparado com 2020, com a elaboração de 938 (novecentos e trinta e oito) documentos, utilizados para o assessoramento de decisões estratégicas e para o suporte de

operações e investigações realizadas por Promotorias de Justiça, pelo GAECO, por Núcleos de Investigações, dentre outros Órgãos e Instituições Parceiras.

Na área da Contrainteligência e Segurança Institucional os esforços foram no sentido de atender todas as demandas possíveis, bem como preservar a segurança das pessoas, dos materiais, das áreas e instalações e das informações. Nesse contexto, destaca-se a instalação do I Anexo da CAEI junto às Promotorias de Justiça da Comarca de Timon – MA, sendo possível, desta maneira a descentralização das atividades de segurança institucional e atividade de inteligência, permitindo à esta coordenadoria um suporte mais adequado e célere às promotorias, membros e servidores desta regional.

Ressalta-se ainda a capacitação continuada dos profissionais através da disponibilização de cursos on-line, a busca pela sensibilização do público interno por meios de palestras e do lançamento, no mês de agosto, da cartilha contra golpes e crimes cibernéticos, bem como o reconhecimento oficial do Conselho Nacional do Ministério Público pela contribuição ao aprimoramento da Segurança Institucional no âmbito do Ministério Público Brasileiro.

Assim, considerando a necessidade em manter as condições de segurança necessárias ao funcionamento dos serviços no MPMA, pretende-se continuar o aperfeiçoamento das ações de Inteligência e Segurança Institucional, respeitando-se a capacidade orçamentária e a dinâmica social que a Pandemia impõe, otimizando os elementos já existentes de forma eficaz e efetiva.

ATOS NORMATIVOS – 2021

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 229, DE 15 DE JANEIRO DE 2021 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991 (Lei Orgânica do Ministério Público) do Estado do Maranhão) e dá outras Providências. Licença compensatória.

LEI COMPLEMENTAR Nº 235, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 - Dá nova redação ao parágrafo único do art. 38 de Lei complementar 013/91. (funções de coordenado de caop)

LEI COMPLEMENTAR Nº 238, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021 - Transforma cargos do quadro do Ministério Público do Estado do Maranhão. (Promotorias distritais)

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 112/2021-CPMP, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 111/2021-CPMP, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 110/2021-CPMP, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 109/2021-CPMP, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 108/2021-CPMP, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a proposta para a concessão da Medalha do Mérito do Ministério Público instituída pela Portaria nº 426/84 alterada pela Resolução nº 03/2010 de 13/04/2010 do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 107/2021-CPMP, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021 - Revoga a Resolução nº 22/2014-CPMP, que incluiu o Capítulo VIII, com dois artigos, 18-A e 18-B, na Resolução nº 10/2009-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 106/2021-CPMP, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021 - Redefine as atribuições da 3ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz definidas na Resolução nº 60/2018-CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 105/2021-CPMP, DE 31 DE AGOSTO DE 2021 - Acrescenta os itens 'p' e 'q' ao artigo 6º-A, da Resolução nº 02/2009-CPMP, cria as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Promotorias de Justiça Distritais da Cidadania de São Luís, extingue as 2ª, 6ª, 13ª, e 21ª Promotorias de Justiça de Substituição Plena, aprova proposta de lei para extinção de quatro cargos de Promotor de Justiça de entrância intermediária e criação de três cargos de Promotor de Justiça de entrância final, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 104/2021-CPMP, DE 29 DE SETEMBRO DE 2021 - Extingue a 3ª Turma Criminal de Procuradores de Justiça e cria a 7ª Turma Cível de Procuradores de Justiça e define as suas atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 103/2021-CPMP, DE 26 DE MAIO DE 2021 - Altera o item 05 da tabela inserida na Resolução nº 94/2020-CPMP, que altera o Anexo da Resolução nº 38/2016-CPMP, para redefinir as atribuições da 4ª Promotoria de Justiça Criminal (4º Promotor de Justiça Criminal) da Comarca de Timon.

RESOLUÇÃO Nº 102/2021-CPMP, DE 05 DE MAIO DE 2021 - Altera o caput e acrescenta o parágrafo único ao art. 5º da Resolução nº 13/2013-CPMP, que cria, na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, o Gabinete de Integração Operacional, institui a Câmara de Coordenadores dos CAOPs e dá outras providências, e revoga as Resoluções que dispõem sobre a organização dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 101/2021-CPMP, DE 28 DE ABRIL DE 2021 - Altera o inciso III, do art. 2º, da Resolução nº 17/2011-CPMP, de 1º de novembro de 2013, com a redação dada pela Resolução nº 36/2016-CPMP, que estabelece os critérios a serem obedecidas nos casos de remoção por permuta, entre os membros do Ministério Público, cumulativos àqueles dispostos no art. 85, § 2º, I e II, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 04/2021-GPGJ/CGMP, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021 - Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP e o Ato Regulamentar nº 10/2020-GPGJ, que dispõem sobre os Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão, adequando-os ao horário de funcionamento forense em vigor.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 3/2021-GPGJ, DE 21 DE MAIO DE 2021 - Altera o Anexo Único do Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009-GPGJ/CGMP, de 03 de dezembro de 2009, que aprova o Regulamento do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 2/2021-GPGJ, DE 02 DE MARÇO DE 2021 - Dispõe sobre requisitos para a designação para função de confiança e nomeação para cargo em comissão do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 56/2021-GPGJ, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2022 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 55/2021-GPGJ, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre o fluxo de demandas recepcionadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 54/2021-GPGJ, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021 - Estabelece a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 53/2021-GPGJ, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021 - Disciplina o rodízio de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2021 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 52/2021, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021 - Disciplina as atribuições da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 51/2021-GPGJ, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021 - Disciplina o uso de siglas que identifiquem inequivocamente os órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 50/2021-GPGJ, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021 - Altera o Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça), de 14 de maio de 2020, acrescentando os incisos XII e XIII ao art. 5º e os arts. 24-A, 24-B, 76-A e 76-B.

ATO REGULAMENTAR Nº 49/2021-GPGJ, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre o fluxo de demandas recepcionadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 48/2021-GPGJ, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 47/2021-GPGJ, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021 - Disciplina a utilização da Dispensa Eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 46/2021-GPGJ, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021 - Extingue o Projeto “De Olho na Constituição”, instituído pelo Ato Regulamentar nº 119/2018-GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 44/2021-GPGJ, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar como peça precedente ao Anteprojeto, ao Termo de Referência e ao Projeto Básico para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, nos termos disciplinados pela Lei Federal n.º 14.133/2021 de 01/04/2021, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 42/2021-GPGJ, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021 - Prorroga o início da vigência do ATOREG-052021 que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores.

ATO REGULAMENTAR Nº 41/2021-GPGJ, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre a rotina de atendimentos da Seção de Saúde Funcional da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 40/2021-GPGJ, DE 23 DE SETEMBRO DE 2021 - Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Banco de Peritos Técnicos do Ministério Público do Estado do Maranhão (BanPeTec/MPMA), com Módulo Eletrônico de Gerenciamento de Cadastro, Seleção, Designação e Pagamento de prestadores de serviços de perícias técnicas e laboratoriais, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 39/2021-GPGJ, DE 17 DE SETEMBRO DE 2021 - Transforma o parágrafo único em § 1º e acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 11 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

ATO REGULAMENTAR Nº 38/2021-GPGJ, DE 10 DE SETEMBRO DE 2021 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital – anuênio 2021-2022.

ATO REGULAMENTAR Nº 37/2021-GPGJ, DE 02 DE SETEMBRO DE 2021 - Altera o Ato Regulamentar nº 03/2013-GPGJ, de 15 de janeiro de 2013, que “disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da Lei Complementar nº 013/91)”.

ATO REGULAMENTAR Nº 36/2021-GPGJ, DE 30 DE JULHO DE 2021 - Estabelece o retorno ao trabalho integralmente presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 35/2021-GPGJ, DE 23 DE JULHO DE 2021 - Altera a redação da alínea “b” do inciso II do art. 3º do Ato Regulamentar nº 03/2008-GPGJ. (Autorização residência fora da comarca).

ATO REGULAMENTAR Nº 34/2021-GPGJ, DE 11 DE JUNHO DE 2021 - Estabelece o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 33/2021-GPGJ, DE 08 DE JUNHO DE 2021 - Dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão e acrescenta os incisos X e XI ao art. 53 do Ato Regulamentar nº 22/2020 – GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 32/2021-GPGJ, DE 05 DE JUNHO DE 2021 - Prorroga até o dia 13 de junho de 2021, o regime de trabalho remoto estabelecido no Ato Regulamentar nº 31/2021, mantendo as demais determinações nele contidas.

ATO REGULAMENTAR Nº 31/2021-GPGJ, DE 28 DE MAIO DE 2021 - Suspende todas as atividades presenciais e administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, no período compreendido entre os dias 29 de maio e 6 de junho de 2021 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 30/2021-GPGJ, DE 17 DE MAIO DE 2021 - Autoriza a concessão de ressarcimento para cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) voltados a temas de interesse do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 29/2021-GPGJ, DE 29 DE ABRIL DE 2021 - Estabelece o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 28/2021-GPGJ, DE 26 DE ABRIL DE 2021 - Altera o Ato Regulamentar nº 13/2023-GPGJ, de 15 de janeiro de 2013, que “disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências (art. 46, da Lei Complementar nº 013/91)”, acrescentando os artigos 10- A a 10-E.

ATO REGULAMENTAR Nº 26/2021-GPGJ, DE 14 DE ABRIL DE 2021 - Prorroga o regime de trabalho remoto estabelecido no Ato Regulamentar nº 19/2021.

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2021-GPGJ, DE 29 DE MARÇO DE 2021 - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 24/2021-GPGJ, DE 25 DE MARÇO DE 2021 - Estabelece o regime de trabalho remoto exclusivo de membros e servidores no âmbito do Ministério Público do Maranhão, no dia 26 de março de 2021.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2021-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2021 - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2021-GPGJ, DE 17 DE MARÇO DE 2021 - Regulamenta o Controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2021-GPGJ, DE 17 DE MARÇO DE 2021 - Altera o art. 15, acrescentando os §§1º, 2º e 3º, e o art. 16, caput e parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 07/2016-GPGJ, de 02 de junho de 2016, que estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2021-GPGJ, DE 17 DE MARÇO DE 2021 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cujas sedes sejam localizadas em municípios onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0, bem como na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em todos os Órgãos da Administração Superior, de Administração, Órgãos Auxiliares e em todas as demais unidades administrativas do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2021-GPGJ, DE 11 DE MARÇO DE 2021 - Disciplina o procedimento de designação de substituição eventual dos servidores investidos em cargo de direção ou chefia e o pagamento decorrente de substituição automática e eventual.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2021-GPGJ, DE 10 DE MARÇO DE 2021 - Altera o § 2º do artigo 1º; o parágrafo único do art. 2º; o caput e inciso IV do art. 6º; os §§ 1º e 2º do art. 8º e acrescenta o art. 9º e parágrafo único ao Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado do Maranhão - GAECO/MA, aprovado pelo Ato Regulamentar nº 13/2017 -GPGJ, de 22 de maio de 2017.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2021-GPGJ, DE 08 DE MARÇO DE 2021 - Regulamenta o art. 15, IV, da Lei Estadual n.º 8.077, de 07 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o plano de assistência médico-social devido aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2021-GPGJ, DE 08 DE MARÇO DE 2021 - Regulamenta o art. 126, XIII, da Lei Complementar Estadual n.º 13, de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre o plano de assistência médico-social devido aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2021-GPGJ, DE 04 DE MARÇO DE 2021 - Estabelece o regime de trabalho remoto na Procuradoria-Geral de Justiça, nas Procuradorias de Justiça e em todos os demais Órgãos da Administração Superior, Órgãos de Administração e Órgãos Auxiliares do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2021-GPGJ, DE 03 DE MARÇO DE 2021 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede seja localizada em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2021-GPGJ, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2021 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 8/2021-GPGJ, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021 - Estabelece a permanência do regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0 no nível mínimo ou máximo da variação.

ATO REGULAMENTAR Nº 7/2021-GPGJ, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021 - Estabelece o valor do Auxílio-Alimentação dos servidores efetivos e comissionados, bem como dos policiais militares e dos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício.

ATO REGULAMENTAR Nº 6/2021-GPGJ, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2021 - Trata do expediente de trabalho no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, durante o período do Carnaval de 2021.

ATO REGULAMENTAR Nº 5/2021-GPGJ, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021 - Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores

Documento de referência (.ott)

Extensão para o LibreOffice (.oxt)

ATO REGULAMENTAR Nº 4/2021-GPGJ, DE 28 DE JANEIRO DE 2021 - Estabelece a permanência do regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO REGULAMENTAR Nº 3/2021-GPGJ, DE 07 DE JANEIRO DE 2021 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO REGULAMENTAR Nº 2/2021-GPGJ, DE 06 DE JANEIRO DE 2021 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não-obrigatório no Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 1/2021-GPGJ, DE 29 DE JANEIRO DE 2021 - Altera o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça dispendo sobre a Comissão de Tecnologia da Informação (CTI) e dá outras providências.

ATOS

ATO-GAB/PGJ 293/2021-GPGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 - Conferir titularidade à Procuradora de Justiça MARIA LUÍZA RIBEIRO MARTINS, na 23ª Procuradoria de Justiça Cível, passando a compor a 7ª Turma Cível de Procuradores de Justiça, devendo ser considerado a partir de 07 de outubro de 2021, tendo em vista o que consta do Processo nº 12772/2021.

ATO-GAB/PGJ 292/2021-GPGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 - Conferir titularidade à Procuradora de Justiça MARIA DOS REMÉDIOS FIGUEIREDO SERRA, na 22ª Procuradoria de Justiça Cível, passando a compor a 7ª Turma Cível de Procuradores de Justiça, devendo ser considerado a partir de 07 de outubro de 2021, tendo em vista o que consta do Processo nº 12772/2021.

ATO-GAB/PGJ 291/2021-GPGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 - Conferir titularidade à Procuradora de Justiça RITA DE CÁSSIA MAIA BAPTISTA, na 21ª Procuradoria de Justiça Cível, passando a compor a 7ª Turma Cível de Procuradores de Justiça, devendo ser considerado a partir de 07 de outubro de 2021, tendo em vista o que consta do Processo nº 12772/2021.

ATO-GAB/PGJ 289/2021-GPGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 - Conferir titularidade à Procuradora de Justiça FLAVIA TEREZA DE VIVEIROS VIEIRA, na 20ª Procuradoria de Justiça Cível, passando a compor a 7ª Turma Cível de Procuradores de Justiça, devendo ser considerado a partir de 07 de outubro de 2021, tendo em vista o que consta do Processo nº 12772/2021.

ATO 12/2021-GPGJ, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021 - Institui o Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) e dá outras providências.

ATO 11/2021-GPGJ, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021 - Dispõe sobre a criação do Núcleo Científico no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 8/2021-GPGJ, DE 17 DE AGOSTO DE 2021 - Altera o ATO-GPGJ – 72021, que trata sobre a instituição da Comissão de Interação com a Sociedade Civil (CISC) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 7/2021-GPGJ, DE 27 DE JULHO DE 2021 - Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Comissão de Interação com a Sociedade Civil (CISC)

ATO 6/2021-GPGJ, DE 10 DE JUNHO DE 2021 - Altera o disposto no art. 21 do Ato nº 6/2020-GPGJ. (Compensação de plantão).

ATO 105/2021-GPGJ, DE 30 DE ABRIL DE 2021 - Abre à Procuradoria Geral de Justiça crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para o fim que especifica.

ATO 57/2021-GPGJ, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021 - Altera o art. 15, acrescentando os §§1º, 2º e 3º, e o art. 16, caput e parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 07/2016-GPGJ, de 02 de junho

de 2016, que estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 4/2021-GPGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021 - Altera a redação do art. 4º e retifica a renumeração dos demais dispositivos do Ato 31/2020-GPGJ, que cria o Núcleo de Promoção da Diversidade (NUDIV) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 13/2021-GPGJ, DE 15 DE JANEIRO DE 2021 - Fixa o valor mensal da bolsa de estágio não obrigatório.

ATO 6/2021-GPGJ, DE 07 DE JANEIRO DE 2021 - Altera o art. 3º do ATO-GAB/PGJ-5952020, referente ao custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

ATO 2/2021-GPGJ, DE 05 DE JANEIRO DE 2021 - Determina a inclusão de mensagem no rodapé de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/2021-GPGJ, DE 30 DE JULHO DE 2021 - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias a contar desta data, para que os OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO e COMISSIONADO apresentem a Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa aos exercícios financeiros de 2020 e 2021, Ano Calendário 2019 - 2020, nos moldes apresentados à Receita Federal, junto à Coordenadoria de Gestão de Pessoas desta Procuradoria Geral de Justiça, através do e-mail institucional: cgp@mpma.mp.br.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 5/2021, DE 02 DE JUNHO DE 2021 - Fica facultado aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de até 45 (quarenta e cinco) dias de licença especial e prêmio não gozada.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1/2021, DE 22 DE ABRIL DE 2021 - A doação de bens móveis no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) é permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, bem como para outros órgãos da Administração Pública e entidades sem fins lucrativos, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação, não devendo acarretar qualquer ônus para a PGJ.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 4/2021, DE 19 DE MARÇO DE 2021 - Fica determinado aos membros titulares ou com atuação em substituição em todas as promotorias de justiça com atuação na defesa da saúde no âmbito do Ministério Público do Maranhão, que procedam à reclassificação no SIMP das investigações que tratem de transgressão a programa de imunização contra o Coronavírus (SARSCoV-2).

ORDEM DE SERVIÇO Nº 3/2021, DE 18 DE MARÇO DE 2021 - Suspender o prazo de cumprimento da Ordem de Serviço nº 02/2021 GPGJ com relação à inserção dos números de CPF/CNPJ das

partes nos registros do SIMP de procedimentos administrativos lato sensu que ainda tramitam por meio físico, passando-se a contar os 20 (vinte) dias úteis para essa providência a partir do retorno oficial das atividades presenciais no Ministério Público do Maranhão.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2/2021, DE 02 DE MARÇO DE 2021 - Determinar que todos os Membros do Ministério Público efetuem, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a partir de 02 de março de 2021, a inserção do CPF/CNPJ das partes no SIMP, em todos os procedimentos administrativos que estejam tramitando em suas Promotorias de Justiça.

Glossário

O glossário refere-se às informações da taxonomia previstas nas Tabelas Unificadas que foram elaboradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, consoantes às Resoluções nº 74, de 11 de julho de 2011, e nº 195, de 11 de fevereiro de 2019, que dispõem sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da Tecnologia da Informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus Membros.

1. **AJUIZAMENTO DE AÇÃO:** movimento que objetiva dar início a um processo judicial.
2. **ARQUIVAMENTO:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento do Procedimento Investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras.
3. **ARQUIVAMENTO COM TAC:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento integral do Procedimento investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras, mediante Termo de Ajustamento de Conduta.
4. **ARQUIVAMENTO SEM TAC:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento integral do Procedimento investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras, sem promoção de Termo de Ajustamento de Conduta.
5. **ASSUNTO:** a Tabela de Assuntos espelha as matérias objeto do conhecimento jurídico e está estruturada em níveis hierárquicos correspondentes às diversas áreas do Direito. Para cada processo ou procedimento indica-se no mínimo um assunto.
6. **CLASSE:** a Tabela de Classes contempla os tipos de processos judiciais ou de procedimentos extrajudiciais criados ou acompanhados pelo Ministério Público, sendo autuados e cadastrados em sistemas de informação e classificados segundo a Tabela.
7. **CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS:** é o número referente a um item das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos, Movimentos e Atividades não Procedimentais elaboradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
8. **DENÚNCIA:** petição inicial da ação penal pública intentada pelo Ministério Público, principiando o processo criminal.
9. **EM ANDAMENTO:** representa o "QUANTITATIVO DO ACERVO" somando-se os "INSTAURADOS" e subtraindo-se os "FINALIZADOS". O item não corresponde a feitos que estejam em tramitação no Poder Judiciário, em cartórios extrajudiciais ou qualquer outro órgão fora da unidade do Ministério Público.
 9. a) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (Antes D-3):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há mais de 3 anos do ano de referência.
 9. b) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-3):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 3 anos do ano de referência.
 9. c) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-2):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 2 anos do ano de referência.
 9. d) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-1):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 1 ano do ano de referência.
10. **INSTAURADOS:** corresponde ao número de procedimentos extrajudiciais iniciados mediante portaria, com exceção dos Inquéritos Civis decorrentes de Procedimentos Preparatórios.

11. **FINALIZADOS:** todo procedimento definitivamente encerrado na unidade do Ministério Público. Exemplos: ajuizamento de ação, indeferimento, arquivamento definitivo e declínio de atribuição para outra unidade. **(Conversão para PIC, Ação Penal, Ação Civil e Inquérito Civil é considerada como finalizado).**
12. **MANIFESTAÇÃO EM 1º GRAU:** qualquer pronunciamento interlocutório no curso do processo, inquérito ou TC que não esteja especificado em movimento próprio, bem como em grau de recurso ou instância superior.
13. **MANIFESTAÇÃO EM 2º GRAU:** pareceres realizados pelas Procuradorias nos processos judiciais em trâmite em grau de recurso (de 2º grau).
14. **MANIFESTAÇÃO EM TRIBUNAIS SUPERIORES:** pareceres realizados pelas Procuradorias nos processos judiciais em trâmite nos Tribunais Superiores, excetuando-se as razões e contrarrazões de recurso que possuem código específico.
15. **MOVIMENTOS:** nomenclatura utilizada para registro dos atos praticados, atividades, manifestações e ações executadas por membros e servidores das unidades do Ministério Público, no curso dos processos judiciais e de procedimentos extrajudiciais.
16. **PETIÇÃO INICIAL:** peça que dá início ao processo, pela qual o Ministério Público propõe uma ação, na forma de requerimento dirigido ao Juiz ou Tribunal, com a exposição de fatos e do direito aplicável.
17. **RECEBIDOS:** "Entrada de Carga".
 - 17 a) **REGISTRO MP (Antes D-2):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há mais de 2 anos da data de referência.
 - 17 b) **REGISTRO MP (D-2):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há 2 anos da data de referência.
 - 17 c) **REGISTRO MP (D-1):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há 1 anos da data de referência.
 - 17 d) **REGISTRO MP (D):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido na data de referência.
18. **RECOMENDAÇÃO:** advertência ou orientação escrita dirigida a órgãos públicos e a entes privados que exerçam atividade pública delegada ou concedida e serviços de relevância pública, visando à melhoria dessas atividades, bem como o respeito aos interesses ou direitos.
19. **REMISSÃO ECA:** providência do Ministério Público dirigida a exclusão ou suspensão do adolescente no processo, pendente de homologação pelo Juízo. Poderá ser cumulada com algumas medidas socioeducativas. Art.180, II e dispositivo 126 a 128 do ECA.
20. **REPRESENTAÇÃO POR ATO INFRAACIONAL:** petição escrita pela qual o Ministério Público imputa a adolescente a prática de ato infracional.
21. **TAC:** Termo de Ajustamento de Conduta - peça ou documento pelo qual se formaliza por escrito uma convenção entre o (s) investigado (s), terceiros e o Ministério Público, para que produza certos efeitos jurídicos.
22. **TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL:** modalidade de acordo feito como alternativa à propositura da ação penal (Resolução CNMP nº 181/2017).